



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria do Socorro Ramalho Braga

O ÚLTIMO NO TREM: HISTÓRIA, MEMÓRIA DOS DESLOCADOS
COMPULSÓRIOS DA CIDADE DE PETROLÂNDIA E ALDEIA DA
LUZ

Tese no âmbito do Doutoramento em História/ Percurso em História Contemporânea,
orientada pelo Prof. Doutor João Paulo Avelãs Nunes, Prof^a. Doutora Ana Lúcia do
Nascimento Oliveira e a Prof^a. Doutora Dulce Freire, apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2023



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O ÚLTIMO NO TREM: HISTÓRIA, MEMÓRIA DOS DESLOCADOS
COMPULSÓRIOS DA CIDADE DE PETROLÂNDIA E ALDEIA DA
LUZ

Maria do Socorro Ramalho Braga

Coimbra – Portugal

2023

Agradecimentos

A ideação de um trabalho de tese de doutoramento perpassa por um universo magnífico de pessoas que colaboram, de maneira franca e objetiva, para a concretização do estudo. Num ano tão anómalo para a humanidade, como foi 2020, em que uma pandemia impôs uma série de novas situações, exigindo de todos mudanças de hábitos e de força mental, torna-se ainda mais importante o gesto nobre de agradecer.

Inicialmente, agradeço aos orientadores, João Paulo Avelãs Nunes, Ana Maria Nascimento e Dulce Freire, pelo acompanhamento das prévias dos textos, oportunidades académicas, sugestões de leituras, ao longo da trajetória deste estudo. Os seus contributos foram fundamentais para reduzir equívocos e alargar o horizonte do estudo. À Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA) pelo Museu da Luz, sem o qual não teria sido possível desenvolver a etnografia e narrativa de campo, na aldeia da Luz. Ao Frederico Gaspar e Dimas Ferro, do Museu da Luz que, desde o meu primeiro contacto, referente à minha pesquisa, foi sempre muito atencioso e muito importante na ajuda às minhas visitas aos acervos do museu, no período em que estive na aldeia da Luz. O Frederico foi impecável, através da sua contribuição para o conteúdo deste estudo. À Paula Rubens, Presidente do IGH de Petrolândia, pela oportunidade em participar deste estudo, usufruindo de todos os documentos disponíveis nos arquivos do Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia, através do qual conheci todo o acervo disponível sobre a antiga cidade submersa de Petrolândia. Às minhas filhas, que são a minha motivação, e em quem me inspirei nos momentos difíceis. Este doutoramento, dedico a vocês! Muito obrigada por toda a ajuda, incentivo e apoio, fundamentais para mim. À minha mãe, pelas orações, pelo carinho e ajuda desde o início. À biblioteca da FLUC, que foi como a minha segunda casa, pois passei longos períodos lá. Agradeço a todos os seus funcionários pelas buscas, nos seus acervos, sempre gentis e atenciosos. Em especial, à Professora Doutora e coordenadora do curso de História Contemporânea, Maria Antónia Lopes pela disponibilidade e boa vontade em ajudar sempre nos momentos difíceis. Aos funcionários de todas as instituições nas quais se desenvolveu este estudo. A todos os professores da FLUC em especial a Prof^a Irene Vaquinhas, pelos conselhos e sugestões de leitura. Por fim, a todos os colaboradores da Aldeia da Luz e de Petrolândia, que foram sempre atenciosos nas minhas visitas. Em especial ao Frederico e à Catarina, ao Sr. Dimas Ferro, pela contribuição, sem esquecer os colaboradores ultra especiais e aos moradores da Luz que, no decorrer do percurso, foram muito importantes. A todos os meus professores do curso de Doutoramento em História Contemporânea, FLUC, pelas

conferências, contributo importante para o meu aprendizado. A todos os meus colegas e amigos de turma que guardo no coração.

Resumo

BRAGA, Maria S.R. O presente estudo orienta para a obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 275 páginas – O Último no Trem: História, Memória dos Deslocados Compulsórios da cidade de Petrolândia e Aldeia da Luz.

É objetivo central desta tese aprofundar e alargar o conhecimento histórico, resgatar memórias e consequências sobre a realidade, em que intervêm os projetos de construções das hidrelétricas de Itaparica, construída na região da cidade Petrolândia, no estado brasileiro de Pernambuco, e a barragem de Alqueva, construída nas proximidades da (Aldeia da Luz, região do Alentejo no sul de Portugal). Em ambos os processos, bem manifestos os prejuízos culturais que implicaram uma alteração nas vivências da população, bem como na destruição das suas raízes culturais e territoriais mais profundas. Esta investigação procura resposta para uma lacuna existente: as consequências e danos causados aos atingidos por esses projetos de construções de grandes barragens, apesar de serem sinónimo de desenvolvimento e progresso económico. Nessa temática efetuou-se um trabalho sistemático de recolha e levantamento, em séries documentais, fotografias, vídeos, periódicos, com depoimentos de antigos moradores destas localidades, em vários arquivos, como: IGH (Instituto Geográfico e Histórico) cidade de Petrolândia e Museu da Luz. Estes núcleos, de fontes primárias, circunscrevem quase na totalidade a cidade de Petrolândia e Aldeia da Luz, embora não se tenha descartado também a consulta noutras regiões, por necessidades de cruzamentos de dados. A problemática abordada neste estudo enquadra-se no âmbito da História Contemporânea no Brasil e em Portugal, numa perspetiva da História Local e Regional. O paradigma de investigação que sustenta este estudo integra-se na interpretação qualitativa dos problemas equacionados, num forte trabalho de análise documental e narrativas orais. Os resultados obtidos permitem concluir que, apesar de ser observada uma melhoria no desenvolvimento socioeconómico de uma parcela da população, devido aos transtornos causados, com o passar dos anos, de heróis, os atingidos por esses projetos de desenvolvimento, passaram a sentir-se duplamente vítimas, devido ao processo traumatizante pelo qual passaram, como também porque se sentiam deslocados. No entanto, nalgumas situações em que não há o sentimento de pertença, sobretudo a falta de oportunidades para os mais jovens, aumenta o velho hábito de migrar em direção aos grandes centros. São diversas as marcas deixadas nos menos favorecidos, nas questões que compõem as fragilidades sociais, culturais e políticas, elevando assim os índices de pobreza nas regiões afetadas, contribuindo para o sentimento de tristeza e solidão, em consequência do distanciamento dos antigos vizinhos e de suas raízes identitárias.

Palavras-Chave: Petrolândia, Aldeia da Luz. Barragens. Reassentamento. Deslocamento forçado.

Abstract

BRAGA, Maria S.R. The present study guides the attainment of the degree of Doctor in Contemporary History. Postgraduate Program in History, Faculty of Arts, University of Coimbra, 270 pages – The Last on the Train: History, Memory of the Compulsory Displaced Persons in the city of Petrolândia and Aldeia da Luz (1987-2002).

The main objective of this thesis is to deepen and broaden the historical knowledge, rescue memories and consequences on the reality that intervened in the construction projects of the hydroelectric plants of Itaparica, built in the region of the city of Petrolândia in the Brazilian state of Pernambuco, and the Alqueva dam built in the vicinity of (Aldeia da Luz, Alentejo region in the south of Portugal). Or even of a wider space, resulting from the real and contemporary impacts. This research seeks an answer to an existing gap: regarding the consequences and damages caused to those affected by these large dam construction projects, synonymous with development and economic progress. In this theme, a systematic work of collection, and survey was carried out in documentary series, photographs, videos, periodicals with testimonials from former residents of these localities in various archives, such as IGH (Geographic and Historical Institute) city of Petrolândia and Museum da Luz. These primary sources are almost entirely from the city of Petrolândia and Aldeia da Luz, although the consultation in other regions has not been ruled out due to the need for cross-referencing sources. The problem addressed in this study falls within the scope of Contemporary History in Brazil and Portugal, from the perspective of Local and Regional History. The research paradigm that sustains this study is integrated with the qualitative interpretation of the problems equated in a strong work of documentary analysis and oral narratives. The results obtained allow us to conclude that, despite an improvement in the socio-economic development of a portion of the population being observed, the people affected by these development projects began to feel doubly victimized by the traumatizing process they went through, and because they felt displaced. However, in other situations in which there is no sense of belonging and lack of opportunities for the younger people, the old habit of migrating towards the big centers grows. There are several marks left to the less favored in the issues that make up the social, cultural, and political fragilities. This increases the poverty indexes of the affected regions, contributing to the feeling of sadness and loneliness because of the distance from the old neighbors and their identity roots.

Keywords: Petrolândia. Aldeia da Luz. Dams. Resettlement; Forced displacement.

Lista de Acrónimos

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BA – Bahia

BANDEPE – Banco do Estado do Pernambuco

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CODAVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CREMEPE – Conselho de Medicina Regional do Pernambuco

EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva

EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IGHP – Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

IPA – Instituto Agrônomo do São Francisco

IPHAN – Instituto do Património Históricos e Artístico Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

PE – Pernambuco

SE – Sergipe

SPHAN – Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

VMT – Verba de Manutenção Temporária

Índice de Figuras

Figura 1- Retirantes 1944 (Cândido Portinar)	47
Figura 2 - As perspectivas territoriais da migração	54
Figura 3 - Planta de Construção de Jatobá	74
Figura 4 - Estação de Comboio de Paulo Afonso, da velha Petrolândia	87
Figura 5 - Mapa da Antiga Petrolândia.....	90
Figura 6 - Cais da antiga Petrolândia.....	91
Figura 7- Igreja São Francisco de Petrolândia	92
Figura 8 - Colégio Municipal da Velha Petrolândia	93
Figura 9 - Ata da Fundação (Primeira Parte)	94
Figura 10 - Documento de Criação da Igreja São Francisco de Assis na Velha Petrolândia	95
Figura 11 - Carta do Padre José Maria de A. Leitão enviada à CHESF em 1984.....	96
Figura 12 - Igreja São Francisco de Assis da Antiga Petrolândia	97
Figura 13 - Igreja Sagrado Coração de Jesus parcialmente submersa	99
Figura 14 - Estação elevatória de água da velha Petrolândia	102
Figura 15 - Cartilha da CHESF com orientações sobre o reassentamento compulsório	104
Figura 16 - Perspetivas das agrovilas nos projetos da CHESF	105
Figura 17 - Projeto Urbanístico da Nova Petrolândia	114
Figura 18 - Agrovila de Iço-Mandantes	119
Figura 19 - Bomba de abastecimento de Iço-Mandantes	119
Figura 20 - Gilberto Menezes e D. Nicinha em seu comércio “Casa dos Garotos”	125
Figura 21 - Prefeitura da velha Petrolândia.....	127
Figura 22 - Clube Piçarrinha da velha Petrolândia.....	130
Figura 23 - Garoto pulando no rio São Francisco do cais da velha Petrolândia	135
Figura 24 - Propaganda do Sindicato da Velha Petrolândia.....	146
Figura 25 - “Ruinha” da Velha Petrolândia.....	148
Figura 26 - Moradores na antiga Aldeia da Luz.....	152
Figura 27 - Casa da antiga Luz.....	156
Figura 28 - Imagem da construção nas coleções do Museu de Évora	158
Figura 29 - Antiga estrutura do Castelo da Lousa	159
Figura 30 - Casas da antiga aldeia	160

Figura 31 - Tourada na antiga praça dos Touros	161
Figura 32 - O interior da Igreja da Velha Aldeia.....	162
Figura 33 - Parte externa da antiga Igreja Matriz	164
Figura 34 - Concelhos atingidos pela barragem do Alqueva	171
Figura 35 - O lago artificial do Alqueva	174
Figura 36 - Arquitetura do Museu da Luz.....	180
Figura 37 - Moradores reunidos na antiga aldeia	183
Figura 38 - Praça do Touro.....	182
Figura 39 - Sr. Juquinha e uma das filhas nas terras da antiga aldeia que estava a ser submersa.....	186
Figura 40 - A nova Aldeia da Luz	190
Figura 41 - Protestos contra a barragem de Alqueva.....	193
Figura 42 - Sr. Manuel no Café Guloso	194
Figura 43 - Estrada para a antiga aldeia submersa	205
Figura 44 - Funcionários da CHESF nas obras da central Paulo Afonso	231
Figura 45 - D. Dedé	236
Figura 46 - Casa da antiga Aldeia da Luz	238
Figura 47 - A barragem do Alqueva	241
Figura 48 - Banco da Aldeia da Luz	247
Figura 49 - Fragmento do Castelo de Lousa	248
Figura 50 - A fortaleza da Lousa	248
Figura 51 - Antigo caminho para o Castelo da Lousa	250
Figura 52 - Altar da igreja velha e nova da Luz	251
Figura 53 - Igreja da Luz antes e depois	251
Figura 54 - Procissão 2019 da Nossa Senhora da Luz.....	252
Figura 55 - Interior do Museu da Luz.....	253
Figura 56 - Museu da Luz	254
Figura 57 - Janela do Museu da Luz para o local da antiga aldeia.....	254
Figura 58 - Cuidado das mulheres da Luz com as sepulturas do cemitério.....	256
Figura 59 - A destruição da antiga aldeia.....	258

Índice de Quadros

Quadro 1- Marcos sugerido na evolução cultural do funcionamento territorial	47
Quadro 2 - Síntese das discussões sobre a relação migração	57
Quadro 3 - Criação das Vilas do Sertão de Pernambuco na política pombalina.....	70
Quadro 4 - Formação legislativa – administrativa de Petrolândia, PE	78

Índice

Agradecimentos.....	
Resumo	4
Abstract.....	5
Lista de Acrónimos	6
Índice de Figuras.....	7
Índice de Quadros.....	9
1. Introdução	14
1.1.	
Problematização.....	14
1.2. Objetivos.....	15
1.3. Delimitação do objeto de estudo	
1.4. Relevância do estudo	16
1.5 Metodologia.....	16
2. Expansão territorial do Sertão Pernambucano, migração e desenvolvimento: abordagens teóricas.....	31
2.1. Território e Territorialidade.....	31
<i>2.1.1. Espaço e território: uma leitura a partir do urbano e do tradicional.....</i>	<i>38</i>
<i>2.1.2. Território, territorialidades e processos des-re-territorialização: uma questão basilar</i>	<i>41</i>
<i>2.1.3. Região, desenvolvimento e desigualdades sociais: uma relação de/em poder... </i>	<i>44</i>
2.2. As relações entre Migração e Território.....	47
<i>2.2.1. As dimensões da migração</i>	<i>47</i>
<i>2.2.2. A dialética: migração e território.....</i>	<i>53</i>
3. A cidade de Petrolândia	61
3.1. O povoamento e a expansão para o sertão de Pernambuco.....	61
<i>3.1.1. Os caminhos para o Sertão.....</i>	<i>64</i>
<i>3.1.2. Bebedouro de Jatobá, Itaparica, Petrolândia – povoamento e formação.....</i>	<i>71</i>
3.2. A cidade com os seus cenários.....	79
<i>3.2.1. A exploração do rio São Francisco</i>	<i>81</i>
<i>3.2.2. O comboio chega à velha Petrolândia</i>	<i>86</i>
<i>3.2.3. Os cenários da antiga Petrolândia.....</i>	<i>89</i>
<i>3.2.4. A ordem do progresso e a inundação da cidade.....</i>	<i>99</i>
3.3. A história da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	110
<i>3.3.1. A nova Petrolândia</i>	<i>114</i>

3.3.2. <i>As agrovilas</i>	118
3.4 A cidade lembrada e as suas personagens	120
3.4.1. <i>As personagens da Petrolândia</i>	124
3.4.2. <i>A conquista do novo lugar: da euforia à saudade</i>	128
4. A Aldeia da Luz.....	150
4.1. Locais que estavam entre o caminho do progresso	150
4.1.1. <i>Os imperativos do progresso</i>	153
4.1.2. <i>O território e a terra de Alentejo e a Aldeia da Luz</i>	154
4.1.3. <i>O Convento de Alcance</i>	157
4.1.4. <i>O Castelo da Lousa</i>	158
4.1.5. <i>A Igreja Matriz</i>	160
4.1.6. <i>A Aldeia da Luz e a mudança</i>	164
4.2. A Empresa de Desenvolvimento e infraestruturas do Alqueva e a barragem	167
4.2.1. <i>O regime salazarista, o Estado Novo português e a barragem do Alqueva</i>	168
4.2.2. <i>A construção da barragem do Alqueva</i>	170
4.2.3. <i>Os impactos das barragens: as intervenções do homem na natureza</i>	175
4.3. A nova Aldeia da Luz: uma reconstrução de sentido.....	177
4.3.1. <i>A preservação da memória pelo Museu da Luz</i>	178
4.3.2. <i>Os trabalhos para o resgate pré-histórico da região do Guadiana</i>	181
4.4. A voz dos moradores: memória e saudade	182
4.4.1. <i>A descrença de que a barragem seria construída</i>	183
4.4.2. <i>Falta de atividades, alegria e convívio social</i>	182
4.4.3. <i>A mudança e o sentimento de perda</i>	186
4.4.4. <i>As promessas que não foram cumpridas</i>	196
5. Os trabalhadores da CHESF e da EDIA	206
5.1. O trabalho da Companhia Hidroelétrica do São Francisco e o conflito com os moradores da Petrolândia	206
5.1.1. <i>A cidade CHESF</i>	208
5.1.2. <i>As obras na Petrolândia</i>	211
5.2. As obras da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva e o impacto na vida dos moradores da Aldeia da Luz.....	214
5.3. O contexto de trabalho da CHESF e da EDIA	219
6. Discussão de Resultados	226
6.1. Entre a Petrolândia e a Aldeia da Luz: os impactos e as memórias que ficaram submersas	226

6.1.1. Comparação das transformações nas atividades econômicas e sociais de Petrolândia e da Aldeia da Luz	229
6.1.2. As memórias preservadas.....	241
7. Considerações Finais.....	261
8. Bibliografia.....	264

1. Introdução

Esta tese de doutoramento é o resultado de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, que tem por intuito aprofundar e alargar o conhecimento histórico, resgatar memórias e consequências que intervêm nos projetos de construção das hidroelétricas de Itaparica e de Alqueva, relacionando os seus impactos com a destruição das raízes culturais e identitárias dos seus atingidos. O estudo foi motivado pela percepção de que estes projetos surgiram a partir das transformações sociais, políticas e económicas, pelas quais o Brasil e Portugal passaram. As implementações das obras, em ambos os países, significaram um marco para o setor elétrico brasileiro e português. E não maioritariamente ao processo de tratamento dado a questões sociais análogas, em relação ao deslocamento compulsório das populações atingidas por estes projetos supracitados.

Perante isto, o estudo colabora com o exercício de preservação da memória e das edificações da cidade de Petrolândia, Pernambuco, Brasil (1976-1988) e da Aldeia da Luz, região do Alentejo, sul de Portugal (1997-2002) mas, também, rememorar a contribuição dada por centenas de brasileiros e portugueses que tiveram suas vidas diretamente afetadas, sendo deslocados territorialmente, para a chegada do progresso. Outra contribuição tocará, de tal forma, o processo de amadurecimento das forças democráticas dos dois países, impactando o rumo das negociações com as comunidades atingidas.

Diante do exposto, o que analisamos entre estes grandes projetos de construções das barragens, sinónimo de desenvolvimento e progresso para estas regiões, são legados de um ciclo que vem desde o princípio da história industrial, em que os países mais industrializados precisaram de investir em infraestruturas. O processo do Brasil não foi diferente do de Portugal, pois ambos adotaram projetos “Desenvolvimentistas” que vinham desde antigos governos, sendo concretizado apenas, como o de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek; e prosseguiram, no Brasil, com os governos militares no pós-64 até os anos de 1985. E em Portugal, a criação do Projeto da barragem do Alqueva, surgiu durante o regime salazarista na década de 90, implicando a trasladação da Aldeia da Luz, no distrito de Évora.

Interessante observamos que, no momento pensado para estes empreendimentos, Brasil e Portugal passavam por processos estratégicos semelhantes de desenvolvimento. Nos anos de 1930, instalou-se no Brasil um período político conturbado, com Getúlio Vargas, enquanto em Portugal se instalou o Estado Novo, regime totalitário de António

de Oliveira Salazar. Esta era parte da realidade política dos dois países. Neste contexto de políticas autoritárias e de progresso, os estudos para a construção das hidroelétricas, em regiões menos desenvolvidas económica e socialmente, começaram a ter lugar em ambos os países. Estes estudos avançaram e estenderam-se nos governos posteriores, resultando na criação, no Brasil (ainda na era Vargas), da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e, em Portugal (iniciada nos anos de 1960), numa parceria entre o governo português e o espanhol para a criação da Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura de Alqueva (EDIA), em 1990.

A história e a atuação destas duas empresas, assim como vários projetos deste tipo, impactaram a vida de milhares de pessoas, quer no sertão pernambucano, quer no interior alentejano. Tal como sempre acontece nestes casos, os reflexos sobre a vida das populações envolvidas foram minimizados, diante do processo imposto pelas grandes corporações e o poder do Estado.

1.1 Problematização

Este estudo convida-nos a entender como se deu o processo de implantação destas duas hidrelétricas, possibilitando um melhor aprofundamento do conhecimento histórico entre os dois processos, corroborando-os com a história local e regional. Com o decorrer da investigação foi possível atribuir um diálogo entre orientadores, em consonância, comparando os casos e processos de Petrolândia e da Aldeia da Luz, no Brasil e Portugal, respetivamente. Investigam-se as consequências e os danos causados aos atingidos por estes projetos de construções de grandes barragens, que são semelhantes nas suas dimensões de desenvolvimento e progresso, assim como os impactos de territórios e património material e imaterial, com as desapropriações de propriedades extensas, áreas com histórias submersas, famílias que precisaram de se deslocar para outras localidades ou regiões próximas, bioma (ou unidade biológica formada como resposta ao ambiente físico modificado, afetando animais e plantas nativas), histórias de vida que exigiram um recomeço, ao terem de se adaptar a uma nova realidade, a um novo local de moradia. Diante do exposto, faz-se necessário levantar algumas questões relevantes para melhor cognição, e que são:

1. Como o processo de desapropriação foi conduzido e implementado? Nos dias de hoje, como este projeto é visto por aqueles que foram atingidos?
2. O que ocasionou insegurança e falta de entendimento sobre as possíveis consequências e/ou benefícios advindos da nova situação?

3. Quais os impactos negativos na vida das pessoas deslocadas, deixando para trás a sua terra, hábitos, costumes e história, para um novo recomeço?

Apoiado em questionamentos como estes, refletem-se algumas hipóteses:

1. A Construção das hidroelétricas de Itaparica e Alqueva foi motivo para perda da qualidade de vida dos moradores atingidos, nessas regiões.

2. São percebidos, numa escala mensurável, impactos no desenvolvimento do processo de geração de renda, para as comunidades que foram atingidas pela barragem.

3. O novo reassentamento modificou a imagem de um território de baixa densidade, conferindo-lhe uma percepção mais positiva através da cultura.

1.2 Objetivos

Destaca-se como objetivo geral deste estudo, a comparação entre os dois processos ocorridos, os impactos socioeconómicos e sociais, as consequências sofridas pelos sujeitos atingidos nas duas regiões, a partir da construção destes dois projetos desenvolvimentistas: as barragens de Itaparica e Alqueva.

Como objetivos específicos, a tese pretende:

- Descrever o processo de construção das hidroelétricas de Itaparica e do Alqueva no que concerne aos seus impactos políticos, económicos e ambientais;
- Compreender o processo de deslocamento forçado sofrido pelas duas comunidades e os impactos socioculturais decorrentes;
- Comparar e apresentar as narrativas dos atingidos entre as duas regiões

• 1.3 Delimitação do objeto de estudo

Este estudo busca contextualizar os impactos entre os dois processos de construção das barragens de Itaparica, na década de 70, e a barragem de Alqueva na metade dos anos 90, com a criação de programas desenvolvimentistas para a região do Nordeste, no Brasil, e para a região do Alentejo, região sul de Portugal, a partir da força hídrica dos rios, São Francisco e do rio Guadiana, alavancando a geração de energia elétrica e água para a rega.

Estudos apontavam, no período de construção da barragem de Alqueva, que já existia um forte movimento ambientalista na Europa, para impedir esse tipo de

construção, em consequência da preocupação com a fauna e a flora, o que contribuiu para deixar marcas permanentes no cenário político e intelectual europeu. O contexto observado na construção de Alqueva é diferente do observado no Brasil, quando comparado ao caso de Itaparica, e outras tantas construídas no Nordeste do Brasil. Enquanto políticas sociais, estes não chegavam a 400 famílias, extensão territorial entre os dois países, exemplificando as diferenças existentes entre as duas populações e a quantidade de reassentados no caso de Alqueva, enquanto em Itaparica, os reassentados chegavam a aproximadamente 10,5 mil famílias. Mesmo ocupando uma superfície maior, a barragem de Alqueva resultou num impacto social muito menor do que o observado na barragem de Itaparica, no Brasil, que ocupou uma superfície de aproximadamente 83 mil hectares dos estados da Bahia e de Pernambuco.

1.4 Relevância do Estudo

O desafio que se coloca, comparando os dois empreendimentos, em ambas as regiões e em proporções dimensionais, leva a concluir que se abrem perspectivas únicas para o desenvolvimento económico e social das duas localidades, com a construção das barragens do Alqueva e de Itaparica. Enquanto o Brasil vivia sob o regime de um governo militar e com fortes inclinações para a construção de grandes obras de infraestrutura, como a construção de estradas e barragens para a geração de energia eléctrica, Portugal tornava-se membro da União Europeia, centrando a sua atenção no mercado europeu, com a sua adesão à CEE. Este acontecimento possibilita receber fundos estruturais, destinados à modernização do setor produtivo, o que cria condições para uma mudança profunda que abrange vários setores da sociedade. A importância desse estudo é mostrar a evolução recente das condições de reparação social às populações atingidas pela implantação das grandes centrais hidroelétricas. A partir do momento em que a repercussão negativa da construção destes empreendimentos deixa de ser indiferente à sociedade, e passa a ser vista como importante contributo, abre-se mais espaço para o debate sobre a necessidade de criação de novas políticas públicas, para proteção ambiental e melhoria das condições sociais da população. Dessa forma, a pesquisa ajuda a recuperar a memória da formação dos locais impactados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, desde que haja reparações sociais, relativas aos impactos causados às populações atingidas, isso ajuda a entender, criticamente, a realização de futuros projetos de construções de energia limpa e renováveis.

1.5 Metodologia

Realizar um estudo comparativo entre locais de países diferentes, exigiu a investigação dos atores envolvidos no processo de desterritorialização. A história da cidade de Petrolândia, em Pernambuco, Brasil, e da Aldeia da Luz, no Concelho de Mourão, região do Alentejo, Portugal, que foram submersas para a construção das centrais hidroelétricas, Luiz Gonzaga (antiga Itaparica) e Alqueva, respetivamente, chamam a atenção, pela sua semelhança, nos objetivos e planeamento dos dois governos, brasileiro e português, no desenrolar das obras, na solução para o deslocamento e nos impactos psicossociais na população deslocada.

Sendo assim, o primeiro caminho percorrido pela pesquisa, foi o da revisão da literatura, em que se buscou encontrar fontes académicas e não académicas, valorizando, principalmente, aspetos da oralidade nos estudos já produzidos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a primeira fase de uma revisão bibliográfica é a “crítica do material bibliográfico”, determinando o valor histórico e analisando a veracidade e credibilidade do autor (Marconi & Lakatos, 2003, p. 48).

Assim, a recolha de dados reuniu material de quatro tipos: os documentos históricos, em forma de fotografias, mapas, leis, cartas, cartilhas etc., os trabalhos publicados acerca do objeto de pesquisa que ficaram entre obras literárias e artigos científicos, os documentários produzidos por moradores e pesquisadores das duas localidades, Petrolândia e Aldeia da Luz, e os materiais de campanha e registos das empresas que construíram as barragens, CHESF e a EDIA.

As primeiras fontes permitiram o estudo da história da cidade de Petrolândia e trouxeram praticamente toda a pesquisa, orientada pela base de dados do IGHP. O IGHP foi criado com vista à preservação digital da memória histórica da antiga Petrolândia, além de reunir inúmeros materiais sobre o processo de construção da barragem de Itaparica, da negociação com os moradores e o planeamento da nova Petrolândia, com suas agrovilas, da atuação da CHESF e do impacto económico psicossocial nos moradores que sofreram o deslocamento forçado.

No IGHP, foram utilizadas fotografias da antiga Petrolândia, mapa da velha e nova cidade, e foi encontrado um riquíssimo manuscrito da fundação do colégio da cidade, de 1957, bem como o documento de criação da Igreja São Francisco de Assis, de 1967, uma carta escrita pelo padre José Maria de A. Leitão, endereçada à CHESF, que reivindicava explicações e acompanhamento no projeto de construção para a nova igreja

que fora instalada na nova Petrolândia, e a cartilha de campanha da CHESF distribuída pela população da antiga Petrolândia, que continha explicações sobre as obras que seriam realizadas, sobre as condições de indenização e inúmeras propagandas incentivando à mudança. Foi encontrado um jornal da Petrolândia, intitulado “A Semente” que conta um pouco da história da cidade na década de 1920.

No IGHP, também foi possível encontrar a raríssima obra de Halfeld, engenheiro do Império Brasileiro que, a pedido de D. Pedro II, promoveu estudos na região do São Francisco para viabilizar a possibilidade da construção de um caminho de mercadorias entre as populações ribeirinhas de São Francisco e os obstáculos da cascata de Paulo Afonso. Foi ali, ainda, encontrada a história e a memória dos primeiros habitantes do sertão do São Francisco, os índios Pankararus e as pesquisas arqueológicas que contam o passado pré-histórico daquela região.

Foi consultada a plataforma digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que reúne diversos documentos ligados ao Estado português, sendo que, para o presente estudo, serviu de apoio para a consulta da fundação das Capitânicas Hereditárias, no objetivo de recontar a história do povoamento do sertão de Pernambuco nas áreas ribeirinhas do São Francisco. Outra plataforma de inestimável valor histórico e documental é o Acervo Digital do Estado Brasileiro de Pernambuco das Leis Provinciais, onde, no *site*, é possível ter acesso a diversas leis do Império brasileiro, o que permitiu um enriquecimento para a base de dados da pesquisa.

O IBGE forneceu base para a descrição demográfica, social e econômica da nova Petrolândia, além de ser fonte para a compreensão das diversas transformações sofridas pelo local, mesmo antes da construção da Barragem de Itaparica, como a construção da Via-Férrea e as diversas mudanças de nomes e definição, pelas quais a cidade passou.

Entre os artigos, dissertações, teses, monografias e obras consultadas, para a construção do estudo de Petrolândia, está a de Albuquerque e Cândido (2013) que abordam a questão do capital social para o desenvolvimento do médio São Francisco. Os autores explanam o conceito de agricultura familiar empregada na economia capitalista pós-industrial. Desta forma, é considerada toda a relação dos agricultores, em contexto da agricultura familiar, com os novos atores que emergem para o desenvolvimento, como os Sindicatos, as cooperativas e a rede de comercialização, que tramitam para o mercado global do agronegócio e, assim, os autores analisam a relação territorial do Médio São Francisco onde se configuram esses atores:

[...] num território estabelecem-se relações de comunicação interpessoal ou de proximidade, relações socioeconómicas de solidariedade ou de reciprocidade entre as famílias e também novas formas locais de coordenação entre os produtores: as organizações profissionais como sindicatos, associações, cooperativas e as redes interpessoais, como as de comercialização ou as redes de inovação (Albuquerque & Cândido, 2013, p. 124).

A consulta aos autores foi de grande valia para a construção histórica da cultura agrícola do Submédio São Francisco e a análise do impacto que o desenvolvimento Elétrico e dos perímetros irrigados, criados pela CHESF, além da extensa rede de agronegócio, que permitiu o intenso comércio interno e externo do coco, da tilápia e grãos, na atualidade, numa região que já é marcada pelas atividades rurais.

No artigo intitulado “Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco”, com autoria de Arraes (2013) foi retirado o estudo sobre as condições favoráveis que o rio São Francisco oferecia para o povoamento e o desenvolvimento de atividades agrícolas na região nordestina. O artigo de Arraes (2013) traz um panorama geral das políticas de urbanização da Coroa portuguesa para a colonização da região São Franciscana, levando em consideração os aspetos económicos, sociais e hierárquicos que formaram a povoação e urbanização do vale do São Francisco.

Para o presente estudo, a obra de Arraes ajudou na construção de uma linha histórica do povoamento da região do Médio São Francisco, descortinando a sua formação social e económica, os conflitos entre os padres missionários e os colonos e as complexas relações de trabalho que ali se formaram, para o desenvolvimento do que seriam as futuras cidades sertanejas.

A obra de Barbosa, Aciole e Assis (2006), é extremamente valiosa para pesquisas sobre a formação do Brasil colonial. A obra organiza os inúmeros documentos da Capitania do Pernambuco, comentados pelos autores que ilustram a formação histórica, política, económica e social da região.

Para a construção do estudo sobre a Petrolândia, a obra foi utilizada para a perfeita compreensão do que eram as Capitanias Hereditárias num contexto mais amplo, da planificação do governo português em transpor, para as terras do Brasil, o modelo ibérico, porém adaptado às condições peculiares dos povos que ali habitavam e a região.

Através desta obra, também foi possível compreender a dinâmica da Capitania de Pernambuco que resultou no início da construção de grandes obras públicas, a exploração do sertão e as primeiras cidades, o início da vida social e económica da região, com o

trabalho nos engenhos que, de certa forma, teve papel preponderante na formação da hierarquia e relações sociais da época.

Neste contexto, não se podem ignorar os nativos que já habitavam as terras brasileiras e tinham estabelecido os seus rituais, cultura e organização social, aquando da chegada dos portugueses às terras nordestinas. Os índios foram protagonistas de conflitos e auxílio à colonização portuguesa no Brasil e na formação das cidades e da população. Martin (2008) revela, no seu estudo, que os primitivos que habitavam a região do São Francisco deram origem aos Pankararus, indígenas que habitavam o médio São Francisco.

A tese de Batalha (2017) explica a vivência dos índios Pankararus, tanto no contacto com os missionários evangelizadores, que modificaram a sua cultura, quanto com os colonizadores na cidade de Jatobá, em que se localiza a sua aldeia de origem, no Brejo dos Padres. Este trabalho ampliou a visão sobre o povoamento da região do Médio São Francisco, mas especificamente, nas regiões em que se instaria, posteriormente, a cidade de Petrolândia.

Neste contexto, Danta (2015) expôs todo o cenário das relações dos colonizadores com os indígenas, as alianças e a caça à mão-de-obra, com as Guerras Justas. Esta passagem histórica tão importante para a compreensão da formação do povo brasileiro e o início do sistema político, económico e social, também foi discutido por Guedes, Fragoso, Krauser (2013), abordando as relações entre indígenas e colonizadores, na coação para que colaborassem nos trabalhos realizados para o levantamento da colónia de Pernambuco. Souza (2016) colaborou com a explicação sobre a evangelização indígena na região do Nordeste, na Bahia e em Pernambuco.

A povoação do sertão pernambucano foi realizada por inúmeros agentes que compuseram uma multiplicidade cultural, carregada de valores e crenças diversas, mas que, na interação de uns com os outros, formaram o povo da Petrolândia. E, ainda, partindo da perspectiva histórica da formação territorial urbana e agrícola do sertão pernambucano e do povoamento, é que a obra de Fragoso e Gouveia (2014) elucidou as características do Governo Geral e os conflitos com os donatários das Capitánias Hereditárias.

Já Correia (2015) explica os desenvolvimentos da construção da via-férrea de Paulo Afonso, de 1978 a 1914, que modificou a paisagem e a dinâmica social da região que seria denominada Petrolândia. Cunha (2013) explica como se deu o desbravamento dos caminhos que levaram os colonizadores aos sertões, pautando a utilização do rio como principal meio de se transportar, o que ajudou na fixação das populações

ribeirinhas. Desta forma, o trabalho de Cunha (2013) apoiou na reunião de informações sobre a construção das vilas e o povoamento no médio São Francisco.

A construção da via-férrea é resultado dos estudos encomendados por D. Pedro I, após a sua visita ao São Francisco. O Imperador do Brasil vislumbrou naquela região o potencial para a construção de uma via de transporte de mercadorias que ligaria o sul ao norte do país.

Com o estudo realizado por Correia (2015) foi possível compreender como se dá a transformação social de uma região após um grande empreendimento governamental. O autor ainda apresenta todo o panorama do trabalho executado para a construção dos caminhos, demonstrando que havia a adesão de castigos físicos aos trabalhadores e os impactos sociais e económicos para a cidade de Jatobá. Luna (2013) ajudou na compreensão da história que conduziu à construção da via-férrea, expondo os relatórios e estudos realizados na condução do projeto de intervenção à paisagem da cascata de Paulo Afonso para o desenvolvimento regional e nacional, no período imperial. Oliveira (2015) também aborda a construção da via-férrea na Petrolândia, explicando o contexto político e social do empreendimento.

A história da freguesia da Aldeia da Luz é reproduzida pelas obras de Campina (2014) que analisa todo o contexto político desenvolvimentista do salazarismo, governo que originou a EDIA, assim como o Estado Novo no Brasil, originou a CHESF. Cardoso e Santos (2013) também abordam o Estado Novo português, porém tem por base uma comparação com o Estado Novo brasileiro.

Para abordar um passado mais distante, que se configura entre os registos históricos do Concelho de Mourão, estudaram-se nas obras de Camara (1889) as memórias do Convento de Alcance, que remontam à batalha contra os castelhanos no ano de 1400/1476. A plataforma “Monumentos Desaparecidos” narra a história do Castelo da Lousa, grande marco histórico da velha Aldeia da Luz, que foi submerso envolvido num “caixão” de areia para preservar a sua estrutura. Já Silva (2018) divulga os estudos arqueológicos realizados em Évora que resultaram em diversas descobertas de origem grega, possivelmente as primeiras populações da região.

Ferreira (2009), Oliveira (2011), Silva (2011) e Watteau (2008) abordam o contexto histórico, social, económico e político do Alentejo e do Concelho de Mourão, além de retratar o panorama geral da velha aldeia na passagem para a nova aldeia e debater os pontos da construção da barragem do Alqueva. Neste âmbito, foi necessário um estudo sobre as empresas que empreenderam a construção das barragens, respetivamente de

Itaparica, em Petrolândia e do Alqueva, na Aldeia da Luz. Para tal, recorreu-se ao *site* oficial da CHESF, cuja riqueza de materiais históricos se fez impressionante. O canal do *Youtube* da CHESF conta com vídeos que expõem os trabalhos realizados na construção da cidade CHESF e da hidroelétrica de Paulo Afonso. Estes documentários serviram, não somente como material de apoio e fundamentação para descrever o progresso no nordeste brasileiro, como de reflexão relativa à relação laboral entre a CHESF e os seus funcionários, bem como a relação social e o impacto que a chegada da empresa causou nas populações ribeirinhas do São Francisco.

Continuando os estudos sobre a CHESF, recorreu-se ao IGH para a aquisição das cartilhas com as explicações indenizatórias e as organizações sindicais, que nasceram da necessidade de reivindicar melhores condições para os trabalhadores agrícolas, que iriam ser deslocados das suas terras. A obra de Cachapuz (2009) permitiu a compreensão da história da empresa e o seu percurso nas obras do São Francisco, abrangendo tanto a distribuição de energia e água para o nordeste brasileiro, quanto os sistemas de irrigação nas agrovilas.

Para a EDIA, foi consultado o portal oficial e seu canal no *Youtube*, seguindo a mesma linha de pesquisa da CHESF. Os trabalhos de Saraiva (2017), Santos, Souza e Lima (2016), Cunha (2012), Dias (2002), Castro (2011), Bonfim (1999) e Abreu (2020), além de fornecerem toda a estrutura de tópicos sobre as obras da EDIA e da CHESF abrangeram questões laborais e sociais no desenvolvimento e modernização deliberados pelas empresas, questionando os impactos que causam as grandes barragens, as mudanças nas paisagens e a nova dinâmica social que as grandes obras são capazes de configurar na população local.

Diante do exposto tornou-se necessário realizar um estudo paralelo levando em conta o contacto entre a população local e os trabalhadores da CHESF, em Petrolândia e da EDIA, na Aldeia da Luz. Para isto, vídeos encontrados no *site Youtube* retrataram, quer o trabalho exercido pelas empresas, quer a fala dos moradores, explicando como foram os dias em que ocorreram as obras das barragens e a construção das novas moradias, assim como as consequências desta relação.

A CHESF causou grande transformação social e territorial no Nordeste brasileiro, na região de Paulo Afonso, com a construção da cidade CHESF, organizada por hierarquia social e com uma estrutura que considerava a vida profissional e pessoal de seus empregados. É o que o trabalho de Nascimento (2019) aborda, explicando a construção e o contexto educacional das escolas da cidade CHESF, e também como era

a relação dos empregados da CHESF com os moradores locais. Watteau (2008) descreve toda a participação popular dos moradores da Aldeia da Luz para a construção da nova aldeia, a interação social entre a EDIA e a população, como também os posteriores conflitos.

Nesta parte, o trabalho toma uma outra direção, abrangendo a oralidade concomitantemente à literatura escrita. Num primeiro momento, foi consultado todo o material produzido a partir da oralidade histórica do deslocamento forçado dos moradores da Petrolândia e da Aldeia da Luz. Então, a pesquisa partiu para artigos que foram produzidos nas pesquisas de campo, em que foram recolhidos depoimentos dos moradores das antigas cidades, de funcionários da CHESF e da EDIA e das autoridades envolvidas no processo.

Foram selecionados vídeos que mostravam as recordações dos moradores das antigas cidades, e, também, depoimentos sobre os dias que passaram entre a obra, o deslocamento e a vida na nova cidade construída pelas empresas empreendedoras. Como o vídeo divulgado por Abreu (2020) que diz respeito às construções realizadas pela EDIA para o deslocamento para a nova aldeia, através de depoimentos dos moradores, é possível compreender que as promessas realizadas pela empresa não foram cumpridas, uma vez que houve muitos erros de construção nas casas, enquanto as estruturas públicas ficaram à margem das expectativas dos moradores. Assim como o vídeo divulgado pela (Producciones, 2008) que também deixa clara, a insatisfação dos Luzences, quanto às obras realizadas pela EDIA, estes vídeos mostram a relação conflituosa entre os moradores e os arquitetos e engenheiros da empresa, que, inclusive, foram trocados várias vezes durante os anos de obra.

O vídeo de Bodnar (2015) é rico de conteúdo histórico sobre a criação da Vila CHESF, explicando a hierarquia para a distribuição de moradias, bem como os benefícios e acessos que os funcionários tinham para o acesso aos serviços sociais, prestados pela empresa. Ainda explica que a vila funcionava com toda a estrutura de uma cidade, com água, eletricidade, esgoto, hospitais, banco, escola e até mesmo uma pista de aterragem para pequenos aviões. A partir deste material, foi possível compreender o gigantesco empreendimento que o governo brasileiro estava a realizar com vista ao progresso no Nordeste.

Chegando a este ponto, partiu-se da abordagem da oralidade na história, para realizar um estudo comparativo dos impactos psicossociais que o deslocamento forçado causou na população da Petrolândia e da Aldeia da Luz. Amado e Ferreira (2006) definem

a história oral como uma “outra história” que se faz “livre e emancipadora” em contrassenso da história institucional. Foi fácil confirmar a veracidade dessa afirmação, quando em contato com os trabalhos realizados por Figueiredo (2011/2016), que parte da perspectiva da oralidade na análise dos depoimentos dos moradores da antiga Petrolândia, recolhidos pela autora e construídos numa perspectiva histórica para descrever o passado da Petrolândia e as marcas do deslocamento forçado. Com o trabalho da autora, nota-se que, se não houvesse a história contada pelos moradores, por meio da oralidade, não se saberia que, na realidade, o projeto de progresso do governo brasileiro, executado pela empresa CHESF, não foi tão benéfico para os petrolandense quanto o esperado e que, ao invés de estimular a economia e impulsionar as atividades econômicas, deixou muitas pessoas numa situação de extrema pobreza, sem indenização e sem trabalho.

A mesma situação verificou-se na Aldeia da Luz, por meio dos depoimentos recolhidos por Saraiva (2013/2017), elucidando questões sociais, econômicas, políticas e psíquicas dos impactos que foram causados pelas barragens nos dois territórios estudados.

Os depoimentos trazidos por meio da pesquisa em trabalhos que já se debruçaram sobre a questão, e foram ao local realizar estas entrevistas, estimularam o avanço destes estudos, visando a compreensão da generalização dos impactos, como proporção das obras que atingem populações inteiras. Estimou-se, assim, que existiam características que não eram exclusivas à região e sim, parte integrante do processo da construção de barragens que são seguidas por deslocamento compulsivo, provando-se, assim, que tal afirmação só poderia ser constatada através da história oral.

O princípio de investigação entre a história da formação e povoamento das duas regiões, no contexto político em que as empresas supracitadas foram criadas, e todos os processos de construção das hidroelétricas nas duas regiões, já tinham, até aqui, mostrado que existiam muitas semelhanças entre a história da Petrolândia e da Aldeia da Luz. Porém, faltava a comparação de maior interesse do presente estudo, ou seja, o impacto que as grandes obras causam nas populações atingidas:

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora pelas suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo” (Geschichte von unten, Geschichte von innen), atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões

subjetivas e os percursos individuais, numa perspetiva decididamente “micro-histórica” (Amado & Ferreira, 2006, pp. 497-8).

A abordagem da história oral foi, então, escolhida para compor os conhecimentos da “outra história” social, que era necessária para compreender o objeto de estudo. Joutard (2000) reforça a afirmação de Amado e Ferreira (2006) explanando que a função da história oral é dar voz aos “esquecidos”, aos “oprimidos”, num termo mais forte, aos “derrotados”, dando a cada indivíduo a sua justa autoria na história.

É através da oralidade que se entende realmente o poder das decisões. É nos depoimentos orais que, muitas vezes, são considerados insignificantes, para figurarem nos livros da história oficial, que se tem contato do inconfessável com o simbólico, com o imaginário. Apesar da história oral produzir um rico conhecimento que se faz necessário para preencher as lacunas de pesquisa, é necessário que o pesquisador saiba estabelecer e respeitar as suas limitações.

Ferreira (2000) explica que a fraqueza da história oral é o defeito da própria memória que, muitas vezes, conduz para a lenda, para o mito. Joutard (2000) afirma que as lendas e os mitos produzidos pela história oral podem guiar o caminho da representatividade, da experiência vivida pela representação, que se faz mais forte do que a real:

O que os historiadores positivistas consideram radicalmente como o ponto fraco do testemunho oral não apenas nos permite compreender melhor o "vivido" dos testemunhos, mas também conhecer os motores da ação (Joutard, 2000 In Ferreira, 2000, p.35).

Amado e Ferreira (2006) explica que a história oral foi considerada como uma técnica de investigação, de certa forma considerada auxiliar à história do tempo presente. Porém, a autora defende que a técnica não se limita somente a essa função, pois é capaz de trazer conhecimento de tempos mais remotos, e mostra-se inovadora, pois, ao exemplificar uma investigação de história oral realizada na Alemanha sobre os impactos sociais do regime nazi, a autora identifica a capacidade de relativização da política, a forte influência cultural e faz um relato de períodos que vão além da cronologia citada pela história oficialmente escrita.

A autora ainda defende que a técnica da oralidade leva o pesquisador a uma aproximação original ao seu objeto de pesquisa, de forma que a produção de conhecimento se torna mais intensa. Contudo, adverte que a aproximação que a história

oral proporciona é mais perigosa do que a relação com os documentos, uma vez que o historiador pode envolver-se sentimentalmente e pender para um relato que perde a sua neutralidade. Ademais, ainda existe a frustração de evocar sentimentos ao recolher os depoimentos que as pessoas não querem recordar.

[...] a história oral, precisamente na medida em que se constitui num encontro com sujeitos da história, pode contribuir para reformular o eterno problema da pertinência social da história e também o do lugar e do papel do historiador na cidade: por isso mesmo ela pode representar para a história, como disciplina, uma chance que não se deve subestimar (Amado & Ferreira, 2006, p.584).

Para capturar cada recurso da oralidade, que servirá para tecer o conhecimento histórico pela memória interpretação da oralidade, é necessário que se tenha atenção às falas, às expressões, ao silêncio, aos gestos, como explica Joutard (2000, p.35):

Como interpretar o silêncio e o esquecimento? Para nos ajudar, é indispensável a análise da totalidade do documento: hesitações, silêncios, lapsos... assinalemos, ainda, o interesse da gravação em vídeo, que permite capturar também gestos e expressões. Inútil dizer, estamos todos convencidos de que o documento original é a gravação e que a transcrição não passa de acessório, não podendo substituir a audição de fitas gravadas ou, ainda melhor, a visão dos vídeos.

O distanciamento e a ausência de críticas são imprescindíveis para uma boa interpretação da oralidade, das memórias e dos esquecimentos. O trabalho com a oralidade liga-se aos estudos da antropologia que, por esta técnica, alcançava os meios para chegar ao conhecimento das culturas que eram abordadas: “A história interessou-se pela “oralidade” na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (Amado & Ferreira, 2006, p.719).

Ferreira (2006, p. 196) afirma ainda: “Os eventos traumáticos da história recente oferecem uma oportunidade ímpar de se repensar o passado”. Na pesquisa aplicada na presente tese, as memórias levaram à reflexão de que o tão estimado e desejado desenvolvimento das nações, talvez deva seguir percursos alternativos, que considerem os impactos, não somente ambientais e económicos, como os psicossociais. Como verificado pela oralidade e confirmado por base de dados estatísticos, ao longo do trabalho, as obras das barragens provocaram transtornos mentais na população da

Petrolândia e região do Médio São Francisco, como a depressão e a ansiedade, que não estavam previstos, considerando o projeto empreendido pela CHESF.

Este conhecimento, produzido pela oralidade, é apenas um dos muitos que a técnica é capaz de revelar. Ferreira (2006) explica que, no campo das memórias, tende-se a sacralizar ou banalizar os acontecimentos passados. A sacralização consiste na interrupção da reconstrução da história passada, pois com esta, o trauma vivido também se revive, a memória então cristaliza-se e torna-se uma afirmação identitária. Contudo, não é possível reconstruir a memória. Já para a banalização, o passado é misturado com o presente e os acontecimentos inscritos na memória são lembrados a partir dos acontecimentos presentes.

O historiador pode vir a ser um intérprete dos equívocos políticos do passado e dos mecanismos de construção das memórias, não se deixando levar pelos rótulos fáceis da banalização ou da sacralização da memória. A partir da análise histórica pode, inclusive, relativizar as memórias, ou melhor, questionar a função desse passado rememorado. Esquecer também é uma das faces do campo da memória. Estudar o que é esquecido e o que é lembrado parece fundamental para entender o presente (Ferreira, 2006, p.201).

Compreende-se que o historiador, no seu compromisso de “fazer” a história, não pode ficar preso a uma narrativa social específica, podendo, no uso dos instrumentos de investigação da memória, propor um outro trabalho para a reconstrução histórica. Estes instrumentos são capazes de acertar todos os fragmentos e desencontros da memória resultando num trabalho com a memória, a partir dos conhecimentos e técnicas da história:

A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica, cujo propósito incluiu a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos, pelo que também se identifica e solidariza com muitos dos princípios da tão discutida “história popular” (Amado & Ferreira, 2006, p.730).

Partindo das premissas da oralidade na história teve início a pesquisa de campo. O instrumento de investigação foi a da observação, pois a pesquisa deu-se de forma diversa. No período do estudo, o Brasil, Portugal e o mundo estavam assolados pela pandemia da Covid-19 e, como medida de combate ao vírus, a OMS recomendou, além de medidas de higiene, o isolamento social, o que impossibilitou a visita aos locais de estudo.

Porém, através da comunicação virtual, estabeleceu-se contacto com os organizadores do IGEP, os quais, gentilmente cederam espaço para uma conversa relacionada com a presente pesquisa, com uma *live* divulgada na plataforma *Youtube*, além de permitirem o acesso a dezenas de novos materiais de pesquisa, que cumpriram com a expectativa de construção do conhecimento através dos depoimentos dos moradores e vídeos de memórias da antiga cidade.

Com o Museu da Luz, o contacto mostrou-se um pouco mais limitado, pois, como informado, nem todos os materiais que são encontrados no museu podem ser digitalizados ou, até mesmo, divulgados. Isto dá-se pela função turística do museu, que lhe confere a necessidade de preservar com exclusividade algumas coleções que só são acedidas pelos visitantes do museu. Mesmo diante deste impasse, os colaboradores do museu mostraram-se muito solícitos a indicar materiais que corresponderam à minha procura por mais informações sobre a Aldeia da Luz.

No dia 7 de agosto de 2020, consegui realizar a tão necessária visita ao Museu da Luz e à nova Aldeia da Luz. Lá, fui recebida por um senhor muito solícito que separou inúmeros materiais para me apresentar, mas a maioria destes eram estudos e relatórios já encontrados nos repositórios da EDIA. Diante da falta de documentos históricos, percorri o caminho, novamente, da história oral e das imagens que relembram a história da antiga aldeia e a perpetua, não somente no imaginário popular, mas também nos registos e exposições do Museu da Luz. Também fui presenteada com dois livros da escritora Clara Saraiva sobre a aldeia que contribuiram para responder aos problemas de pesquisa. Sendo esta uma fonte que já enriquecia a fundamentação teórica desde o início da pesquisa.

O IGH de Petrolândia tem o seu trabalho inteiramente construído virtualmente, sendo realizado por colaboradores que recolhem todo o material que relembre os acontecimentos da velha Petrolândia e a sua relação com o presente, da região, de modo que o acesso às informações aconteceu de forma mais satisfatória. Para suprimir a limitação que se impôs, procurei a oralidade em todas as fontes em que esta se poderia fazer presente: cinema, televisão, documentos, vídeos independentes etc.

O primeiro referencial para esta análise foi a produção cineasta brasileira “Os narradores de Javé”, citado também na pesquisa de Figueiredo (2011). O filme produzido em 2003, com direção de Eliane Caffé (2003), retrata, de forma fictícia, a história dos moradores da Vila de Javé, no interior da Bahia que seria inundada para a construção de uma hidroelétrica. A história mostra que o deslocamento forçado já faz parte do povo nordestino brasileiro, como observado por Figueiredo (2011, p.10):

Os narradores de Javé fazem lembrar que esta desconstrução causada pela implantação de hidroelétricas é uma realidade próxima para o nordestino e muito pesquisada, mas o papel das memórias vivas dos grupos, em movimento de reconstrução de suas identidades, partindo dos contadores de história das comunidades requeria ser considerado.

Os sentimentos de pertença e identidade que se reconstroem com as memórias parecem ficar submersos junto às águas dos grandes lagos artificiais. Não são reconstruídos no novo local de pertença, e esta inquietação é que impulsionou a busca pela compreensão da construção identitária e como ela poderia ser reconstruída após o deslocamento.

Após a apreciação desta produção, foram encontrados inúmeros depoimentos dos moradores da Petrolândia, no trabalho realizado pela pesquisadora Figueiredo (2011). A autora percorreu as cidades do Médio São Francisco, atingidas pela barragem de Itaparica, e recolheu o testemunho dos moradores, registrando todo o impacto que a construção das barragens e o deslocamento compulsivo causou naquelas pessoas.

Em contacto direto com as populações atingidas pela construção da barragem, a autora relata que notou que as pessoas, independentemente da idade, passavam os dias a contar factos sobre a vida no antigo local, o que se tornava-se um impedimento para a reconstrução de uma identidade ou identificação territorial: num dos relatos expostos pela autora, revela: “a identidade aqui está perdida, aqui acabou o referencial de identidade, a situação aqui é muito delicada” (Figueiredo, 2011, p.13). Nota-se, daí, as complexas questões que envolvem o exílio para a construção de hidroelétricas.

Foi através dos primeiros depoimentos dos moradores da Petrolândia, encontrados na pesquisa de Figueiredo (2011) e em produções independentes divulgadas pela plataforma de vídeos *Youtube*, que foi despertada a necessidade de compreender a história local nos seus pormenores, não apenas de uma forma geral, pautada por acontecimentos, considerados relevantes para entrar em livros didáticos, ou por propagandas governamentais contidas em manuais das empreendedoras das barragens.

O estudo da obra de Menezes (2014) intitulada “*De Jatobá à Petrolândia: Três nomes, uma cidade, um povo*”. Menezes, antes de tudo é morador da nova Petrolândia e foi para lá deslocado da velha Petrolândia. Na velha Petrolândia, ele e sua esposa, Nicinha, eram conhecidos por desenvolverem diversas atividades profissionais que atendiam a população local.

No seu livro, o professor Menezes, como era conhecido, leva a público um rico e pormenorizado relato de toda a vida local da antiga Petrolândia, descrevendo casas, ruas e comércios, análise de projetos e leis locais e crítica ao projeto da nova Petrolândia, além da descrição dos diversos personagens do quotidiano que modelavam o coração da cidade.

Através desta obra foi possível a compreensão da relação dos moradores, da estrutura das casas e ruas, da vida social, que foi complementada por documentos trazidos do IGH, como a declaração de fundação do colégio e da igreja de Petrolândia.

Para a Aldeia da Luz, os estudos regionais foram realizados a partir da obra de Saraiva (2003/2017) que detalha cada pedaço da pequena freguesia da antiga Aldeia da Luz tornando gigante a sua história. Saraiva reconta cada passo da aldeia, desde o mito de sua fundação com a aparição da Virgem Maria, no processo do deslocamento, atentando-se a cada detalhe que enriquece os conhecimentos do local e torna possível a compreensão e interpretação dos depoimentos dos seus moradores.

Passou-se então a buscar depoimentos dos moradores e a reconstruir a história local, a partir dos conhecimentos prévios adquiridos pela revisão de literatura, utilizando, para a composição arquitetónica do trabalho, os caminhos que a memória revelou. A pesquisa dividiu-se em quatro partes: a primeira uma revisão bibliográfica da história da cidade de Petrolândia, buscando a compreensão de todo o contexto político e social que levaram à decisão da construção da hidroelétrica naquela região. O estudo da criação e atividades da empresa CHESF e a relação dos moradores, em conhecimentos construídos pela oralidade.

A segunda etapa foi refazer o percurso de pesquisa, porém aplicada à freguesia da Aldeia da Luz, em Portugal. Observou-se a semelhança, entre Petrolândia e a Aldeia da Luz, dos fatores políticos, económicos e sociais que motivaram a construção da hidroelétrica, dos estudos realizados no rio Guadiana, na participação ativa do governo português e a criação da EDIA, até o longo tempo em que o projeto de construção da barragem se desenvolveu, ao ponto de os moradores deixarem de acreditar que realmente seria concretizado. Até à construção da nova Aldeia, a dinâmica social dos moradores com os trabalhadores, o deslocamento para a nova aldeia e a vida atual.

A terceira parte foi realizada para compreender de forma efetiva a relação dos moradores com os trabalhadores das empresas CHESF e EDIA, quem eram estes trabalhadores e a importância destas empresas para a transformação nas relações locais. Foi realizado um estudo, nos documentos e acervos das duas empresas, além de

documentos sindicais das associações criadas para a reivindicação dos direitos dos trabalhadores agrícolas da região a ser submersa, com a separação eminente.

Por fim, foi exposta e analisada toda a pesquisa que percorreu a busca por novas fontes da oralidade das populações de Petrolândia e da Aldeia da Luz. Os contactos realizados foram relevantes, assim como os resultados de tudo o que se estudou, com o objetivo de comparar os impactos que o deslocamento causou nas duas regiões dos distintos países.

1. A expansão territorial do Sertão pernambucano, a migração e o desenvolvimento: abordagens teóricas

O presente capítulo procura identificar e discutir alguns referenciais relativos aos conceitos de território, territorialidades, migração e desenvolvimento, na perspectiva de sinalizar o marco teórico, a direcionar olhares e leituras relativas à identificação de tempos/espaços/lugares de resistência, articulação e superação presentes na compreensão do processo histórico de des-re-territorialização.

Estes conceitos são importantes para a compreensão dos capítulos seguintes, que abordarão o processo de desenvolvimento e mudanças ocorridas na velha Petrolândia e na Aldeia da Luz.

2.1. Território e Territorialidade

A concepção de território apresenta diferentes perspectivas e abordagens. Cada autor, em cada local e época, busca elaborar uma definição baseada em escolas e métodos, não isentos de posições ideológicas, contexto cultural, económico e sociopolítico de cada momento.

Para o desenvolvimento deste tópico procura-se identificar e utilizar autores que transitam e contribuem para e com a delimitação do objeto e objetivos de estudo, como as definições propostas pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, corroborando com outros autores que se desenvolve ao longo do texto. Para este autor, “[...] o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (Haesbaert, 2004, p. 78). O autor vai tecendo o território e as relações nele existentes nos meandros das teias do tempo e espaço, tendo como pano de fundo o poder.

Haesbaert (2004) refere que no debate sobre território é preciso questionar ou desconstruir:

a) o território, ainda que indissociável da materialidade económico-política (e também “natural”) do espaço, não pode prescindir dos elos também indissociáveis com a dimensão simbólico-cultural;

b) o território, ainda que sempre relacionado a uma determinada concepção de limite ou “fronteira”, não deve ser associado apenas à fixação/imobilidade e à

continuidade espacial, devendo-se admitir a existência de territórios descontínuos, construídos no e pelo movimento, cujo componente fundamental é a rede;

c) o território, ainda que privilegie as relações de poder, nunca pode ficar restrito ao poder político “tradicional” ou estatal, pois deve-se levar em conta os múltiplos sujeitos do poder (e a resistência que lhe é inerente).

O autor mencionado percebe território como um conceito carregado de múltiplos significados, impossibilitado de estar uno, pelo contrário, tempo e cultura são elementos fundamentais que envolvem a dimensão geográfica (espaço), a cultura (dimensão humana) e o tempo (contexto histórico).

Manuel Correia de Andrade (1995) parte do entendimento de que o conceito de território é distinto do conceito de espaço ou lugar. Segundo o autor o poder é o elemento que molda e dá sentido a determinado território, apresentando uma ligação e correlação entre ambos. O território apresenta-se como um elemento transfigurado pelo poder, perpassado e criado por este, impossibilitado de ser pensado fora das relações mais amplas de poder das quais os sujeitos estão conectados (Andrade, 1995).

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, que se faça referência ao poder público, estatal [...] (Andrade, 1995, p. 19).

Raffestin (1993), na sua obra clássica, *Por Uma Geografia do Poder*, corrobora com esta afirmação e criva o conceito de território apoiado no espaço, não ou mesmo um espaço qualquer, mas criado, produzido – e por que não constru(inven)tado e/ou inven(constru)ido – dentro de estruturas moldadas e solidificadas pelo poder (Raffestin, 1993).

O poder, para o autor mencionado, é o elemento que ao criar o território a partir das próprias relações entre os sujeitos, recria-os também. Trata-se de um projeto pré-estabelecido, uma ideia para um espaço, uma perspectiva para um local, está inserida dentro da lógica da produção de um território.

Tanto para Andrade (1995), como para Raffestin (1993), evidencia-se o espaço inicialmente e posteriormente a construção do território. Ato de criar, elaborar, moldar são verbos associados pelos autores ao ato de criar território, o que desmitifica qualquer possibilidade de um território natural, dado e/ou em última análise pronto.

Para Raffestin (1993), o território, elemento produzido através de relações de poder, é representado, tem a imagem desejada, ou seja, antes de ser, de facto, construído é pensado, projetado e consolidado.

O mesmo autor, esclarece que o espaço é um elemento que existe antes mesmo que o território. A criação e/ou invenção do território dá-se a partir da construção, que dá sentido a determinado agrupamento humano, tal qual dentro da sua cultura. E, neste sentido, as relações de poder são os elementos que irão definir a construção dos territórios e como dito pelo próprio autor “há uma ação conduzida” (Raffestin, 1993).

A presença do ator, do sujeito dentro das relações de poder, será o elemento que vai definir a construção do território. O ator imbuído de poder cria o território. Isto levanta uma questão: porque não utilizarmos o ator no plural? Atores como sujeitos neste processo, onde o poder não possui um lugar, um único local para ser mais preciso, mas sim algo transversal a todos os indivíduos da sociedade, e neste sentido (re)criando territórios e (re)configurando identidades (Raffestin, 1993).

O poder é tido como um elemento transversal a todos os sujeitos de uma determinada sociedade, como definido por Michel Foucault (1982), na sua obra *Microfísica do Poder* (Foucault, 1982).

Para Haesbaert (2004), território e territorialidades são construídos e nunca dados, naturalizados e/ou findos, ao contrário, têm mobilidade, inconstâncias e fluidez (Haesbaert, 2004).

Tendo como base sobretudo o poder, o território, para estes autores, é construído e criado a partir dos interesses de determinados sujeitos, ideologias, contradições e temporalidades. Então, é relevante pensar como se dão as construções dos territórios? A quem servem tais criações? Quais atores e quais relações de poder estão presentes na formação de cada território num determinado tempo e espaço?

De acordo com Raffestin (1993), para além das relações de poder que moldam os territórios e as lutas que as envolvem, o fator temporalidade é fator central nestas construções, assim como já havia referido Haesbaert (2004), ao usar as expressões relações sociais e contextos históricos. O tempo, assim como o espaço são associados dentro das relações mais amplas de poder como um dos elementos centrais nesta teia que cria o território.

Para além de uma conceção de território tendo o poder e a temporalidade como elementos centrais, transversais e ligados entre si, na dinâmica de cada relação, a definição de território, conforme Raffestin (1993), passa centralmente pela consolidação

e segregação de cada territorialidade que é dada e definida por cada sistema de forma única.

Para o conceito de territorialidade, Haesbaert (2004), partilha as mesmas definições propostas por Sack (1986) e Raffestin (1993), condensando o termo. Mais explicitamente, o conceito de territorialidade é definido por Sack como “[...] a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenómenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controlo sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (Sack, 1986, p. 6).

Já Raffestin define a territorialidade como “[...] o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (Raffestin, 1993, p. 265).

Com base nestes referenciais Haesbaert (2004), também traz o território como um constructo humano, portanto móvel, instável e permeado por relações de poder.

Neste sentido, tanto para Robert David Sack, Claude Raffestin, como para Rogério Haesbaert, a territorialidade pode ser sintetizada como um conjunto de relações de estrutura simbólica e cultural que estabelecem ligações tanto para os sujeitos que habitam determinado território, como para com/e os de fora do território, dando significado a este. Apesar de criar laços, vínculos e aproximações, assim como rejeições e exclusões afirmando as diferenças, estas territorialidades que podem ser desativadas, ficando assim à mercê dos meandros das relações de poder.

Estas relações criam um determinado território (temporalidade, poder e espaço) único do ponto de vista dos elementos dos quais foram construídas. O tempo, os sujeitos (investidos de poder) e o espaço são elementos associados de forma a dar unicidade – criar relações de territórios únicos produzindo vizinhanças, ruturas, distanciamentos entre outras características. Elas são singulares tanto quanto a cada território, ou seja, uma face vivida dos próprios elementos que as construiu, um reflexo do sistema de produção de cada território, com suas particularidades e especificidades.

Para além do poder e da temporalidade, a territorialidade possui uma dinâmica própria. Tendo como afirma Raffestin (1993), o sistema territorial segregado a sua própria territorialidade, possuindo assim uma dimensão única e por isso singular, o que promove uma cosmologia para os grupos. Viver e pensar o mundo só é realizado a partir de um lugar, de um local e de um território.

Claude Raffestin demonstra deste modo as inconstâncias, particularidades e imprevisibilidades das quais os territórios são sujeitos. Heterogéneos, inconstantes e

móveis, os territórios são formados ao sabor dos interesses dos sujeitos, baseados nas relações de poder. Conflituoso e balizado por elementos fluídos e móveis, o território é criado sob a égide da inconstância. Não possui uma definição petrificada, muito pelo contrário, assim como as identidades humanas, são móveis e instáveis.

Haesbaert (2004), discute e reflete nesta direção ao afirmar que não existe o fim dos territórios e/ou uma *desterritorialização*, mas processos de *re-territorialização*.

Esta ideia, no entendimento de Deleuze e Guattari (1997), quer significar que a vida é um constante movimento de *desterritorialização* e *re-territorialização*, ou seja, enquanto seres humanos em grupo e/ou isolados estamos em constante movimento de um território para o outro, abandonando determinados territórios e fundando novos, onde a escala espacial e a temporalidade é que são distintas. A este processo poderíamos nominar aqui de *des-re-territorialização* (Deleuze & Guattari, 1997).

Contributos das pesquisas realizadas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior contribuem ao exposto, quando na sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (2001) o pesquisador levanta questões relativas à construção da configuração física e simbólica de uma dada região – território, neste caso, a “região nordestina” – seus pertences, rótulos, estigmatismos e práticas discursivas a incorrer e/ou corroborar com determinados projetos, gerando determinismos sociais, políticos e culturais. O autor problematiza o conceito de região e de forma implícita caminha na direção do que foi abordado pelos autores anteriores relativamente à problematização e conceituação do termo território. Assim, o autor corrobora com a ideia de território como uma construção, criação dentro de um contexto histórico e baseada nas relações de poder, denominada por ele de invenção (Junior, 2001).

Imbuído deste entendimento, o historiador nordestino questiona a criação do conceito de região, para um dado território com suas múltiplas temporalidades, histórias e formas de ser diferenciadas. Problematisa o conceito que unifica e “cria” uma região, fazendo-a parecer uma criação sólida e acabada em si mesma. Da mesma forma, questiona-se se isso se dá por si mesmo ou é devido a algo externo. No caso citado, a região Nordeste, procura compreender o que levou os sujeitos a criarem esta região, como algo construído pelo humano, principalmente criando exclusões entre os de fora e os de dentro da região e suas representações.

No caso, o conceito da região do Nordeste no Brasil ao ser criado, estabelece uma fronteira que automaticamente cria os de dentro e os de fora da região, gerando ruturas, inclusões e exclusões. Neste sentido, as questões levantadas pelo historiador,

desnaturalizando uma ideia de região pronta e acabada visa indagar inicialmente a quem interessaria esta construção de região? Este ato, pode promover discursivamente uma ideia de homogeneização solidificando estereótipos que por sua vez criam práticas discursivas, representações e conseqüentemente identidades? O que é ser nordestino, tanto para quem está nesta região, como para quem está fora dela? Qual o sentido? Que elementos estão relacionados? Que símbolos? Poderíamos aqui dizer com o autor, quais territórios e territorialidades?

Albuquerque Júnior (2001) destaca a presença das relações de poder na construção da região. O autor indaga e aponta caminhos e sugestões propondo desnaturalizar uma ideia de região como uma geografia criadora de discursos e identidades.

Considerando que toda região é fruto de um tempo, de relações de poder e se consolida através de discursos que moldam práticas, procurar compreender o discurso solidificado de região, criado por vezes antes da própria região ser consolidada, é promover a arqueologia da região e não somente do conceito em si.

Neste sentido, o autor mencionado suspeito destas continuidades, expõe as identidades criadas e difundidas pela criação/invenção da região à luz de pesquisas centradas no discurso temporal.

Não tomamos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos da sua construção. Em vez de procurar uma continuidade histórica para a identidade de nordestino e para a delimitação espacial Nordeste, este livro visa suspeitar destas continuidades, colocando em questão as identidades e fronteiras fixas, introduzindo a dúvida sobre estes objetos históricos canonizados (Junior, 2001, pp. 24-25).

O autor traz identidade e região, promovendo um olhar crítico para as fronteiras, entendendo-as não somente como geográficas, mas culturais e políticas, o sujeito e o local são assim postos em dúvida quanto à sua legitimidade baseada até então numa ideia de região, no caso a nordestina, que existiria supostamente de forma dada.

Com base nisto o historiador cria outras perguntas: a quem interessaria a criação de uma região? Em que contexto e lugares estes discursos estariam associados? Quais os sujeitos que estariam a criar tais discursos, em que momento histórico e a partir de que local?

Não se pode fazer uma crítica à ideia de região permanecendo preso a esta armadilha de sentido que é o próprio conceito. Produzir o seu desgaste pelo uso revelador dos seus limites é a única

possibilidade. Tomar a própria ideia de região como invenção histórica e não apenas a ideia de uma dada região. O que está por detrás destas máscaras não é o rosto sério de uma origem verdadeira, mas o riso do disparate, da discórdia, do embate surdo que possibilitou a emergência de tais verdades. Ao se tomar, por exemplo, o capitalismo como causa única e determinante da regionalização, significa pressupor que, antes da região, existia uma unidade anterior que se dissolveu, quando, na verdade, tanto esta ideia da existência de uma unidade anterior, que seria a nação, como a ideia de regionalização posterior, são efeitos de relações discursivas que se estabelecem, por volta do início do século XIX, e se estendem até o nosso século (Junior, 2001, pp. 33-34).

Pensar a região, antes do conceito que a formou, com as suas identidades, dentro de um discurso uniformizador, é a grande contribuição/desafio que o autor propõe.

Compreender, deste modo, que a região é inventada, criada nas relações de poder e se solidifica a partir de um discurso homogêneo e homogeneizador também estabelecido por/nas relações de poder, desistindo da desconstrução das regiões/territórios e, conseqüentemente, das identidades que se amarram a estas de forma histórica, contextualizando-a e configurando-a. O duro golpe de promover tal desconstrução é a demonstração de que a desnaturalização das regiões/territórios promove a ideia de que também não há uma identidade. Uma arqueologia das identidades demonstra, assim, que tal como a invenção das regiões há uma invenção das identidades. Após isso, o que fica são questões como: quem as fez? Em que momento? E com qual propósito?

Analisar estas relações mais amplas do/de poder leva-nos a questionar territórios e identidades. Quem constrói o território é o humano. São os grupos humanos que criam e dão sentido ao território.

Nesta perspectiva, torna-se necessário um diálogo acerca da própria ideia da dimensão simbólica e cultural que os grupos fazem, quando o fazem e por que o fazem. Na obra, *Identidades territoriais*, Rogério Haesbaert, aponta que, “[...] o território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais[...]” (Haesbaert R. , 1999, p. 170).

Neste sentido, é fundamental ter em mente que as inconstâncias e mobilidades são pacificadas e solidificadas, a partir do instante em que se esclarece que uma das ligações dos sujeitos dentro de um território é o sentimento de pertença. Este sentimento criado pelo ser humano, para dar sentido ao território e às suas relações com o grupo, é moldada e estabelecida com as práticas dos sujeitos com o espaço, o grupo, a coletividade e as suas representações.

O sentido da territorialidade é demonstrado, partilhado e sobretudo sentido. Para Andrade (1995), “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência da sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (Andrade, 1995, p. 20).

2.1.1. Espaço e território: uma leitura a partir do urbano e do tradicional

Com o início na Idade Média e o período das Cruzadas, a cultura urbana dá-se quando o comércio emerge com a finalidade de se desenvolver e expandir. É no final da Idade Média (séculos XIII-XV) em que a Europa passou por transformações sociais, económicas e políticas que incentivaram o desenvolvimento de várias cidades.

Com esta intenção em movimento, cresce também o êxodo rural, quando as pessoas deixam o trabalho do campo pela vida na cidade, que contempla uma economia mais promissora com o comércio. Castells (1983) observa que é nesta altura que se desenvolve a cidade mercantil (Castells, 1983).

Contudo, a cidade é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido e surge como um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. O espaço urbano é um produto que possui valor de uso e de troca específicos. Neste sentido, Ana Fani Alessandri Carlos (1994) acrescenta que a história humana “tem uma dimensão espacial e emerge no quotidiano das pessoas através do modo de vida urbano.

O urbano, como resultado da produção e da reprodução dos seres humanos, é produto histórico, enquanto é realidade presente e imediata” (Carlos, 1994, p. 85). O urbano é fruto da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas que se desenvolvem plenamente e mais especificamente das grandes aglomerações, onde as condições gerais de produção se encontram mais desenvolvidas.

As migrações maciças dos países velhos para as nações novas, começam na segunda metade do século XIX, onde se instalaram milhares de europeus. O fenómeno da urbanização foi avassalador, principalmente no terceiro mundo onde cidades se constituíram nas representações organizacionais do espaço, sendo a sua forma resultado dos comportamentos da sociedade que a ocupava, como os históricos, as formas de utilização deste espaço, o sistema de produção e conflitos sociais e culturais.

Lefebvre (1999) define a cidade como um conjunto de relações que se estabelecem entre esses elementos (Lefebvre, 1999).

Observa-se, neste contexto, que a proximidade espacial faz com que os movimentos sinérgicos sejam deflagrados, possibilitando processos que conduzem à inovação e à competitividade. O espaço/território pode então ser visto como uma consequência da evolução de um jogo social, não como uma identidade neutra, mas sim como um desenrolar do processo social:

No processo identitário, o espaço torna-se suporte para a produção e a manutenção do campo relacionado que constrói o conjunto de atributos vinculados à identidade que se produz. Nesse caso, o espaço se transforma em território, que é ao mesmo tempo produzido e produto dos processos de identificação, gerando sua manutenção (Santos M. d., 2005, p. 85).

Segundo Haesbaert (2004), “O espaço é como se fosse uma matéria-prima, anterior ao território, surgia a partir dele e de ações de apropriação, conduzidas por atores” (Haesbaert R. , 2004, p. 26). Ocorre, assim, a territorialização do espaço, quando então o espaço é tornado produto.

No espaço modificado pelo trabalho, também se revelam diferentes relações de poder. Sack (1986) percebe os territórios como algo construído socialmente, enquanto as territorialidades são como “uma estratégia para estabelecer graus diferentes de acesso às pessoas, coisas e relações”, uma “estratégia geográfica potente para controlar as pessoas e as coisas, pelo controlo da área” (Sack, 1986, p. 20).

Todo o grupo social acaba por marcar o seu espaço com uma lógica territorial própria. Neste sentido, para Souza (2010), a ocupação do território é vista como um gerador de raízes e identidades, ou seja, um grupo não pode ser compreendido sem o seu território. Isto também se aplica à formação das identidades socioculturais e à construção dos espaços concretos (Souza A. , 2010).

Segundo Mariani e Silva (2012), o espaço económico, socialmente construído, apresenta-se composto pelos recursos naturais da sua geografia física e da história construída pelos homens que nele habitam, composta pelas convenções de valores, regras e arranjos institucionais que incorporam as suas formas sociais e a organização da produção (Mariani & Silva, 2012).

Cada período histórico é caracterizado pelas suas tecnologias e técnicas, existindo um tipo específico de uso e interação com o território. Contudo, a inovação e a aprendizagem fazem parte do dia-a-dia das sociedades, gerando mudanças no processo produtivo e cultural.

Isto remete-nos para uma nova reflexão sobre a evolução do século XX. O fenómeno da globalização, a ocupação e a reorganização dos territórios podem, desta forma, permitir que estas questões sejam revistas, adotando-se uma perspetiva mais crítica.

Os processos e transformações colocam em evidência diferentes variáveis da economia, da política, da cultura, tornando possíveis novos padrões produtivos. Sendo assim, o mundo globalizado e *reterritorializado* dá um outro sentido ao espaço, estabelecendo nele diferentes formas, pois:

A realidade do homem moderno é recheada de solidão, individualismo e de uma lógica mercantil-consumista que sufoca cada vez mais o seu lado poético, a sua imaginação criadora. Solitário e egocêntrico como nunca, o homem moderno perdeu, assim, o sentido do comunitário, do solidário, do fraterno. E quando o busca, fá-lo sem critério, acriticamente, através da identidade, nas mais disparadas e nas mais diversas escalas (Haesbaert R. , 2004, p. 155).

A cidade é essencialmente o *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas. O lugar da divisão económica e social do trabalho, da divisão social dentro do processo produtivo é um elo na divisão do trabalho na totalidade do espaço (Carlos, 1994). Começa-se então a perceber a produção do espaço como momento constitutivo da dinâmica da acumulação do capital e da luta de classes.

Para Saquet (2008), o território configura-se no resultado das somatórias e intercalações dos processos socio-espaciais, ambientais e de desenvolvimento, que podem ser incorporados de formas diferenciadas (Saquet, 2008).

Já Haesbaert (2004), a partir dos seus estudos, observa que, nas sociedades tradicionais, assim como nas sociedades indígenas, existem diferentes formas de incorporar, no seu mundo, os referentes espaciais com os quais os indivíduos interagem. Segundo ele, “o grau de centralidade do território na conceção de mundo dos grupos sociais pode ser bastante variável” (Haesbaert R. , 2004, p. 73).

As sociedades tradicionais apresentam-se historicamente mais presas aos territórios, mais enraizadas nas suas tradições, do que as sociedades modernas e urbanas. Estas, marcadas pela velocidade crescente dos deslocamentos, “passando de um mundo ‘tradicional’ mais introvertido para um mundo ‘moderno’ cada vez mais extrovertido e globalizado” (Haesbaert R. , 2004, p. 122).

O território que se relaciona ao processo de transformação económica e social reconfigura-se, em contínuo, na elaboração de iniciativas políticas, no desafio da construção de novos meios de participação e da democracia local, na direção de uma (re)definição das identidades locais e regionais. Há uma nova territorialidade da gestão regional que se torna cada vez mais presente, como a realidade sociopolítica, estruturada em torno do uso e da apropriação dos recursos naturais.

Neste sentido, é importante estudar e compreender como se constroem e/ou reconstroem os diferentes processos de territorialização pela presença de determinado grupo e/ou grupos que singularizam e demarcam parte(s) do espaço por e com suas práticas culturais.

2.1.2. Território, territorialidades e processos des-re-territorialização: uma questão basilar

Baseado no que descreve Haesbaert (2004), o território e as territorialidades, entre as quais podemos considerar a territorialidade política, económica social, bem como hábitos e valores, é possível com esta compilação de perspetivas, compreender os comportamentos de um segmento social caracterizado num determinado espaço.

Partindo do princípio de que a territorialidade política define ou determina todas as outras, reconhecemos nela a responsabilidade de permitir, de corrigir, de disciplinar, ou não, o modo de ser e de agir de uma determinada localidade. Isto dá-se pela relação de poder, bem como pelas instituições legitimamente envolvidas, o processo de planeamento, como o processo de gestão do território partem do campo político, definindo o objeto a ser gerido bem como a forma de gerir.

No campo económico, a determinação dos fluxos financeiros e produtivos, também se expressam, sempre e certamente ligados à territorialidade política que, por sua vez, institucionaliza e ampara as outras dimensões. Já a territorialidade social de hábitos e valores, que vão desde o agir em sociedade até questões simbólicas e subjetivas, são representações da perceção de si mesmo e da vida em grupo.

Pode-se estudar as questões relacionadas ao território sob diferentes prismas e aspetos, pois as suas dimensões são múltiplas. As ciências políticas relacionam território ao poder, a economia ao espaço, enquanto a antropologia coloca a sua base de estudo na relação simbólica. A sociologia aborda este conceito através das relações sociais e da psicologia destacando o seu impacto na identidade pessoal.

Para Haesbaert (2004), “apesar de ser um conceito central para a geografia, território e territorialidade humana têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com destaque centrado numa determinada perspectiva” (Haesbaert R. , 2004, p. 37).

Um aspecto de suma relevância apresenta-se, então, para a discussão e o entendimento, quando podemos identificar que:

[...] mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar a questão de ordem simbólica-cultural. Territorialidade, além da aceção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples ‘qualidade de ser território’, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (Haesbaert R. , 2004, p. 74).

Raffestin (1993), regista que a vida no seu quotidiano é constituída por relações e a partir disso, onde “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” e ainda compreendidas como processos de troca e/ou de comunicação (Raffestin, 1993, p. 161).

Imersa nestes processos, Sack (1986) entende territorialidade como a busca de um indivíduo ou grupo para influenciar ou controlar pessoas, fenómenos e relacionamentos, a partir de uma dada área geográfica denominada de território

Segundo esta linha de raciocínio, encontramos duas variantes, enquanto objeto da modernidade cuja disputa se efetiva, ora incidindo sobre o próprio espaço (como por exemplo, na expansão colonial), ora sobre as ações e relações efetivadas neste espaço.

Neste movimento surge, então, o Estado nação que visa “promover tanto uma territorialidade, no sentido de controlo do acesso, quanto no sentido de classificar ou mesmo nomear as pessoas conforme o seu lugar de nascimento. Toda existência ‘legal’ dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional” (Haesbaert R. , 2004, p. 89).

No caso do Brasil, em relação aos processos de colonização deflagrados pela Lei de Terras (1850) e consequentes ações efetivadas nos territórios atingidos, a reestruturação do território e das populações passaram a ser centrais para o Império e desapropriar os indígenas destas era visto como algo inerente ao processo (Silva M. A., 1996).

Entretanto, para Haesbaert:

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo a sua reconstrução em novas bases (Haesbaert R. , 2004, p. 16).

O território, além de uma perspectiva política ou mesmo cultural, requer também uma perspectiva geográfica, que integra e acolhe os processos de domínio como os de caráter político-económico, assim como os de apropriação, ou seja, de caráter simbólico-cultural do espaço pelos diferentes grupos de humanos. Cada ser humano requer ontologicamente, como exercício basilar, o ato de *territorializar-se*.

Assim, quando *desterrado*, o ser humano aciona mecanismos em busca e/ou construção de um novo/outro território que, por sua vez, instauram processos de *re-territorialização*.

Para os filósofos franceses Deleuze e Guattari (1997), a *desterritorialização* é um movimento intrínseco ao próprio *socius*. Isto significa que a vida é um constante movimento de *desterritorialização* e *re-territorialização*, ou seja, estamos sempre a mudar de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos (Deleuze & Guattari, 1997)("). "A escala espacial e a temporalidade são distintas". Poderíamos, então, dizer que os seres humanos vivem constantes processos de *des-re-territorialização*.

Delleuze e Guattari produziram uma grande obra literária na área das ciências humanas e sociais. São considerados os pensadores mais radicais, a partir da segunda metade do século XX, devido à ousadia nas ideias de constituição dos sujeitos e de formação do território. Os dois estudiosos apresentaram a terra como a máquina territorial primitiva, onde está o processo produtivo, o trabalho, os agentes e os produtos que dela resultam. Já a sociedade e os seus atores, representam-se através da máquina social, tendo como sujeito o homem que integra e interioriza os modelos institucionais.

Delleuze e Guattari (1997), observam, ainda, que a terra concentra todos os elementos, ocupando-se de um ou de outro para *desterritorializar* o território. Acrescentam que os movimentos de *desterritorialização* e *re-territorialização* não são separáveis do território e da terra que restitui territórios. "[...] a terra não cessa de operar um movimento de *desterritorialização in loco*, pelo qual ultrapassa todo o território: ela é *desterritorializante* e *desterrada*" (Deleuze & Guattari, 1997, p. 113).

Na *desterritorialização*, segundo estes autores, a relação percebe-se absoluta, se observarmos e analisamos a terra através de um plano de imanência – de um pensamento – a partir dos seus movimentos diagramáticos infinitos.

Mencione-se como exemplo de *desterritorialização* física e simbólica as múltiplas desapropriações indevidas imputadas aos povos indígenas nas terras brasileiras. As desapropriações ocorridas quando da construção de barragens, ou mesmo da instalação de uma central hidroelétrica.

Nesta direção, surge a obra de Matte e Mousquer (2009), quando referem:

A desterritorialização e a re-territorialização estão diretamente ligadas ao relativo/sócius e a absoluto/pensamento, sendo que, a primeira é uma constante, própria do nosso cotidiano enquanto que a segunda, desterritorializar está intimamente ligada ao ato de pensar; pensar é desterritorializar; portanto o primeiro atravessa o segundo e vice-versa, o pensar necessita de um meio, de um solo propriamente dito – o território (Matte & Mosquer, 2009, p. 32).

É desta forma que o território pode estar ligado à subjetividade individual e coletiva, realçando as dimensões culturais, económicas e existenciais, ou seja, a preocupação com o vivido, as mudanças e o movimento que envolvem cada situação espaço-tempo. Sendo assim, o território não é só material, é igualmente imaterial (Deleuze & Guattari, 1976).

Estes movimentos em contínuo - ora de perspectiva física, ora de simbólica, quando não simultâneas - aqui denominamos de *des-re-territorialização*, na compreensão que, ao serem desterrados, os humanos acionam mecanismos internos e externos e/m busca e/ou construção de um outro território e instauram com isso um novo processo de territorialização, ou seja, *reterritorializam-se*.

Do global ao regional, do regional ao local, dos territórios e territorialidades urbanas às dos povos tradicionais, como os indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros, observam-se espaços e realidades sendo impactados por estes movimentos que ocupam um lugar ativo no desenvolvimento. Espaços e realidades que dão sinal de e para novas reflexões sobre a estruturação e a sociedade.

De acordo com Azais (2004), “o território desempenhará o papel de incitador e de regulador de interesses múltiplos e divergentes graças às instituições que souber agregar. Torna-se ator económico e político do seu desenvolvimento” (Azais, 2004, p. 37).

2.1.3. Região, desenvolvimento e desigualdades sociais: uma relação de/em poder

As regiões são dimensões essenciais nos processos de desenvolvimento, não apenas em países desenvolvidos, mas também nos menos desenvolvidos. As teorias

convencionais sobre as relações entre urbanização e desenvolvimento têm favorecido a visão de que a primeira é consequência do último.

Cidades e regiões são fundações críticas dos processos de desenvolvimento como um todo e, se quisermos analisar os processos de desenvolvimento de algum território, temos que levar em consideração diversos atores e fatores, uma vez que o território não atua como um cenário inerte e/ou neutro.

Cada território traz as marcas das sucessivas interações e intervenções no espaço, a partir dos grupos que o singularizam com as suas práticas culturais. A importância faz-se no exercício destas práticas e nos tipos de relação que elas mantêm com outros espaços em que foram efetuadas apropriações de caráter diferenciado (Haesbaert R. , 2004).

O território regional é um quadro de vida partilhado com vivências coletivas das vantagens e especificidades da região, que têm lugar nas diferentes áreas, níveis e abrangências, envolvendo espaços e territórios urbanos e rurais, em consecutivos jogos de poder.

O território pode ser criado a partir da disposição de várias relações de poder, do poder material relacionado ao económico e ao poder simbólico na direção cultural, onde “a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. E o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (Haesbaert R. , 2004, p. 87).

O efeito dos sistemas de inovação regional e outras economias com crescentes graus de acumulação de conhecimento têm aumentado em importância para os processos que impulsionam o desenvolvimento regional.

Para (Souza & Theis, 2012) este efeito apresenta-se como um processo de mudança social, que visa alcançar fins previamente definidos por uma coletividade ou por grupos sociais que a representam. O desenvolvimento regional efetiva-se na prática, na junção do exercício político viabilizado pela mobilização de recursos económicos e não-económicos.

Poderíamos dizer, então, que o desenvolvimento depende da performance do território, do estabelecimento de relações e da capacitação institucional. Esta visão institucionalista orienta muitas das vertentes empreendedoras. Simplificar a forma como é visto o processo de construção do desenvolvimento leva a lutas dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, procurando a atratividade de novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, o que promove a deterioração financeira das governações locais e nacionais.

Para Furtado (1977), “todo o desenvolvimento possui um conteúdo, uma dimensão substantiva, instalados pelos objetivos da vida social, vale dizer, pelos grupos sociais que se apropriam do excedente e exercem as opções implícitas na utilização deste” (Furtado, 1977, p. 70). Neste sentido, questiona-se se as políticas regionais seriam capazes de influir padrões estruturais e reduzir desigualdades sociais.

As desigualdades de origem geográfica e histórica levaram muitas vezes os Estados das nações menos favorecidas e/ou menos avançadas, numa primeira etapa, a protegerem suas economias e/ou a estendê-las mediante conquistas coloniais e, em seguida, a desenvolverem as suas capacidades tecnológicas pela adoção de políticas industriais. Surgiram assim novas formas de globalização econômica nacional.

No Brasil, no período de 1964-1985, durante o governo militar, foi levada a cabo a realização de projetos faraônicos¹, sob a capa de serem necessários para o desenvolvimento nacional. Entretanto, estes projetos e consequentes ações não beneficiavam todos os habitantes do território, excluindo populações tradicionais, ribeirinhos, quilombolas² e indígenas, como é exemplo a construção de barragens. Aqui, destaca-se a construção da central hidroelétrica de Itaparica, que resultou em grandes impactos de *des-re-territorialização* para os habitantes de Petrolândia.

Em muitas cidades, neste mesmo período, militantes políticos foram perseguidos e presos, enquanto indígenas e camponeses eram expulsos das suas terras em prol do progresso (Kräutler, 2012). É também na década de 1970 que o governo brasileiro realiza vários investimentos estabelecidos pelo Estado. Como exemplo, podemos identificar a Barragem de Tucuruí, o Projeto Carajás e a Trans amazônica. Uma concepção progressista envolta num discurso de desenvolvimento nacional defendia a concretização destes projetos.

As relações demagógicas e autoritárias de poder, que permeavam e conduziam os processos, deixavam como vestígio um país empobrecido, impregnado de mazelas e desigualdades sociais, cuja máscara socializada era de bem-estar e boa vida para todos.

¹ Os projetos implementados pelo governo militar para contribuir com o desenvolvimento nacional abrangiam a extração de minérios, a construção de hidroelétricas e autoestradas, que, por sua vez, destruíram cerca de 30 territórios indígenas e causaram a morte de muitos deles (Fontoura, 2015).

² Local escondido para refúgio de escravos.

2.2. As relações entre Migração e Território

Para iniciar a discussão sobre a relação entre migração e território, parte-se da seguinte afirmação: a história do homem é a história dos *hominibus motus*. O movimento de populações de um lugar para outro é um fenómeno verificável em todas as épocas históricas, uma vez que movimentar-se é algo inerente à existência do Homem. Neste sentido, compreende-se que a história da Humanidade foi e é marcada pela mobilidade. Vidal de La Blanche (1954) afirma que a população humana é um fenómeno em marcha (Princípios de Geografia Humana, 1954) Acrescenta-se a este contexto a marcha que se iniciou, há milhares de anos, numa grande migração, a partir do coração da África.

Neste contexto, o presente tópico apresenta uma compreensão sobre a migração na perspetiva do território. Para isso, dois objetivos foram delineados.

Inicialmente é verificada uma discussão envolvendo as seguintes dimensões da migração: etológica, social, demográfica, ecológica, política, cultural, religiosa, jurídica, histórica, económica, psicológica e ambiental.

A compreensão destas dimensões confere o carácter multidimensional da migração. Em seguida, é discutida a relação entre migração e território, considerando a base territorial uma constante em todas as dimensões. Assim, compreende-se que o território é produzido pelo processo migratório e o processo migratório, por sua vez, é ao mesmo tempo um fenómeno de inclusão e de exclusão territorial.

2.2.1. As dimensões da migração

Figura 1- Retirantes 1944 (Cândido Portinari)



Fonte: (Portinar, s.d.)

Considera-se que a categoria migração pode ser abordada de diferentes formas. Ao ponderar que esta relação diz respeito à vida humana incita-se que há várias possibilidades de análises (abordagens e disciplinas) que, cada qual com suas preocupações e objetos, compõem um quadro de estudos teóricos e metodológicos.

Ao analisar a migração na sua dimensão etológica³, considera-se esta relação como um fenômeno adaptativo, inserido no interior da história evolutiva das espécies animais. Antes dos homínidos modernos se terem tornados autônomos e conscientes da sua existência relativa ao mundo físico e social, os deslocamentos já faziam parte das suas atribuições, tanto quanto faziam noutras sociedades biológicas (de insetos a mamíferos superiores), seja pela imposição ecológica ou demográfica.

Taylor (1988) na sua obra *Human Territorial Functioning: a empirical, evolutionary perspective on individual em small group territorial cognitions, behaviors, and consequences*, explica que o funcionamento territorial foi um elemento-chave na compreensão do sistema de comportamento socio espacial dos primeiros homínidos, permitindo competir com sucesso com os primatas (*Pongidae* ou ‘grandes macacos’).

Após o desenvolvimento de uma capacidade de cultura, o funcionamento territorial evoluiu e foi elaborado como resposta a influências diretas e indiretas da seleção natural. Taylor (1988) apresenta esta evolução, conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1- Marcos sugerido na evolução cultural do funcionamento territorial

³ Ciência que estuda os hábitos (comportamento) dos animais em seu *habitat* natural.

MUDANÇAS NÍVEL MACRO

1. Do surgimento dos primeiros homínídeos há milhões de anos, ao surgimento do *Homo sapiens sapiens* há cem mil milhões de anos, o funcionamento territorial era centrado na exclusão de outros grupos da fonte de alimentos (território). A exclusão não acontecia quando os recursos eram abundantes, ou quando o tipo de presa (por exemplo, jogo muito divertido) tornou a defesa não económica. O “lugar do homem” ou “território do homem”, no qual comiam e descansavam, foram defendidos de predadores e de outros grupos. As unidades familiares dentro do grupo principal podem ter defendido porções do lote contra outros membros do grupo.

2. Com a domesticação de animais e os primórdios da agricultura em torno de 9.000 -7.000 anos atrás, os territórios de alimentação e lares ficaram mais claramente definidos.

3. À medida que os lares de uma pequena faixa de caçadores evoluíram para aldeias, a importância dos espaços alocados para famílias particulares pode ter aumentado, juntamente com o tamanho do grupo primário. Desenvolvimentos agrícolas permitiram ambas as mudanças.

4. À medida que as aglomerações mais complexas, como as cidades, se desenvolveram cerca de 7.000 a.C., acompanhadas de elaboradas divisões de trabalho, a importância de definir o território de alimentação do grupo primário diminuiu completamente. Os grupos funcionais substituíram os grupos primários: (b) a importância do território familiar aumentou: (c) surgiram territórios específicos para agrupamentos funcionais pequenos e face a face.

5. O deslocamento ocorreu na predominância relativa de benefícios oferecidos pelo funcionamento territorial: a importância da conservação de recursos e a segurança dos predadores diminuíram. Os benefícios de redução de conflitos, dentro e entre grupos aumentaram, como exigido por uma organização social mais complexa.

MUDANÇAS NÍVEL MICRO

1. A dependência de sinais, símbolos e outras formas de comunicação para a ocupação ou a propriedade individual aumentaram.

2. Isso permitiu um funcionamento territorial mais eficiente, com menos conflitos e mais energia alocada para outras tarefas.

3. A simbologia desenvolvida era específica para locais específicos.

Fonte: (Taylor, 1988, p. 71)

O modelo evolutivo apresentado considera que as unidades espaciais fundamentais de funcionamento territorial foram as áreas da alimentação e do lar. Com o surgimento da civilização, dos grupos maiores (aldeias) e com a materialização da divisão de trabalho, a importância do território de alimentação declinou e o lar foi transformado, ou seja, passou-se de grupo primário a um lugar de núcleo familiar. Assim surgiram os territórios baseados em agrupamentos funcionais.

Este modelo concebe duas características das origens evolutivas do funcionamento territorial: primeiro, é altamente específico, ou seja, o funcionamento territorial está adaptado à localidade; segundo, a decisão de se envolver no funcionamento territorial depende das condições locais, como a quantidade de concorrência (competição) e a escassez de recursos. Portanto, a seleção natural explica como a civilização elaborou e alterou o funcionamento territorial, isto é, a propagação territorial está conectada ao padrão mental e social de comportamento adaptado ao ambiente específico (Taylor, 1988).

Sabe-se que os primeiros representantes humanos a emigrarem da África Oriental teriam sido os *Homo erectus*⁴ que, ao adotarem o estilo de vida de caça⁵, percorreram maiores distâncias do que seus ancestrais imediatos, os *Homo habilis*. Assim, a caça é a peça-chave para a compreensão do momento em que o deslocamento passou a ser percebido socialmente como estratégia de vida e, portanto, institucionalizada pela e na coletividade. Através deste *modus vivendi*, as correntes migratórias de *Homo erectus* avançaram para a Europa e para a Ásia, consolidando novas estratégias de sobrevivência adaptadas a diferentes latitudes e condições geográficas. Ao terminar o período paleolítico e início do neolítico (também conhecido como período da pedra polida), a

⁴ Lewin (1999) descreve que “há consenso que mudanças anatômicas e comportamentais acompanharam a transformação evolutiva do *Homo erectus* em *Homo sapiens*”. Nas mudanças anatômicas foram verificadas a diminuição da robustez do esqueleto e da dentição, na parte anatômica funcional, em especial a locomoção, e aumento de volume craniano. No campo do comportamento, a transição evidencia-se no uso de ferramentas mais bem acabadas e retocadas, e mais diversificadas, estratégias de busca por alimento mais eficiente, organização social e política mais complexa, e o desenvolvimento completo da linguagem falada, expressão artística (simbólica), indicando um incremento na sensibilidade artística e emocional (Lewin, 1999).

⁵ O geneticista italiano Luigi Luca Cavalli-Sforza (2003) em sua obra *Genes, Povos e Línguas* propõe que, ao seguir o estilo de vida dedicado à caça, os humanos do paleolítico teriam se deslocado sobre a Terra segundo um ritmo de 2 km por ano. A partir da África oriental teriam saído em direção ao atual Oriente Médio (por terra e mar), depois ao sul da Índia e Sudeste Asiático, atingindo finalmente a Indonésia e a Austrália, aproximadamente há 60 ou 80 mil anos. Este é o momento em que o *Homo sapiens* se constituía definitivamente como subespécie moderna (*Homo sapiens*). Outros grupos humanos teriam retornado pelo interior da Ásia, a partir do Sudeste Asiático (aqueles que constituíram os chamados grupos altaicos, na região da Mongólia ao Tibete) e, junto com outros grupos emigrantes das estepes mesopotâmicas, rumo norte teriam atravessado os montes Urais e chegado à Europa, já em era mais recente (em torno dos 50 mil anos) (Cavalli-Sforza, 2003).

Revolução Agrícola inaugurou um novo estilo de vida, ao homem: um processo crescente de adensamento populacional, isto é, a formação das primeiras cidades antigas.

Na dimensão *económica* encontram-se dois grupos de análises. No primeiro grupo, as migrações são compreendidas como respostas populacionais às diligências económicas restritas ao mercado de trabalho. Dentro de uma perspetiva macro ou microeconómica, as migrações são percebidas como ações individuais autónomas que se movimentam livremente no mercado, correspondendo às suas exigências. No segundo grupo alinham-se marxistas e estruturalistas.

Em linhas gerais, as análises marxistas interpretam os deslocamentos como projetos coletivos, relacionados com a organização do capital no mercado global de trabalho. Portanto, ao contrário da liberdade de movimento (individualismo), os atores estão sujeitos às pressões económicas do sistema social contemporâneo (Moulin, 2011).

Para Reis (2007), nas dimensões política e jurídica está inserida uma variabilidade de discussões, a saber: inclusão e/ou exclusão do migrante, a partir da configuração do Estado; o reconhecimento do trans nacionalismo que desafia a geografia política construída em torno da soberania do Estado-nação; a mobilidade como uma prática democrática de busca da igualdade e um exercício de liberdade: “direito de migrar”; a diferenciação entre nacionais e não-nacionais; a resinificação dos direitos humanos e da cidadania; o nacionalismo metodológico que pauta as políticas migratórias; a ilegalidade das políticas de migração que justificam o controlo sobre todos os sujeitos, como também a incapacidade dessas políticas de atingir os seus objetivos; a descolonização de cidadanias, rejeição de hierarquizações culturais e receção das diferenças.

Em pauta, encontram-se também discussões sobre o tráfico de pessoas, combate ao terrorismo, exploração do trabalho, exploração sexual, política de vistos, etc. (Reis, 2007).

As dimensões histórica e religiosa estão relacionadas, ao considerarem as relações simbólicas e práticas da migração. Lembra-se o êxodo do povo hebreu do Egito, a *Égira* de Maomé e a sua comunidade, as experiências do sagrado em *peregrinatio* e os seguidores do cristianismo (primeiros séculos da era cristã) que eram chamados de *paroikoi* ou *homines viatores*. Estas experiências históricas inspiraram a atividade de difusão de algumas religiões (no caso do Islão e do Cristianismo), protagonizada em muitos casos pela ação dos pregadores itinerantes. A migração, nessa ótica, tornou-se um elemento constitutivo da identidade das tradições religiosas.

Envolver a religião na análise da migração, mais precisamente em discussões geográficas, é possível quando o movimento migratório pode ser abordado “como o conjunto de atitudes e atos pelos quais o homem se prende e liga ao divino ou manifesta sua dependência em relação a seres invisíveis tidos como sobrenaturais” (Marchi, 2005, p. 47).

A concepção histórico-estrutural percebe a migração, não como um ato soberano do indivíduo ou a soma de escolhas individuais. O que se destaca nesta teoria é a análise de grupos e classes sociais sob a força de estruturas sociais e económicas que explicam a maior ou menor propensão para a migração. A concepção marxista centra-se no conceito de mobilidade do trabalho “o desenvolvimento do capitalismo seria o motor da mobilidade do trabalho e a migração, por sua vez, seria um mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema económico” (Póvoa-Neto, 1997, p. 19)

Quanto à dimensão cultural da migração considera-se um conceito pertinente o de (Bhabha, 1998, p. 204) quando elucida sobre o local da cultura, definindo-a “como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social”. Para o autor, Bhabha, a cultura como estratégia de sobrevivência é um lugar de exposição e proposição, um lugar agonístico (de luta). Nesta perspetiva, a noção de ‘culturas’ de migração é vista “como espaço de múltiplas negociações culturais”.

Os diferentes itinerários de ordem pessoal que se formam através das diferentes trajetórias e experiências dos migrantes constituem também um vetor importante para compreender a temática da mobilidade na sua dimensão social e psicológica. Assim, na ótica da análise, evidencia-se o migrante como um sujeito individual e social que, ao configurar a dinâmica espacial, (re)constrói e apropria-se do espaço, interferindo profundamente nas dinâmicas das sociedades em que se insere, como também modifica a si próprio, se configura e se transforma.

Para Ianni (2004), o migrante é, ao mesmo tempo:

[...] caminhante, peregrino, fugitivo, aventureiro, viajante ou retirante. Está à procura de outros ares, terras, perspetivas de vida, modos de ser. Foge do que conhece e busca o que desconhece. Imagina o futuro como negação do passado, surpreendendo-se com o presente. Aventura-se, arrisca-se. Imagina chegar em outro lugar, encontrar outras possibilidades de vida e trabalho, realização e emancipação.

Entretanto, desde o momento em que parte lança-se numa travessia que não termina nunca, quer seja derrotado, quer seja vencedor (Ianni, 2004, p. 160).

Diante disto, considera-se o migrante um ser único, uma identidade única no papel de sujeito social. Noutras palavras, ao pensar a trajetória do migrante dentro de uma determinada sociedade, articula-se um pensamento de interdependência entre indivíduo e sociedade, isto é, observam-se os migrantes como produto das suas próprias individualidades, como também produto de um processo contínuo de condicionamento social. A relação ser-lugar pressupõe uma construção mútua e simultânea de ambos: o sujeito constrói o lugar e ao mesmo tempo é construído por esse lugar.

A dimensão ecológica insere as abordagens focadas nas migrações motivadas por fatores ambientais, especialmente devido às mudanças e variabilidades climáticas abruptas que, de alguma forma, se tornam impróprias para a vida humana, em determinado espaço geográfico. Neste contexto de análise encontram-se os refugiados ambientais, ou seja, os migrantes provenientes de um local ameaçado ou danificado por um grande dano ou desastre ambiental.

Compreende-se, assim, que os fatores ambientais podem alterar os fluxos migratórios globais e regionais, assim como as migrações podem afetar o meio ambiente. Essa discussão é ampliada quando se associa as mudanças climáticas aos conflitos internos e internacionais, aos recursos naturais e ao aumento de doenças infectocontagiosas, especialmente aquelas relacionadas com os climas mais quentes.

Sob o olhar da dimensão demográfica considera-se que a migração deve ser compreendida além da sua natureza específica (trocas populacionais), visto que a mesma sintetiza uma série de outras relações entre as localidades. Neste âmbito, as análises demográficas são ampliadas e os fluxos migratórios expressam mais significados, a saber: as migrações refletem a dinâmica do prolongamento do tecido urbano e os rumos da expansão da fronteira agrícola; as migrações influenciam no dinamismo económico dos espaços – tração ou repulsão populacional; as migrações sugerem o nível de centralidade exercido pelos lugares nas redes territoriais, e as migrações sintetizam as redes sociais estabelecidas entre as pessoas e instituições (Soares, 2002).

Toda esta base teórica defende que a migração vai além de teorias explicativas. A migração é um ato ou efeito de causalidades diversas. Tem carácter objetivo e subjetivo no seu próprio acontecer. Ao mesmo tempo em que é temporal também é atemporal. É circunstancial e cognitiva. É inerente e intrínseca ao homem. É endógena e exógena. É

uma construção dialética entre o homem e os seus anseios, entre o paradigma de ficar ou partir. É passado, presente e futuro. Portanto, querer explicar o que é migração, sem atentar a sua própria diversidade (migração ou migrante?), é (e será) uma tentativa deficiente por natureza.

Há os que se deslocam por imposição e há os que mudam, porque, como diria Paulo Freire, somos experimentais na essência, ou ainda, citando Fernando Pessoa (1997), “sinto-me nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo”.

2.2.2. *A dialética: migração e território*

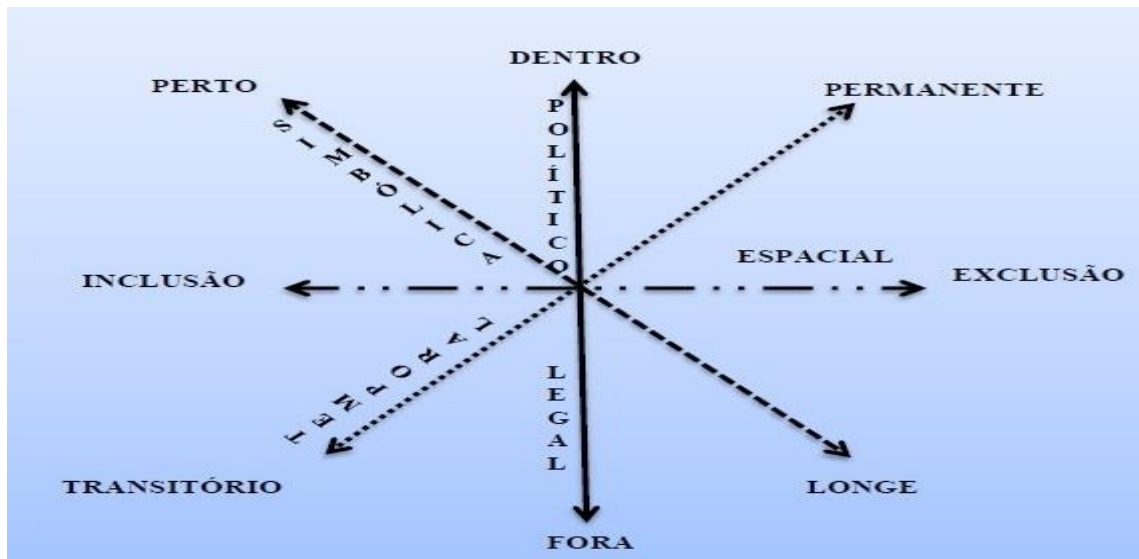
Diante do contexto apresentado percebeu-se uma constante em todas as dimensões: a base territorial. Considerando que a história humana é uma história de contínua territorialização, *desterritorialização* e *re-territorialização* e que, por sua vez, os processos migratórios criam e recriam territórios tem-se a necessidade de compreender os processos migratórios à luz do território. Relacionando à dimensão etológica da migração, o território é considerado a base do comportamento das espécies animais e vegetais, isto é, a sua localização, distribuição, domínio e defesa de um espaço imediato. Assim sendo, a discussão de conceitos como território e territorialidade, parte da analogia do comportamento animal.

Para Aumond (2017, p.13) território e migração são conceitos que se relacionam, à medida que “a evolução da vida humana é a evolução da sua relação com o meio ambiente” (Aumond, 2017, p. 13).

Logo, a territorialidade é compreendida como uma construção social (não exatamente um produto), forjada através da interação e da luta, e profundamente influenciada pelas relações sociais. Desta forma, é o contexto social que estabelece o conteúdo humano para o território e, sem esse conteúdo territorial, o conceito de território fica restrito às suas dimensões espaciais, medido apenas pela dimensão geográfica. Portanto, a territorialidade está intimamente relacionada à forma como as pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como dão sentido ao lugar. É um componente histórico-social, pois é socialmente construído e depende de quem está controlando quem e porquê (Sack, 1986). Neste contexto, observa-se também, que a migração depende de ‘quem olha’, como também de ‘quem vive’, isto é, do observador e do sujeito migrante, pois, na perspectiva territorial da migração (Figura 2), ela pode ser compreendida como

uma mobilidade territorial dentro ou fora, perto ou longe, permanente ou transitória, um processo de inclusão ou exclusão, etc.

Figura 2 - As perspectivas territoriais da migração



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Neste aspeto, o território relaciona-se à migração em suas dimensões, visto que o território é definido como um processo de apropriação por determinados agentes sociais, numa determinada área geográfica. As diferentes formas de apropriação e uso dos sujeitos migrantes revelam variadas geometrias de poder.

Por sua vez, a territorialidade está inserida nas motivações humanas, ou seja, "a territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social" (Sack, 1986, p. 5) uma vez que os migrantes cruzam fronteiras, atravessam Estados, percorrem regiões, adentram territórios e migram dos, entre e para os lugares. Portanto, a territorialidade é sempre construída socialmente. Ela assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados (Sack, 1986).

Ao relacionar o território com o exercício do poder, implicando a apropriação, a delimitação e o controlo, enfatiza-se a sua dimensão política. Considerando a legitimidade deste poder e, portanto, a ideia de soberania, destaca-se a dimensão jurídica do território. Assim, a dimensão político-jurídica do território está associada à existência do Estado como instituição que detém o poder de soberania, ou seja, o controlo exclusivo de um âmbito geográfico definido (Arroyo, 2004).

Assim, a dimensão política da migração está inserida na dinâmica do território, quando este é compreendido como extensão espacial da soberania política, ou seja, o

território é um termo político e legal, referente à relação entre soberania, terra e pessoas, que evoca a produção política do espaço, empregando a violência, dentro de seus limites, para manter o controle do espaço (Arroyo, 2004).

A dimensão económica do território, dentro de uma perspectiva dos fluxos migratórios, está inserida na conceção do território como um recurso. Sob a fluidez que rege as relações económicas, o território é ‘recortado’, sendo este o resultado de uma nova construção do espaço e de um novo funcionamento. Esta dimensão destaca também o território, na sua perspectiva material, concreta, como um produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital trabalho (Haesbaert R. , 1999).

Já na dimensão social, o território é considerado como produto das relações sociais e sinónimo de espaço humano, de um espaço habitado. O espaço produzido pelas relações sociais, que ocorre sobre uma base territorial, torna o território um condicionante inescapável destas relações e das inovações que elas propõem. Portanto, a dimensão territorial é adjacente à dimensão social, uma vez que os seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa. Nesta conceção, o território é uma unidade geográfica, uma unidade social e uma unidade política.

Pertinente à dimensão social está à dimensão histórica, uma vez que o território é tido como uma construção histórica e social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico. Neste sentido, os territórios assumem, historicamente, distintos significados, em consonância com a organização social e política do espaço (Souza A. , 2010).

As territorialidades compreendem uma forma de comportamento socio espacial que tem implicações normativas, onde as relações de poder se projetam também simbolicamente. Assim, o território, na sua dimensão religiosa, considera a religiosidade e as religiões elementos integrante do espaço geográfico, isto é, um espaço de vivência humana, um espaço social. Portanto, compreender o território na sua dimensão religiosa é considerar as ligações que as pessoas desenvolvem com os lugares ‘sagrados’.

Rosendahl (2005) explica que a religião vem atraindo significativa atenção da ciência geográfica, devido ao seu interesse em estudar as peregrinações aos santuários. A autora destaca os seguintes estudos:

H. Tanaka (1981), que analisa a peregrinação budista na ilha de Shikoku, no Japão; R. King (1972), que aborda a peregrinação islâmica e a organização espacial fortemente marcada pelo ritual na cidade de Meca, G. Rinschede (1985) e Wunenburger (1996) analisam a convergência dos fiéis e sua

vivência no sagrado, entre outros. No desenvolvimento recente da perspectiva geográfica da religião, descobre-se a contribuição de Mircea Eliade (1959, 1962, 1991), na qual o conceito de sagrado e profano é elaborado. Segundo Eliade, ambos constituem a essência da religião (Rosendahl, 2005).

Nesta visão, o território religioso qualifica-se como hierárquico e burocrático. O território ocupado é protegido, reconhecido e consagrado pela comunidade (Rosendahl, 2005). Logo, o lugar, a partir da sua dimensão emocional (ligação homem e território), é possuído, reivindicado e operado pela comunidade religiosa. As relações de poder hierárquico de uma comunidade sobre outra resultarão, territorialmente, em associação, exclusão e dominação, a depender das relações de poder e da política estabelecida no lugar.

Interligadas numa perspectiva simbólico-afetiva encontram-se as dimensões cultural, social e psicológica de território. Nesta perspectiva, o território:

É o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (Bolígian & Almeida, 2003, p. 241).

Estas dimensões caracterizam o território como o lugar da mediação entre os homens e sua cultura, nascendo dos pontos e das marcas que os homens deixam no solo – geossímbolos, lugar, itinerário, uma extensão por motivos religiosos, políticos e culturais, que exerce uma dimensão simbólica e de identidade –, definindo um meio de vida e o enraizamento de um grupo social (Haesbaert R. , 2010).

O Quadro 2, a seguir, apresenta uma síntese das discussões que permeiam o universo relacional entre migração e território:

Quadro 2 - Síntese das discussões sobre a relação migração

DIMENSÕES	MIGRAÇÃO	TERRITÓRIO
Etiológica	Fenómeno adaptativo, inserido no interior da história evolutiva das espécies animais.	Para os seres humanos o território deve apresentar condições de sobrevivência, bem como recursos que possam ser explorados.

Económica	Respostas populacionais às demandas económicas restritas ao mercado de trabalho; deslocamentos como projetos coletivos, ligados à organização do capital no mercado global de trabalho (os atores estão sujeitos às pressões económicas do sistema social contemporâneo); as migrações indicam as direções do mercado de trabalho.	Incorporado à lógica de ação privada-mercantil, define-se pelo controlo de recursos económicos (matérias-primas, terras, força-de-trabalho, tecnologia) e também é definido pela relação capital-trabalho e luta de classes. A definição dos territórios económicos também conta com a assunção dos Estados através de seu quadro administrativo e normativo. Envolve a perspectiva da seletividade territorial da ação do capital.
Política	Inclusão e/ou exclusão do migrante, a partir da configuração do Estado; o reconhecimento do transnacionalismo que desafia a geografia política construída em torno da soberania do Estado-nação; a mobilidade como uma prática democrática de busca da igualdade; o nacionalismo metodológico que pauta as políticas migratórias.	Normativo, definido pelo Estado-nação e instituições político-administrativas; remete ao controlo de recursos, fronteiras e de fluxos populacionais.
Jurídica	Exercício da liberdade: “direito de migrar”; diferenciação entre nacionais e não-nacionais; a ressignificação dos direitos humanos e da cidadania; a ilegalidade das políticas de	Espaço formal legitimado.

	migração que justificam o controlo sobre todos os sujeitos.	
Religiosa	Elemento constitutivo da identidade das tradições religiosas; crenças e práticas religiosas como transformadores dos ambientes naturais; diversificação religiosa como uma ameaça para a identidade nacional ou como um desafio para a laicidade do Estado; o papel e as potencialidades da religião enquanto recurso à integração dos migrantes e a coesão social.	O fenómeno religioso e suas interações com o homem e o território, a partir das ligações que as pessoas desenvolvem com lugares sagrados.
Demográfica	As migrações refletem a dinâmica do prolongamento do tecido urbano e os rumos da expansão da fronteira agrícola. As migrações sugerem o nível de centralidade exercido pelos lugares nas redes territoriais. As migrações sintetizam as redes sociais estabelecidas entre as pessoas e instituições. As migrações influenciam no dinamismo económico dos espaços – tração ou repulsão populacional.	Os deslocamentos espaciais da população são, conjuntamente com as mudanças na composição de grupos populacionais, as principais determinantes da configuração demográfica dos territórios.
Ecológica	Migrações motivadas por fatores ambientais, especialmente em razão da mudança e variabilidade	O território é sintetizado como uma estratégia natural de adaptação à variação do meio ambiente.

	climáticas abruptas que de alguma forma tornam imprópria à vida humana em determinado espaço geográfico; refugiados ambientais.	
Social	Identidades coletivas, redes sociais	Território como produto das relações sociais, considerado sinónimo de espaço humano, de espaço habitado.
Psicológica	Sobre a identidade, personalidade.	Subjetivo afetivo. Espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações influenciadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural.
Cultural	Hibridismo, interculturalidade	O território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; identidades territoriais.
Histórica	As migrações são ditadas pela vontade do mercado de trabalho e do indivíduo em busca de melhores condições de vida e de uma melhor remuneração; a estrutura histórica do capitalismo é quem hegemonicamente desloca no	O território como uma construção histórica e social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico; os territórios assumem historicamente, distintos significados, em

	espaço as pessoas. As migrações são compreendidas como condutoras de valores étnicos para outras culturas.	consonância com a organização social e política do espaço.
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Entende-se que a migração deve ser compreendida como fenômeno social completo e analisada sob o aspecto multidimensional, multiterritorial, multitemporal (Sayad, 1998). Neste contexto é possível perceber a base territorial como uma constante em todas as dimensões da migração analisadas na pesquisa. Portanto, considera-se que o território está relacionado com os processos migratórios e vice-versa, visto que os territórios definem e são (re)definidos (retroalimentação) pelo processo de apropriação dos agentes sociais.

2. A cidade de Petrolândia

*Longe bem longe, dos cantões bravios, abrindo em alas os barrancos fundos;
Dourando o colo aos perenais estilos; que o sol atira nos modernos mundos;
Por entre a grita dos ferais gentios; que acampam sob os palmeirais profundos;
Do São Francisco a soberana vaga; Léguas e léguas triunfante alaga!
Castro Alves, “O Rio São Francisco” (Alves, 2015).*

Este capítulo tem como finalidade analisar o processo de ocupação e o tipo de utilização do espaço, pelo homem. No entanto, esta abordagem será feita no intuito de visualizar alguns caminhos, trajetórias e “conquistas”, durante o processo de formação do Sertão Pernambucano na região do Vale São Francisco.

A retrospectiva do passado, o processo de povoação da Petrolândia, a fim de nos percebermos, no tempo e no espaço, bem como o processo de territorialização criado pelo Estado brasileiro em vastas terras, movem-nos à compreensão do processo. Além disso, o tempo percorrido servirá para refletir os conceitos, categorias de lugares, cidades, municípios, aldeias e povoações, como também as relações com a gestão do poder público sobre a região.

Pensar na cidade de Petrolândia, convida-nos, também, a refletir sobre as cidades do interior do nordeste brasileiro que, em comparação com outras regiões, não possui altos índices de urbanização, ou não tem grande número de cidades que se possam classificar de grande dimensão. Tal quadro leva-nos a associar a expressão “interior” com a imagem de um espaço homogêneo e indiferenciado, no que diz respeito ao campo e à cidade, ou seja, geralmente, a expressão “interior” é utilizada para informar que há uma diferença entre categorias municipais, onde em alguns municípios a expressão do mundo rural é tão forte que supera o urbano.

3.1. O povoamento e a expansão para o sertão de Pernambuco

Compreender a história da formação da sociedade de Pernambuco, é interpretar as ruturas e permanências do discurso colonizador que utilizou o argumento religioso para realizar a sua missão de apaziguamento dos povos que já ali habitavam, incorporando-os e acomodando-os ao sistema do regime colonial.

A primeira divisão territorial que faz menção a Pernambuco dá-se pelo sistema de capitânicas hereditárias, em que Duarte Coelho ficou responsável pela Capitania Nova

Lusitânia, que mais tarde tornar-se-ia Pernambuco. A Capitania contava com 60 léguas que se estendia do rio Iguaçu até à foz do São Francisco.

Foi no ano de 1534 que, pelos registos dos documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁶, D. João II, então rei de Portugal, fez as primeiras doações hereditárias, em que foi incluído Duarte Coelho, que viria a ser a Capitania de Pernambuco. Aos poderes administrativos, D. João II concedeu ampla autonomia ao donatário, porém obrigou jurisdição e lealdade às ordens da Coroa.

Em 1535, Afonso Gonçalves, assistido por Duarte Coelho fundou a primeira Vila de Pernambuco, a Vila de Santa Cruz e dos Santos Cosme e Damião de Igarassu⁷. O marco principal da Vila era a Igreja localizada no alto do morro que foi referência para a expansão do povoamento de Pernambuco. A Vila foi destruída pela invasão holandesa, ocorrida no século XVII.

As capitánias hereditárias constituíram-se organismos do processo de expansão ultramarina do Estado português, que transplantados para o Novo Mundo, substituíram o projeto épico da conquista por uma colonização planificada, pelo estabelecimento oficial da lei e pela exportação das instituições ibéricas. Este sistema substituiu, no caso brasileiro, o de Feitorias distribuídas em alguns pontos da costa, que serviam a princípio como armazéns para armazenar e embarcar o pau-brasil e que se transformaram com o tempo em postos comerciais (Barbosa, Aciole, & Assis, 2006, p. 40).

Os engenhos de açúcar passaram a funcionar a partir do ano de 1535 na Capitania pernambucana. Entre sucessos e insucessos, a produção de açúcar foi voltada para a exportação e enfrentou períodos de declínio por conta das más condições climáticas, como as enchentes e as secas e a concorrência que se afluava no mercado europeu. Todavia, o açúcar foi um produto amplamente comercializado tanto no mercado externo quanto no interno, e a sua produção não diminuiu em nenhum momento, durante o período colonial, facto que fundamenta a argumentação de Faria (1998), que afirma que a cultura da cana-de-açúcar foi responsável pela maior concentração de riqueza e trabalhadores nos engenhos, sendo, assim, o principal Pólo da economia brasileira no período colonial.

⁶ O Arquivo Nacional da Torre do Tombo é um serviço de arquivos que contém os mais diversificados documentos ligados ao Estado de Portugal desde o século IX. O sistema conta com arquivos originais e tem como missão salvar, valorizar e divulgar os documentos.

⁷ Registos coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco. In: Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MELO_TACIANA_S.pdf (Melo, 2015)

O Brasil não estava resumido a engenhos, mas sim a uma produção agrícola forte, o que demonstra a complexidade da sociedade formada. A base escravista para o trabalho agrário, apesar de ser em maior número nas produções para o mercado externo, também pode ser verificada em grande quantidade nas produções internas, o que contesta a ideia de que as agriculturas voltadas para o consumo interno eram compostas apenas de trabalhos familiares.

A construção da sociedade pernambucana inicia-se com a criação do Concelho da Vila de Olinda⁸, em que Duarte Coelho, através do *Foral de Olinda*, faz doações de terras aos colonos para que estes as cultivem e as usem para o desenvolvimento da Capitania.

Num primeiro momento, a administração da Capitania ficou sob a responsabilidade do Donatário que tinha autonomia jurisdicional, devendo obediência apenas ao disposto na Carta de Doação de D. João II e ao que o Foral predeterminava. Esta primeira fase administrativa corresponde ao período de 1534 a 1563.

A partir de 1564, a estrutura administrativa da metrópole portuguesa demonstrou maior interesse na Capitania, pelo seu rápido desenvolvimento económico proveniente dos engenhos de açúcar. As primeiras estratégias de controlo administrativo da Coroa portuguesa foi impor pesados impostos sobre a população de colonos além da limitação do poder de jurisdição pelos donatários, o que teve por consequência, no período de 1564-1624 uma quase ausência de donatários na região, o que culminou com o fracasso da resistência da Capitania diante da invasão holandesa (Barbosa, Aciole, & Assis, 2006).

Após a invasão dos holandeses, que teve significativa colaboração para a formação de Pernambuco, a administração da capitania ficou sob o domínio direto da Coroa portuguesa, por intermédio do Capitão Governador, embora oficialmente fosse denominada como capitania até o ano de 1716.

Em 1709, os moradores da capitania pernambucana rebelaram-se contra a criação de uma Câmara no Recife, que tinha por intenção a participação ativa de comerciantes portugueses, instalados em Pernambuco, de intervir na política local.

O início da colonização foi marcado pela catequese, a corporação e jurisdição que correspondia aos moldes da monarquia de Portugal. Foram instituídas as Capitánias

⁸ Olinda foi oficialmente reconhecida como vila por Alvará Régio de 12 de março de 1537 (IBGE, s.d.). Mais informações em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/olinda.pdf> (IBGE, 2015)

Hereditárias, em que os donatários exerciam o seu poder político de forma quase autónoma, dispersos e com uma administração descentralizada.

Algumas Capitánias não chegaram a ser povoadas, ou enfrentavam inúmeras dificuldades para instalar-se e obterem lucro, tais como as inúmeras guerras com o gentio e a ameaça dos navios franceses na costa brasileira. Para resolver o problema das Capitánias e proteger-se das ameaças de invasão no Brasil, somadas às necessidades de aumento de rendimentos nas terras brasileiras, um Governo-Geral foi instituído para substituir o sistema de Capitánias Hereditárias e centralizar o poder administrativo na Coroa portuguesa.

Se antes a administração era descentralizada, o Governo-Geral garantia a centralização, limitando os poderes das Capitánias e formando um órgão governamental de superior poder ao dos donatários.

Desta forma, conclui-se que a instituição do Governo-Geral foi um exemplo de administração experimental, pois foi instaurado num momento de dificuldades de colonização da Coroa, como forma de solução administrativa, como (Fragoso & Gouveia, 2014, p. 56): “a criação do Governo-Geral nas terras do Brasil e a atuação de seu primeiro representante, tiveram a finalidade “regeneradora do Brasil”.

Este Governo iniciou-se com algum desconforto perante as instâncias de administração que já existia nas colónias. De facto, o poder dado aos proprietários rurais conduziu a política da Câmara de Olinda para oligarquias, o que gerou animosidade quando da representação de poder do governador. “Com efeito, na complicada situação das capitánias do Norte, a participação dos governadores-gerais via de regra não fora meramente arbitral, mas de salvaguarda de suas próprias funções” (Junior J. C., 2017).

A Coroa portuguesa, diferente da espanhola, não tinha um conjunto de regras e leis específicas para os governos instalados no ultramar. O critério para a administração variava diante das condições regionais e os aspetos económicos e sociais. Desta forma, formulava-se uma pluralidade de soluções, tendo a experimentação como base administrativa. Esta condição deu-se pela vastidão dos territórios conquistados e pelas dificuldades das viagens para a América.

2.1.1. Os caminhos para o Sertão

Assim como nas ilhas colonizadas na costa africana, os portugueses, ao chegarem ao Brasil, ocuparam primeiramente as costas litorais. Mas a excursão para o interior do

Brasil estava nas ambições dos colonizadores. O rio São Francisco, descoberto em 1501 por Américo Vespúcio, era a rota mais viável para o empreendimento.

Impulsionado pelo imaginário de enriquecimento na descoberta de ouro e pedras preciosas, D. João III, no governo de Tomé de Souza, ordenou uma expedição exploratória pelo Vale do rio São Francisco já no século XVI (Cunha E. , 2013). A primeira expedição, de onde foi possível obter as primeiras informações sobre as paisagens do São Francisco, foi realizada sob a responsabilidade de Bruno Spinoza, acompanhado do padre Aspilcueta Navarro⁹.

Por não possuírem meios seguros de realizarem as viagens desbravadoras, para os Sertões, os colonizadores utilizavam o rio como principal via de transporte. As viagens eram muito longas e apresentavam desafios naturais, como os animais, a mata fechada e vários insetos.

Capistrano de Abreu afirma que as conquistas no norte e nordeste não atingiram o sertão, porém, a viagem de Gabriel Soares de Souza, relatada num documento de 1591 e analisado por José António Gonçalves de Mello, afirma que em 1639, os desbravadores tinham chegado ao sertão de Rodela. (Barbosa, Aciole, & Assis, 2006), explica que António Gonçalves de Mello afirma ter um hiato na documentação entre 1654 e 1710, porém os relatos dos roteiros do litoral para o sertão refutam a argumentação de Capistrano de Abreu:

1º caminho: caminho de Capibaribe até as nascentes e contornando o território paraíbano, atingia a ribeira do Pajeú, nos atuais municípios pernambucanos de Itapetim e São José do Egito, e por ela, seguia até o brejo da Gama, de onde cruzava em direção a Cabrobó, à margem do São Francisco.

2º caminho: Caminho do Ipojuca acompanhava o vale do rio Ipojuca e alcançava em seguida o vale do Moxotó, atingindo o rio São Francisco na Boa Vista.

3º Caminho: Caminho comunicando a praça de Olinda com os sertões de São Francisco, o qual Azevedo Coutinho tinha mandado abrir durante o seu governo. Vê-se, que repete o traçado do caminho Ipojuca de 1738... Na verdade, o Bispo Governador mandava examinar as distâncias, os pousos e águas para a comodidade da boiada MELLO apud (Barbosa, Aciole, & Assis, 2006 p.17).

Deste modo, o rio São Francisco, “foi antes de tudo um eixo condutor de povoamento dos sertões da América portuguesa, fator de dilatação das fronteiras do Brasil

⁹ O sacerdote João Aspilcueta Navarro foi responsável pela composição de orações, cantos, vocabulários e peças teatrais para a catequização dos índios brasileiros. Todos os materiais da catequese eram feitos na língua tupi. (Cascardo, 2015)

Colonial e estruturador de uma complexa e dinâmica divisão social e territorial do trabalho, percebida na sua hierárquica rede urbana” (Arraes, 2013).

O rio São Francisco era o oásis do sertão, pois oferecia boas condições de pastagens, sal e água, o que era necessário para a criação e para o plantio. A partir do século XVII, a família dos Dias D’Ávila, favorecidos com a distribuição de terras pelas sesmarias, iniciou a criação livre de gado na região do médio São Francisco e, com a Casa da Torre, incentivaram a fundação de currais e o conseqüente povoamento da região. (Arraes, 2013), explica que André Rocha Dantas, se antecipou à Casa da Torre, situando anteriormente algumas fazendas de gado no São Francisco.

A posse das terras pelos rendeiros da Torre e outros curraleiros foi marcada, muitas vezes, por intensos conflitos com os índios da região; com missionários detentores da administração temporal e espiritual dos aldeamentos missioneiros fundados sob aprovação real e com outros fazendeiros contrários aos objetivos do clã. Conforme mencionou o pe. Serafim Leite, o potentado dos d’Ávila deveria, segundo documentos emitidos pela Coroa portuguesa, reservar terras suficientes para o sustento dos neófitos. Em vez de auxílio, fomentavam e moviam planos contra os religiosos que ousassem solicitar uma pequena fatia de terra (geralmente uma légua em quadra) dos seus latifúndios (Arraes, 2013, p. 51).

Dali tiveram início os primeiros conflitos da colonização nos sertões de Pernambuco. Em 1700, a Coroa emitiu um alvará que exigia o sustento dos missionários e dos índios aldeados, Carta Régia que exigia que, a cada missão, uma légua de sesmaria fosse doada ao clero e aos indígenas. No ano de 1749, algumas aldeias já estavam subordinadas à jurisdição pernambucana, entre elas: Aldeia de Santo Ant3nio, Aldeia de Senhor Santo Cristo, Aldeia de Aricob3, Aldeia da Miss3o Nova de S3o Francisco do Brejo.

As miss3es dos padres na regi3o do S3o Francisco tiveram como objetivo o apaziguamento das na3es revoltosas de ind3genas, tornando poss3vel a incorpora3o dos mesmos no regime jurisprudencial de Pernambuco. Contudo, algumas tribos mostraram-se resistentes ao contacto com os padres e foram classificadas como “ind3ios bravos” ou “gentios”. Para estes ind3ios foi decretada uma guerra “justificada”.

Os padres jesu3tas que vieram com os conquistadores para a Terra de Vera Cruz, tinham por objetivo civilizar os ind3genas, de acordo com as normas e costumes de Portugal e, neste sentido, Souza e Lid3rio (2008), afirmam que a Companhia de Jesus ficou respons3vel por “criar uma alma reconhec3vel nos nativos” (Souza & Lid3rio, 2008,

p. 141). Sendo assim, os jesuítas da Companhia de Jesus representavam o colonizador e o evangelizador.

A colonização e a conversão à fé cristã apresentaram diversos desafios, que se moldavam conforme a configuração da dinâmica do local, entre os indígenas e os colonos. O empreendimento colonial enfrentou a revolta dos índios que não queriam adaptar-se às políticas imperiais e dos colonos que viam a sua autonomia administrativa ameaçada pela presença dos jesuítas e dos “índios bravos” ou “gentios”.

Os caminhos para a colonização dos nativos rumaram em dois sentidos, com os índios que receberam os colonizadores de forma amistosa, os “índios aldeados”, em quem o colonizador exerceu a figura de domínio para evangelizá-los e, através do trabalho cristão, inserindo-os no contexto social e da moral colonizadora. Já com os gentios uma verdadeira guerra de extermínio e escravidão foi imposta.

Quando os europeus aportaram em solo brasileiro, já havia muitas comunidades de indígenas que se organizavam em tribos e viviam da agricultura expansiva, da pesca e da caça. Muitas guerras entre tribos eram realizadas, mas não por motivos políticos, sim culturais, visando a afirmação identitária da tribo.

Portugal que já vivia uma “crónica falta de rendas internas”, na metade do século XVI perdeu posições no comércio ultramar. Os donatários que vinham para o Brasil já não pertenciam à alta nobreza, assim como os imigrantes que participavam de uma parcela marginal da sociedade portuguesa, também para estes o sistema de capitanias havia entrado em crise.

Os portugueses necessitavam de mão-de-obra para as explorações agrícolas, que conseguiam através da realização de trocas e compra de escravos das guerras entre tribos. Porém, a necessidade de mão-de-obra crescia a um ritmo acelerado, e era necessário a aquisição de mais escravos, o que foi conquistado com o incentivo das guerras entre tribos.

Porém, pelo facto de a intenção da guerra das tribos não ser económica e nem política, a procura de escravos continuava crescente. Esta situação gerou a inimizade dos povos indígenas e o início das guerras contra os portugueses. Com a hostilidade dos nativos, que estavam invadindo e destruindo áreas da colónia, a Coroa portuguesa legitimou a “Guerra justa” e em 1570 regularizou a escravidão indígena (Danta, 2015).

As guerras contra o gentio era um fator importante para a economia colonial, pelo fornecimento de terras e homens, propiciando, assim, condições para o cultivo extensivo e o trabalho escravo. Em Pernambuco formou-se uma elite açucareira na costa litoral.

Esta elite era composta por colonizadores portugueses que, através da doação das sesmarias, tornaram-se proprietários fundiários, usando o trabalho escravo para a mão-de-obra nos engenhos, com controlo paternalista sobre os membros da sua propriedade.

Estas elites pernambucanas aliaram-se aos colonos e ajudaram na instalação de engenhos, fazendo-se, na mesma época, a separação dos índios entre gentios e aldeados. Pela intensa ligação do rei de Portugal à religiosidade católica, em que até mesmo o poder temporal do rei era indissolúvel, tal como o poder espiritual, iniciaram-se, logo no início da colonização, as missões jesuítas. Os nativos foram cercados pelo poder da cruz, alicerçada na conversão cristã e no poder da espada, representada pelos colonos que exerciam funções também militares. (Guedes, Fragoso, & Krause, 2013).

A vida no sertão pernambucano acontecia à margem dos regimentos da Coroa, de forma que não havia muitas regras, nem mesmo nos aldeamentos já instalados. A política Pombalina executou reformas administrativas e organizacionais na sociedade brasileira que estava em formação, expulsou os jesuítas do Brasil e pediu a redução dos aldeamentos, para que os territórios fossem transformados em vilas.

Os caminhos do sertão pernambucano apareciam pelo percurso do gado: “Nos tempos primeiros de ocupação dos sertões, tais vias eram “mal definidas, perceptíveis só aos olhos dos tupis”. Eram caminhos originados por técnica rudimentar, feitos “tanto de enxada, como foice e machado” (Arraes, 2013, p. 53).

As políticas pombalinas propuseram aos índios algumas concessões, com o objetivo de conseguirem apoio na guerra contra os índios bravos. A terra era doada também como recompensa pelos serviços prestados. Porém, mesmo com as políticas indígenas de Pombal, a resistência do povo indígena impunha-se ao entrave da construção das vilas, primeiramente por que os índios não queriam abandonar as suas aldeias e continuavam a seguir os seus líderes missionários.

Nas povoações de Assunção e Monte Alegre, os índios recusavam-se a obedecer às ordens, e os fazendeiros também não colaboravam para a nova configuração do local. A Coroa e a administração local resolveram a situação com acordos, em que os índios e os fazendeiros mantinham a sua posição no povoado das futuras vilas.

O estabelecimento das vilas e povoados serviam a diversos interesses para todos os grupos envolvidos, uns ganharam menos e outros valeram-se dos novos estabelecimentos para usufruírem das facilidades que o estado propunha. Principalmente no sertão, elas foram pensadas para garantir o sossego dos colonos e povoados que viviam aterrorizados pelas ações das nações que viviam de corso, causando

conflitos e destruição nas fazendas; foram também uma maneira encontrada para confinar os nativos em espaços planejados, promovendo ao mesmo tempo a “limpeza” das terras que poderiam ser arrendadas pelo colono (Cunha E. , 2013, p. 110).

Desta forma, nota-se que os aldeamentos representaram muito mais que um confinamento de cristãos e índios, colaborando para a formação daqueles sujeitos que, juntos, criaram uma nova identidade fortalecida na resistência. Porém, também representou um espaço de adaptação aos costumes dos colonizadores, onde os nativos recriaram a sua cultura como forma de acomodação ao regime português.

O Sargento-mor Jerónimo Mendes da Paz¹⁰ organizou as bandeiras pernambucanas de forma estruturada em todas as regiões da Capitania para dentro do sertão formando um verdadeiro cerco contra os indígenas.

Mesmo com todas as imposições, os índios continuaram a ser um impedimento para a implantação das políticas pombalinas, pois mesmo os que já estavam aldeados continuavam a fugir para o mato. Todavia, a política pombalina foi, por fim, estabelecida e as vilas começaram a surgir no sertão de Pernambuco. As 22 aldeias indígenas foram abertas para moradores não indígenas, resultando no estabelecimento de 7 vilas.

Através da criação de vilas e povoações, os índios que antes tinham a “liberdade” de percorrer todo o espaço do sertão, fazendo das terras e matas a sua morada, com a nova política e o confinamento nas povoações, os nativos perderam muitas léguas de terra que ficaram livres para a ocupação colonial. Observa-se que as terras mais cobiçadas estavam localizadas em lugares eminentes, como serras e morros, próximos a cursos de água, matas e com solo bom para o cultivo e também lugares estratégicos protegidos da invasão dos inimigos. Como por exemplo, as ilhas do São Francisco e as terras férteis nas proximidades dos rios Ipanema e Moxotó e também pelos brejos de altitude, como a Serra do Comunati e Serra do Ararobá, espaços onde o clima é ameno e a população instalada coexiste com as atividades agrícolas e pecuárias(Cunha E. , 2013, p. 111).

¹⁰ Bandeiras organizadas pelo sargento-mor Jerónimo Mendes da Paz: Riacho Navio- mediações de Pajeú, ao comando do tenente-coronel Fernando Dantas Barbosa, mobilizou 200 homens; bandeira de Piancó na Paraíba, comendo de capitão mor de Piancó Francisco de Oliveira Ledo, mobilizou de 200 a 300 homens; em Penedo houve 4 bandeiras, sob o comando de capitão-mor da Vila de Penedo Francisco de Souza Caldas, comandante da freguesia de Nossa Senhora do Ó da Vila de Penedo, capitão Ignácio de Barros Leyte; capitão Faustino Vieira, morador da freguesia de Nossa Senhora do Ó e Caetano Ferreira, morador da freguesia de Nossa Senhora do Ó, não se tem estimativa exata de quantos homens foram mobilizados para a missão. Missão do *Comunaty*, liderada pelo capitão Cláudio José de Pontes, mobilizou 100 homens; Bandeira de Tacaratú, comandos de Francisco Gomes, Manuel de Gois e Francisco José Seixas; Bandeira das flores comandada por Francisco Barbosa e da Serra do Arapuã por alferes José Freire e capitão Cosme Rodrigues (Cunha E. , 2013).

Através do mapa topográfico pode-se observar a implantação da política pombalina criando ocupações em lugares despovoados, mantendo a centralização administrativa na Coroa portuguesa. As vilas criadas correspondiam ao avanço político, social e económico que as políticas coloniais haviam conquistado até então.

O quadro abaixo demonstra a relação das primeiras vilas do sertão de Pernambuco e as suas características gerais:

Quadro 3 - Criação das Vilas do Sertão de Pernambuco na política pombalina

Nome	Data	Dimensão	Povoamento	Economia	História
Vila de Assunção	24 setembro de 1761	5 léguas	Kariri, Olhez, Xocó, Paraquió e Pipipã	Cultura do algodão, lavoura e transporte de gados	Jerónimo da Paz mandou destruir as casas da antiga missão e separou as madeiras para erguer escola, armazém, casa dos moradores e oficina
Vila de Santa Maria	11 setembro de 1761		Kariri, Coripó, Paraquió e humans	Transporte de pessoas e gados da Bahia para Pernambuco	Na ilha o Governador dos índios, Leandro da Silva era mestre da escola.
Vila de Cimbres	1762		Xucuru e outros diversos	Lavouras e transporte de gados	Estrutura das diretrizes das vilas coloniais portuguesas, com Casa da Câmara, cadeia, pelourinho, Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora das Montanhas, capitão-mor e diretor
Povoação de Nossa Senhora das Águas Belas	1762			Roça e condução de boiadas	Casas feitas de palha, Casa da Câmara, cadeia,

					pelourinho, capitão-mor e diretor, Igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição
Lugar de Barreiros	1759		Cariri	Roça legumes, pesca	Por ordem da majestade a Aldeia de Barreiros passou a Lugar de Barreiros
Vila Atalaia	1764		Índios dispersos de Gamaleira, Palmeira, Maincó e Sabalangá	Cultura agrícola: açúcar, fumo, aguardente, mel e rapadura	O lugar existia desde o século XVI e foi usado na luta contra os Palmares
Lugar do Porto Real	1762		Índios da Palmeira e olho de água	Capela rústica em devoção a Nossa Senhora, Convento e colégio.	

Fonte: adaptado de (Cunha E. , 2013, pp. 114-117)

Desta forma, foi formado o sertão pernambucano, com uma sociedade composta por indígenas aldeados, já integrados na sociedade, colonos fazendeiros, que tinham na pecuária e na agricultura as suas principais atividades, e os antigos missionários.

2.1.2. Bebedouro de Jatobá, Itaparica, Petrolândia – povoamento e formação

A Petrolândia é uma cidade localizada no sertão de Pernambuco, nas margens do Rio São Francisco, a 450km de Recife. Registos arqueológicos, datam a primeira ocupação humana na região acerca de 6.390 ± 80 anos (Estrato de fogueira) (Martin, 2008). Os vestígios da passagem humana foram encontrados em pinturas rupestres num abrigo denominado de *Letreiro do Sobrado*, cujas dimensões são de 10 metros de altura por 16 metros de largura. Na análise estratigráfica do abrigo encontraram-se vestígios de

vinte fogueiras que foram reutilizadas, e materiais para o fabrico de pequenos artefactos, como o sílex, o quartzo, o quartzito, a calcedónia, o quartzito silicificado e a ardósia. Outros estudos foram realizados em locais abertos do vale do rio São Francisco, no *Abrigo do Sol Poente* e na *Gruta do Anselmo*.

Nas escavações realizadas no Serrote Vermelho, Distrito da Barrinha – Petrolândia, a aferição radiocarbónica, feita a partir do carvão de uma fogueira, datou de 810 anos A.C.¹¹. Pode-se verificar a presença de fragmentos de artefactos, semelhantes aos encontrados no Letreiro do Sobrado e restos de ossos de mamíferos e aves.

As escavações feitas nas margens do Rio São Francisco revelaram a presença de “um pequeno grupo de caçadores” que percorriam grandes extensões, demonstrando grande mobilidade, que tinham uma indústria ativa de artefactos, o que pode ser constatado pela grande quantidade de material lítico encontrado nas extensões da margem do rio (Martin, 2008, p. 128).

Os registos mostram, de forma geral, que os homens pré-históricos da atual região da Petrolândia, Pernambuco, se estabeleciam, preferencialmente, nas margens do São Francisco e junto às antigas lagoas das redondezas. Estima-se que migraram do Sergipe, pela quantidade de litígios semelhantes, encontrados no percurso, com datação radiocarbónica de 8.050 A.C.¹².

As comunidades de pré-históricos viviam da caça, pesca e das colheitas, tinham grande mobilidade territorial e abrigavam-se em rochas sedimentares.

Os povos pré-históricos da região deram origem ao primeiro povo que ocupou a Petrolândia que, segundo registos históricos, foram os indígenas *Pankararus*. Os estudos de Glaude Guérin¹³ relatam a herança das práticas ceramistas dos pré-históricos do São Francisco pelos índios *Pankararus* e *Atikum*. Martin (2008), afirma que: “Na aldeia dos dois grupos, as mulheres continuam a utilizar as mesmas técnicas da pré-história, sem utilização, aliás, de nenhum elemento intrusivo atual.

No século XVII, Caetano de Gatierre, Joaquim Santa Clara, Caetano de Génova e Caetano de Maciena chegaram ao estado da Bahia e havendo evangelizado algumas regiões do sertão baiano descobriram as tribos que alocavam as margens do São Francisco (Souza J. E., 2016).

¹¹ Ou 2760 anos BP.

¹² Ou 10.000 anos BP

¹³ Citado por Martin (2008, p.128).

O cacique e historiador dos *Pankararus*, Jorge Ernesto de Souza, relata que os religiosos vindos no século XVII, catequizaram os índios e incentivaram a cultura local, bem como auxiliaram no plantio de mandioca, feijão, milho e algodão. Já no século XVIII, os portugueses que entraram em contacto com a tribo, uniram-se aos *Pankararus* através do casamento com as índias da tribo.

O nome *Pankararu* (tronco Pankararu de Jeripancó Tatuchina de Fulô) significa “povo que mora a margem do rio São Francisco” (Santos, Souza, & Lima, 2016, p. 8). A tradição oral relata que no início, o grupo chamava-se *Geripankó Pankarus*. Os *Pankararus* foram aldeados, no século XVII, pelos missionários que chegaram ao Vale do São Francisco.

Ainda no século XVII surgiu a Vila de Tacaratú, onde vivia a comunidade de *Pakararus* chamada de Canabrava, e historiografias sugerem a fundação da aldeia *Pakararu* em 1802.

Os missionários converteram os índios ao cristianismo. A fé que cultivam até aos dias de hoje, conservando também as celebrações católicas, não os impedem de realizar os rituais e comemorações típicas de sua cultura, sendo as mais populares a “Corrida ou Festa de Umbu e Menino do Rancho, a Dança dos Bichos e o Toré” (Santos, Souza, & Lima, 2016, p. 8).

Com a presença dos *Pankararus*, a colonização teve início com os missionários católicos vindos de Santo António da Glória, município localizado no estado da Bahia, convertendo almas no interior do sertão. Os missionários jesuítas estabeleceram-se nas margens do rio São Francisco, num local hoje conhecido como *Brejo dos Padres*, onde os índios *Pankararus*, em acordo com aos padres, se deslocaram das ilhas de Acará, Surubabel, da comunidade de Canabrava, onde atualmente fica a região de Tacaratu¹⁴ e de Várzea.

Batalha (2017), explica que o contexto social do Nordeste durante os séculos XVII e XVIII foi marcado pela disputa entre os colonizadores portugueses e os indígenas. Neste contexto, surgiu a escravidão indígena que foi combatida pelos padres da Companhia de Jesus, através do aldeamento, em 1549. Os *Pankararus* foram agrupados, primeiramente a 453 km de Recife, no médio São Francisco.

Um registo, datando de 1752, de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Saúde, sugere que a Vila de Tacaratu foi fundada anteriormente a esta data. Souza e Lidório

¹⁴Tacaratu significa “serra de muitas pontas” (Batalha, 2017, p. 20)

(2008), afirmam que a Companhia de Jesus ficou responsável por “criar uma alma reconhecível nos nativos” (Souza & Lidório, 2008, p. 141).

No século XVIII os índios *Pankararus* foram aldeados na região do *Brejo dos Padres*, dando-se a expulsão dos índios de Canabrava, enquanto os padres de São Felipe Néri organizaram os aldeamentos *Pankararus*. A aldeia mostrava-se essencialmente rural, e as atividades concentravam-se em pequenas plantações e criação de animais, como vacas, ovelhas e cabras.

Antes, a região do Brejo dos Padres era chamada de Jeripancó. Com a chegada dos padres de São Felipe Néri, a localidade cristianizada deixou de ser Jeripancó e passou a ser chamada de Brejo dos Padres. Com a sua chegada também ocorreram algumas mudanças no quotidiano dos habitantes da região (Batalha, 2017, p. 21).

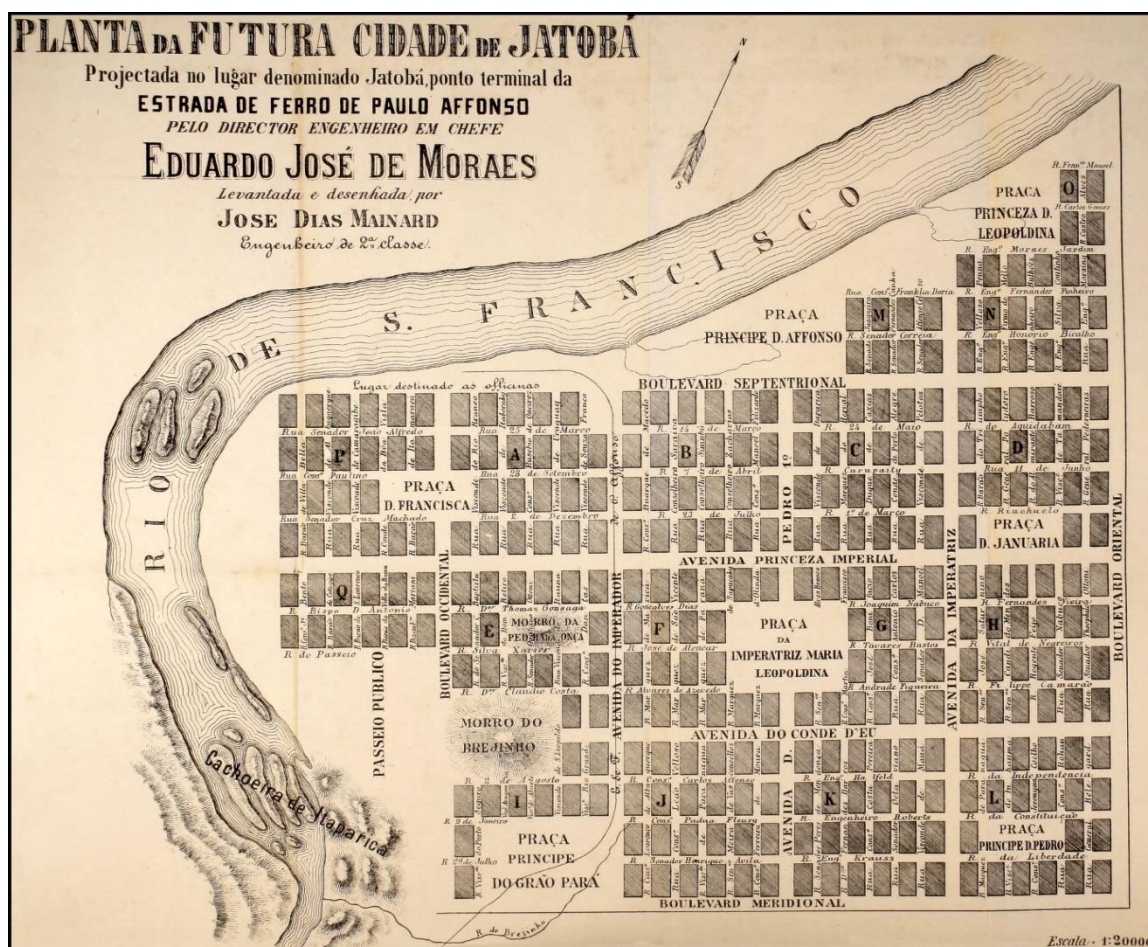
O Brejo dos Padres é uma região próxima ao rio São Francisco, sendo, por isso, uma região fértil. O vale aparece entre montanhas e serras.

D. Pedro II doou as terras ocupadas pelos *Pankararus*, através da Carta Régia, sendo o primeiro marco da demarcação destas terras doadas, o Brejo dos Padres, que é delimitada em 14.294 hectares. Os marcos geográficos das terras demarcadas aos índios são: a cascata de Paulo Afonso e a cascata de Itaparica, local onde foram encontradas ossadas pertencentes aos índios, indicando que o local era tradicionalmente usado para o sepultamento dos mortos da tribo. O local tornou-se um cemitério cristão após o contacto com os padres evangelizadores.

A colonização teve início com a fundação das fazendas: Brejinho da Serra e de Fora. O local passou a ser conhecido, inicialmente, como Jatobá ou Bebedouro do Jatobá, pois junto a um frondoso jatobazeiro, vaqueiros paravam para que os animais pudessem beber água. Em 1808, um alvará régio criou o distrito de Tacaratu e a lei Provincial¹⁵ nº248 de 1849 elevou a condição de Tacaratu para vila, sendo esta subordinada a Petrolândia, embora mantendo a localização e nome, (Pernambuco, s.d.). Abaixo, encontra-se a planta de planeamento da construção de Jatobá, realizada pelo engenheiro Eduardo José de Moraes (Moraes, 1883).

¹⁵ Para conhecer mais sobre os conteúdos das leis provinciais acesse o Acervo Digital do Pernambuco das Leis Provinciais (PE, 2020). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-provinciais>.

Figura 3 - Planta de Construção de Jatobá



Fonte: Moraes, 1883, p.2 (MAPA)

No ano de 1887, a lei provincial n.1.885¹⁶ transferiu para Jatobá, o município de Tacaratu e em 1909, a lei estadual¹⁷ n.991 elevou o município a categoria de cidade. Oficialmente o município só é criado em 1849.

A lei Estadual nº 1.931 de 28 de setembro de 1928, fez voltar a sede municipal para Tacaratu. O Decreto-Lei nº 235, de 09 de dezembro de 1938, mudou a sua denominação para Itaparica, atribuindo-lhe novamente os foros de cidade, passando o município a contar com três distritos: Itaparica (sede), Tacaratu e Volta. A denominação de Itaparica foi mudada para Petrolândia pelo Decreto-Lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943 (Tecnologias, 2012).

¹⁶ Referência ao Acervo de Leis Provinciais do Pernambuco.

¹⁷ As leis estaduais de Pernambuco podem ser consultadas no portal legislativo do estado (Legis, 2020) ao . Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/pesquisa.aspx>

É importante salientar que, em 1877, se iniciou a construção da ferrovia que ligava a cidade de Piranhas, situada no Alagoas, a Jatobá. Os caminhos-de-ferro chegaram a Jatobá no ano de 1883 e, por conseguinte, várias construções para habitação foram construídas, até mesmo para alojar os construtores das vias-férreas.

O comércio da região foi sendo desenvolvido até chegar ao patamar de o mais próspero do sertão, logo, em 1987: “a Lei Provincial nº 1.885 elevou a povoação de Jatobá à categoria de vila e para ela transferiu a sede do município de Tacaratu, o qual passou então a pertencer a Jatobá” (PE, 2020).

Eduardo Moraes, engenheiro dos caminhos-de-ferro, notou que a região era propensa a um grande desenvolvimento e, desta forma, ele próprio elaborou uma planta para a urbanização do Bebedouro de Jatobá. No início, a urbanização do município aconteceu de acordo com a planta elaborada pelo chefe ferroviário, mas, após algum tempo, nem as autoridades conseguiam conter o rápido expansionismo da região.

Em 1909, a lei estadual¹⁸ N. 991 deu patamar de categoria de cidade a Jatobá, que antes pertencia a Tacaratu que, desta forma, passou a agregar Tacaratu devido ao seu maior desenvolvimento. A situação crescente do comércio de Jatobá que, por barcas, ligava a Bahia a Minas Gerais, passou ao declínio e congelou com a inundação que a cidade sofreu pelo rio São Francisco, nos anos de 1906 até 1919. A inundação devastou uma boa parte das construções gerando prejuízos para a vida comercial da região.

O governo apelou a uma intervenção de incentivo para grandes empresas, como a Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco e Brandão Cavalcanti Ltda., fazendo com que a situação fosse gradualmente revertida e trouxesse benefícios para a região, segundo explica um documento retirado da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d.).

Assim, Petrolândia só foi oficialmente fundada com esse nome em 1943, todavia o seu distrito já havia sido criado, pela Lei Municipal¹⁹ n.10 de 1882. Então, já no ano de 1911, Jatobá se vê dividida entre quatro distritos: a sua sede na própria Jatobá, Espírito Santo, Tacaratu e Volta do Moxotó (Jatobá, 2020).

Abaixo, segue um quadro da cronologia legislativa administrativa, referente às mudanças de nomes e *status* da região até chegar a Petrolândia:

¹⁸ Portal legislativo de Pernambuco.

¹⁹ Câmara Municipal de Jatobá. Disponível em: <http://www.camaradejatoba.pe.gov.br/legislacao/leis-municipais>

Quadro 4 - Formação legislativa – administrativa de Petrolândia, PE

Tipo de Lei	Ano	Conteúdo	Complemento
Municipal	10/08/1892	Criação do distrito denominado Tacaratú	Alvará de 24/05/1808
Provincial nº 248	16/06/1849	Vila de Tacaratú	Sede da povoação de Jatobá
Provincial nº 1885	01-05-1887	Transfere a sede do município de Tacaratu para a povoação de Jatobá.	/
Municipal	10-08-1892	Criado o distrito de Jatobá é anexado ao município de Tacaratu.	/
Municipal	27-09-1897	Criados os distritos de Espírito Santo e Volta do Moxotó e anexado ao município de Tacaratu.	/
Estadual nº 991	01-07-1909	Elevado à categoria de cidade, com a denominação de Tacaratu	/
	1911: divisão em 4 distritos: Jatobá, Espírito Santo, Volta do Moxotó e Tacaratu.		
Estadual l nº 1931		Distrito de Espírito Santo é extinto, sendo o seu território anexado ao distrito de Moxotó	/
	1933: divisão em 3 distritos: Jatobá, Espírito Santo e Volta do Moxotó		
Estadual nº 235	09-12-1938	Sede do município passou a denominar-se Itaparica,	/

		passando Tacaratu à condição de distrito.	
Estadual nº 952	31-12-1943	Município de Itaparica passou a denominar-se Petrolândia.	
Estadual nº 1819	30-12-1953	Desmembra do município de Petrolândia o distrito de Tacaratu. Elevado à categoria de município.	
1960: divisão em 2 distritos – Petrolândia e Volta			
Municipal nº 645	05-05-1990	É criado o distrito de Jatobá e anexado ao município de Petrolândia.	
1995: divisão em 3 distritos – Petrolândia, Jatobá e Volta			
estadual nº 11256	28-09-1995	Desmembra de Petrolândia os distritos de Jatobá e Volta do Moxotó (ex-Volta), para constituir o novo município de Jatobá.	
2007: 1 distrito sede - Petrolândia			

Fonte: adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (s.d.).

O nome Petrolândia, advindo do decreto estadual n.952, é uma homenagem ao imperador do Brasil, D. Pedro II. Santos, Souza e Lima (2017), explicam que em 1877, a região recebeu a visita do Imperador e, com esta visita, veio a ordem de construção de uma ferrovia e um cais, com o objetivo de ligar o rio São Francisco desde sua parte mais alta até à mais baixa.

Os processos de povoamento podem ser divididos em três fases: o primeiro já mencionado, com as primeiras tribos indígenas e a colonização pelos missionários católicos, até à construção da via-férrea em 1883; o segundo momento com a povoação

da Petrolândia pelos funcionários da construção dos caminhos da ferrovia Paulo Afonso, no período de 1887 a 1928.

De acordo com uma reportagem do jornal Folha da Manhã de 5 de julho de 1959, na estação originária de 1867 eram realizadas duas viagens semanais com comboios de carga que atravessavam os carris de Petrolândia até Alagoas.

As primeiras comunidades instaladas na região formaram os primeiros núcleos de povoamento que serviam de paragem para os vaqueiros que estavam de passagem pela região com o objetivo de cruzar o estado. A presença abundante de jatobazeiros e o facto de os vaqueiros realizarem paragens para os animais beberem água, influenciou no primeiro nome da cidade: Bebedouro de Jatobá.

A construção da ferrovia levou à região comerciantes e funcionários da construção férrea, o que configurou a cidade com novas paisagens e desenvolvimento.

Assim, a terceira fase da nova configuração de Petrolândia deu-se com a construção da central hidroelétrica.

3.2. A cidade com os seus cenários

*“Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte
Do que o poder do lugar (...) O sertão é do tamanho do mundo (...)
O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias.”
(Rosa, 1956)*

A proposta deste capítulo é verificar, em várias narrativas, os aspetos da história e das memórias. Inicialmente algumas noções e perceções sobre as comunidades, serão abordadas e elencadas, a ponto que os autores consigam abordar esta temática, de forma precisa, e que venha contribuir para a compreensão de suas histórias.

Outro assunto considerado relevante, no estudo deste capítulo, será a história da origem de Petrolândia: os dados históricos do seu surgimento, os avanços culturais e sociais ao longo dos anos, de forma a também alargar visões sobre esta, através dos documentos preservados.

Como foi visto, a cidade de Bebedouro de Jatobá, ou Jatobá, foi povoada, primeiramente por colonos fazendeiros, indígenas aldeados e padres missionários. Nas memórias históricas, o nome associa-se pela localização nas margens do rio São Francisco e pelo facto de a paisagem ser composta por frondosos jatobazeiros. O local era muito

visitado por pastores que conduziam os rebanhos de gado aos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, servindo de paragem para o bebedouro dos animais cansados da longa viagem.

A cidade foi fundada em 26 de junho de 1977²⁰, data em que as atividades das empreiteiras da empresa CHESF foram iniciadas, com o desmatamento das regiões localizadas a 18km da antiga Petrolândia, denominada de Alto da Raposa (IGBE, 2020).

O processo de povoamento de Petrolândia passa pela presença dos indígenas, a construção das fazendas e as missões religiosas e incide no povoamento da antiga Tacaratu, iniciada em 1961 pelo padre António Teixeira de Lima.

Em 1849, já após a fundação oficial da cidade de Bebedouro de Jatobá, foram criadas as fazendas Brejinho da Serra e Brejinho de Fora, tendo por atividades exclusivas a pecuária (Santos, Souza, & Lima, 2016).

No ano de 1825, no I Império do Brasil, um corpo de estrangeiros foi formado pelo imperador D. Pedro I, para que fosse possível a realização de trabalhos técnicos, artísticos e científicos acerca das paisagens do Brasil. Fazia parte do Corpo de Estrangeiros, o engenheiro de origem alemã Henrique Guilherme Halfeld. O engenheiro, já no segundo império brasileiro, em 1852, foi encarregue, por D. Pedro II, de uma excursão de exploração pelo rio São Francisco, com o objetivo de aprofundar o conhecimento das regiões que o cercavam. Halfeld navegou cerca de 2mil km relatando todas as povoações e o modo de vida com que entrou em contacto²¹.

Luna (2013), explica que o engenheiro alemão relatou que o rio São Francisco era plenamente navegável, classificando o caminho de Pirapora até Juazeiro como “rio limpo”. Já no troço do Pão de Açúcar, localizado em Alagoas, até Juazeiro, este considerou de difícil acesso, devido à presença de inúmeras cascatas, destacando-se a de Paulo Afonso, em Petrolândia (Luna, 2013).

O facto levou a uma visita pessoal do Imperador D. Pedro II, que realizou uma viagem na foz do rio São Francisco, na atual região do Submédio São Francisco. A viagem contou com extensas excursões pela margem ribeirinha de Alagoas, Sergipe e Bahia. Quando, em Delmiro Gouveia, pôde apreciar a cachoeira Paulo Afonso, dos relatos de Halfeld.

²⁰ Dados do IBGE (s.d.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/jatoba.pdf>

²¹ Luna (2013), relata que raras cópias do relatório produzido por Henrique Guilherme Halfeld podem ser encontradas em antiquários ou sebos especializados, porém são vendidos a preços exorbitantes: “Em 2009 encontrei um exemplar num famoso “sebo” de São Paulo, que o exibia à porta, como uma de suas principais raridades, fixando o preço de R\$ 2.500 pelo volume” (nota de rodapé, p.210).

3.2.1. A exploração do rio São Francisco

No ano de 1859, o imperador do Brasil D. Pedro II, na companhia da esposa, a Imperatriz Teresa Cristina e de uma comitiva real, realizou uma expedição pelo norte do país. O objetivo era avaliar a possibilidade do rio São Francisco fazer ligação entre as províncias do Sul e do Norte no transporte de mercadorias entre regiões.

A excursão percorreu o trajeto da nascente Serra da Canastra, em Minas Gerais, até ao oceano Atlântico, em Alagoas, na região de Piaçabuçu (Iconográfica, 2017). No seu diário de viagem, escrevia o imperador:

A vista do Pão de Açúcar é bonita. (...) cheguei por volta das 8 ao Pão de Açúcar. Receberam-me com muito entusiasmo e um anjinho entregou-me a chave da vila. Em frente a esta povoação há uma grande coroa de areia, que me cansou atravessar e com a luz dos foguetes, que não têm faltado por todo o rio. (...) acordei antes das 5 e pouco depois das 6 fui dar um passeio pela vila. A matriz é pequena, mas decente, só tem inteiramente pronta a capela-mor, o resto achasse coberto. Há uma bela rua direita longa e muito larga, e outra perpendicular também direita, porém menos longa e larga. Só vi uma casa de sobrado, a da Câmara, onde me hospedei (D. PEDRO II, 1859 apud LUNA, 2013, p.211).

Quando encontra a cascata Paulo Afonso, D. Pedro relatou:

É belíssimo o ponto em que se descobrem 7 cascatas, que se reúnem na grande que não se pode descobrir daí, e algumas grandes fervendo a água em caixão de encontro à montanha que parece querer subir por ela acima; o arco-íris produzido pela poeira da água completava esta cena majestosa (Iconográfica, 2017).

D. Pedro II ficou tão admirado com as cascatas de Paulo Afonso, que encomendou uma fotografia, feita em 1860, por Auguste Stahl, fotógrafo oficial de D. Pedro II. A fotografia resultou na pintura a óleo feita pelo pintor alemão, Germano Wahnschaffe.

A excursão de D. Pedro II foi estimulada pelos estudos de Halfeld, como já visto. O engenheiro foi o primeiro a realizar uma pesquisa sistemática na região.

Halfeld descreveu e analisou o curso fluvial das águas para oferecer ao Império um panorama do estado da navegação do rio São Francisco e seus afluentes, [...] das circunstâncias que o favoreciam; dos obstáculos que o dificultavam ou impediam totalmente; dos projetos que julgava aplicáveis ou viáveis para o melhoramento do rio; e a descrição do curso. (Halfeld, 1860, p. 1 apud (ANPUH-BA, 2016, p. 6).

O reinado de D. Pedro II, após a Guerra do Paraguai, viu-se imerso numa crise económica que o fez procurar soluções de modernizações com empreendimentos internos, pelo país. O império investia em pesquisas técnicas de aplicação de melhoramentos nas vias de transporte de mercadorias, sendo as vias-férreas, fluviais e rodoviárias, alvo do estudo de um corpo de engenheiros e técnicos comprometidos com o empreendimento (ANPUH-BA, 2016).

Sendo assim, o rio São Francisco interessou ao governo, principalmente pela sua localização estratégica, que permitiria que as transações comerciais fossem feitas de forma direta entre o mar e os centros urbanos. Para a empreitada, alguns estudiosos do assunto foram chamados pelo imperador para que realizassem estudos das possibilidades de incorporação de uma via fluvial ou terrestre de ligação aos pontos estratégicos.

Os principais estudos realizados foram feitos primeiramente pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, Emanuel Liais, Carlos Krauss e pela Comissão Hidráulica do Império.

O estudo de Halfeld, já mencionado anteriormente, foi realizado nos anos de 1852 a 1854, através da navegação entre Pirapora e a foz no oceano Atlântico. Halfeld, ao final da excursão elaborou um relatório, o qual relata todo o percurso e propõe alguns projetos de instalação de portos, além de obras de: “remoção de pedras, construção de diques e canais, retirada de troncos, retiradas de ribanceiras e outros melhoramentos, desde a cachoeira de Pirapora até a cachoeira do Sobradinho” (Halfeld, 1860, p. 55-56 *apud* (ANPUH-BA, 2016, p. 2)..

Contudo, o orçamento elaborado para as obras sugeridas, ostentava valores exorbitantes, inviáveis para o orçamento do império. Outra sugestão de Halfeld, foi a abertura de um canal e construção de 108 eclusas, viadutos e pontes entre o Pão de Açúcar e a vila da Boa Vista. O orçamento também extrapolou os limites da economia do império, uma vez que, além dos gastos com a obra, ainda havia necessidade da manutenção, da construção e dos funcionários que seriam necessários para isso.

Devido ao alto custo das sugestões de Halfeld o projeto foi engavetado, mas a expedição não foi totalmente sem proveito, já que o engenheiro alemão produziu um rico estudo topográfico das regiões do vale do São Francisco, em que descreveu os acidentes geográficos, os povos e as cidades que conheceu.

Emmanuel Liais, astrónomo francês, foi enviado para um novo estudo do São Francisco no ano de 1856, acompanhado pelo engenheiro brasileiro Eduardo José de Moraes e o botânico, também brasileiro, Ladislau de Souza Melo Neto. Os estudos foram

publicados no relatório de viagem intitulado *Hydrographie du haut San-Francisco et du rio das Velhas* (Moraes & Netto, 1865). A indagação do Império para a viagem era sobre se o rio das Velhas poderia ser transformado em navegável, sem obras de altíssimos gastos. O objetivo era ligar, pelo interior, o norte ao sul do Brasil.

Com a viagem, constatou-se que existiam alguns obstáculos naturais que dificultavam a navegação pelo rio, havendo necessidade de investimentos em infraestruturas nas cidades que cercavam o rio, e que seriam afetadas com as obras de navegação²². O relatório, então, sugeriu que o imperador investisse numa via térrea de transportes, com um sistema de estradas que ligassem o Rio de Janeiro ao rio das Velhas. Liais sugeriu melhorias no rio a partir do trecho do rio das Velhas, mas o projeto não foi aprovado, apesar de reconhecido que o estudo realizado por Liais e companhia, partiu de uma perspectiva bem mais técnica do que o elaborado por Halfeld.

Como ambos os estudiosos identificaram problemas de navegação no caminho da cascata Paulo Afonso, liais sugeriu que começassem os melhoramentos pelo rio das Velhas, elaborando um canal alternativo para a cachoeira. Os gastos ainda eram muito altos para o empreendimento e, desta forma, mais um estudo foi pedido, dessa vez focado exclusivamente no caminho da cascata Paulo Afonso²³.

A Secretaria de Agricultura ligada ao Império de D. Pedro II, solicitou um estudo do percurso do Porto de Piranhas até a altura de Sobradinho, ao engenheiro alemão Carlos Krauss, em 1868. O estudo foi pedido com o objetivo de desenvolver um projeto alternativo para a construção de uma estrada, ou alguma via terrestre, para o transporte de mercadorias, e a intenção era contornar os obstáculos verificados na cascata Paulo Afonso (Oliveira G. P., 2015).

Carlos Krauss utilizou uma vasta cartografia da região para fundamentar os seus estudos. O engenheiro estava perante duas possibilidades: a estrada férrea e as obras fluviais mas, já sabendo do resultado dos estudos anteriores ao dele, debruçou-se sobre a alternativa terrestre. Desta forma, projetou “a identificação dos locais onde poderiam ser estabelecidas estações de caminhos-de-ferro, projetando, assim, nove estações: a 1ª. Piranhas, estação central; 2ª. Cipó; 3ª. Olho D’água; 4ª. Talhado; 5ª. Batoque, 6ª. Paulo Afonso; 7ª. Moxotó, 8ª. Rio Fundo; 9ª. Jatobá, estação terminal” (ANPUH-BA, 2016).

²² Idem.

²³ ANPUH – BA (2016). Disponível em:

http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1476210157_ARQUIVO_artigoriosaofrancisco.pdf

Em 1868, Krauss desenvolveu uma demonstração gráfica do rio, onde expunha os obstáculos a serem vencidos, junto às propostas de aperfeiçoamento da região:

O mapa demonstraria como o talvegue daquele troço do rio possuiria condições de navegabilidade desde Sobradinho a Jatobá. Daí até Piranhas, que constituiria segmento completamente inadequado à navegação devido as cascatas como a de Paulo Afonso, o projeto mais adequado para Krauss seria uma estrada de ferro lateral ao conjunto de quedas d'água (OLIVEIRA, 2015, p.74).

Krauss, então, para diminuir os custos ao máximo possível, sugeriu alargar o leito do rio, com vista ao melhoramento fluvial e retirada de obstáculos e, assim, possibilitar a navegação a vapor desde Sobradinho até à região de Jatobá. Depois disto, as mercadorias seriam transportadas por percursos que iriam até Piranhas, e de Piranhas para o embarque rumo ao oceano Atlântico.

Segundo Oliveira (2015, p.76), a construção férrea de Jatobá, foi possível pela persuasão e força de vontade do Senador de Alagoas, Sinimbu que, em 1871, “defendeu a aprovação do projeto da via-férrea entre Piranhas e Jatobá”. Porém, outras províncias acusavam o projeto de desnecessário, um gasto que não poderia ser feito, algo que não deveria ser levado a cabo.

Em 1878, Sinimbu assumiu a direção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e levou adiante o projeto que tanto queria para Alagoas e Pernambuco.

É importante perceber como Sinimbu alterou os argumentos em torno da sua proposta no seguimento da intensa seca iniciada em 1877 nas províncias do Norte. Se antes o projeto se voltava em larga medida para a questão dos transportes, a calamidade da falta de água do fim dos anos 1870 o fez revestir-se sob grande comoção do combate à seca. Não mais a imagem de uma natureza fecunda e ubérrima a ser escoada, mas sim estéril e flagelada seria o pressuposto para legitimar a via-férrea junto a Paulo Afonso. A obra seria um modo de empregar - milhares de braços que jazem ociosos - (Sinimbu) nas margens do São Francisco e, assim, abrandar os efeitos da calamidade climática (Oliveira, 2015, p.77).

Já no ano de 1879, a Comissão Hidráulica do Império, comandada pelo engenheiro Willian Roberts, e integrada por: “António Plácido Peixoto do Amarante, engenheiro; Rudolph Wieser, chefe da seção; Domingos Sérgio de Sabóia e Silva, Alfredo Lisboa, Miguel António Lopes Pecegueiro, Theodoro Fernandes Sampaio, Thomaz de Aquino e Castro” (ANPUH, 2016), iniciou os estudos para o projeto de interligação da

parte alta e baixa do rio São Francisco. O grupo da Comissão Hidráulica do Império concluiu que era viável e necessária a construção da via-férrea de Paulo Afonso²⁴.

Os estudos foram realizados a partir dos relatórios emitidos por Halfeld e dos mapas feitos por Krauss. Considerando os aspetos de mudança, relativos à ação climática e ao povoamento das regiões afetadas com a nova empreitada, Roberts e companhia descreveram as possibilidades de aproveitamento do São Francisco, deixando, inclusive, em relato, referindo que poderiam ser feitos melhoramentos para que se tornasse navegável o troço da cascata Paulo Afonso.

A Comissão dividiu o rio em 5 partes, as quais identificaram os aspetos climáticos, geográficos, aspetos pluviais e topográficos, além da população, da agricultura e das atividades económicas comerciais do vale do São Francisco. A obra férrea vinha vinculada às melhorias nos percursos navegáveis do rio para a composição completa da trajetória do transporte de mercadorias:

As obras nas cascatas sugeridas consistiam no encerramento de saídas laterais através de diques ou paredão de madeira para impedir a perda da água do canal escolhido; na construção de molhos nos pontais de algumas das ilhas para desviar um volume adicional de água para o canal adotado; em alguns lugares, especialmente nas cascatas entre Rodelas e o Vau, construção de rampas ou corredeiras artificiais para concentrar a água e guiar a corrente de um modo seguro (Roberts, 1880, pp. 20-21 apud ANPUH – BA, 2016, p.8).

Desta forma, a construção tomou uma orientação de desenvolvimento de estratégias para ultrapassar os desafios climáticos da região, já que também era sugerido que fosse construída uma espécie de “paredão de pedras” que concentrasse a água e evitasse o seu escoamento. Mas, nem todos eram a favor das obras já definidas para o rio São Francisco.

Oliveira (2015), explica que João Alfredo, Senador de Pernambuco, não se mostrou contente diante das decisões de Sinimbu. Em relato nos Anais do Senado do Império, na sessão de 17 de junho de 1879, contida na página 152 do livro 6, citado por Oliveira (2015, p.78), encontra-se a narrativa do senador, respondendo à iniciativa de Sinimbu:

²⁴ A aprovação da obra da via férrea se deu no ano de 1878, por meio do Decreto-Lei N. 6.918, de 1 de junho de 1878. *Abre ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Publicas o crédito extraordinário de 9.000:000\$0000, para o pagamento do resgate da estrada de ferro de Baturité e das despesas não só do seu prolongamento até Canoa, mas também da construção das estradas de ferro do Sobral, e de Paulo Afonso.* Coleção de Leis do Império do Brasil - 1878, Página 286 Vol. 1 (Publicação Original) (Brasil C. d., 1878).

Eis aqui o motivo pelo qual o Sr. Presidente do Conselho decretou o caminho-de-ferro de Paulo Afonso: filho da província de Alagoas, o honrado presidente do conselho entendeu que o rio São Francisco não devia pertencer nem ao Rio de Janeiro, nem a Minas Gerais, nem à Bahia, nem a Pernambuco, mas à sua província natal; e então, fantasiando a acumulação de desalojados e a necessidade de dar-lhes pronto socorro por meio do trabalho, decretou esse caminho, que não tem justificação alguma (Oliveira, 2015, p. 78).

Já o deputado paranaense, Jesuíno Marcondes, mencionou que a disputa pelo controlo do rio e a sua modernização, nos meios de comunicação por via fluvial e térrea, parecia uma “corrida de cavalos a disputa do prémio para o vencedor” (Anais do Senado do Império, 1879 p. 152 *apud* Oliveira, 2015, p.78-9).

3.2.2. O comboio chega à velha Petrolândia

Através das disputas políticas, inúmeros estudos e projetos, nasceu a ferrovia de Paulo Afonso. A linha foi finalizada em agosto de 1883 com o último percurso da via-férrea que ia até a cidade de Jatobá. Foram implantados 116km de percurso em pleno sertão. Os objetivos para a linha, em conclusão, após tantas disputas, eram: contornar os obstáculos da cascata Paulo Afonso, para que fosse possível a ligação comercial e também social do alto e baixo São Francisco, e remediar os estragos causados pela seca nas regiões da Bahia, Pernambuco e Ceará.

A construção foi finalmente autorizada por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro da Agricultura (Correia, 2015).

Abaixo vê-se a figura da estação de comboios de Paulo Afonso no troço de Jatobá – posterior Petrolândia. A construção da estação mudaria a configuração da paisagem local, do povoamento e das atividades comerciais da sociedade da pequena cidade sertaneja.

Figura 4 - Estação de Comboio de Paulo Afonso, da velha Petrolândia



Fonte: (Petrolândia, 2018)

D. Pedro II, quando visitou Paulo Afonso, tinha como objetivo encontrar apoio para a manutenção no poder imperial. Assim, distribuiu títulos nobiliárquicos, entre os moradores da cidade, e prometeu a construção de uma estação de comboio na cidade.

Todos os membros do então Gabinete Imperial assinaram o projeto de construção da via-férrea, no ano de 1878. Além da necessidade eminente da interligação alternativa às vias fluviais do São Francisco, dos caminhos entre o alto e o baixo rio, a seca de 1877 gerou um grande número de emigrantes para o vale do São Francisco, situação que foi publicada no jornal do Penedo, em 7 de setembro de 1877, citado por Correia 2015, p.35

Em Paulo Afonso e Piranhas, segundo cálculos aproximados, estimam-se mais de 3.000 emigrantes existentes. Este grande número de indivíduos convertidos em operários, bem podiam empregar-

se no nivelamento do terreno da futura via-férrea de Jatobá ou Paulo Afonso, que, em época não muito remota, será uma realidade e teríamos assim começado os primeiros fundamentos desse ingente monumento de nossa porvindoura opulência. Bastará para consegui-lo que as nossas Comissões de Paulo Afonso e Pão de Açúcar, de comum acordo com a de Pernambuco, em Piranhas e Tacaratu, mediante instruções do Exmo. Sr. Presidente da dita província, ponham em execução esta ideia, enviando-se para ali pessoa profissional que inicie os trabalhos pelo traçado do Sr. Engenheiro Krauss, aceito pelo Governo (Correia, 2015).

Nesta época, o governo distribuiu ajudas para remediar os estragos da seca, assistindo às vítimas afetadas. Contudo, no discurso dos liberais da Câmara, o maior remédio para a seca era empregar os emigrantes da seca para que estes pudessem reconstruir as suas vidas.

Os empregados para a construção foram selecionados, preferencialmente, entre as vítimas das secas, ficando proibido o uso de trabalho escravo para a obra (Brasil, 1952). Para o árduo trabalho que se adivinhava, o governo extinguiu a ajuda às vítimas da seca para incentivar a incorporação dos trabalhadores no empreendimento.

Segundo dados de Correia (2015), foram empregados 42.792 trabalhadores no período de dois anos e meio. Existiam castigos físicos para disciplinar os trabalhadores e a predominância era de pessoas negras. Os castigos extrapolavam o limite da resistência dos trabalhadores, sendo relatado uma chamada, na subdelegacia de Piranhas, “solicitando a recolha do cadáver de um trabalhador morto devido aos excessos punitivos” (Correia, 2015).

A construção dos caminhos atraiu funcionários contratados pela Corte, com as viagens pagas diretamente pelo Ministério da Agricultura, já fazendo a distinção no tratamento que estes funcionários recebiam perante os operários vindos da seca.

Porém, um problema enfrentado pelos chefes da construção eram as evasões clandestinas dos funcionários, o que causava muitos transtornos, visto a dificuldade de encontrar mão-de-obra. O perfil geral dos operários dos caminhos eram os provenientes da seca e mão-de-obra contratada pelo império, contando com muitos estrangeiros.

A construção da via-férrea enriqueceu culturalmente e economicamente a cidade de Jatobá. Os funcionários que trabalhavam nos caminhos deram uma nova dinâmica social à cidade, que passou a ser a mais próspera, comercialmente, entre o sertão de Pernambuco. Porém, esta posição não conseguiu prosperar devido às divergências entre os Cavalcanti Mororós e a construção dos caminhos, somada às inundações do rio São Francisco, entre 1906 e 1909, destruindo grande parte da cidade.

A ferrovia estava a ser considerada deficitária desde 1940, encerrando, assim, a sua atividade definitivamente no ano de 1964.

3.2.3. *Os cenários da antiga Petrolândia*

Construída nas margens do rio São Francisco, a antiga Petrolândia era uma cidade comum do sertão pernambucano, com casas simples²⁵ e ruas, na sua maioria sem asfalto. Com uma economia mista entre agricultura e pecuária, 90% da população, em média, vivia de atividades rurais. Entre as culturas agrícolas de subsistência e comercialização, estavam: milho, arroz, mandioca, algodão, mamona, arroz, uvas, cebola, melancia etc.

Havia grande desigualdade no uso da terra, tendo 71,3% das propriedades rurais menos de 10 hectares, havendo apenas 6,5% de áreas com mais de 100 hectares. Próximo ao São Francisco fixavam-se poceiros e pequenos comerciantes, ao passo que as grandes fazendas de “terra e pasto” ficavam distantes do rio. Os produtos que eram de finalidade comercial tinham como destino as agroindústrias.

Na estrutura social estavam os comerciantes da agroindústria, os fazendeiros, os granjeiros, os arrendatários, os intermediários, os agricultores ligados à terra, os meeiros, os diaristas, os indígenas, os funcionários públicos, os sindicalistas rurais e os técnicos (Scott, 2009). Os comerciantes da agroindústria tinham vínculos com as indústrias da terra que favoreciam as condições de irrigação a partir do rio São Francisco, favorecendo assim a produção dos insumos, e essa ligação relacionava-se diretamente com a ascensão política e social regional.

A classe dos fazendeiros são a parcela populacional mais bem estabelecida, aspirando aos cargos políticos e públicos de Petrolândia. Scott (2009), afirma que “estes fazendeiros exerciam um controlo de terra, capital, decisões políticas e criavam relações de clientelismo bastante intensivas com os que dependiam deles. No cenário local eram poderosos” (Scott, 2009, p. 26).

Os granjeiros eram agricultores de moderado capital que estavam localizados na parte ocidental da região, formavam uma associação própria que servia de porta-voz dos seus interesses.

²⁵Veja as imagens das construções residenciais da antiga Petrolândia em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Hq4DIPhHibi9cIjH3NwYUla0KEg1DrRt>

Os arrendatários detinham os meios de produção agrícola, mas não tiveram voz no reassentamento, pois representavam uma parcela muito pequena da população. Os intermediários eram os sujeitos de muitas funções e podiam ser arrendatários, intermediários e transportadores de mercadorias, estando também envolvidos nas produções agrícolas e no comércio.

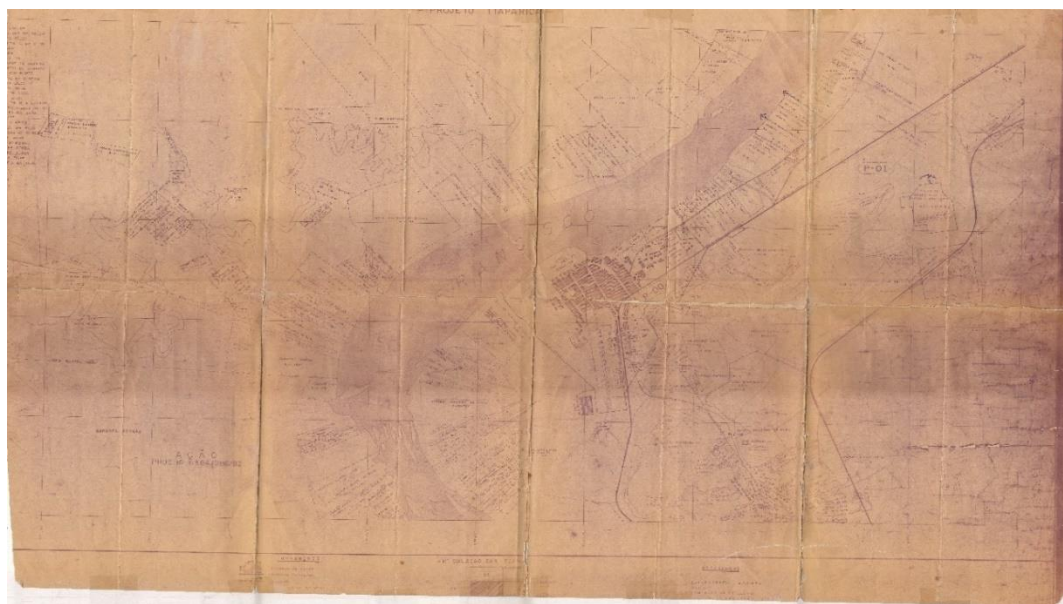
Os pequenos agricultores somavam quase metade da população de Petrolândia (45,6%), que era a agricultura familiar, de sequeiro e criação de caprino. Os meeiros (42,3%) representavam aqueles agricultores que necessitavam de patrões e donos de fazendas para que eles pudessem trabalhar, assim como os trabalhadores à jorna, que configuravam os agricultores sem-terra.

Os indígenas do grupo *Pankararu* somavam mais de 5 mil pessoas em Petrolândia, e este grupo sofreu a perda de sua sagrada região ribeirinha.

Os funcionários dos serviços públicos eram a classe mais instruída da população e representavam os profissionais da saúde, docentes, entre outros. Os sindicalistas rurais organizavam-se na reivindicação dos direitos da população de Petrolândia, em torno do projeto de reassentamento, conquistando vitórias para os agricultores diante dos planos e projetos da CHESF, que representava o domínio do poder público governamental sobre a região.

Já os técnicos eram os agentes envolvidos nas obras da barragem, que se inseriram na população de Petrolândia, e se tornaram importantes figuras da reorganização do poder político regional.

Figura 5 - Mapa da Antiga Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia, s.d.

Aquando da visita à cascata de Paulo Afonso, D. Pedro II, além da via-férrea também mandou construir um cais, em 1877.

O cais que dava para o rio São Francisco fazia parte das rotas fluviais de transporte que se completava entre as águas e a terra, com os troços da estação Paulo Afonso.

Desta forma, recebendo e embargando cargas, o porto fluvial mantinha o fluxo de transporte entre as regiões de Piranhas e 115km abaixo, marcando o fim da estação, em Alagoas. Era onde se fazia todo o comércio antes de o comboio chegar à cidade. Era também um ponto onde crianças e adolescentes iam, para se banhar nas águas do rio São Francisco.

Abaixo, pode apreciar-se a figura do cais da antiga Petrolândia, que servia como mais uma via de ligação do alto e baixo São Francisco para o transporte de cargas comerciais e pessoas.

Figura 6 - Cais da antiga Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia, s.d.

Outro marco histórico da antiga Petrolândia são as suas duas Igrejas, a matriz, que não resistiu à ação do tempo e ruiu, após a inundação pela empresa CHESF, em 1988, e

a outra, a igreja do Sagrado Coração de Jesus que resiste há mais de 29 anos à inundação, e ainda aparece como marco da antiga cidade.

Abaixo está a figura da antiga Igreja da Matriz, grande marco histórico da antiga Petrolândia.

Figura 7- Igreja São Francisco de Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia, s.d.

Um marco para a cidade antiga de Petrolândia foi a fundação do Colégio Municipal de Petrolândia, a 5 de maio de 1957. A cerimónia solene foi feita no teatro municipal da cidade.

O colégio, que era destinado para a continuação dos estudos para as pessoas que concluíssem o ginásio, enfrentou algumas dificuldades, como a falta de docentes habilitados, falta de prédio apropriado, o que, com criatividade, os organizadores da empreitada deram solução: num primeiro momento seria utilizado o prédio da escola Delmiro Gouveia, onde os alunos pagariam mensalidades, o que contribuiria com a

contratação de mais profissionais habilitados para ministrar as aulas. Seriam oferecidas bolsas àqueles alunos que não pudessem suportar os custos da mensalidade²⁶.

O pároco da Igreja Nossa Senhora da Saúde, Padre Gabriel de Vasconcelos, foi nomeado para dirigir as atividades do colégio, com a ajuda do Dr. José Medeiros de Souza, que já tinha experiência administrativa, e a orientadora pedagógica foi Maria Otília Neta Costa.

Abaixo pode observar-se a figura do colégio e das atas dos documentos da fundação:

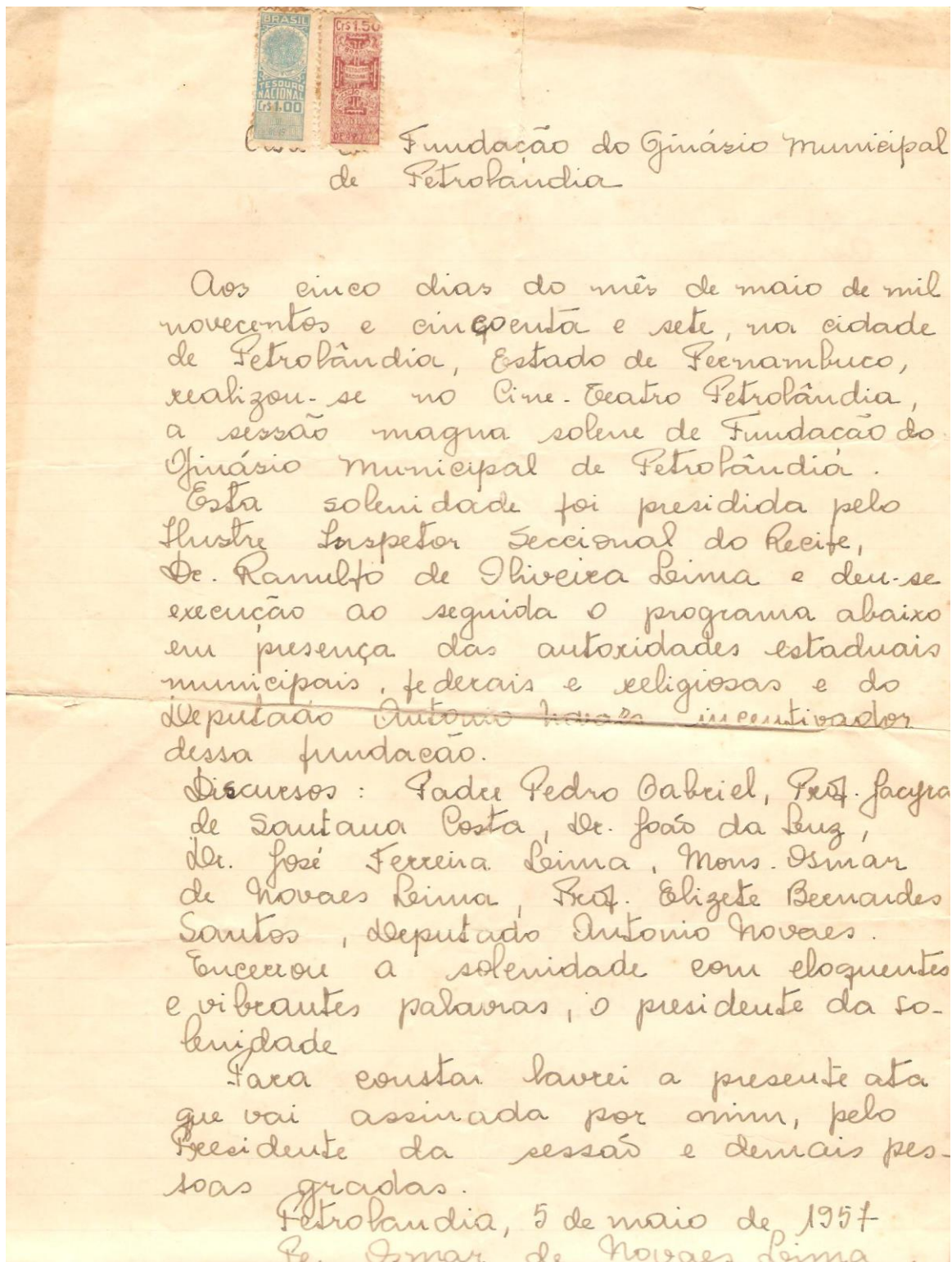
Figura 8 - Colégio Municipal da Velha Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia, s.d.

²⁶ Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia. Disponível: <https://ighpetrolandia.org/2018/04/05/ginasio-municipal-de-petrolandia/>

Figura 9 - Ata da Fundação (Primeira Parte)

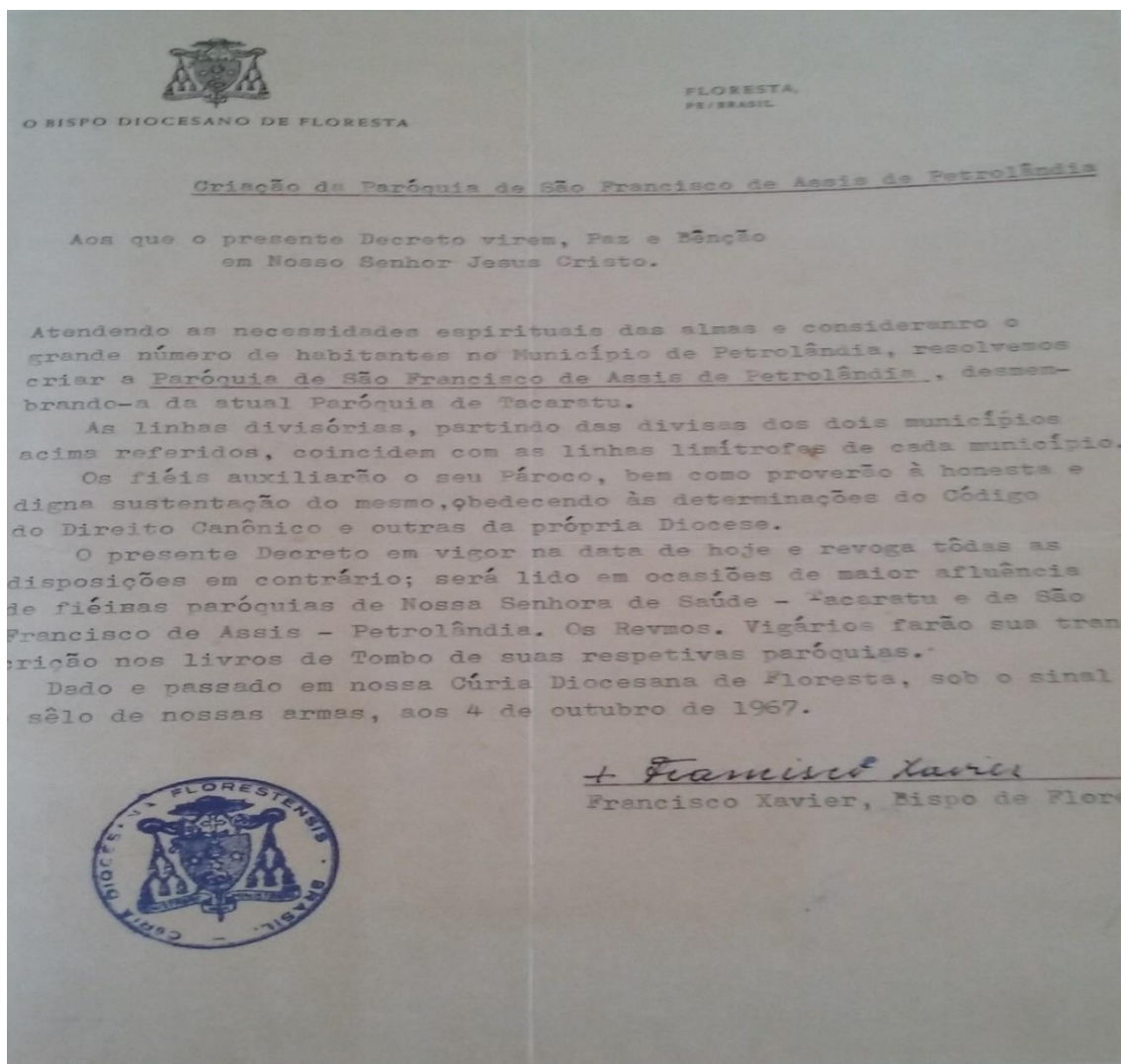


Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia.

No ano de 1964, as construções para o prédio escolar são realizadas. Em 1970 a cidade garante a gratuidade do ensino e, com a portaria 42/56, em 1982, a escola passa a chamar-se Escola de Jatobá, contando com o ensino do 1º e 2º graus.

Já a Igreja São Francisco de Assis, foi criada em 1967, com o desmembramento da antiga paróquia de Tacaratu. Com o grande povoamento de Petrolândia, e a importância de atender às exigências espirituais dos moradores da cidade, foi criada a igreja, abaixo mencionada, no documento de criação da Paróquia São Francisco de Assis, na antiga Petrolândia:

Figura 10 - Documento de Criação da Igreja São Francisco de Assis na Velha Petrolândia

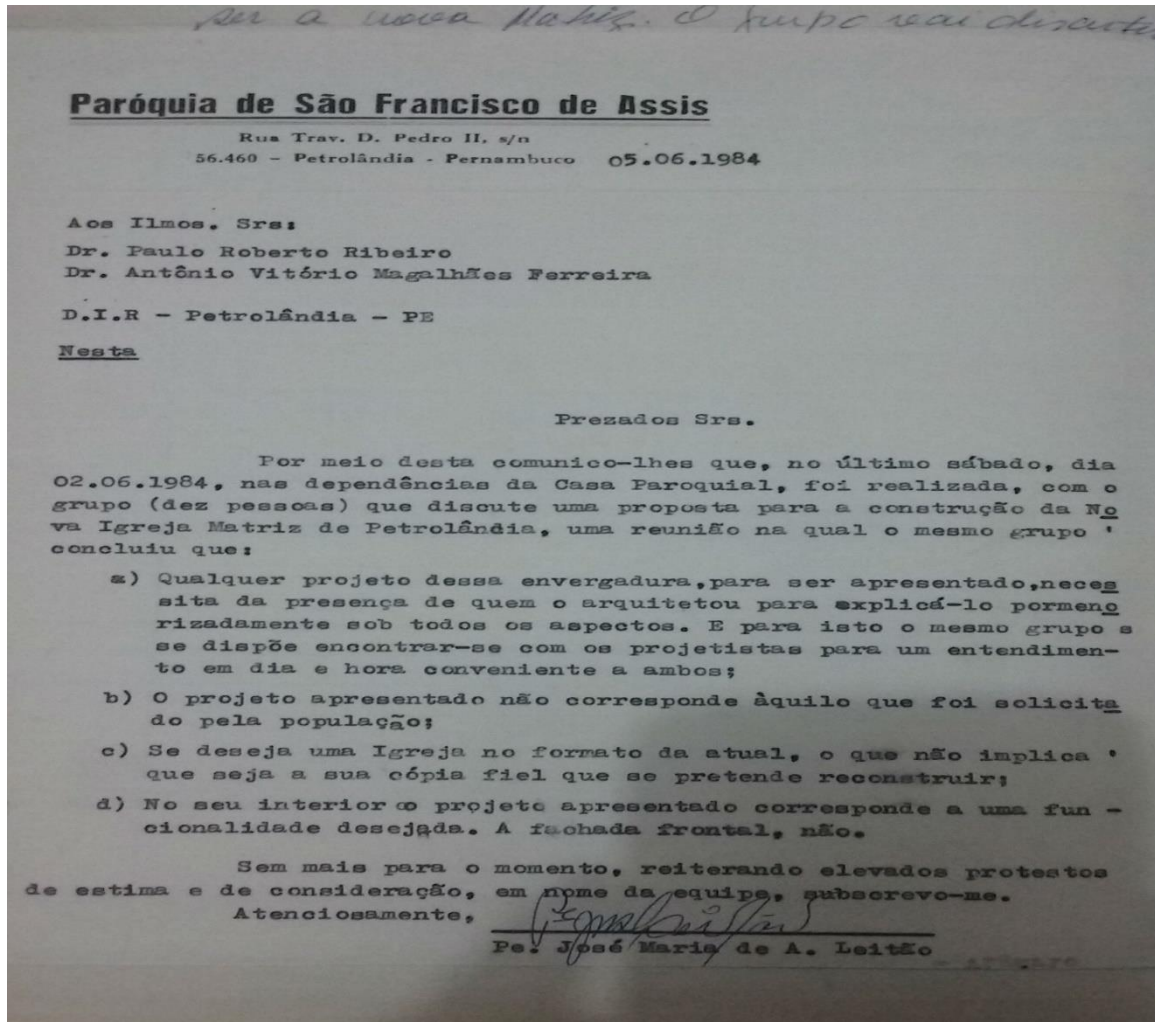


Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

O padre José Maria de A. Leitão, da Paróquia São Francisco de Assis, enviou uma carta para a CHESF pedindo explicações sobre o projeto para a construção da nova Igreja na Nova Petrolândia. Pelo relato, o padre reclama do projeto, afirmando que a fachada não corresponde ao esperado pela população, e que gostaria de um encontro com quem

arquitetou o projeto da nova Igreja, para que houvesse as necessárias explicações sobre o mesmo. Abaixo é exposta a carta que o padre enviou para a CHESF:

Figura 11 - Carta do Padre José Maria de A. Leitão enviada à CHESF em 1984



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

O padre José Maria formulou um plebiscito, entre os fiéis da Igreja, para a escolha do projeto de construção da nova paróquia. Para a consulta popular foram elaboradas as seguintes questões:

“1) A nossa família vai morar na nova Petrolândia? 2) Deve-se construir a Igreja Matriz no mesmo modelo da atual? 3) Que se construa uma Igreja de acordo com o projeto da nova cidade? 4) Que se construa uma Igreja moderna, mas, com a lembrança da atual?”²⁷

²⁷ Plebiscito elaborado pelo Padre José Maria da Paróquia São Francisco de Assis da Nova Petrolândia em 1984. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pbQNSr8mzi8UjGLqpuSulQ_yQ6izm9/view

Assim, o resultado do plebiscito demonstrou que entre as pessoas que não iriam para a nova Petrolândia, 73 preferiam que a construção se mantivesse espelhada no modelo atual; 19 queriam que o projeto ficasse adequado à nova cidade, e 30 gostariam da modernização da Igreja, porém com sua memória preservada. Já as pessoas que disseram que iriam para a nova Petrolândia, 481 queriam o modelo atual, 186 um novo projeto, e 684 uma modernização, porém com a preservação das lembranças²⁸.

Norman Barbosa Cosin, chefe de obra da barragem de Itaparica, respondeu ao padre José Maria, dizendo compreender os pedidos do sacerdote, e confirmando a construção de: Igreja Matriz, Casa Paroquial, Centro Social, disponibilizando espaço para aulas, encontro de jovens, alojamento provisório masculino e feminino, lazer, biblioteca e campo de jogos, e uma residência anexa ao Centro Social²⁹.

Todos os projetos foram aprovados com exceção da Igreja Matriz. O chefe da construção disse que gostaria de voltar a tratar do assunto da construção da Igreja Matriz, oportunamente, numa ocasião em que se viesse a ter um encontro pessoal com o pároco. A figura seguinte ilustra a Igreja de São Francisco de Assis da velha Petrolândia.

Figura 12 - Igreja São Francisco de Assis da Antiga Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

²⁸ Idem. Resultados. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sQdkdAVvs7M41Hw6uv51E3uh229II245/view>

²⁹ Carta de resposta da CHESF à Paroquia. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15J519OMUJoXK5LSFDaG-Jequ0ZxfvKEI/view>

A última missa celebrada na igreja foi no ano de 1988: A igreja, atualmente, é representada pela nova São Francisco.

Outra igreja que, atualmente, se tornou cartão-postal de Petrolândia é a do Sagrado Coração de Jesus, que tem a sua estrutura submersa desde 1988, aquando da inundação da cidade pela CHESF.

A construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus iniciou-se na década de 1950 e não havia sido concluída quando houve a mudança da barragem de Itaparica, ocasionando a mudança dos moradores da região. Segundo relato de moradores, a igreja era grande, com sacristia e piso de granito, “era muito bonita, nós perdemos um pouco de nossa história lá”.

Bisnetos perpetuarão de geração em geração a história de um povo que por força maior do progresso foram obrigados a deixarem as suas raízes sem saberem como seria o brilho do sol de um novo amanhecer numa outra cidade³⁰.

Os moradores ainda guardam muitas lembranças das missas, dos encontros na igreja, da construção e estrutura e, para eles, a igreja representa um pouco da história da cidade e, por conseguinte, das suas próprias vidas.

Neste sentido, é importante manter parte da sua estrutura preservada, pois o desmoronamento da igreja Sagrado Coração de Jesus representa para o povo de Petrolândia um sentimento associado a algo eterno, e a sua preservação invoca também o conceito de perenidade, que é associado a algo que é eterno também. O património histórico não deve ser somente preservado, mas preservado e tornado perene.

Esta ideia é refletida no ato de desmoronamento que é especificado pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) brasileiro.

... definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger - por intermédio da aplicação de leis específicas - bens de valor histórico, cultural, arquitetónico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

As escolas, ruas, complexos agrícolas são lembrados com muita saudade pelos antigos moradores da cidade.

³⁰ Gravação da última missa realizada na Igreja Matriz da Velha Petrolândia, em 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SMi3cnzh75w>

Abaixo vê-se a imagem da Igreja Sagrado Coração de Jesus inundada pela mudança da barragem, em 1988:

Figura 13 - Igreja Sagrado Coração de Jesus parcialmente submersa



Fonte: (Francisco, 2019)

Os próximos capítulos farão uma revisão da memória e história oral sobre as lembranças da antiga Petrolândia.

3.2.4. *A ordem do progresso e a inundação da cidade*

O reassentamento compulsivo ocorre em diversas regiões, em diferentes épocas. Scott (2009), afirma que o processo não é novidade e os fatores de maior motivação para o reassentamento são os tumultos políticos, o planejamento (caso de Petrolândia) e os desastres naturais. A fase de transição da população é marcada por traumas psicossociais e pode levar muitos anos para que seja concretizada.

As cidades afetadas pelo reassentamento, geralmente compõem-se de uma população constituída por diferentes etnias, daqueles que planeiam a transição e isso prolonga o stress causado pela mudança.

No caso de Petrolândia, pode-se notar que a população antiga da cidade tem origem indígena e camponesa, ligada à pecuária e à agricultura, cujo modo de vida está longe das ambições da Eletrobras, da modernização industrial e desenvolvimento estimulado pela geração de energia elétrica. Desta forma, o sentimento do não-pertencer acaba por dominar esta parcela da população afetada, que se mantém entre o “atraso” e o progresso:

Com pouco tempo decorrido desde o reassentamento (aliás, mesmo antes, enquanto ficavam no desmonte da sua base de vida e na espera do traslado!), a população de Itaparica já manifestava as condições stressantes: bebida, ócio, desorientação, incerteza, sentimentos de falta de poder. O realinhamento das relações de poder do planejado, e do não planejado, dos novos arranjos nas estratégias de vida dos reassentados é alguma coisa que vai muito além de “tensões reassentado-anfitrião”. O que interessa muito mais que uma simples descrição das manifestações individuais de estresse em si, é a malha social que cria o contexto onde o stress pode florescer (Scott, 2009, p.20).

Após os conflitos internos, e a destruição parcial causada pelas inundações do rio São Francisco, foram feitos alguns empreendimentos, na tentativa de recuperar economicamente a cidade de Petrolândia. A empresa Brandão Cavalcanti, em 1923 apresentou um projeto de irrigação a partir do rio São Francisco com o aproveitamento da cascata da então Itaparica, bem como a criação de agrovilas³¹ para a geração de energia elétrica, e também para o cultivo do algodão (Santos, Souza, & Lima, 2016).

A economia de Petrolândia era essencialmente rural e, desta forma, o projeto viria a corresponder às necessidades da população. Contudo, após o declínio económico, a cidade já não estava em posição de obtenção de crédito, pelas autoridades públicas, tendo o projeto de ser desenvolvido totalmente em âmbito privado, o que não foi possível, uma vez que a empresa Brandão e Cavalcanti passou a responsabilidade para a Companhia Agrícola e Pastoril de São Francisco, e também esta não pôde concretizar o projeto de forma plena.

³¹ Habitação social próxima a cidade, intermediária entre a moradia rural e a urbana. Possibilita o egresso do meio rural (provindo do êxodo rural) a manter atividade agrícola em pequena escala e prestar serviços na cidade como operário especializado.

Tem a sua disposição infraestrutura social só disponível nas cidades e a alegria de continuar vivendo como "lá fora". – Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/agrovila/>

Somente no ano de 1944 é construída uma “pequena unidade geradora de energia na cascata de Itaparica” e, neste contexto, a agricultura, a pecuária e a silvicultura poderiam desenvolver-se e alavancar a economia da cidade:

[...] com uma economia predominantemente rural, os dados dos censos de 1950, mostram que dos 8.506 habitantes que compunham a população de Petrolândia, apenas 21,9% viviam na cidade, ao passo que 78,1% da população residiam no campo. Acompanhando esta tendência, nos anos 1960, foram criados o Instituto Nacional de Irrigação e Colonização – INIC e o Núcleo de colonização Rural de Barreiras. Posteriormente, também foi instalado pelo DNOCS o campo experimental de Icó, a partir do qual se pretendia implantar um projeto de irrigação (Santos, Souza, & Lima, 2016, p. 71).

A grande transformação no espaço económico-social veio em 1976, com a implantação de um estaleiro de obras, da empresa CHESF. O empreendimento, desenvolvido pela empresa, dizia respeito a uma central elétrica que pretendia inundar uma área de 150km, correspondente a 83mil hectares, para a construção e funcionamento da central.

Santos, Souza e Lima (2016, p.71), explicam que: “foi desenvolvida uma política compensatória que, entre outros aspetos, envolvia o reassentamento das populações urbanas e rurais, a reconstrução de cidades e também a implantação de perímetros irrigados na região”.

Houve um crescimento da população urbana na Petrolândia de 7,3%, por conta das construções da central. O aumento da desigualdade social e a qualidade dos serviços prestados, consequência da alta do fluxo migratório, são aspetos que foram alterados, na realidade dos moradores de Petrolândia (Santos, Souza, & Lima, 2016).

A cidade tinha o seu desenvolvimento económico baseado nas atividades agrícolas de subsistência. Vários acontecimentos contribuíram para a mudança na dinâmica social e económica da velha Petrolândia, sendo um deles, aquele que ocorreu em 1943: a fundação do “Núcleo Colonial Agroindustrial do São Francisco – Núcleo Barreira”, que se instalou pelo Decreto-Lei n. 4.505/1942. Através do decreto municipal deu-se “o primeiro assentamento realizado pelo Estado, num perímetro irrigado, destinado à colonização de agricultores sem-terra, no Vale do Submédio São Francisco (Albuquerque & Cândido, 2013, p. 131).

Os projetos de irrigação continuaram ao longo dos anos, com o Programa Plurianual de Irrigação de 1972, e o Plano Nacional de Desenvolvimento em 1979. No ano de 1985, a CHESF apresentou o seu “Plano de Desocupação” das regiões em torno

da cascata Paulo Afonso, seguindo assim o projeto traçado desde a década de 1940, com a criação da empresa.

Abaixo vê-se a antiga estação elevatória de água da cidade.

Figura 14 - Estação elevatória de água da velha Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

Scott (2009, p.19), afirma que:

de 1987 a maio de 1988, mais de 40.000 residentes da área rural - cerca de 80.000 pessoas atingidas no total - foram deslocadas da beira do Rio São Francisco para ceder lugar à instalação do reservatório de Itaparica. 57% das famílias deslocadas provinham do campo, sendo sobretudo compostas por camponeses, pequenos agricultores e trabalhadores.

A companhia hidroelétrica CHESF, realizou o reassentamento compulsivo para atender a demanda por energia, que era crescente, devido à alta na demografia das cidades do Recife e de Salvador. A antiga Petrolândia tinha uma intensa atividade agrícola, pastoril e extrativa que se iniciou durante o seu passado histórico, como foi revisto no presente trabalho. Desta forma, houve uma grande transformação social para os moradores da região, após o empreendimento da CHESF.

Em 1986, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) realizou um empréstimo à Eletrobras para acelerar as obras da barragem de Itaparica (Marques, Almeida, & Menezes, 2018). A CHESF apresentou quatro objetivos para a população de Petrolândia, para o reassentamento populacional:

1) Promover desenvolvimento regional (instalando perímetros irrigados); 2) promover desenvolvimento local (superando o atraso das relações de produção, eliminando a dependência de meeiros e pequenos agricultores dos grandes proprietários e dos donos de bombas); 3) recompor a vida produtiva (fornecendo atividades econômicas e permitindo acesso à terra e meios de produção baseados na família como unidade produtiva; e 4) promover integração (evitando ou minimizando tensões através da participação dos reassentados no processo). As mudanças trazidas pela CHESF na cidade de Petrolândia não foram provocadas por desastres naturais e nem por conflitos políticos, todavia, a população reassentada sentiu o exercício do domínio do poder local público, tornando as suas ações impotentes diante da empreitada, o que ocasionou profundas transformações sociais, culturais e ecológicas para essas pessoas (Scott, 2019, p.21).

Os moradores de Petrolândia estavam preocupados com o reassentamento, porque, entre outras premissas, eles constataram que a população de Sobradinho (outra região do São Francisco afetada pelas obras da CHESF), sofreu muitas perdas com as indenizações irrisórias que a empresa concedia pelas mudanças, para a realização das obras hidroelétricas. Sendo assim, os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários reuniram-se para que fosse encontrada uma solução, a fim de evitar os prejuízos com a mudança de cidade.

Já conformados com o reassentamento, encontraram no sindicato o apoio necessário e iniciaram uma verdadeira luta pelos seus direitos. Cunha (2012) explica que, apesar das leis do Brasil preverem que as populações atingidas por obras de hidroelétricas tinham direito à indenização, pelos bens perdidos, no geral a população “não recebe nada em troca pela perda das suas terras, e as paisagens são alteradas de maneira irreversível” (Cunha P. , 2012, p. 26),.

No ano de 1980, o sindicato emitiu um boletim com exigências para a CHESF. Com a União do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, Federações de Pernambuco, Bahia e COTAG. Dizia o Boletim:

*Este boletim é para facilitar-nos acompanhar os acontecimentos. Nós devemos olhar, ler, mostrar aos companheiros. Assim cada um fica sabendo o que tá se passando com todo mundo. Isso ajuda a gente a se organizar melhor. É preciso estar cada vez mais unidos. Unidos como Jesus Cristo diz no evangelho.*³²

³² 2ª Concentração de Trabalhadores Rurais na Barragem de Itaparica PE/BA. Sindicatos – Federações – COTAG (1980). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17asxktIKKWdnJZmu_4Mv_rakpw4Bw49s/view

As reivindicações do sindicato eram dirigidas ao fornecimento do mapeamento da área inundada; exigências de cumprimento da legislação do Estatuto da Terra para as famílias reassentadas; escolha direta da comunidade afetada para a construção dos novos núcleos familiares e acerto de valores conforme exigência dos trabalhadores rurais da região.

Em 1986 foi promovido um protesto no núcleo das obras da CHESF que resultou em seis dias de ocupação pelos trabalhadores rurais. Em dezembro do mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do São Francisco conseguiu a assinatura de um acordo e o reconhecimento oficial da representação das populações afetadas.

Figura 15 - Cartilha da CHESF com orientações sobre o reassentamento compulsório



Fonte: (Lima, 1980)

As orientações da CHESF para a população de Petrolândia afirmavam que existiam dois projetos de ação para os agricultores da região, sendo eles: irrigação Borda do Lago e irrigação Especial. Desta forma, a empresa reservou 100 lotes para a população de barreiras para a Irrigação Especial e 1.798 lotes para a Irrigação Borda do Lago, todos em Petrolândia – PE. Quanto aos não agricultores e pessoas reformadas, foi proposto que fossem reassentadas para as agrovilas, local em que seriam instaladas as moradias³³.

A CHESF então programou a indenização de um lote agrícola nas agrovilas, para os agricultores, e uma moradia sem lote de plantio para os não-agricultores. O projeto assegurava: habitação com água e luz, terra para plantio e criação, desmatamento e cerca,

³³ Cartilha de reassentamento da CHESF para os moradores da região da Cachoeira Paulo Afonso. “Mudar para melhor”. p.8

sistema completo de irrigação, energia elétrica para a irrigação, orientações para créditos agrícolas e orientações para plantar e vender. A casa seria construída pela CHESF, até mesmo para as pessoas que, no tempo da inundação, não possuíam casa própria. A estrutura seria de alvenaria, com piso de cimento, telha, e seria pintada, tendo de 45 a 70m², com duas salas, um quarto, depósito e casa-de-banho.³⁴

Se a casa da família fosse maior do que o projeto de construção da CHESF, a família receberia a diferença em valor pecuniário. Todas as casas poderiam ser ampliadas pelos moradores.

Já os lotes rurais seriam divididos em duas partes, sendo uma para o plantio e outra para o sequeiro. Sendo assim, metade do lote (o sequeiro) era de uso coletivo. Na irrigação especial corresponderia a 10 hectares e, na irrigação Borda do Lago, de 19 a 23,5 hectares, com a finalidade de fazer carvão, tirar lenha e atividades de pastoreio. Já a metade do lote que era irrigado seria de acordo com a capacidade de trabalho então verificado, e o de menor tamanho teria 1,5 hectares, crescendo em 3 hectares, o que resultaria em 4,5 hectares, podendo o maior atingir 6 hectares³⁵.

Figura 16 - Perspectivas das agrovilas nos projetos da CHESF



Fonte: Cartilha de reassentamento da CHESF para os moradores da região da Cascata Paulo Afonso. “Mudar para melhor”.

A CHESF comprometeu-se a pagar o bilhete de autocarro para toda a família efetuar a mudança de cidade, estipulando os critérios: se a mudança fosse até 80 léguas

³⁴ Cartilha de reassentamento da CHESF para os moradores da região da Cachoeira Paulo Afonso. “Mudar para melhor”. p.10.

³⁵ Idem, p.11.

de distância, o caminhão, para as mudanças dos pertences da família, seria custeado pela empresa, caso a mudança levasse mais de um dia, a família receberia uma ajuda de custo (não se falava de valores exatos).

Sobre a indenização, a família deveria optar entre morar na área urbana ou nas agrovilas. Se acaso tivesse duas casas, uma em cada região, seria construída uma para moradia e a outra seria indenizada em dinheiro. A mudança estava prevista para os meses de outubro e dezembro de 1987, pois a irrigação só estaria pronta no segundo semestre de 1988, sugerindo, então, a CHESF, que as famílias se ocupassem do desmatamento do lote, preparação de chiqueiros, plantações sequeiras e melhorias das casas.

Para o sustento, até a irrigação ficar pronta, a empresa prontificou-se a pagar dois salários e meio por família, até à venda da primeira colheita, não podendo ultrapassar seis meses do início da operação³⁶.

As indenizações realizadas pela CHESF estavam previstas na lei, porém o proprietário poderia opor-se ao valor pago ou não o aceitar, devendo a justiça ser intermediária da desapropriação. O agricultor poderia usufruir da sua safra até ao dia da mudança, mesmo após ser indenizado, mas a CHESF não pagaria mais nenhum valor referente à colheita ou à propriedade, o que deixou claro na sua cartilha, que melhorias feitas após as negociações não seriam indenizadas.

A CHESF então, deslocou as famílias para um local bem distante da antiga cidade e planeou cada etapa para a realocação e retorno das atividades económicas. No ano de 1997, apenas 30% das áreas de irrigação estavam a funcionar, o que representa uma média de 6.000 hectares, dos 20.000 hectares previstos ((Marques, Almeida, & Menezes, 2018, p. 28)): os estudos que classificam o solo, indicam que, em média, 0,94% não apresentam condições favoráveis para a irrigação, enquanto 5,55% têm restrições de adaptação, 31,09% precisam ser estudadas nas suas características particulares, para que possam receber a irrigação, e 26,83%, após parecer técnico, podem apresentar condições favoráveis.

Nota-se que os locais que foram selecionados para a irrigação apresentam desafios naturais para a adaptabilidade do desenvolvimento dos processos de irrigação. “Assim, o reassentamento e os projetos de irrigação não têm conseguido recompor as

³⁶ Cartilha de reassentamento da CHESF para os moradores da região da cascata Paulo Afonso. “Mudar para melhor”. p.11.

condições sociais e económicas de produção e reprodução, de parte significativa da população que, compulsivamente, deixou as terras mais férteis do Vale do São Francisco” (Marques, Almeida, & Menezes, 2018, p. 30).

A CHESF teve a sua história interligada com as políticas de modernização efetuadas no Estado brasileiro a partir do ano de 1945.

3.3. A história da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF

A CHESF foi criada no dia 3 de outubro de 1945, por meio do Decreto-lei n. 8.031/1945. Foi a primeira empresa pública de economia mista criada pela União e administrada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. A empresa foi criada com o objetivo de aproveitar o potencial da cascata Paulo Afonso para a missão de fornecer energia para os moradores do nordeste do Brasil.

A energia para o nordeste, desde cedo se apresentou como um problema, em comparação ao sul do país, mais urbanizado e industrializado, pois o nordeste sempre teve de recorrer às termoeletricas que não atendiam à necessidade de energia na região, devido ao seu mau desempenho funcional.

As concessionárias de eletricidade atendiam apenas às capitais e poucos centros urbanos vizinhos. Fábricas têxteis e explorações açucareiras recorriam a sistemas próprios de geração. No interior, as pequenas cidades dispunham, quando muito, de grupos geradores instalados pelas prefeituras locais ou particulares para iluminação em horários restritos. A maioria da população nordestina vivia às escuras (Cachapuz, 2009, p. 9).

A CHESF fez algumas propostas de reassentamento, dentre as quais pouco mais de dois terços se tornaram “colonos-irrigantes”. Para a empresa foi uma solução, estabelecer a dependência dos agricultores perante os fazendeiros e os donos de bombas. Todavia, Moraes, Almeida e Rezende (2018), afirmam que grande parte da população da Petrolândia não tem o mínimo de recursos para a produção agrícola, mesmo após 10 anos de reassentamento.

Nascimento (2019), afirma que a vida da população da Petrolândia ficou nas dependências de uma empresa burocrática que, socialmente, apenas está interessada na barragem de Itaparica:

A CHESFCHESF é responsável pela dinamização da construção de barragens e geradora de energia, vinculada a uma estrutura burocrática de energia com uma articulação nacional afinada. Ela anseia passar a responsabilidade da tarefa pouco conhecida de reassentar e supervisionar projetos de desenvolvimento de assentados para outras instituições (consórcios técnicos e a própria Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) que possam fazer uso da sua maior experiência em acompanhar “colonos”. Mas está presa numa teia de relações nacionais e internacionais cujos atores elaboram um discurso sofisticado e maleável de crise que se usa para justificar um impasse que impede a chegada a uma solução, seja através da chegada de recursos, seja através do repasse da responsabilidade (que ganha o apelido de “responsabilidade social da CHESF”). Mesmo a contragosto, a CHESF tornou-se uma patroa poderosa em cujas mãos muitos reassentados/clientes se percebem como “aprimados”, pelo menos por um período cujo final ainda não se possa enxergar (Nascimento, 2019, p. 38).

Desde muito antes, as forças públicas procuravam soluções para colmatar a falta de eletricidade no Nordeste. Através dos estudos, já analisados anteriormente, de Halfeld, Liais, Kross e do Ministério da Agricultura, foi descoberto o potencial da cascata Paulo Afonso para a construção de uma hidroelétrica, e os estudos apontam que a queda da cascata, com 80 metros de altura, seria um ponto de alta relevância para a modernização na região.

A primeira empreitada, neste âmbito, foi a de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, comerciante que fixou residência em Água Branca – AL³⁷, “inaugurando-a em 26 de janeiro de 1913, abastecendo o Núcleo Fabril da Pedra, por ele fundado, com energia e água bombeada da cachoeira” (Nascimento, 2019, p. 63). A iniciativa do comerciante estabeleceu um palco de disputas regionais, entre leis estaduais e federal, para o uso e concessão do aproveitamento das quedas de água de Paulo Afonso.

Em 1917, Gouveia já estava com um projeto pronto para a construção de uma segunda central na cascata, porém este projeto não saiu do papel, devido à sua morte.

No ano de 1921, foi feito um levantamento topográfico das cascatas de Itaparica, por um grupo de engenheiros convocado pelo Ministro da Agricultura da época, Ildefonso Simão Lopes, a pedido do Presidente da República Epitácio da Silva Souza. Os estudos faziam-se no contexto da criação de uma central e de zonas de implantação de projetos para a irrigação da região (Nascimento, 2019).

³⁷ Alagoas

Já no ano de 1939, o então Ministro da Agricultura Fernando Costa, junto à Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas, não obteve sucesso no projeto apresentado para a construção de uma central.

O maior sucesso destes empreendimentos anteriores à CHESF, foi o da empresa Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco S.A., que construiu uma central com potência de 1.000 quilowatts na região pernambucana de Itaparica. O empreendimento foi, mais tarde, adquirido pelo poder público e acoplado à CHESF.

Nos 30 anos após a criação de Gouveia, Apolônio Sales, então Ministro da Agricultura, apresentou um projeto de construção de uma grande central geradora de energia que acabaria com os problemas relacionados com a falta de eletricidade no Nordeste do Brasil.

O ministro, então, encaminhou o projeto em 1944, para o Presidente Getúlio Vargas, com a descrição de que esta era a solução para o desenvolvimento e modernização da região Nordeste, e para acompanhar a industrialização do país:

Sales visitou o Vale do Tennessee para conhecer a experiência norte-americana. Solicitou à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura a realização de um estudo para a construção de uma central hidroelétrica de 5.000 quilowatts nas corredeiras de Itaparica com o objetivo de fornecer energia e água às granjas do Núcleo Colonial Agroindustrial São Francisco, em Petrolândia -PE (Nascimento, 2019, p. 65)³⁸.

Contudo, no interior do próprio governo de Vargas, muitas objeções à concretização do projeto foram levantadas. Entre os órgãos que pretendiam a sua implantação estavam o Conselho Técnico de Economia e Finanças e o Conselho Nacional de Energia Elétrica. Porém, Getúlio Vargas, autorizou a organização da empresa, fez a concessão de crédito para o desenvolvimento das ações e atribuiu as obrigações para a concessionária (Brasil, 1945)³⁹.

No ano de 1947, Daniel de Carvalho era o Ministro da Agricultura que, junto a Eurico Gaspar Dutra, procurou soluções para a implantação da Central de Paulo Afonso:

³⁸ A criação da CHESF foi inspirada na *Tennessee Valley Authority*, empreendimento criado a fim de combater a miséria e estimular o desenvolvimento no Vale do Tennesse, nos Estados Unidos. Esse empreendimento inspirou inúmeros países, dentre eles o Brasil que iniciou os estudos de implantação de projeto semelhante, com a Escola Politécnica de São Paulo, na década de 1940.

³⁹ Decreto-Lei N. 8.031. Autoriza o Ministério da Agricultura da Organização do empreendimento; Decreto – Lei N.8.032. Faz concessão de crédito; Decreto-Lei N. 19.706. Estipula as obrigações da concessionária perante a sociedade e o Estado. Todos de 1945. Foi concedido 50 anos para a CHESF fazer aproveitamento das águas de Paulo Afonso.

Para sanar os celeumas provocadas pelos estudos técnicos elaborados e duramente criticados, o Ministro Daniel de Carvalho convidou especialistas com comprovada experiência na área de produção de energia para realizarem novos estudos que pudessem responder às críticas dos que se posicionavam contra o projeto. Assim, foi elaborado um parecer pelo professor de eletricidade da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, engenheiro Ernani da Mota Resende. Com base nesse documento, o projeto ganhou fôlego, haja vista que o próprio Presidente Eurico Gaspar Dutra, convencido da viabilidade do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, assumiu pessoalmente a defesa do projeto e da constituição da CHESF, mobilizando os ministros da Fazenda, Viação e Agricultura, o presidente da Comissão do São Francisco na Câmara e o senador Apolônio Sales para reuniões e debates acerca da fundação da companhia (Nascimento, 2019, p. 68).

Desta forma, a empresa foi limitada a um espaço de 450km, área abrangendo 347 municípios entre Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Alagoas, grande parte situados no chamado “Polígono das Secas”.

A Companhia foi apoiada pelo posterior Presidente, Eurico Gaspar Dutra e, em Assembleia Geral realizada no estado do Rio de Janeiro, presidida por António José Alves de Souza, foi constituída em 15 de março de 1948⁴⁰.

Cachapuz (2009), relata que a construção da central no Nordeste foi “uma verdadeira epopeia” pelas condições locais que eram desprovidas, até mesmo de recursos básicos, apesar de a construção estar prevista em três unidades, sendo denominadas de Paulo Afonso I, II e III.

A central finalmente foi inaugurada no ano de 1955, e em 15 anos a empresa já atendia 1.322 localidades e, com o término da Paulo Afonso III, a empresa ultrapassou a instalação de um milhão de quilowatts. A CHESF não parou por aí, continuando a construção de mais 5 centrais, denominadas Apolônio Sales, na região de Moxotó e Paulo Afonso IV, central Luiz Gonzaga, em Itaparica, Sobradinho e Xingó, que teve sua conclusão em 1997, sendo o complexo hidroelétrico um dos maiores do mundo (Cachapuz, 2009).

A Constituição de 1946, dispunha da obrigação do desenvolvimento de obras no vale do São Francisco, o que incentivou o presidente Gaspar Dutra a optar pela concretização da central. A região do Nordeste do Brasil, desde o início foi considerada subdesenvolvida em relação ao Sul e Sudeste do país, o que tornaria possível efetivar o seu desenvolvimento, para o qual era necessária a energia-elétrica, considerada matéria-prima para a modernização:

⁴⁰ Cachapuz, 2009. A CHESF tornou-se subsidiária da empresa Eletrobras, construída em 1962, considerada *holding* federal.

Percebe-se nas primeiras décadas de sua atuação um verdadeiro programa de desenvolvimento não apenas de caráter econômico, mas também social para essa região do país. A CHESF vai inspirar a criação de outras instituições estatais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, com a finalidade de levar crédito aos empreendimentos agrícolas e industriais como incentivo ao desenvolvimento dessas áreas através de incentivo financeiro (Nascimento, 2019, p. 73).

A CHESF transformou, desde o início da sua instalação, a dinâmica social e econômica do sertão do Vale do São Francisco. Foram construídos hospitais, escolas e clubes para inclusão dos filhos dos funcionários da hidroelétrica, o que configurou uma nova perspectiva de progresso para a região.

Na Petrolândia, havia pouca escolaridade e ausência de projetos educacionais, antes da CHESF tomar iniciativas, também pedagógicas, na região. Numa pesquisa de Nascimento (2019), adaptada de Araújo Lima, constatou-se que antes da CHESF havia: 1 grupo escolar, 8 escolas estaduais, 23 escolas municipais e 6 escolas mistas e supletivas, tendo 56,2% de crianças em idade escolar, considerando toda a região de Pernambuco, em que não se frequentava a escola. Desta forma, para o desenvolvimento regional, a CHESF também ajudou a população no desenvolvimento.

Todavia, grandes impactos sociais e ambientais foram causados nos municípios de Petrolândia, Pernambuco, Canindé de São Francisco, Sergipe, Sobradinho, Bahia e Piranhas, Alagoas, advindos da construção das centrais de Luiz Gonzaga, Xingó e Sobradinho.

3.3.1. A nova Petrolândia

A Petrolândia é um município da unidade federativa do Pernambuco (PE), situando-se na meso região do sertão pernambucano e na microrregião de Itaparica, na região de desenvolvimento do sertão de Itaparica, com limites nos municípios de Floresta, ao norte, Jatobá, ao sul, Tacaratu ao leste e o estado da Bahia ao oeste. A distância para a capital de Pernambuco, Recife, é de 499,8km e o acesso à cidade se dá pela BR-110 e BR-132, sendo a sua data de instalação 01 de julho de 1839, e o gentílico é denominado de Petrolandense (Tecnologias, 2012).

A demografia da região, revela uma população de 32.492 habitantes, contabilizando 30,75 habitantes por km², sendo 14.727 economicamente ativos, e 23.415 são eleitores. O número de homens é de 15.947, para 16.545 mulheres, sendo 23.552 alfabetizados, 8.771 da cor branca, 1.807 negros, 19.337 pardos, 2.157 indígenas. A

população urbana soma 23.621 para 8.871 da população rural, correspondendo a uma taxa de urbanização de 72,70% e 27,30% de ruralização. A expectativa de vida é, em média, de 69,45 anos, e a taxa de natalidade é de 2,31 (Tecnologias, 2012).

O território total do município tem 1.056,59km², com uma latitude e longitude de 08°58'45" Sul, 38°13'10" Oeste e uma altitude de 282m. O Bioma é a Caatinga, o clima é o tropical semiárido quente, com uma temperatura média anual de 25,7°C, sendo o recurso mineral predominante, o calcário, e a vegetação é composta de catinga hiperxelófila.

O relevo é de pediplanação e elevações residuais, e os solos são arenosos.

A necessidade hídrica urbana é de 57lts/s, em 2011, com a precipitação pluvial de 349,50 mm, enquanto o manancial de São Francisco requer ampliação, e representa em 100% a oferta de água da região (Tecnologias, 2012).

HINO DA PETROLÂNDIA:

*Vida alegre calma e resistente
Que traduz em nosso coração
Entre o sol a chuva e a enchente
És a mais corajosa do sertão
Tu nasceste junto a natureza
Ensinaste o homem a lutar
Com eterna força e braveza
Desejamos teu nome exaltar
Petrolândia que ostentas o progresso
Onde encantos florescem teu viver
No Nordeste deste imenso país
Teu glorioso nome há de sempre crescer (BIS)
Se o teu pavilhão simboliza
Teu berço majestoso e leal
Respeitamos com orgulho a firmeza
Esse grandioso símbolo imortal
Das cidades tu és a mais bela
Nesse grande amado Brasil
Sob as bênçãos eternas de Deus
Ao teu lado teremos forças mil
Petrolândia que ostentas o progresso
Onde encantos florescem teu viver
No Nordeste deste imenso país
Teu glorioso nome há de sempre crescer*

- Hino e Letra: Jadilson de Souza Ferraz (Petrolândia P. d., 2012)

A atual Prefeita de Petrolândia é a enfermeira Jane Souza, tendo como Ministro da Secretaria e meio ambiente, Fábio Luís Menezes; a secretária de administração e planejamento é Janilde Matilde Carvalho Gomes; a secretária Marília Roberta Cruz Cantarelli Leal para a juventude e cidadania; Cleverton Fernando Leme como secretário de finanças e receita municipal; Jucilene de Sá Simões está na secretaria do governo; Paulo Lucena é responsável pelos assuntos de infraestrutura; Luana Aparecida dos Santos para a segurança (Petrolândia P. d., Composição, 2020).

Os dados sociais dos petrolandenses são: uma média de 3,77 pessoas por casa, em que 4.659 famílias recebem o auxílio para baixa renda do governo federal, bolsa família. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é de 0,69, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁴¹ é de 0,7483, 6.209 famílias estão cadastradas no Cadastro Único. A taxa de mortalidade é de 1,63, número de óbitos, seja de 166 por ano, o número de nascidos vivos é de 647 e os domicílios com acesso à internet é de 775. 31,90% da população está abaixo da linha de indigência, 39,40% estão acima da linha da pobreza, e 28,60% estão em situação de indigência e pobreza (Tecnologias, 2012).

Os dados educacionais da cidade, revelam que a taxa de analfabetismo é maior em pessoas acima de 15 anos, e o índice do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) é de 4,5.

Da população ativa, economicamente no mercado formal, 262 estão ligados à agropecuária, 64 à extração mineral, 44 à indústria de transformação, 383 à construção civil, 714 ao comércio, 189 são prestadores de serviços, e existe uma maioria, 1.594 que estão na administração pública. Na pecuária, a maioria da produção absoluta refere-se à criação de galinhas, seguida de galos, frangos e pintos, caprinos, ovinos, bovinos, suínos, equinos, asininos, sendo menor a produção de muares (Tecnologias, 2012).

Em 2010, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que a produção de leite correspondia a 1.507.000 por ano, o ovo de galinha, por dúzia anual, era de 774.000 e a produção de mel de abelha era de 8.000 kg. Na lavoura temporária, a maior produção é a de melancia, seguida pela de cebola, tomate, mandioca,

⁴¹ O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

feijão e melão, enquanto na lavoura permanente o coco-da-baía tem a maior produção, seguido da banana, manga, uva, mamão e maracujá (Tecnologias, 2012).

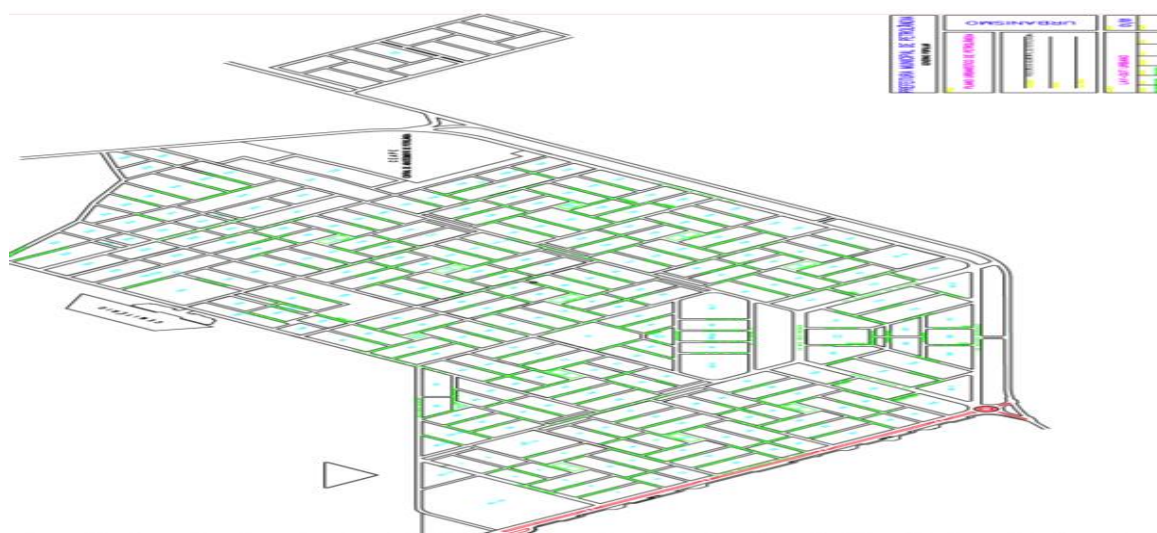
Os maiores atrativos turísticos da cidade são: o passeio de barco pelo rio São Francisco, o Mirante do Serrote, a Casa de Farinha e o artesanato. A divisão espacial da cidade (área urbana), é feita em 19 quarteirões, sendo um deles central, um de serviços, e os restantes reservados a residências, contando com 8.572 habitações.

Os serviços de agronegócios são: Armazém real, Agropel, Campo de Soluções Agrícola, Comercial, Agropecuária, (Santos e Paulinelly Irrigações). Santos, Souza e Lima (2016), observam que até os serviços que estão inseridos no meio urbano têm ligação direta às atividades do campo, mostrando assim o caráter predominantemente agrícola de Petrolândia.

A tilapiacultura da Petrolândia é uma atividade de sucesso na região. As tilápias são criadas em tanques que foram instalados pelas associações entre Pernambuco e Bahia. A Petrolândia é a segunda cidade do estrado que mais produz, com um total de 100 toneladas por mês.

Outro segmento que se destaca é a produção de água de coco, sendo o município o segundo maior produtor de água de coco de Pernambuco, “maior parte do mercado destinada ao Sudeste, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte” (Lucena, Medeiros, & Araújo, 2017, p. 103).

Figura 17 - Projeto Urbanístico da Nova Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia.

3.3.2. As agrovilas

A população agricultora de Petrolândia foi reassentada para agrovilas, criadas para atender a demanda por terra e moradia. Por agrovilas, Lucena, Araújo e Medeiros (2017, p.114), definem como: “habitações sociais inseridas com caracteres urbanos de vila de casas, com área comum para plantio de pequena escala, no loteamento assentado”.

Antes da barragem da CHESF, os agricultores trabalhavam às margens do rio São Francisco e cultivavam ovinos, caprinos e também bovinos. Entre as culturas agrícolas eles cultivavam o milho, o algodão, o arroz, o melão, a melancia, a batata-doce, a laranja, a manga, o coco, a uva etc. Apesar de algumas dessas culturas não serem naturais do ambiente semiárido, o sistema de irrigação já permitia que se cultivassem com sucesso estes plantios.

O coqueiro é originário da Ásia e foi introduzido no Brasil no século XVI. Normalmente é encontrado na costa devido ao fácil acesso a água. Em Petrolândia, assim como em Petrolina, a produção de coco só é possível por causa do sistema de irrigação (Lucena, Medeiros, & Araújo, 2017, p. 107).

Após as ações da CHESF, foram construídos 12 assentamentos para a população, na Bahia e em Pernambuco, sendo eles: “Pedra Branca, Rodelas B11 e B12, Jusante e Glória; já no segundo foram construídos Caraíbas, Brígida, Manga de Baixo, IcóMandantes, Barreiras B1 1 e B1 2 e Apolônio Sales” (Lucena, Medeiros, & Araújo, 2017, p. 107). Além das agrovilas foram reconstruídas as cidades de Itacuruba e Petrolândia.

Considerada uma das agrovilas mais prósperas da região, a Agrovila 10, faz parte do Bloco 3 das agrovilas de Iço-Mandantes, denominada Limão Bravo. A agrovila conta com uma escola com oferta de ensino fundamental I e II, centro de saúde, capela, além de dois armazéns de construção (Figura abaixo). O baixo índice de homicídio (apenas 1 em 20 anos), é outro fator que eleva o patamar da agrovila (Medeiros *et all* 2018)

Figura 18 - Agrovila de Iço-Mandantes



Fonte: Medeiros *et al* (2018)

Figura 19 - Bomba de abastecimento de Iço-Mandantes



Fonte: (Brás, 2014)

Os projetos de irrigação foram planejados em simultâneo, com o deslocamento da população após a inundação. Então, as agrovilas são desde o princípio irrigadas pelo sistema implantado pela CHESF.

Contudo, o pouco investimento e o recurso hídrico limitado, para a irrigação, fizeram com que a população reassentada sofresse problemas com o plantio, buscando no coco a solução para os problemas enfrentados. A população de Iço-Mandantes também enfrenta problemas com a água e com o lixo.

As características demográficas da vila, traçadas pelo IBGE (2010), afirmam que a vila conta com 235 habitantes, sendo a maioria adultos de 25 a 29 anos e jovens de 15

a 19 anos. Os homens somam 53,6% da população, enquanto as mulheres são 46,7% do total, estando a maioria na faixa etária de 20 a 24 anos. O bloco 10 de Iço-Mandantes representa 0,7% da população total de Petrolândia. Houve um aumento demográfico significativo na região, devido à taxa de natalidade e também no número de pessoas interessadas na cultura do coco das agrovilas. As famílias eram 50 e, em 2018, já atingiam 70.

Esta configuração pode gerar conflito de espaço ou de dinâmica social, futuramente, ou até mesmo causar “a modificação do espaço negativamente através do aumento da produção de lixo, esgotamento do solo e, até mesmo, conflitos sociais” (Lucena, Medeiros, & Araújo, 2017, p. 116)

As relações sociais da agrovila estão fortemente interligadas pela igreja e pela escola. O principal rendimento dos moradores da região dá-se nas atividades empregadoras, como armazéns de construção, agricultura, caprinocultura e também o Bolsa Família.

Um forte conflito ainda é acentuado entre os moradores da agrovila e a empresa CHESF. O problema advém do facto de 100% dos moradores ainda não possuírem as escrituras das suas casas. (Medeiros et all 2018)), explicam que só na Iça-Mandantes existem 68 residências sem escritura, situação que, se não se resolver, vai gerar uma transformação na dinâmica desta vila e de outras que estão em situação semelhante.

3.4 A cidade lembrada e as suas personagens

A história apresenta-se como um movimento dinâmico contínuo de mudanças, ruturas ou conservações de contextos sociais, económicos e políticos e as suas consequentes reações.

A história oral move-se no campo interdisciplinar, pois utiliza-se das diversas fontes da oralidade para interpretar a variedade de dimensões históricas. É no intercâmbio das relações temporais, entre o passado narrado e o presente vivido, que é feita a produção da história pela oralidade.

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo da recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente (Delgado, 2006, p. 21).

Para recontar a história do sertão de Fortaleza, por meio da oralidade e memória dos seus moradores, (Rios, 2001) identifica, na fome, o elemento de ligação entre os acontecimentos de transformação e domínio político, ocorridos na região na década de 60. A seca traz lembranças, das mais variadas, às personagens entrevistadas pelo autor, ganha significados e dimensões históricas, expressa sentimento e identidade⁴².

Nota-se, desta forma, que a história contada pela oralidade possui possibilidades infinitas, pois envolve questões pessoais, coletivas, particularidades biográficas e envolve-se em variáveis temporais, espaciais etc., que são narradas explicitamente por sentimentos, ou omitidas como forma de proteção de traumas e da dor.

A memória, na tradição oral, tem uma força exponencial capaz de produzir sentimentos saudosos até mesmo naqueles que não partilharam das experiências da época narrada. Isto dá-se pela esperança e registros de “bons tempos”, passado de geração em geração, e até mesmo na história oficial, que pode produzir a saudade coletiva ou particular, nas perspectivas da história reproduzida pela memória.

Alberti (2004), em análise aos estudos do historiador Petter Huttenberger, afirma que a história oral deve ser dividida entre a narração da ação e os resíduos da mesma e, desta forma, os resíduos da ação seriam as documentações sobre o evento narrado. Contudo, o autor observa que a narração da ação pode tornar-se residual quando documentada, mesmo sendo relatada *à posteriori*.

Quanto à memória para a história oral, ainda é complexo afirmar uma definição clara, quando a própria matéria se mostra, ainda, complexa na definição do processamento da memória no sistema cognitivo do homem. Esta memória pode ser definida, por ora, com base nos estudos de Lutz Niethammer⁴³ que divide a memória entre a ativa e a latente.

A memória ativa é aquela a que temos acesso constantemente, é aquela de que precisamos para exercer as funções básicas do dia-a-dia. É a ideia que se tem da vida em si, da complexidade das relações, e os relatos das histórias que são vivenciadas ou não. Porém, indicam uma certa elaboração de experiência do locutor.

⁴² Rios, 2001, p.298.

⁴³ Professor universitário alemão nascido no ano de 1939. Entre os seus escritos, estão: *Experiência de vida e memória coletiva: a prática da história oral*, de 1980; *Phothistoire: a história acabou?* de 1989 e *Ego histoire? E outras tentativas de memória*, de 2002, que abordam a história oral em uma perspectiva metodológica para a história contemporânea.

Já a memória latente é aquela que se reflete numa situação de aprendizagem, quando o sujeito entrou em contato com algo novo e plastificou aquelas imagens, sendo este tipo de memória mais comum na juventude ou em crises existenciais (Alberti, 2004).

As histórias plásticas que apontam para situações de aprendizagem, por exemplo, podem também situar-se na memória ativa quem sabe, como parte do conjunto de histórias estandardizadas, contadas sempre que se torna necessário significar determinadas situações de aprendizagem. Além disso, por que as rotinas não fariam parte do sortimento bruto, isto é, da memória ativa, já que esta compreende tarefas profissionais e condições de trabalho, que são facilmente recordadas mediante solicitações? (Alberti, 2004, p. 4).

Com a citação, percebe-se que o autor não defende o uso rigoroso das divisões de memória, mencionados anteriormente dos estudos de Niethammer. A história oral tem uma funcionalidade democrática para documentação do passado vivido em certa região ou população.

Para contestar a história, apenas contada e forjada por elites dominantes, tem-se em conta que a oralidade busca, na memória das vivências das pessoas que foram atingidas diretamente pelos processos e dinâmicas da historicidade, para que seja possível a reconstrução da memória dos eventos passados e os seus efeitos.

A metodologia da história contada permite o acesso à versão de todas as camadas sociais, o que expõe vários ângulos de visões sobre o mesmo acontecimento. “Na medida em que se entende este pluralismo como democracia, pode-se seguramente afirmar que a instituição do campo da história oral foi um passo importante no sentido da democratização do registo e do acesso a narrativas de experiência pessoal” (Alberti, 2004, p. 4).

A história oral é a herança daquilo que se passou, expressa na forma da memória. Ademais, representa grandes possibilidades de pesquisa qualitativa, como: revelar caminhos mais amplos para o assunto estudado, apresentar alternativas de conclusões diversas e inovadoras para processos já resolvidos, recuperar aspetos históricos regionais, étnicos, de género, nacionais ou locais, sob outros pontos de vista, ou seja, recuperar ou ter acesso inédito a registos de processos que não estão inscritos nas documentações históricas, ou não estão à disposição, de forma aberta, à pesquisa, a fim de reformar uma cronologia, conhecer o outro lado da história, com os depoimentos de anónimos e vencidos, o que possibilita o registo alternativo dos factos históricos, a partir da versão recolhida com a história oral (Delgado, 2006).

Todavia, além das possibilidades amplas de resultados exploratórios para a história, o método da oralidade histórica contém algumas limitações, entre elas: a subjetividade com que a história é relatada e a interpretação de resultados que dependem, exclusivamente, da visão de mundo, tanto do relator quanto do historiador. A subjetividade é o grande desafio deste método, desafio que se apresenta desde a recolha do depoimento até à sua interpretação (Delgado, 2006).

Outra limitação é que a pesquisa se aplica somente em relação à visão contemporânea. Assim, diferentemente da análise documental e relatos da época do objeto estudado, os depoimentos da memória são feitos com referências no tempo presente. Este facto implica um discurso que pode sofrer influência nos registos escritos sobre o tempo vivido.

Logo, deve-se atentar para a divagação baseada em escritos produzidos pela história documental. A influência no discurso construído pode sofrer alterações, à medida que o tempo o vai remodelando, pois, sendo a história um processo dinâmico, conforme avançam as relações do presente, vai sendo remodelado o conceito do passado. Os sentimentos, as expressões, as emoções não são registadas com a história oral e nem com a documental, mas sim apenas com a interpretação que melhor representa o desafio do pesquisador que trabalhará com esta metodologia.

Para trabalhar com a história de uma às conversas tidas numa padaria. Pois a história local, muitas vezes caminha num sentido alternativo do contexto de desenvolvimento nacional, dos desdobramentos políticos, das lutas sociais etc.:

população, de um local, o historiador deve estar atento aos relatos corriqueiros, até mesmo

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler a sua grafite nas paredes e seguir as suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido pelas suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local ou a estrutura não se manterá (Samuel, 1990, p. 221).

Com base na história local e nas suas peculiaridades é que o historiador poderá fazer o enquadramento num contexto nacional. É por meio da força popular que a história local ganha vida, pelo facto de as pessoas reproduzirem em si a história dos seus

antepassados e do local em tempos remotos. “Elas têm aguçado senso de herança, valorizando a iconografia” (Samuel, 1990, p. 222).

Outro facto interessante e importante da história, partindo do ponto de vista local, é a importância que se dá aos acontecimentos. Para a população do local, praticamente todas as atividades são consideradas relevantes e dignas de transmissão oral, não importando se é um evento como uma greve, um tumulto, ou a queda de um tronco de árvore, o abatimento de um carro.

Samuel (1990), exemplifica esse apreço pelas “coisas” locais, afirmando que, por vezes, um documento é transcrito, somente porque ele é velho, e, sendo assim, supostamente representaria a escrita “verdadeira” da época.

Silva (2017), enfatiza que a memória parte do pressuposto de um passado em que o sujeito era o construtor. Assim, relaciona-se a memória da velha Petrolândia e as suas personagens, a uma cidade erguida por elas, em que o território passa a ter significado, além das suas funções de sobrevivência:

[...] as memórias de Petrolândia Velha, presentes não apenas na mente e na oralidade dos seus munícipes, como também em vídeos, documentários, arquivos culturais etc., deixam entrever essa associação, em que passo a passo aquela pequena cidade, banhada pelo sol sertanejo e pelas águas São Franciscanas era construída e, talvez numa proporção equivalente, imprimia ou gerava em seus construtores uma dependência não só como condição de fonte de sobrevivência, mas também como fonte emotiva, enfiando raízes culturais no íntimo, no consciente dos que hoje vivem essas lembranças (Silva L., 2017, p. 104).

Assim sendo, a leitura da história local pode ser realizada por longos períodos, e sempre com resultados diferentes, pela sua renovação de memória e de sua dinâmica de comunidade, como percepção de um grupo de pessoas com interesses em comum e que partilham das mesmas memórias e sentimentos locais.

3.4.1. As personagens da Petrolândia

A história da Petrolândia é interligada à vida de cada morador da região, com os seus feitos e histórias peculiares, pois todos trazem alguma emoção ao relatar factos vividos na antiga Petrolândia.

O professor Gilberto Menezes, como é conhecido até aos dias de hoje, na cidade, ficou famoso por dar aulas de História, fazer a contabilidade das empresas da região e, principalmente, por realizar uma belíssima pesquisa recontando a história da Petrolândia,

pesquisa que se tornou o livro: “De Jatobá a Petrolândia: Três Nomes, uma cidade, um povo” (2014). O livro representa um riquíssimo documentário sobre a cidade, com referências a documentos da época, decretos e leis, observações detalhadas do cotidiano do seu povo, com interessantes críticas ao projeto da nova Petrolândia, como, por exemplo, quando compara a projeção da cidade antiga “com ruas largas”.

Menezes sugere que os engenheiros da empresa CHESF fizeram um trabalho vergonhoso, projetando novas ruas de “de 4 a 6 metros de largura” (Menezes, 2014, p. 10)“. Com este belo trabalho ele demonstra ser, não apenas um professor de História, não apenas o contabilista das empresas comerciais de Petrolândia, mas um historiador, um escritor, talvez nunca antes reconhecido” (Silva *in* Menezes, 2014, p.9).

Abaixo pode ver-se a fotografia de Gilberto Menezes e sua esposa D. Nicinha, na antiga Petrolândia, no comércio do casal.

Figura 20 - Gilberto Menezes e d. Nicinha no seu comércio “Casa dos Garotos”



Fonte: Acervo Pessoal de Assis Ramalho (2018)

Também personagem marcante da Petrolândia, que relatou as histórias da cidade, foi Hildebrando Menezes que, no ano de 1951, escreveu um artigo para o Jornal do Comércio, intitulado “O reparo de uma grande injustiça”. O artigo conta brevemente a história da tribo Pankararu instalada no Brejo dos Padres desde 1842, que se misturou com a população petrolandense por “cruzamento”, e os defende da espoliação das suas terras (Menezes H. , 1951).

Menezes demonstra um grande interesse na defesa dos direitos dos cidadãos da Petrolândia perante as injustiças cometidas por pessoas com maior influência social.

Outra personagem, conhecida pelos moradores da Petrolândia, é D. Maria do Carmo, nascida em 1912, em Tacaratú, PE, na fazenda Nunes. Maria do Carmo mudou-se para Petrolândia no ano de 1956 com o marido e cinco filhos. O marido foi atingido por um disparo na perna em serviço de cangaço⁴⁴ e foi reformado ainda novo, o que o fez entrar para a Sociedade Musical de Petrolândia. D. Maria do Carmo ajudou uma vizinha a dar à luz. Depois desta experiência foi denominada a parteira da cidade, sem receber pagamentos pelos partos realizados, sentindo-se recompensada pela gratidão das famílias socorridas. Anos depois foi contratada para trabalhar na Maternidade Santa Inês. Em 2018, D. Maria do Carmo completou 105 anos, e ela é grata a Deus pelo dom de ajudar as pessoas. e de nenhuma criança ou mãe terem morrido nas suas mãos.

A cidade tem várias personalidades, algumas reconhecidas historicamente como o Coronel Aureliano de Menezes Lima, da época do Império do Brasil, às figuras populares da cidade, como o eletricitista e bombeiro hidráulico, Expedito Epifânio.

Cada personagem tem na sua história a marca da velha Petrolândia. São personagens comuns que levavam a sua vida com o objetivo de fazer de Petrolândia um lugar melhor, como a professora Graciete Gomes que recebeu uma homenagem da Associação Ponto do Bem Hildebrando Capistrano de Petrolândia⁴⁵

Personalidades da cidade também são os prefeitos que tiveram de tomar difíceis decisões sobre o reassentamento da população, como o caso de José Dantas Lima que foi o último prefeito da velha Petrolândia e o primeiro da nova. O prefeito relembra:

Não tenho como enumerar as obras e serviços que eu fiz na velha cidade, porque já faz muito tempo, e pela escassez de recursos que havia na época, mas eu destacaria com grande satisfação, um feito que a gente conseguiu, que hoje pode não ter tamanha importância, mas na época foi importantíssimo, que foi quando a gente conseguiu tornar público o colégio municipal de Petrolândia. Era um sofrimento para os pais de família, [...] pois apesar de ser municipal, era cobrado mensalidade, e quando eu fui prefeito, eu consegui passar o colégio para o estado, então eu considero que foi meu maior feito na cidade. [...] as pessoas que eram de alguma forma ligadas ao prefeito, conseguiam o que era chamado de bolsa estudo, a isenção do pagamento, e estudavam de graça. Quem não tinha ligação com o prefeito, tinha que pagar, ou voltava do portão - José Dantas Lima – antigo prefeito de Petrolândia. (Ramalho, 2019).

⁴⁴ O cangaço foi um fenômeno do banditismo, crimes e violência ocorrido em quase todo o sertão do Nordeste do Brasil, entre o século XVIII e meados do século XX.

⁴⁵ <https://www.petrolandianoticias.com.br/2020/01/associacao-ponto-do-bem-hildebrando.html>

O prefeito afirma que não foi fácil decidir sobre o local em que a população da Petrolândia iria ficar, e que a sua decisão foi muito criticada na época:

Fui muito criticado na época por ter encabeçado o trabalho no sentido de trazer a nova cidade pra cá, para esta localidade, onde hoje está, mas tenho certeza que foi a melhor escolha que o povo fez, e eu tive a felicidade de encabeçar este trabalho, conduzir essa escolha, e tenho certeza que foi melhor que as outras opções na época, porque foi o seguinte, a CHESF pediu para gente escolher entre quatro opções de localização, uma seria lá próximo do Mandante, outra seria ali no Brejinho, a outra seria lá perto de Itaparica e a quarta foi aqui. Então eu propus aqui e o povo aceitou e a cidade veio para aqui e tá esta maravilha aqui - José Dantas Lima – antigo prefeito de Petrolândia⁴⁶.

A decisão da localização da cidade causou muita polémica entre os moradores que decidiram apoiar o prefeito, na escolha. O Prefeito Zé Dantas, como é chamado, tomou sobre si a gestão da nova Petrolândia, no início da sua existência, facto que ele lembra bem, pela quantidade de serviços que tinha para fazer:

*[...] poucas ruas eram calçadas, só o centro era calçado. [...] aqui do lado de cá era tudo favela, vila Galvão. **Era favela que ia para Prainha do toco.** Tinha a favelazinha aqui, que a gente teve o maior trabalho do mundo para tirar a favelazinha daqui [...] de pegar o povo que morava aqui e hoje moram no lugar onde é a chamada vila. **Vila dos pescadores.** Vila dos pescadores, que no começo chamaram de Vila do Rato. [...] e no começo a gente pegou o terreno lá e cedeu para esse povo pra fazer uma cidade normal, não tem nada de rato lá, vila de rato nem coisa nenhuma (José Dantes- antigo prefeito de Petrolândia – grifos do entrevistador Assis Ramalho⁴⁷.*

Sobre os feitos na cidade antiga, o prefeito diz que isso aconteceu há muito tempo, que não se lembra bem das obras que fez, mas tem orgulho de ter conseguido tornar público o colégio municipal de Petrolândia, tornando o ensino gratuito, e possibilitando a inscrição de muitos jovens que não tinham condições de pagar as mensalidades. Abaixo vê-se a imagem da prefeitura da velha Petrolândia.

Figura 21 - Prefeitura da velha Petrolândia

⁴⁶ Idem

⁴⁷ 110 anos de Petrolândia: Entrevista com ex-prefeito José Dantas de Lima. (2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVCU6PrsNw0>



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

O prefeito, que foi o último da antiga Petrolândia, foi eleito no ano de 1976, com 26 anos de idade. Ele foi o mais jovem candidato a ocupar a prefeitura da cidade. Ex-funcionário do Banco do Estado do Pernambuco (BANDEPE), ele conseguiu o cargo na prefeitura da cidade, devido ao apoio do então prefeito e seu sogro, José Araújo.

3.4.2. A conquista do novo lugar: da euforia à saudade

“E o esquecimento ainda é memória, e lagoas de sono selem em seu negrume o que amamos e fomos um dia ou nunca fomos, e, contudo, arde em nós ...” (Andrade C. , 1997, p. 265)

Quando existe uma mudança de um lugar para outro, é necessário analisar as memórias entre as duas localidades. Como proposta deste tema, é preciso que se esclareçam as transformações. Outro índice destas percepções, entre o que representam os laços do passado das comunidades que foram submersas, com o advento do novo, está na arquitetura, nas praças e nos jardins, contemplando o discurso do progresso, e este, para os moradores, poderia ter um significado de melhores condições de vida.

A povoação de Barreiras, como os habitantes a denominavam, antes da mudança, carregam consigo as lembranças vivas da antiga cidade, o que os leva a inúmeras emoções e sentimentos, tendo em conta que o sentimento de pertença a um local, tem um aspeto muito relevante da personalidade do indivíduo e, por vezes, de uma sociedade inteira.

Além das falas dos moradores da antiga Petrolândia, é possível encontrar o discurso saudoso, em vídeos, músicas, hinos, fotos e objetos da antiga cidade. Exemplo disso está no poema feito por João Bosco de Melo (2017), em que o autor declara o seu amor à antiga Petrolândia:

*Petrolândia, nós te amamos
Que felicidade falar da velha cidade
Relembrar das boas recordações
Da infância... das escolas... das amigadas
Do belíssimo rio São Francisco
Da grandeza... da riqueza... da Natureza
Petrolândia dos nossos corações.
Da rua da Linha, do Clube Piçarrinha,
Da inesquecível Igreja Matriz
Do Padroeiro São Francisco de Assis
Da presença de Gilberto do Parque Lima
Das manhãs de setembro... das alvoradas
Do céu azul tão bonito... que faz recordar
O grande artista denominado Ruy Sá.
Êta! Petrolândia amada
Do Cruzeiro... do Shell... da cachoeira
Do campo de aviação e seu Armandão
Da radiante Neginha do Restaurante
Do cais do porto... do trem... da estação
Dos estádios... o Hiltão e Gameleira
Da Unsina e da família de "Edson Madeira".
Petrolândia da Pop Discos de Mauro
Terra boa... do cinema de Valmir
Lembrando dos anos oitenta
Do show do ano de Waldick Soriano
Do ator e humorista... Arnoud Rodrigues
Que era uma grande serra talhadense.
Petrolândia do vivaz Jadilson Ferraz.
Do grupo musical Happy Men de Josemir
Do grupo Novo Eskema de dona Marieta
Do Clube Grêmio Lútero Recreativo...
Da rua da Frente... de seu Valter da farmácia
Da praça ornamentada Antônio Correia
Da bonita rua Gonçalves Dias*

*Aonde eu morei e jamais esquecerei.
Saudade da velha cidade
Lembranças da velha Barreiras
Petrolândia das festas juninas
Do São João na casa de seu João Coringa.
Petrolândia de um povo festivo
Dos carnavais do folião Pantaleão
Do bloco avenida... da bonita multidão
Do campo o Poeirão... do Letreiro e do Areião
E um forte abraço pra Turma do Tacho.
Lembrando do showmício
E da grande cantora Amelinha
Ao lado do Clube O Piçarrinha
E da música Foi Deus que fez você.
Resumindo e finalizando
Com em Deus... Até para o ano Parabéns,
Petrolândia-PE Pelos seus 108 anos.
Nós te amamos! (Melo, 2017 apud Silva, 2017, p.186-7)*

Este poema de João Bosco retrata todo o cenário e tradições de Petrolândia. Além do estar carregado de sentimentos de pertença e identidade, ainda se faz um rico relato histórico e geográfico do lugar. Na figura abaixo, o clube Piçarrinha, mencionado no poema:

Figura 22 - Clube Piçarrinha da velha Petrolândia



Clube Picarrinha fundado por Manoel Anísio da Mota (Galeão).

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

Regido pela lei do progresso, o governo federal lançou a criação da CHESF para distribuição de mais energia para o nordeste e para o sertão. Contudo, até aos dias atuais

não se vê o desenvolvimento industrial que era esperado pela criação da central no sertão, já que, nos relatos dos moradores, o que se compreende é a falta de atividade económica na região, a desocupação dos jovens que escolhem o caminho da bebida e da droga.

Existem altos índices de depressão e suicídios entre a população reassentada. Silva (2017), questiona se realmente se está a viver uma democracia, pois estas pessoas não tiveram o direito a defender os seus bens e a sua terra, sendo obrigadas ao exílio, diante da submissão às condições impostas pela CHESF.

A autora cita a música “Recordações” de Rui Sá (mencionado no poema de João Bosco de Melo), que ilustra bem esta situação:

RECORDAÇÕES - Rui Sá

Temos às margens de um rio Petrolândia

Cidade que um dia esse nome bonito se deu

Famílias que tiveram seus filhos assim como eu

Petrolândia

Um dia chegou bem mais forte a força do progresso

Falando primeiro e mais alto do que a própria razão

Sangrando e desmarcando o compasso do coração

Petrolândia

Em cada manhã de setembro quando eu acordar

Lembrarei de uma banda tocando alvoradas no ar

O céu todo azul tão bonito

Gente querendo olhar

Bandeiras, crianças, desfiles

E um hino pra se cantar

Petrolândia

Levo guardado na mente

Lembranças que serão permanentes

Recordações

Quantas emoções

Petrolândia

Petrolândia (Sá, 2014 apud Silva, 2017, p.190)

Nota-se, neste panorama, que a perda para a população reassentada ultrapassa o campo material permanecendo na memória, na identidade, na pertença local, na sua personalidade, na sua própria construção e na representação do “ser”. Quando se vê diante

da vida noutra lugar, é como se algo tivesse perdido, então toda as suas referências na construção da personalidade feita a partir das tradições, precisam de ser remodeladas.

Desta forma, entra-se num conflito de identidade e pertença. Por isso, o local onde vive, onde nasceu, passou a infância, a mocidade é muito importante para a sua formação como ser humano, pois o local carrega histórias, memórias, sentimentos, laços de amizade, laços familiares, conquistas, perdas, etc.

Para estas pessoas, o simples lembrar de uma caminhada pela rua, da escola em que estudou, da igreja que frequentava, da feira, do rio é recheado de tristeza e emoções diversas. Quando reassentadas procuram, ao menos, conformar-se com a promessa de progresso e desenvolvimento, prometidos pela empresa responsável pelas transformações. Porém, no caso dos petrolandense, e demais populações reassentadas pela CHESF, eles não receberam as condições combinadas pela empresa, que está em dívida com estas pessoas até aos dias de hoje.

Faltam terras com condições favoráveis para o plantio, faltam as escrituras de praticamente todas as casas construídas para os reassentados, faltam melhores condições de serviços públicos e falta, por vezes, até mesmo o acesso ao saneamento básico. É o que explica Souza (2016, p.191):

Como no caso destas cidades, que se quer, foram cumpridos os projetos prometidos. A população, chegando a ser transportada antes que fosse instalado necessariamente o saneamento básico, as ruas asfaltadas, entre outros serviços que eram indispensáveis ao acolhimento da população. Lembro-me que quando cheguei à Petrolândia no ano de 1999, a orla que circula as margens do rio São Francisco era um matagal sem asfalto em que corriam alguns esgotos da cidade para o rio e a orla propriamente dita, fora apenas construída posteriormente pelo governo municipal.

É possível que muitos munícipes da antiga cidade tenham sido facilmente ludibriados a acreditarem que a transposição para a nova cidade era sinal de progresso a esta comunidade, ideia esta que faz jus a pressupostos de uma cultura capitalista manipulada pelo Estado.

As observações de Souza, remontam à má distribuição de rendimentos e recursos, presentes na administração pública brasileira, o que gera um desfavorecimento às pessoas ribeirinhas do sertão. O Norte e Nordeste do Brasil foram considerados atrasados, diante dos estados do Sudeste e do Sul. Mas, se for feita a análise dos investimentos na industrialização e modernização dos setores produtivos entre os estados, nota-se um processo desigual.

Quando foi do interesse do governo promover as ditas melhorias para o progresso na região do sertão pernambucano, sugerindo o benefício para todo o Nordeste, não foi feito um processo democrático, pois não teve em conta o que estava em jogo na vida destas pessoas. Esta atitude teve consequências que ultrapassaram os anos de 1980, causando impacto até nos dias atuais, como se verá seguidamente.

Os escritos sobre a antiga Petrolândia contêm muitas lacunas que só a tradição oral pode preencher. Desta forma, é no depoimento dos moradores da velha Petrolândia que a história do local se revela com todas as suas características e detalhes.

O “seu Zito”, como é chamado, foi criado na Petrolândia e relata que seus pais fugiram da seca da Paraíba nos anos 1940. Quando o “seu Zito” era bebê caiu do colo do irmão para uma fogueira, mas conseguiu recuperar, ficando apenas com as marcas do acidente.

O “seu Zito” é um exemplo de superação para a cidade de Petrolândia, pois sem nunca desanimar vendia gelados e pão da “sorveteria de Pedro Espíndola e pão da padaria de Zé Tôto”⁴⁸. Este habitante relata que as tradições da velha cidade eram muito boas, que as pessoas eram educadas para não mexerem nas coisas dos outros, e todos se auxiliavam mutuamente. O seu relato refere que, quando vieram as novidades da CHESF, o povo animou-se com a oportunidade de emprego e desenvolvimento, mas, depois de algum tempo, principalmente com a ida para a nova cidade, perceberam que a vida que levavam antes era melhor que a atual:

A coisa era organizada, tinha regra, ninguém podia beber. Era bonito. O povo de Petrolândia, nesse tempo não tinha besteira. Todo mundo ia assistir. Aí chegou a barragem. Nem lembro como chegou a notícia. No começo foi bom. Apareceu emprego, mas depois ... Saudade da vivência⁴⁹.

O “seu Zito” afirma que apesar das dificuldades, a vida na Petrolândia era boa e que prefere a vida de antes do que a da nova cidade:

Do movimento com o povo. Lá o povo se chegava mais uns aos outros. Quando um adoecia todo mundo chegava junto para ajudar. Aqui todo mundo é estranho. Os velhos já morreram, se foram. Quem está hoje aqui não sabe quem é a gente e trata como estranho⁵⁰.

⁴⁸ Museu da Pessoa. Paulo Rubens: 29/05/2018. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/petrolandense-sim-com-muito-amor-133559>

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Museu da Pessoa. Paulo Rubens: 29/05/2018. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/petrolandense-sim-com-muito-amor-133559>

Isabel Ferraz é outra moradora da nova Petrolândia que guarda boas recordações da antiga cidade e nos seus relatos demonstra saudades. A moradora diz que a sua vida na nova Petrolândia é boa e não se sente triste de ter mudado de cidade, porém ainda guarda muitas lembranças da antiga Petrolândia:

Sou feliz, mas não esqueço nunca a felicidade, tenho muita saudade, muita lembrança. Quando a gente é jovem marca muito, né? (...) foi celebrada uma missa, a última missa lá na igreja e depois a gente saiu em procissão pelas ruas já destruídas, tinham lá algumas casas... e pegamos o carro e viemos pra cá - Isabel Ferraz – aposentada.⁵¹

Maria Aparecida de Souza Freire, no seu depoimento para Figueiredo (2011), revela mais detalhes da sua rotina na velha Petrolândia. Para a moradora da antiga cidade, o que faz mais falta é a fartura que existia no lugar:

A velha cidade era boa porque a gente dormia na calçada, amanhecia o dia no calor, na conversa, não tinha ventilador, muitas casas não tinham luz, mas era ótimo. Você dormia na rua sem medo, de manhã quando vinha o menino vender o pão com a buzina da bicicleta, a gente estava na rua. Hoje em dia aqui você tem que trancar a porta, se não for o ventilador... você tem medo. Lá tinha uma briguinta assim, mas não era nada demais. Tenho saudades do passado. Na antiga cidade tinha o rio com aquelas canoas, cheias de cana, de manga, você escolhia a manga que queria, hoje para procurar manga têm que comprar no quilo, tem pessoas que dizem que não chupam manga mais, porque dizem que tem raiva. Eu ia trabalhar de roça, para ganhar dinheiro, para comprar roupa; quando eram onze horas, a pessoa para quem a gente estava trabalhando vinha deixar a gente de canoa para ir para a escola. Entrava na escola uma hora, uma e vinte. Era trabalhando de roça e estudando; era mudando cebola, limpando, trançando, quando dava onze, onze e pouco almoçava lá mesmo e atravessava, tomava banho e ia para a escola, para ir para as ilhas atravessava o São Francisco, atravessava de canoa, mas pense, quando a gente ia almoçar estava de barriga cheia de goiaba, de água de coco, disso aí que eu tenho saudade (Maria Aparecida Souza Freire – 46 anos (Figueiredo, 2011, p.24).

Esta riqueza de detalhes nas falas dos moradores, revela situações históricas, condições económicas, aspetos produtivos e tradições da cidade. Maria Aparecida revela que, mesmo sem o “progresso” (muitas casas não tinham luz), eles viviam felizes, sem

⁵¹ Um mergulho nas ruínas de Petrolândia. (2011). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qWgTTCFQvcc>

medo de violência, os moradores não precisavam de trancar as suas casas à noite e sentiam-se à vontade até mesmo para dormir na calçada.

A cidade contava com uma delegacia de polícia, mas pouco se utilizava. A diversão estava em nadar no rio São Francisco e pegar frutas das canoas dos comerciantes. Abaixo vê-se um garoto a brincar no rio a partir do cais de Petrolândia:

Figura 23 - Garoto pulando no rio São Francisco do cais da velha Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

Todos tinham uma fartura muito grande proveniente das culturas que eram produzidas pela cidade, como a cana e a manga, cujo consumo era gratuito. O sentimento de saudade e do cotidiano da velha Petrolândia está presente em cada fala com estas pessoas, como no depoimento de Maria Dósleo da Conceição:

Na cidade missa eu não perdia não, a festa de Nossa Senhora do Ó eu não perdia, só se tivesse de resguardo. Eu ia bater roupa no rio. O rio Pajeú ficava perto da minha casa, mas a água era salgada, o rio da rua era muito bom [São Francisco], dá muita saudade de lá, eu achava melhor; criava uns bichinhos: ovelha, galinha, gado, criação de corte. Falar a verdade hoje eu não tenho nada, mas já criei de tudo. Comecei a trabalhar com uns 12 anos, até hoje sinto saudade. Nasci e me criei lá; lá ficou uma bandinha da alma, o umbigo ficou enterrado lá, aí pronto - Maria Dosléo da Conceição⁵².

Maria Dos Léo relata a vida festiva ligada à igreja do povo da antiga Petrolândia, a simplicidade para realizar as tarefas domésticas (lavar roupa no rio), mas o principal é o apego identitário com o local do seu nascimento e crescimento. Para a senhora de 96 anos, uma parte dela ficou por lá (lá ficou umas “bandinhas da alma”), esta é a sensação da maioria dos moradores que foram reassentados para a nova Petrolândia.

⁵² Idem.

O Poeta Tony Xavier, expressa esta sensação nos seus versos que são publicados no jornal “Petrolândia em Foco”. No seu poema: ele lamenta o desinteresse daqueles que não se importaram em destruir todo um património, uma história de um povo. Faz um lamento de saudade, de valorização do local e da vida sertaneja da velha Petrolândia:

*Morar às margens do lago
Desfrutando da beleza
É sentir a liberdade
No meio da natureza.
Olho sempre e não me canso,
Das águas vê seu balanço,
Isso pra mim é riqueza.
Em um barco navegando
Aves voando ao lado
Águas molhando o corpo
Deixando todo encharcado.
Águas azuis cor de anil,
É Petrolândia é Brasil,
Banhada por este lago.
Me sinto às vezes maestro
Ao ver as águas girando
Ao lado vejo alguns peixes
Perto do barco nadando
Domino o barco no rio,
E vejo ao longe um navio,
Aquilo vai me assustando.
Preocupado eu sigo
Pra ver a realidade
Não sei se eu estou certo,
Se é navio ou cidade.
Agita o meu coração,
Em mim a grande emoção
Ao descobrir a verdade.
Me aproximo assustado
Em mim, vem a emoção
Ao ver a realidade
Sem entender a razão.
É uma Igreja Sagrada,
Dentro do lago inundada,
Demais, pra o meu coração!*

*Fico girando o meu barco
Mas tudo está tão vazio
Só andorinhas voando
Se aquecendo com o frio.
Eu fico ali assustado,
Pois olho pra todo lado,
Só vejo águas do rio.
Ser o maestro das águas
Não diminuí minha dor
Mesmo deixada no lago
Ela tem sim, seu valor.
Aquela igreja sagrada,
Quem deixou abandonada,
No coração falto amor.
Dali então eu retorno
Sem esquecer a verdade
Aquele prédio sagrado
Fez parte desta cidade.
Hoje era dia de feira,
à saudade de Barreiras,
Comove a humanidade!
Maestro das Águas
(Xavier, 2020)*

Nota-se que as lembranças marcam as falas dos antigos moradores que sentem como se parte da sua história lhes tivesse sido retirada. Francisco Lima, comerciante da Petrolândia, lamenta a saudade que sente da antiga cidade, dizendo que, na mocidade, os acontecimentos marcam de uma maneira diferente, que passou a sua mocidade na cidade e não iria esquecer esses momentos. “Quando a gente é jovem marca muito” (Martins, 2020).

Francisco Assunção nasceu em Petrolândia, teve seis filhos e quando a cidade começou a ruir ele recusava-se a sair com a família. Foi com incerteza e um profundo sentimento de tristeza que Francisco deixou a cidade, sendo um dos últimos moradores a sair:

Perder a cidade que a gente nasce é como perder também muito da nossa vida. Afinal, a maior referência das nossas vidas é o nosso canto, saber de onde a gente saiu - Francisco Assunção – comerciante (Martins, 2020).

Na cidade nova, o uso de drogas tornou-se uma preocupação maior na população. Além do índice de suicídios, que está acima da média nacional, segundo informações do Conselho de Medicina Regional do Pernambuco (CREMEPE) que usou da base de dados do Sistema Único de Saúde (SUS) para realizar a pesquisa (CREMEPE, 2020).

As cidades de Itacuruba e Petrolândia têm o maior número de casos de suicídios registados em todo o Brasil no ano de 2006. Além da assustadora estatística de suicídio, entre os moradores destas cidades, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo de 0,467, é o terceiro pior do Brasil.

A taxa de suicídio de Petrolândia é de 5,79 óbitos por 100mil habitantes, já a média nacional é de 5,01 óbitos por habitantes. Os dados produzidos pela CREMEPE com apoio do Ministério da Saúde, demonstra que Petrolândia é considerada a cidade com mais suicídios do Brasil, já Itacuruba é considerada “a terra dos deprimidos”:

Dona Gildete Rodrigues Nunes, varredora de rua, moradora de Itacuruba, diz que, na época que a CHESF fez a indenização pela sua casa, seu marido fez mau uso do dinheiro, o que teve consequências para o futuro do casal e para a sua saúde:

Com o dinheiro da CHESF meu ex-marido comprou dois carros e uma moto. Nem sabia dirigir. Hoje, a gente vive de aluguer. Não tem nem uma casa para deixar para os filhos. Não tem mais nada. Isso me dá uma tristeza grande. Vivo à base de remédio (Menezes D. , 2020).

A realidade de D. Gildete é vivida por mais uns quantos reassentados, como D. Joana, que diz que a filha comprou um carro com o dinheiro da indenização e depois ficou sem casa para morar: “que carro foi esse que levou todo o dinheiro” (Figueiredo, 2011, p.7).

O maior problema destas pessoas é que, ao gastar o dinheiro sem planeamento, depois não conseguem adquirir o imóvel, mesmo porque, outros moradores relatam que a falta de atividade económica na região é uma grande dificuldade para a população se manter, tanto financeiramente como ativamente.

A maioria vive de benefícios governamentais, como o Bolsa Família e o salário da CHESF. Esta situação tem levado muitos à depressão e, como medida extrema, ao suicídio. É o que relata Socorro Soares da Silva, em entrevista para Figueiredo (2011, p.6): “É, a gente ficou aqui, sem ter outro jeito, se mantendo com o salário que a CHESF dava todos os meses”.

João Caraiqueira culpa a CHESF pela falta de planeamento com as atividades para os moradores da nova Petrolândia: “A CHESF não fez projeto para a gente, pior que não fez, ela ficou para fazer e lá se vai, faz hoje, faz amanhã, e passou quatro anos, cinco anos, dez anos, só pagando a Verba de Manutenção Temporária (VMT) e nada” (Figueiredo, 2016, p.6).

Para concluir o pensamento, vê-se a confirmação de mais uma moradora acerca da situação: “Era só receber a VMT e ficar no banco da praça; mas se vinha para o banco de uma praça não era questão de malandragem, o que é que ia fazer dentro de uma casa um homem que já tinha seu costume de acordar de madrugada ir para sua roça, e aqui?” (Figueiredo, 2016, p.6).

Os motivos para o alto índice de suicídio verificado podem ser derivados da falta de atividade económica na região. Carlos Vital, presidente da CREMEPE, explica que a maior parte da movimentação económica do município parte da empresa CHESF, além da ausência de serviços de saúde mental, má conservação da cidade e o reassentamento que deslocou as famílias dos seus locais de origem para uma nova cidade projetada pela empresa do governo, CHESF.

Maria da Conceição diz que eles foram parar no meio da catinga, que não há o que fazer na cidade, que gostava muito mais da vida na antiga cidade:

Lá todo mundo tinha o que fazer. Amanhecia o dia cada qual colocava sua sesta na cabeça e ia embora, jovem e velho, era tudo em roça. A Segunda era dia de ir para feira, no domingo era dia de ficar em casa para varrer casa, lavar roupa. A feira era grande, quando veio para cá foi fracassando, fracassando, ficou deste tamanho. Aqui ninguém trabalha, não tem o que fazer. A velha, tinha suicídio, mas era difícil, agora quando dizia fulano tomou veneno podia saber já era caixão na hora, aqui toma comprimido aí não dar para matar - Maria da Conceição, agricultora reformada (Figueiredo, 2016, p.20).

D. Maria da Conceição relatou um problema comum após a mudança de cidade, que foi o abuso de medicamentos para a depressão, o uso de drogas e de álcool pelos moradores. Os moradores, de uma forma geral, reclamam que, na nova cidade, não há trabalho, diferente da velha cidade em que não se tinha muito tempo para ficar parado, o que leva as pessoas a recorrer à bebida e às drogas, além de levar à depressão, que pode chegar ao extremo do suicídio, como relata Joana D’Arque da Silva Gaudêncio, agricultora, também reformada de 44 anos:

Sempre fui da roça, nunca deixei a agricultura, plantava tomate, cebola. Lá tinha um colégio que era do Estado, e tinha dois que eram do município. Tinha o rio, a gente tomava banho no fim de semana, vinha gente de fora tomar banho de rio, tinha várias praiñas. Tinha as tradições lá: a festa do Sagrado Coração de Jesus, em agosto; a festa da padroeira de Nossa Senhora do Ó, em dezembro. Lá tinha poucos funcionários, todo mundo trabalhava na agricultura, tinha pouco comércio, era mais mercearia, só tinha uma farmácia. Agora a feira era muito grande, vinha gente de todo município e de outras cidades, a feira de Itacuruba era enorme, era pouca coisa de fora, a maioria vinha daqui tomate, cebola, pimentão, e muita fruta, muita manga. Agora aqui, os jovens não têm ocupação, estão fazendo curso fora, outros vão embora, para trabalhar. Na velha chegava em casa cansado, tomava um banho, via televisão e dormia, aqui, sem ter o que fazer é beber, aqui tem um índice muito alto de depressão e de suicídio - Joana D'Arque da Silva Gaudêncio, agricultora reformada (Figueiredo, 2016, p.20).

Quando os moradores falam dos costumes dos mais idosos da antiga Petrolândia, sempre há uma comparação negativa quanto às novas gerações de petrolandense:

Antes (...) as mulheres pariam crianças puras. (...) nunca faltava o que comer. Não havia guerra. Os rios transbordavam de peixe e o bosque de animais. Os homens da terra eram fortes, sábios, serenos e unidos. Estavam quietos e sem raiva. Antes que depois (Vargas Llosa, 1988, p.36 apud Figueiredo, 2011, p.19).

A incidência de suicídio é tão grande no sertão pernambucano, que é difícil encontrar alguma família em que não há um caso direto, relacionado com o tema, no seu próprio vínculo parental. D. Joana, confirma a informação:

Um filho de um primo meu em 2001 se suicidou. Estava com nervosismo, não sei se era já depressão, era calado. Terminou ele indo para uma roça passou o dia todo sumido, botou uma corda no pescoço, pendurou-se no teto da casa da roça. Lá, era menos, mas também se suicidava, era mais com veneno da roça, aqui toma comprimido forte, não dá para matar, quando mistura mata (Joana D'Arque apud Figueiredo, 2011, p.21).

Alexandra de Souza Nascimento, 32 anos, é uma das pessoas que saíram da antiga Petrolândia, ainda bebê. A jovem diz que, apesar de não ter vivido os tempos da antiga Petrolândia, sente como se essa época fizesse parte da vida dela pois, ao escutar as histórias contadas pelos mais velhos, é como se tivesse morado lá, mas ela ressalta que a vida na Nova Petrolândia não é ruim:

[...] aqui não tem só desgraça não, a questão da educação aqui não é tão ruim, o serviço de saúde daqui é ótimo. Acho que se a cidade fosse ali, perto da entrada seria melhor, cidades que ficam perto da entrada têm mais desenvolvimento (Alexandra apud Figueiredo, 2011, p.22).

Porém, ao ser questionada sobre o suicídio na cidade, lembra do seu primo que quase ficou louco por causa da depressão, e chama a atenção de que o jovem é desocupado, faz uso de drogas e álcool e, na cidade, existem muitas adolescentes grávidas:

Meu primo, que mora aqui em casa, sofre de depressão, a dele já ficou quase loucura, ele não se esforça para melhorar. O jovem aqui é um jovem desocupado, o tempo é livre, não tem nada para preencher, então muito jovem procura o quê? O caminho das drogas e do álcool principalmente. Muita gente largou os estudos. Muitos aqui se casam novos, dependentes dos pais. E informação tem, mas também tem muita adolescente grávida, os maridos abandonam, a questão é séria - Alexandra de Souza Nascimento, estudante (Figueiredo, 2016, p.21).

A desocupação dos jovens na nova cidade é lembrada em muitos depoimentos dos moradores, como o da cozinheira, Socorro Soares da Silva, que afirmou ter cinco filhos, mas três estão a morar em outras cidades, porque não têm emprego (Figueiredo, 2011, p.22).

A CREMEPE também indica que o município de Itacuruba tem a maior incidência do uso de antidepressivos, do Brasil. As regiões do sertão do vale do São Francisco, que foram reassentadas, revelaram-se, na pesquisa do CREMEPE, como as piores em qualidade de vida, como apresentam os números.

Como reação ao problema, a Prefeitura de Petrolândia, organizou, em 2015, a semana de combate à depressão e ao suicídio – “A dor não usa máscaras”⁵³. No ano de 2013, a paróquia de Petrolândia já tinha realizado um evento intitulado “Jovem, a vida não é uma droga”. Nota-se que o assunto é sério e de comoção pública.

O mesmo discurso é reforçado por Rita Dante, também reassentada pela CHESF:

Aqui, hoje, os jovens não têm emprego nem um referencial de identidade, acabou o referencial de identidade, a situação aqui é muito delicada. A questão do alcoolismo é séria, uma coisa que a gente observa aqui na nossa cidade é o número de bares que só aumenta; raramente um bar aqui é fechado, e se

⁵³ <http://www.petrolandia.pe.gov.br/~petrolandiapego/noticia/137/petrolandia-promovera-a-semana-de-combate-a-depressao-e-ao-suicidio.html>

está aumentando o número de bares é porque nós temos um número elevado de consumidores, e eu me preocupo, porque sou mãe de adolescentes, tenho quatro filhos - Rita Dante (Figueiredo, 2011, p.22).

Figueiredo (2016), afirma que em cada fala, em cada expressão, nota-se a tristeza pelo reassentamento e a saudade da antiga Petrolândia. A preocupante taxa de depressão e suicídio, na cidade, deve-se a inúmeros fatores de ordem subjetiva particulares de cada indivíduo, porém a mudança forçada pode ter contribuído para o agravamento dos casos.

Reduto de uma população que perdeu as suas antigas referências económicas e culturais, uma cidade, pois, mais ociosa, melancólica. Não se faz, portanto, absurdo relacionar os altos índices de suicídios da cidade, entre outras possíveis causalidades, a essa mudança de vida da população, cujas proporções podem tê-la tornado mais propensa, pela ociosidade, pelo sentimento de perda, a sintomas de desesperança e depressão, agravantes e propulsores da morte voluntária Dr. Atayde (Figueiredo, 2016, p.11).

Figueiredo (2011), revela que a cada depoimento que escutava na sua pesquisa, sentia que as pessoas viviam num constante luto pela perda da sua cidade, da sua vida anterior:

A gente lá [velha cidade] não tinha tanta doença, a maioria depressiva, lá não tinha isso não, já minha mãe é que não aceita sair, vive em casa, revoltada com a mudança pra cá, ela não aceita. - Rivoneide Valdomira de Souza – 33 anos.

Existe aqui muitos jovens de dezasseis, dezassete anos com depressão, tem adulto também, mas é mais jovem, mas acho que isso é muito de a pessoa não ter opção para se divertir, transparecer, trabalho, que trabalho ocupa a mente, e aqui o único trabalho que tem mesmo é a prefeitura. - Ilana Novaes de Souza – 18 anos.

Eu tenho minha filha, 31 anos, não sai para nada, não vai nem no médico, ele é que vem vê-la. Enquanto eu for viva vou levando, mas como ela vai ficar depois? - Adaltiva Maria da Conceição Lourenço – 68 anos (Figueiredo, 2016, p.10).

A moradora, Francilina também discursa sobre a mudança no *status* da sua saúde, depois da mudança de cidade:

Gostava da cidade velha lá eu tinha saúde, depois que cheguei aqui é só doente. O médico de Serra Talhada disse que meu problema é nervo. Lá [cidade velha] eu trabalhava na minha roça e na roça dos outros, todo mundo gostava do meu trabalho, eu era ligeira, agora eu quero morrer, morrer logo, mas parece que não vou morrer nunca, se eu for andar eu caio, queria saúde, mas não tenho, quero morrer (Figueiredo, 2016, p.11).

Estes discursos melancólicos, depressivos e angustiados fazem parte da rotina dos velhos moradores de Petrolândia que não gostam da nova geração criada na nova cidade, nem do ritmo de vida que se leva ali. A pesquisa da autora Figueiredo traz um rico material, cheio de depoimentos de moradores reassentados, que expressam a sua amargura diante da nova realidade das suas vidas. Para Risonildo, a nova cidade tornou-o doente: “Lá eu era normal, depois que cheguei aqui comecei a adoecer, já fui internado três vezes no hospital para doente dos nervos lá em Serra, cheguei esta semana” (Figueiredo, 2016, p.11).

Apesar dos planos indenizatórios da CHESF, parece que houve muita confusão com os lotes e muitas pessoas saíram bastante prejudicadas desta história. Também o contrário se deu, como os terrenos inocupados que a CHESF deixou, e que os moradores puderam cercar e cultivar a terra para o plantio, além de construir moradias. Nos depoimentos para Figueiredo verifica-se:

Tinha muito terreno aqui que era para fazer os lotes para gente, para o pessoal que ia ser reassentado, para ganhar terra, mas aí eles [CHESF] resolveram dar esse dinheiro [indenizar], aí e a CHESF ficou com os terrenos; aí muita gente cercou, cada um ficou com seu cercado, um dos terreninhos que eu tenho não comprei, cerquei, cada um tirou o INCRA, esse ano mesmo já paguei os cem reais do INCRA - Elias Antônio da Silva (Figueiredo, 2016, p.12).

Outro sofrimento destas pessoas foi a separação dos familiares, a retirada do sentimento de pertencimento, da identidade local. A professora Glaucia Cantarelli, saiu tardiamente da cidade, e relatou que desacreditava, quando olhou e não viu mais o rio São Francisco:

A maior dor que senti foi quando fui obrigada a sair de casa e reparei, à minha volta, ainda dentro dela, e vi cobras se abrigando na sala e nos quartos fugindo da água que se avolumava e já encobria toda a praça e parte da igreja da antiga Itacuruba. Só lembro que corri feito doida e fui ver o rio, chegando lá não o via mais; ele já não corria mais e eu gritava: o rio está morrendo, o rio está morrendo.... depois disso não senti mais as pernas e o mundo escureceu - Glaucia Cantarelli (Figueiredo, 2016, p.12).

Antônia Maria dos Santos relata que a sua família ficou separada com o reassentamento, cada um indo para um município. A aposentada revela que preferia continuar na velha cidade, porque lá todo mundo vivia junto. A mesma opinião vem de

Constância de Menezes Silva: “Na vinda de lá para cá nós perdemos familiares, que com certeza se a gente estivesse lá não tinha perdido” - Constância de Menezes Silva (Figueiredo, 2016, p.5).

As pessoas que foram para as agrovilas usam de um tom saudoso e de tristeza ao recontar a história de seu exílio, e lembram o trabalho da paróquia para que as pessoas reivindicassem os seus direitos, já que tanto se falava das barragens, mas quase ninguém acreditava:

Sem casa, sem terra/ Sem ter o que comer/ O povo de Sobradinho/ O que é que vai comer? / E nós com casa e terra/ Ameaçados de perder/ Companheiros lavradores/ O que devemos fazer?

Queremos terra por terra/ Na beira do grande lago/ Terra boa para lavoura/ Solta para ovelha e para o gado/ Águas livres para a pesca/ Escola, luz e estrada.

Nós somos trabalhadores/ Planta da beira do rio/ No trabalho da lavoura/ Crescendo com nossos filhos/ Criando nossas ovelhas/ Enfrentando os desafios.

Aí vem chegando a CHESF/ E o DENOCS também vem/ Codevasp e Agrovale/ fazendo o que lhes convém/ Engolindo casa e terra/ Oferecendo uns vinténs.

A barragem Itaparica/ Vai fazer revolução/ Desabrigando o povo/ E toda a população/ Só quem pode nos valer/ É nossa organização.

Vamos aprender a lição/ Meus amigos e companheiros/ Juntando as nossas forças/ Com fé no Deus verdadeiro/ Nossos sindicatos unidos/ Valem mais do que dinheiro -canto da Igreja (Figueiredo, 2011, p.75).

Como foi visto antes, a igreja articulou-se com a população para reivindicar alguns direitos quanto às indenizações. Nos anos de 1980, os movimentos sociais passaram a organizar-se, a fim de cobrar às ações governamentais, um apoio mais responsável e uma conduta mais coerente, diante dos interesses das populações afetadas pelas suas ações.

Os moradores foram percebendo, aos poucos, que a afirmação de identidade que tinham por Petrolândia não iria impedir as ações da CHESF e, muito menos, garantir que os seus direitos deixassem de ser devidamente respeitados, por isso organizaram-se, com a representação do sindicato, para lutar pelo que era deles:

Na época eu trabalhava no sindicato, e nós fizemos uma forma para que o pessoal juntasse, fosse mais ligado com a questão social. Eu fazia parte do pólo sindical; nós tivemos um passo bom, o pessoal mais amigo. O sindicato esteve do lado dos trabalhadores, e depois do acordo, participou do cadastro e da escolha das terras para os projetos. Mas para as próximas barragens é preciso tratar do reassentamento antes, do começo, não deixar para cima da hora. Aqui teve bem uns dez anos e só em 1986, quando a gente passou a barragem foi que começou a coisa a andar, meio lento, meio lento, mas começou a andar alguma

coisa. Acredito que nas próximas, como nós estamos num regime mais democrático isso talvez não aconteça, eu acredito muito. Mas naquela época, nós estávamos na ditadura, aí nós sofremos - Manoel Joaquim Freitas (Figueiredo, 2011, p.97).

A maioria da população da velha Petrolândia constituía-se por trabalhadores do campo. Assim, foi necessária a organização de sindicatos para consciencializar a população para a luta pelos seus direitos, visto que esta se recusava a acreditar no que estava para acontecer, como afirma Maria Edilia Custódio da Conceição: “Quando a gente soube foram muitos anos de preparação, de organização, de conversa, e a gente sem acreditar” (Figueiredo, 2016, p.75). Reginaldo de Souza concorda:

A barragem era uma coisa que estavam fazendo, e o povo sem acreditar. Eu soube que cinquenta mil homens circulavam em torno da Barragem de Itaparica, para construir, e ninguém acreditava, ninguém acreditava que ela vinha (FIGUEIREDO, 2016, p.75).

O sindicato consciencializou as pessoas para a importância que tinha a participação ativa daquela população, para que se realizassem as mudanças programadas. Na figura abaixo vê-se a propaganda sindical:

Figura 24 - Propaganda do Sindicato da Velha Petrolândia

**TERRA POR TERRA
NA
MARGEM DO LAGO**



2ª Concentração dos Trabalhadores Rurais da Região de Itaparica - PE/BA

<u>Prazos</u>	<u>Reivindicações</u>
1979	- <u>MAPEAMENTO</u> - a Chef deverá fornecer, o quanto antes, o MAPA delimitando a área a ser inundada, para estudo pelas comunidades.
1980	- <u>REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS</u> - a Chef deverá distribuir a terra da margem do lago em lotes de dimensão familiar, conforme o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30.11.64.
1981	- <u>CONSTRUÇÃO DE NÚCLEOS RESIDENCIAIS</u> - cada comunidade deverá escolher um local onde a Chef deverá construir casas, de acordo com o número de casas de cada comunidade, com os benefícios de: Escolas, Posto Médico, Igreja, Rede de Abastecimento, Eletroficação, Área coberta para a feira, Estradas, etc. - Área comunitária para criatório, com tamanho correspondente a 10 (dez) hectares por trabalhador.
1982	- <u>INDENIZAÇÃO JUSTA DAS BENEFICÉRIAS</u> - conforme tabela de preços a ser aprovada pelos trabalhadores rurais da Região.

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

Os moradores sentiram um misto de revolta e conformidade, de modo que alguns resistiram à saída da cidade, enquanto outros entenderam que a situação, apesar de triste, era necessária. Esse foi o caso de João Gaudêncio Freire, que disse que era necessário que fosse gerada esta energia, para o desenvolvimento do país, e que, apesar dos muitos transtornos sofridos pelas populações de Paulo Afonso, isso foi necessário, para que as pessoas pudessem trabalhar e sustentar as suas famílias.

É também o que declara Regivaldo de Souza: “Meu avô, parte de pai, contava muitas histórias do passado. Mas não reclamava não, dizia: é o que tem que acontecer, vem o progresso, vem a energia, vem a evolução” (Figueiredo, 2011, p.81).

Jacira Neginha, proprietária de restaurante na nova Petrolândia, diz que a cidade velha era melhor:

Rapaz, da minha fase eu achava melhor a antiga (cidade). Era pequenininha de tudo, mas era gostosa de ver, andava para todo lugar. Aqui é bom também sabe, aumentou muito, a cidade ficou maior. Bem maior, dá umas quatro vezes ou mais dá outra - Jacira Neginha (Fantástico, 2012).

Para o Pescador Boca Mole, a construção da barragem de Itaparica afetou diretamente a vida dos peixes na região, pois o rio deixou de existir “Igual a nós contava os cardumes assim, de 20, 30, 40 e 50 kg” (Fantástico, 2012). O pescador ainda afirma que sente saudades da cascata onde ele nasceu (Paulo Afonso). A cachoeira Paulo Afonso não existe mais. Atualmente 60 tanques garantem a produção de 60 toneladas de tilápia por mês.

Para D. Isabel Ferreira, reformada, a cidade antiga fazia parte da vida dela e, quando pensa na velha Petrolândia, lembra os momentos da sua mocidade: “A gente lembra aquelas músicas, aqueles lugares que a gente se encontrava” (Fantástico, 2012).

Há quem tenha demonstrado otimismo quanto à mudança para a nova área irrigada, e esse é o caso da pecuarista Cícero de Moura Freire que afirma:

Nós aqui do perímetro irrigado de Petrolândia estamos organizados através de uma Associação – Associação dos Colonos Agropecuaristas do município de Petrolândia. Nós aqui temos 50 associados hoje, agora esse número vai crescer, depois que a gente for transferida para o novo projeto de Apolônio Sales. No momento a atividades desses associados... a gente toca aqui fruticultura, mexe com avicultura, tem pecuária bovina, corte granjeiro e etc. né. Agora eu, no momento, a minha atividade é especialmente a pecuária bovina, uma parte leiteira e outra de corte, e mexo com avicultura e pretendo levar isso lá para o novo projeto. Agora que eu não fico só aqui, eu vou procurar ampliar, tanto a pecuária, quanto a agricultura quanto a fruticultura, e é isso que eu quero passar para os meus colegas associados (Paz, 2016).

Nota-se que a esperança no desenvolvimento e no progresso causou novos sentimentos para os moradores que estavam empenhados nos trabalhos da agricultura, pecuária e fruticultura. Para o índio *pankararu*, Joaquim José da Silva, que está há 25 anos no perímetro de Petrolândia, no Brejo dos Padres, onde fica a sua tribo e que, no primeiro momento, se dedicou ao trabalho de 12 hectares de terra que recebeu como lote, transformando-o em 200 hectares, através do arrendamento de 188 hectares. O índio diz:

Hoje na minha fazenda eu tenho piscicultura, considerado três hectares de piscicultura, como também cultivo a melancia, cultivo o algodão mocó irrigado, cultivo o melão, cultivo o milho, cultivo a algaroba, o coco, a banana, a manga e a goiaba. Eu pude variar essas culturas graças a irrigação (Paz, 2016).

Joaquim José afirma que, se não fosse a irrigação levada pela CODEVASF, na década de 1960, ele e muitos outros moradores não teriam tanta prosperidade nos seus cultivos, o que leva a crer que o projeto da CHESF não venha a ser algo mau, na visão desses sertanejos.

Em Barreiras, período da área irrigada da antiga Petrolândia, era comum chamar de rua à área comercial da cidade, “quando alguém dizia: foi à rua, era foi fazer compras” (Paz, 2015). Na área de maior movimentação da cidade antiga, estava a escola, a Igreja e a “ruinha” com comércios, como a “Casa Esperança”, a “Charme Moda”, ou a *lanchonete* “Abrigo Estudantil”. Figura abaixo.

Figura 25 - “Ruinha” da Velha Petrolândia



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia

Depois de o lago de Itaparica ter inundado Petrolândia, toda a cidade ficou a 60 metros de profundidade, chegando a 10 metros, quando é época de cheia no lago. Luís Torres, chefe do perímetro irrigado de Petrolândia, explica:

O perímetro... a irrigação será por aspersão, irrigação convencional por aspersão, e se dará ênfase a uma agricultura bem diversificada, sobretudo em culturas anuais, como batata inglesa, feijão,

milho. O colono terá uma assistência técnica bem orientada pela CODEVASF, e terá uma autonomia bem maior, pois esse perímetro nascerá emancipado.

Para o agricultor, a mudança, apesar de dolorosa, é necessária, pois visa a melhoria das condições de vida e condições de trabalho, não só para o povo de Petrolândia, como, também para todo o desenvolvimento do Nordeste, pois vai ajudar a implantar um milhão de hectares irrigados na região, o que abre novas portas para o desenvolvimento do sertanejo nordestino.

Nota-se, desta forma, que, do ponto de vista do progresso, as pessoas de Petrolândia tiveram um grande entusiasmo com a mudança, pela perspectiva das áreas irrigadas, das melhores condições de produção e do desenvolvimento do Nordeste, através do maior fornecimento de energia elétrica. Contudo, pelo lado psicossocial, há uma grande mágoa, uma tristeza, um deslocamento entre as personagens do reassentamento.

3. A Aldeia da Luz

Este capítulo trata de compreender a história e o processo de deslocamento forçado vivido pelos moradores da Aldeia da Luz, na região do Concelho de Mourão.

Tal como a Petrolândia, a Aldeia da Luz constrói-se de memórias que reconstróem o seu passado e lhe dão esperanças de um dia reencontrar o sentimento de identidade e pertença que parece se ter afogado junto com os destroços da velha aldeia.

4.1. Locais que estavam entre o caminho do progresso

Longe de configurar o cenário mitológico das civilizações perdidas, como de Lémuria⁵⁴, em que o zoologista britânico Philip Lutley Sclater no seu artigo “Os mamíferos de Madagáscar” a descreveu como sendo o berço da humanidade; ou na platónica Atlântida⁵⁵ que desapareceu submersa no oceano, segundo os escritos de “Timeu e Crítias ou a Atlântida” do filósofo grego Platão (Editora, 2017). Muitos pesquisadores procuram a sua localização e a evidência da veracidade desta história até aos nossos dias, mas a história da cidade fantástica de Atlântida, povoada por deuses e homens, faz parte da mitologia da Grécia.

Muito menos se configuram entre as imponentes cidades submersas, por causas naturais, que exibem monumentos e riqueza arquitetónica no fundo dos oceanos. Como exemplos existem as lendas da cidade egípcia de Canopus, em que se acredita que foi submersa pelas cheias do rio Nilo e da cidade Pavilopetri, da Grécia antiga, que se situava na era do bronze e foi submersa por um dos três grandes terremotos sofridos pela região por volta de 1.000 anos a.C., entre tantas outras.

⁵⁴ Lémuria é um suposto continente que existiu nos territórios atuais da Índia e da Austrália, no Oceano Pacífico ou Índico. De acordo com algumas teorias, como a de Philip Sclater e posteriormente, do biólogo alemão Ernest Haeckel, o continente seria o berço da humanidade. A teoria foi fundamentada pela massiva presença dos lêmures no continente onde seria a antiga Lemúria, percebendo a presença dos mesmos, também, na África e no Oriente Médio, o que fez o biólogo acreditar que existiu uma migração continental que só seria possível por terra, não apenas dos animais, mas também dos humanos. Lémuria também povoou as teorias ocultistas, como a da russa Helena Blavatsky, que acreditou que Lémuria abrigou uma das sete raças da humanidade, sendo essa composta por seres hermafroditas, que podiam chegar a 4 metros de altura e terem 4 braços. Acreditava-se também que os seres humanos que viveram em Lémuria tinham convívio direto com os dinossauros e compunham uma raça altamente superior a atual (Childress, 1989) Não foram encontrados vestígios que realmente comprovassem a existência de Lémuria, porém estudos são realizados até os dias atuais na busca de provas sobre o continente.

⁵⁵ A civilização de Atlântida foi mencionada pela primeira vez no século IV a.C. na obra “Timeu e Crítias ou a Atlântida” do filósofo Platão, assim como Lémuria, a história de Atlântida é recheada de fatos extraordinários que ainda povoam o imaginário e estudos de cientistas das mais diversas atuações em busca de provas concretas da existência da cidade e de sua localização.

Cidades submersas por hidroelétricas existem por todo mundo e situam-se em povoações que estavam inseridas entre o caminho do progresso das suas regiões. São, geralmente, povoados, que se localizam em regiões interiores dos seus países, cuja baixa atividade económica e o pouco acesso a recursos, determinam que estas podem ser destruídas, para que a população caminhe rumo ao desenvolvimento, além de providenciarem recursos para as regiões limítrofes, que também são alvo do desenvolvimento programado pelos governos.

A história da cidade brasileira de Petrolândia, no sertão do Pernambuco, é semelhante a um grande número de outras, que tiveram, além dos seus edifícios destruídos, a sua identidade e o sentimento de pertença apagados pelas hidroelétricas, agentes do progresso. Nestas histórias, a Aldeia da Luz, freguesia portuguesa que faz parte do concelho de Mourão, que também foi submersa para a construção de uma hidroelétrica na região do Alentejo, revela sentimentos e memórias que, em comparação com o estudo dos impactos que o deslocamento forçado causou na Petrolândia, demonstram que o progresso, muitas vezes acontece de uma forma que não tem em conta as questões humanitárias, causando, assim, prejuízos irreparáveis para as pessoas afetadas.

As cidades submersas por hidroelétricas não ocupam as páginas dos livros de ficção, nem são roteiro para grandes documentários ou produções cinematográficas. Contudo, estão presentes nas memórias dos seus moradores que as homenageiam com livros, letras de músicas, poemas, documentários independentes, etc.

É necessário compreender que, apesar da importância dos recursos hídricos e elétricos, para todas as civilizações, as cidades que foram submersas trazem consigo a transformação das paisagens, pela intervenção do homem, o que nem sempre configura, realmente, uma melhoria na vida dessas pessoas.

O desenvolvimento e a esperança de um futuro com mais recursos disponíveis, que as empresas empreendedoras das hidroelétricas incorporam, no seu discurso, não são sentidos pelos moradores, que veem no seu antigo território, um local de maior felicidade e progresso. Desta forma, este tópico aborda a história que foi submersa nas águas do rio Guadiana, pelo empreendimento do Alqueva, em que se pretende compreender as características gerais da região do Alentejo, bem como as características históricas que marcaram a região da freguesia da antiga Luz, contando a sua história, pelas suas construções, como o Convento do Alcance, o Castelo da Lousa e a Igreja Matriz.

É desta perspectiva que se parte para a observação da estrutura da aldeia e o seu modo de vida, antes da construção da barragem de Alqueva, e da mudança para a nova aldeia que foi construída a escassos 3 km de distância da antiga. Porém, na visão dos moradores, parece que foram deslocados para um mundo completamente novo, em que, em nada se identificam, ou sentem como sua pertença.

Figura 26 - Moradores na antiga Aldeia da Luz



Fonte: (Notícias, 2015)

A imagem, acima, foi retirada de um documentário realizado pela Sic Notícias e refere-se à convivência dos moradores na antiga Aldeia da Luz. A imagem gravada em 1995, revela que era num clima de alegria e amizade que as pessoas viviam na região da antiga aldeia.

Na sequência destas imagens, nota-se que estes homens estão a chegar a um piquenique junto ao rio Guadiana, onde estão muitos outros moradores, com famílias, pessoas de várias idades, incluindo crianças. Este clima de festa que se tinha, na reunião dos moradores, aos fins-de-semana, jamais aconteceu após a mudança para a nova aldeia.

3.1.1. Os imperativos do progresso

Para Reino, Duarte e Antunes (2017), até ao século XX, o progresso estava intimamente ligado com a construção de grandes barragens, pois a água constitui-se como importante recurso para a manutenção da vida, e para que haja distribuição elétrica, o que se torna essencial para a industrialização. Contudo, estes grandes projetos não consideram o enraizamento cultural e social que os moradores têm com o local, como no caso dos antigos moradores da Aldeia da Luz que se sentiam fortemente ligados ao Alentejo, sendo esta ligação fortalecida pelo relacionamento com os vizinhos e a solidariedade familiar (Reino, Duarte, & Antunes, 2017).

A barragem do Alqueva tem 96 m de altura e 250km², o que a faz receber o título de maior barragem da Europa:

O empreendimento atinge 19 concelhos do Alto e Baixo Alentejo; a albufeira tem uma capacidade total de 4.150 milhões de m³ (com 3.150 milhões de m³ de capacidade útil), e o seu sistema global de rega pretende equipar uma área com cerca de 110.000 ha e será composto por uma rede de canais e condutas que atingirão um desenvolvimento de 5.000 km (Saraiva, 2017, p. 66).

A estrutura da hidroelétrica tem por objetivo constituir uma reserva de água que seja capaz de ajudar na luta contra a seca, na região. A disponibilização de 110.000 hectares de áreas irrigadas, modelando assim o modelo agrícola, a distribuição de energia elétrica e a consequente distribuição de empregos, advindos do abastecimento, bem como o impulso ao turismo regional, por meio de um espelho de água com 1.000 km² de extensão.

Todavia, como explica Saraiva (2017, p.67), o sonho do progresso, representado pela construção da barragem, tornou-se duvidoso, pois as pessoas começaram a desacreditar na veracidade do projeto que “avançava e recuava” diante das “complexidades económicas e políticas que se foram sucedendo”.

A paisagem e condições etnográficas da região do Alentejo, porém, favoreciam a implantação de ações que, através das suas transformações, fossem capazes de otimizar,

não apenas as atividades económicas da região, mas, também, oferecer suporte para o sustento do desenvolvimento das regiões mais próximas.

4.1.2. O território e a terra do Alentejo e a Aldeia da Luz

Silva (2011), explica que a terra e a população são o que valida o discurso da noção de território e regionalismo, o que, nas suas relações dinâmicas, comporta mudanças que se alternam em ciclos.

A região do Alentejo é um extenso território que agrega diversas realidades sociais e económicas:

A pretensa unidade de uma região como no caso em apreço resulta de uma construção sustentada em fatores diferenciados, sejam os que se atendem aos aspetos fisiográficos de um território, no que serve de exemplo o seu concurso para a existência de árvores e arbustos mais resistentes à dessecação, donde apresentarem folhas persistentes, o que não concorre para acentuar variações paisagísticas no curso das estações do ano, sejam os que se suportam na interação que os grupos humanos estabelecem com este, o que necessariamente remete por um lado para a noção de transformação e por outro para a de permanência, uma e outra constituindo a história, que é sempre a daqueles grupos sociais e dos seus territórios, próximos ou distantes, e cuja realidade se conjuga com a sua idealidade (Silva., 2011, p. 17).

A região do Alentejo fica ao sul de Portugal e divide-se em 5 sub-regiões, sendo estas: “Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo” (Silva, 2011, p. 19).

Como paisagem, os elementos principais configuram as grandes planícies, os campos de olivais e trigo, os sobreiros, as azinheiras e um complexo agroflorestal dos campos de girassóis. A origem antiga das paisagens revela que as mesmas fazem parte de um processo histórico, inscrito no lugar que, num primeiro momento e até ao século XIX, tinha na pecuária e nas atividades extrativas as suas principais fontes de rendimento, o que é modificado com a lei dos cereais em 1889 (Silva, 2011).

A Aldeia da Luz faz parte do Concelho de Mourão, da sub-região do Alentejo Central, fazendo fronteira com Barrancos, Moura, Reguengos de Monsaraz e a Este, Espanha.

Em dados populacionais, em 2001 o Concelho do Mourão comportava apenas 1,9% do total de pessoas que viviam na sub-região do Alentejo. Em 1991 existiam 3.273 residentes no Concelho de Mourão, mas, já em 2001, este número caiu para 3.230, o que

representou uma queda de -1,31%. Na região NUT⁵⁶ III do Alentejo Central, que é onde o Concelho de Mourão está inserido, em 1991, totalizavam 173.216 moradores, e em 2001, 173.646, o que significou um aumento de 0,25% na população do local (Oliveira A. , 2011).

Se compararmos dados levantados em 2001, com os de 2011, nota-se uma queda de 17,46% na população de Mourão, já que no ano citado havia 2.666 moradores no concelho. Numa análise micro regional, a Aldeia da Luz perde moradores todos os anos, sendo registada a queda de 58,67% da sua população, entre os anos de 1960 e 2011, o que dá um total de 413 habitantes.

Outro fator essencial para os dados demográficos é a idade da população. No ano de 1991 a Aldeia da Luz tinha um equilíbrio de faixas etárias, sendo as mais numerosas as crianças até 4 anos e os idosos de 60 a 65 anos. Mas, no ano de 2001, a população infantil diminuiu significativamente, enquanto a população de idosos aumentou, tendo a maior média entre 70 e 74 anos. As crianças, de 0 a 4 anos, em 1991, somavam, entre meninos e meninas, o total de 28, já em 2001, esse total passou para 10.

Quanto à taxa de nascimento e mortalidade, em 1991 registaram-se 3 nascimentos a cada 1 óbito, traduzindo-se, este facto, num crescimento natural de +5,08. Já para o Concelho de Mourão, essa taxa diminuiu para +4,89%. Contudo, no ano de 2001, as taxas de mortalidade superaram as de natalidade, o que significou -9 indivíduos, -2,79% (Oliveira, 2011).

Vários são os fatores que influenciam o aumento e a diminuição da taxa de natalidade, sendo um deles a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que mudou o modo de encarar a maternidade e a gravidez, de forma a priorizar um casamento tardio e com menos filhos.

O envelhecimento populacional representa uma menor produtividade e progresso social, ao local, e um maior gasto público com serviços de saúde. Desta forma, nota-se que um dos pilares para a construção das barragens e a desterritorialização dos habitantes da Luz, era que, através de incentivos a novas propostas agrícolas e de turismo, a população tivesse a oportunidade de atrair novas pessoas para o convívio na região, e até mesmo mudar o cenário da faixa etária populacional, o que seria fator imprescindível para que houvesse o desenvolvimento económico e social pretendidos pelo projeto.

⁵⁶ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

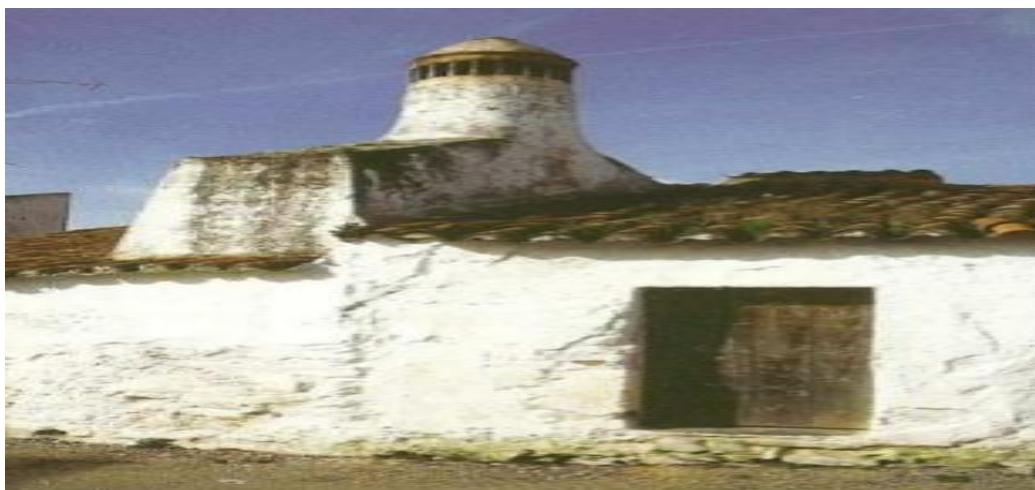
As taxas de atividade no Concelho de Mourão, no ano de 2001, correspondiam a 45,7% e uma taxa média de desemprego de 8,8%, em comparação com o ano de 1991, apesar de esta taxa de atividade ter aumentado, ainda em 1991, pois a mesma era de 37,7%, e a de desemprego diminuiu, sendo que, em 1991, esta alcançava a marca de 11,5%. As principais atividades desenvolvidas são de vinha e olivicultura.

A antiga Aldeia da Luz era caracterizada como uma aldeia pacata, com uma atividade predominantemente agrícola e uma população envelhecida. As suas ruas eram estreitas e não tinham um padrão. As casas eram térreas, com poucas ou nenhuma janela. As casas eram feitas pelos próprios moradores, com pouca ajuda de telheiros ou taapeiros. As paredes exteriores eram construídas com pedra e chegavam a ter 1 metro de grossura, enquanto as internas eram de adobe ou taipa e o chão de laje de xisto (Saraiva, 2017).

As atividades de lazer da Luz eram, na maioria, reuniões junto ao Guadiana. As incursões ao rio fizeram com que se reabilitassem alguns moinhos existentes no local.

A aldeia possuía alguns comércios que eram assiduamente frequentados pelos moradores, entre eles, cinco cafés e a Sociedade Recreativa Luzense. A antiga Luz também contava com um posto de saúde, uma escola primária e um jardim de infância.

Figura 27 - Casa da antiga Luz



Fonte: (Oliveira, 2011)

Oliveira (2011), afirma que a antiga Luz tinha como principal característica os dois núcleos que a formavam. A aldeia principal, onde ficavam as casas, a escola, o posto e o comércio, era onde se dava toda a vida quotidiana da população. O outro núcleo, a 1.500 metros, era composto pela igreja, o Santuário de Nossa Senhora da Luz, a praça de

touros, onde eram realizadas as vacadas, touradas e eventos, geralmente ligados às festividades da igreja, e o cemitério, que compunha uma paisagem entre a morte e a redenção, com a igreja ao lado.

4.1.3. O Convento de Alcance

O Convento do Alcance foi mandado construir no século XVII, em 1675, por D. Nuno Álvares Pereira, em memória da vitória sobre os castelhanos que ocorrera numa batalha naquele local. Foi extinto em 1834. Camara (1889), escreve:

A poente da Villa de Mourão, a 1:680 metros d'ella e a direita do lanço de estrada que fica entre o Guadiana e a povoação, estão, numa propriedade de Joaquim Caetano Guerreiro, as ruínas de um antigo convento, e áquem delas, na distância de 490 metros e parte mais alta da tapada da Balôa, encontra-se um calvário ou cruzeiro, resguardado por um pavilhão, cuja cobertura, de forma pyramidal, descansa em quatro postes de schisto, como ella (Camara, 1889, p. 327).

O autor afirma que as ruínas do convento não se fazem notáveis e nem constituem nada em especial, já que as imagens foram recolhidas para o museu e os xistos que compõem a construção são encontrados por toda a região.

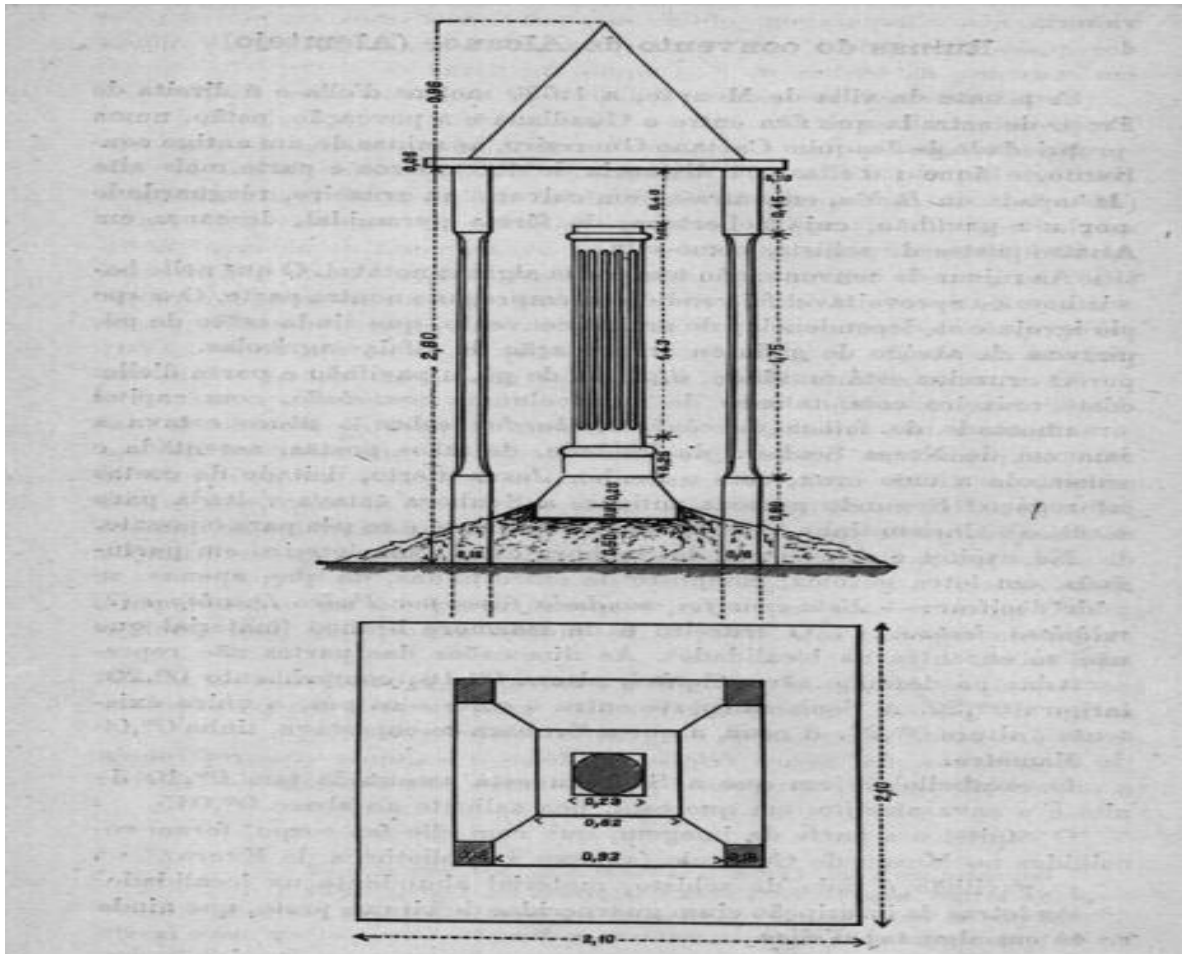
A lenda reporta que, no lugar das ruínas do Convento, foi mandado construir uma ermita dedicada a Santa Maria de Évora Alcance, por D. Nuno Álvares Pereira e, posteriormente, a ermita tornou-se o Convento da Ordem de S. Camillo de Lellis.

As ruínas a que se refere, Camara (1889), eram do mosteiro da Ordem dos Primitivos Frades Agostinhos descalços, construído no ano de 1670, onde estes ficaram até 1676. Quando estes saíram do mosteiro, o mesmo caiu em ruínas. No convento lê-se:

Seguiu-lhe o alcance D. Garcia de Menezes ferindo-os, e matando-os tam generosamente, que a retirada se converteo em fugida tam confusa e precipitada, que abandonada a forma, chegaram totalmente descompostos ao porto de Guadiana. O Alcayde mor de Mourão D. Diogo de Castro, e o fronteiro Rodrigo Castro de Vasconcellos, ambos Eborenses, conheceram desde o Castello que os Castelhanos iam batidos, e desbaratados, e saíndo a eles com cento e sincoenta lanças, fiseram um cruel estrago. Está hoje no sítio d' esta victória uma Ermida de Nossa Senhora, com a invocação de Santa Maria do Ogibede Alcance (outros disseram Evora Alcance) que se erigio para a memória, e a ação de graças (Camara, 1889, p. 330).

Foram duas as vitórias sobre os castelhanos na região, uma em 1400 e outra em 1476. D. Nuno Álvares Pereira mandara construir as igrejas em comemoração e agradecimento às vitórias nas batalhas enfrentadas por Portugal.

Figura 28 - Imagem da construção nas coleções do Museu de Évora



Fonte: (Camara, 1889, p. 328)

A ermida, e posteriormente o convento, representou, na sua época, um património da glória nacional portuguesa, com os seus significados e simbolismo.

4.1.4. O Castelo da Lousa

O Castelo da Lousa foi construído no século I a.C. por colonizadores romanos. Ficou abandonado no meio da mata durante séculos, sendo redescoberto, apenas por volta dos anos de 1970, por um grupo de caçadores que se depararam com a estrutura de xisto.

O castelo que também é denominado de Castelo romano da Lousa, estava localizado na Herdade do Montinho, no distrito de Évora, no concelho de Mourão, na freguesia Nossa Senhora da Luz, só sendo possível a sua localização, atualmente, através de coordenadas geográficas: “coordenadas geográficas, 38° 21' Norte 07° 24' Oeste” (Luz, 2020)

A sua localização estratégica, numa posição de domínio sobre o rio Guadiana, revela a presença dos romanos nas terras de Portugal e o início do povoamento na região.

Figura 29 - Antiga estrutura do Castelo da Lousa



Fonte: (Desaparecidos, 2020)

A construção do Castelo está diretamente ligada ao povoamento e formação territorial de Mourão, com uma estrutura militar e uma cultura agrícola. Os primeiros povos romanos, pertencentes ao local, deixaram como herança os vestígios culturais e as tradições agrárias familiar e arcaicas (Ferreira, 2009). A tradição agrícola manteve-se, sendo verificada até ao século XX, moldando toda a vida da população da região alentejana:

Não é de estranhar, portanto, que durante o século XX se tenha verificado um lento e constante declínio populacional, quer quantitativo, na medida em que os 394 habitantes registados nos censos de 1991 passaram a 363 em 2001, quer qualitativo, dado que a maioria dos residentes eram idosos com fracos recursos 23 económicos. Tudo isto se repercutiu na permanência das especificidades urbanísticas e arquitetónicas da aldeia, em perfeita sintonia com a paisagem envolvente e com a natureza (Ferreira, 2009).

A autora faz referência à falta de modernização da região, até mesmo nas suas escolhas estéticas, com a pintura das casas em branco, as chaminés e as fortes cores em portas e janelas. Somente alguns edifícios públicos não seguiam este padrão arquitetónico. Os próprios moradores construía as suas casas, procurando manter o padrão da freguesia, visando uma harmoniosa combinação entre as casas.

Figura 30 - Casas da antiga aldeia



Fonte: (Notícias, 2015)

Em 1970, o Castelo foi declarado monumento nacional e na data do reassentamento populacional ganhou um túmulo em areia, em que ficou envolto para a sua submersão pelas obras de Alqueva.

4.1.5. A Igreja Matriz

A história da igreja matriz mistura-se com a própria história da fundação da freguesia da Aldeia da Luz pois, como diz a lenda, no local houve uma aparição da Virgem Maria, onde mais tarde seria erguida a Igreja Nossa Senhora da Luz. A igreja tornou-se, desta forma, além de um santuário de procissão de fé, o ponto inicial da formação do povoado da Luz, sendo enraizado no histórico e simbolismo daquela gente.

A localização da igreja também era simbólica para os habitantes da Luz, pois compunha uma interação entre o cemitério e a Igreja, além da praça de touros, a qual se prestava a solenidades e festejos tradicionais:

O cemitério fazia parte de um conjunto que distava cerca de 1 km do núcleo populacional e que integrava a igreja matriz, do século XV (com posteriores acrescentos, visíveis nas influências góticas dos portais e capitéis e nas características renascentistas da capela batismal), e a praça de touros – um conjunto que simbolicamente unia as esferas da morte e da festa, do sagrado e do profano: o caminho entre a aldeia e o santuário era marcado pelas cruces junto às quais se rezavam antigamente os responsos nos cortejos fúnebres que conduziam os defuntos ao cemitério; era também este o caminho percorrido todos os anos pela procissão solene em honra de Nossa Senhora da Luz, no primeiro domingo de setembro, e pelas gentes que acorriam à tourada de sábado e à vacada de segunda-feira, integradas nestes festejos do final do Verão em honra da santa padroeira da freguesia (Saraiva, 2003).

No ano de 1988, levantou-se uma capela no Largo 25 de abril que se localizava no centro da aldeia, para que os fiéis pudessem agregar-se aos serviços da Igreja e se tornarem assim mais presentes. A igreja matriz conservou-se como um santuário original reservado para as solenidades mais importantes.

As festas tradicionais que ocorriam na cidade, na maioria das ocasiões, eram envoltas num véu religioso. A celebração da Nossa Senhora da Luz iniciava-se com uma vacada na sexta-feira à noite, e a festa continuava no sábado, com uma banda de música, pela manhã, e procissão à tarde, período em que ocorriam também exhibições de paraquedismo e tourada na praça dos touros. Seguia-se a festa até à noite, em que havia fogos de artifício e baile. No domingo ainda era dia de festa, e havia a procissão para Nossa Senhora da Luz até à igreja matriz, onde era realizada uma missa solene.

Na última festa realizada na aldeia, em setembro de 2002, os moradores contemplaram o local onde havia o cemitério, mas já estava vazio, “como a ação de um pincel mágico” (Saraiva, 2003).

Figura 31 - Tourada na antiga praça dos Touros



Fonte: Oliveira, 2011

Para as pessoas mais idosas da aldeia, a última festa realizada na antiga Luz não representou tanto, pois muitos não foram, quer pela divergência com a data escolhida, quer pela dificuldade de locomoção até ao local do evento. Mas, para os mais jovens, as festas representaram a despedida oficial da antiga freguesia e foram vividas de uma forma intensa. Desta forma, reuniram-se os naturais da Aldeia da Luz e pessoas de outras regiões vizinhas, para aquele inevitável adeus final, que seria feito em forma de comemoração e homenagem à vida que ali se tinha vivido.

Figura 32 - O interior da Igreja da Velha Aldeia



Fonte: Santos, 2016

Para a mudança, foi exigido que se conservasse até mesmo algumas matérias-primas da construção da Igreja, como as colunas e as pedras, a pia batismal, o mural com pinturas no teto, candelabros, entre muitos outros materiais de construção e decoração que havia na parte interna e externa da igreja. A igreja foi esvaziada e as imagens dos santos foram levadas para a capela do centro da aldeia, para que fossem transferidos para a nova construção que estava em curso na aldeia nova.

Figura 33 - Parte externa da antiga Igreja Matriz



Fonte: Santos, 2016

4.1.6. A Aldeia da Luz e a mudança

Quando a barragem se tornou uma realidade na vida das pessoas da antiga Luz, muitas possibilidades foram levantadas, para que a aldeia não fosse submersa. Mas todas as hipóteses foram inviabilizadas pelos próprios moradores, restando-lhes duas opções: a indenização pecuniária pelas propriedades, ou a transferência das construções da aldeia para outro território mais alto, que estivesse a salvo da submersão, sendo assim indenizadas as propriedades, com outras correspondentes ao valor e estrutura das antigas.

Oliveira (2011), explica que a construção de uma aldeia de raiz seria feita nos montes de Juliôa e dos Pássaros de Cima, que ficavam a 1500m da velha Luz, e os moradores poderiam também optar pelo deslocamento para a região de Mourão. Mas a primeira opção foi a executada.

O Presidente da Junta de Freguesia, em 1993, realizou uma pesquisa com os moradores da Aldeia da Luz, para que decidissem se a nova aldeia seria construída no perímetro em que estava situada a freguesia ou num outro local. Saraiva (2003), afirma que a descrença transpareceu no teor do questionário vinculado à população:

Face à informação que tem vindo a público sobre a possível construção, para breve, da “Barragem do Alqueva”, e embora não possua esta Junta de Freguesia qualquer documento oficial sobre o assunto, deliberou (...) elaborar o seguinte questionário a todos os naturais e/ou residentes na freguesia, maiores de 18 anos, a fim de ficar a conhecer, na generalidade, a opinião da população sobre questões de transcendente importância para todos: – Caso a “Barragem do Alqueva” venha a ser construída pela cota máxima e consequentemente inundar a povoação, é sua opinião que deva ser construído novo aldeamento? (Sim/Não) – Em caso afirmativo, onde deverá o mesmo ser construído? (Na freguesia/ /Noutro local) nota: O presente inquérito não tem carácter oficial, destinando-se apenas a permitir que esta Junta de Freguesia manifeste às entidades competentes a opinião da população, quando para isso seja contactada (...) (Saraiva, 2003).

Pelo documento informal, nota-se que, apesar de vincular o questionário à população, o pessoal da Junta da Freguesia estava completamente descrente da veracidade da submersão da aldeia. Este facto pode, até mesmo, ter impactado de forma negativa nas resoluções que vieram a seguir, pois a população, apesar de estar muito habituada a esta conversa da construção da barragem e do seu reassentamento para outro local, não tinha informações fidedignas que garantissem a realidade de tal ação, logo, quando ocorreu a construção da barragem e a mudança, muitos ainda foram apanhados de surpresa.

Mesmo sem o questionário oferecer muita confiança, das 180 famílias a que estes foram entregues, 157 responderam, revelando que tinham por vontade que a aldeia fosse reconstruída o mais próximo possível do local da antiga.

Logo no ano de 1995 foi excluída qualquer ação de melhoria e modificações na aldeia, para que fossem retomadas as obras da barragem de Alqueva. A Câmara Municipal de Mourão expediu um decreto que embargou as novas construções, em andamento, e proibiu que outras se iniciassem:

As perspectivas de desenvolvimento da aldeia restringiram-se; muitos casais jovens com planos de aí se estabelecerem viram-se forçados a ir para terras vizinhas, desde Reguengos de Monsaraz a Évora: o atual presidente da junta contabiliza a perda de cerca de vinte casais neste processo (Saraiva, 2003).

A partir do ano de 1995, os moradores da Luz passaram a conviver com realidades diferentes às quais estavam habituados. Dividiam a rotina com os técnicos do Gabinete de Reinstalação da Aldeia da Luz e da EDIA, que estavam a construir a barragem e as novas casas para o reassentamento da população.

As festas tradicionais da freguesia continuavam a ser realizadas. No ano de 2002 realizou-se a vacada na praça dos touros, à tarde e, ao anoitecer, um festival com a banda de *rock* “Nova Luz”, nesta festa em honra do Sagrado Coração de Jesus. Na realidade, as datas das comemorações eram habitualmente feitas numa altura que correspondia a semanas antes da ocorrida naquele ano. Porém, a junta de freguesia achou por bem, para que não houvesse uma acentuação na carga emocional da transladação dos corpos para o novo cemitério, adiar a data da festa, para que esta coincidissem com o dia que a EDIA programou para a mudança dos antepassados. Desta forma, alguns moradores opuseram-se à decisão, o que deixou a festa mais vazia, antevendo-se que aquela mudança estava a separar os moradores e a ofuscar o clima de alegria que reinara, anteriormente, na antiga aldeia.

Saraiva (2003) relata que a transladação dos corpos, do cemitério da antiga Luz para a nova, se iniciou em 28 de julho e durou 13 dias, sendo transferidos uma média de 12 corpos, diariamente. Foi um processo muito difícil para todos os moradores que tinham as suas famílias convocadas, quando o morto transferido fazia parte dos seus antepassados. A EDIA respeitou a antiga disposição das sepulturas, de forma a não alterar o ordenamento que existia no antigo cemitério. A partir daquele momento, os moradores tiveram as suas memórias perturbadas e, com isso, começaram a ficar muito abalados com a mudança: “Este processo desencadeou uma catarse coletiva e um sentimento de solidariedade derivada do sentimento da união na dor” (Saraiva, 2003).

Sabendo que chegara a sua vez de se mudarem, os moradores começaram a receber da EDIA os primeiros preparativos, como caixas de papelão, fita adesiva, plástico protetor etc. As casas já haviam sido inventariadas, antes de meados de 2002, e as divergências estavam a ser negociadas para que fossem entregues as chaves das novas casas destinadas aos moradores.

A vistoria para as novas habitações indemnizadas foi realizada de forma individual, com cada morador. Após as vistorias e entrega das chaves, que terminaram no mês de julho, os moradores, aos poucos, foram mudando para a nova casa, enquanto a cidade já se enchia de água. Após a festa da Nossa Senhora da Luz, em setembro, quem faltava mudar-se, fê-lo com todos os seus pertences, incluindo plantas e animais de estimação:

[...] a despedida da velha morada foi muitas vezes dolorosa, e amiúde as lágrimas caíam pelas faces de homens e mulheres ao fecharem pela última vez a porta das velhas casas. Este foi um marco simbólico importante na conceptualização da necessidade de abandonar a velha aldeia, mesmo se, na realidade, o abandono se deu de uma forma paulatina. Todas as famílias guardaram uma chave e voltavam regularmente à velha casa nas semanas subseqüentes à mudança para irem buscar haveres deixados, coisas que se pensava originalmente não serem necessárias, para levarem as galinhas que se tinham deixado nos quintais, para apanhar os últimos frutos e legumes das hortas que trabalhavam (Saraiva, 2003).

A mesma tristeza que se expressa na despedida da casa antiga, transformava-se em felicidade, ao entrarem na nova casa. Ali eles puderem vislumbrar um sonho de terem tudo novo, reformado, o que, por muitas vezes, tinha sido um desejo impossível de se realizar. Desta forma, toda a trajetória do luto vivido pelo processo doloroso da mudança, pelo menos, por alguns momentos, foi substituído pela alegria da reconstrução de uma aldeia igual ou, pelo menos, semelhante àquela em que estavam acostumados e de que gostavam, porém, com a vantagem de desfrutarem de uma nova estrutura e conforto.

A inauguração da nova Luz realizou-se na data do dia 22 de novembro de 2002. Era uma terça-feira, muitos trabalharam naquele dia, e muitos outros ainda não tinham feito a mudança. Houve um evento realizado pela EDIA em que, à noite, foi feita uma refeição comunitária.

4.2. A Empresa de Desenvolvimento e infraestruturas do Alqueva e a barragem

Nesta fase é necessário compreender como a EDIA foi pensada e construída, quais eram os objetivos de atuação na região do Alentejo, e na intervenção com obras no rio Guadiana, bem como as ações, e a importância das mesmas, para as populações diretamente afetadas, em especial os moradores da antiga Aldeia da Luz que viram as

suas casas serem, primeiramente demolidas, e, depois, submersas pelas águas do Guadiana.

4.2.1. O regime salazarista, o Estado Novo português e a barragem do Alqueva

Assim como no Brasil, Portugal também viveu um período sob as rédeas de um governo autoritário inspirado no fascismo de Mussolini. Apesar de existirem argumentos que desmentem esta inspiração (Campina, 2014), que foi denominada como o Estado Novo português, António Oliveira Salazar governou Portugal durante mais de quatro décadas.

O salazarismo baseou-se na censura e em ações políticas e económicas protecionistas, visando o desenvolvimento das ideias de crescimento nacional. Em 1928, Salazar retoma a pasta das finanças e já almeja a conquista da presidência nacional de Portugal e, nesta data, o político dedicava-se a defender o conservadorismo republicano.

Em 1968, António Salazar autoriza o processo de construção da barragem do Alqueva, assim como Franco, ditador espanhol, também autorizou as obras no seu território. Esta decisão foi tomada no âmbito do acordo bilateral entre os dois países, para uma otimização da gestão e planificação do lago, na Península Ibérica. Porém, muitas outras questões estavam envolvidas, como questões económicas, sociais e ambientais, que fizeram a obra ser adiada inúmeras vezes (Wateau, 2008).

Tanto o regime varguista brasileiro, quanto o regime salazarista ocorreram no mesmo período (1937-1945), no Brasil e em Portugal, e configuraram regimes autoritários com raízes no pensamento político doutrinário da direita. O governo de Salazar durou mais tempo, até 1974. Apesar de cumprirem a mesma diretriz de pensamento político e configurarem estruturas de governo parecidas, existem diferenças notáveis entre as duas políticas, e muito disto se deve à experiência histórica de Portugal.

Em comum, os dois governos alavancaram projetos de desenvolvimento em regiões que estavam imersas em subdesenvolvimento, dificuldades climáticas e territoriais que comprometiam o desempenho social e económico. Neste contexto, foram criadas as empresas empreendedoras de desenvolvimento nestas regiões que, no caso brasileiro, se instalou no sertão nordestino, enquanto no caso português se implementou na região do Alentejo, englobando as pequenas freguesias da região.

Cardoso e Santos (2013) fazem uma excelente observação comparativa dos dois regimes quanto ao seu património histórico e cultural. Há oito séculos que era encarado sob a perspetiva de país rico em património e cultura, enquanto o Brasil ainda dava os primeiros passos, com pouco mais de um século de independência, e menos ainda de regime republicano.

Quando o Estado Novo português foi implantado, já existiam em Portugal, desde antes, instituições voltadas para a salvaguarda patrimonial, assim como alguma experiência acumulada no que se relacionava à preservação patrimonial. O regime ditatorial português veio enfatizar a importância do património como parte da propaganda política, instrumentalizando-o em proveito dos seus objetivos; com isso criou uma instituição nacional com um departamento dedicado ao património arquitetónico, e promoveu um conjunto substancial de intervenções nos monumentos portugueses com os objetivos de recuperar a autoestima nacional, de autopromover a sua obra governamental, e de legitimar-se a si próprio ao colocar-se ao mesmo nível dos eventos gloriosos do passado nacional. O Estado Novo português recuperava assim o passado e, quando achava necessário, reescrevia-o de acordo com a sua ideologia, o que se traduziu na reinterpretação de alguns monumentos, e na obliteração de partes do seu passado noutros, ao tentar-se reintegrá-los na sua forma inicial. Contudo, ainda assim se pode atribuir grande mérito ao Estado Novo pelo seu determinante papel na salvaguarda do património arquitetónico português (Cardoso & Santos, 2013).

A experiência portuguesa pode ser notada pelas suas ações, como a do objeto de estudo do presente trabalho. Nas decisões que incidem sobre perda patrimonial, Portugal faz um arranjo de preservação, como na Aldeia da Luz com o investimento no Museu e nas escavações arqueológicas, além da preservação das ruínas do antigo Castelo da Lousa.

Já no Brasil, não houve qualquer iniciativa de preservação de património e memória para Petrolândia, uma vez que o Estado Novo brasileiro inaugurou as políticas neste sentido, com a fundação do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Outro ponto de comparação entre as duas políticas que se iniciaram, com a autorização dos empreendimentos das barragens no Estado Novo, que chegou até aos dias de hoje, é a forma como as cidades foram reconstruídas. A Aldeia da Luz manteve a sua configuração original, já a população de Petrolândia, foi dispersa em agrovilas, distantes uma das outras, o que ocasionou a separação de amigos e parentes.

Por estes motivos, é notável que a reconstrução e o deslocamento da Aldeia da Luz foram mais bem-sucedidos do que na Petrolândia, apesar de, em ambos os casos, existirem muitos pontos em comum.

4.2.2. A construção da barragem do Alqueva

Sendo considerada uma das regiões mais periféricas da Europa, a região do Alentejo situa-se no sul de Portugal. Fatores como: o envelhecimento da população, as condições ambientais e climáticas, o insucesso de políticas de desenvolvimento, o alto índice de migrações, fizeram com que o governo central estabelecesse o progresso da região através da construção da barragem do Alqueva, como uma condicionante imprescindível para o desenvolvimento da região e da retenção populacional que se tornara cada vez mais escassa e envelhecida:

O envelhecimento demográfico é uma característica intrínseca dos países desenvolvidos. Sem dúvida que diversos fatores contribuíram e contribuem para este fenómeno, desde o avanço da medicina à melhoria das condições gerais de habitação e sanitárias, entre outras. No entanto, e com o avançar da idade, os indivíduos ficam limitados, ficam condicionados, na sua maioria por doença (Oliveira, 2011, p. 21).

Nos anos de 1920, os primeiros engenheiros começaram um levantamento sobre as condições do terreno. Em 1957, o Congresso Internacional Luso-Espanhol efetuou estudos para a construção da barragem, ou seja, para o planeamento da rega do Alentejo.

Em 1975, o Conselho de Ministros decide dar início à construção deste empreendimento, dado que será importante “para melhorar o nível socioeconómico do Alentejo além de vir a contribuir para o desenvolvimento geral do país” uma vez que “os meios exigidos em mão-de-obra, tecnologia, materiais e equipamentos são quase exclusivamente de origem nacional” (Sanchez et al, 2006, p.114 apud Oliveira, 2011, p.56).

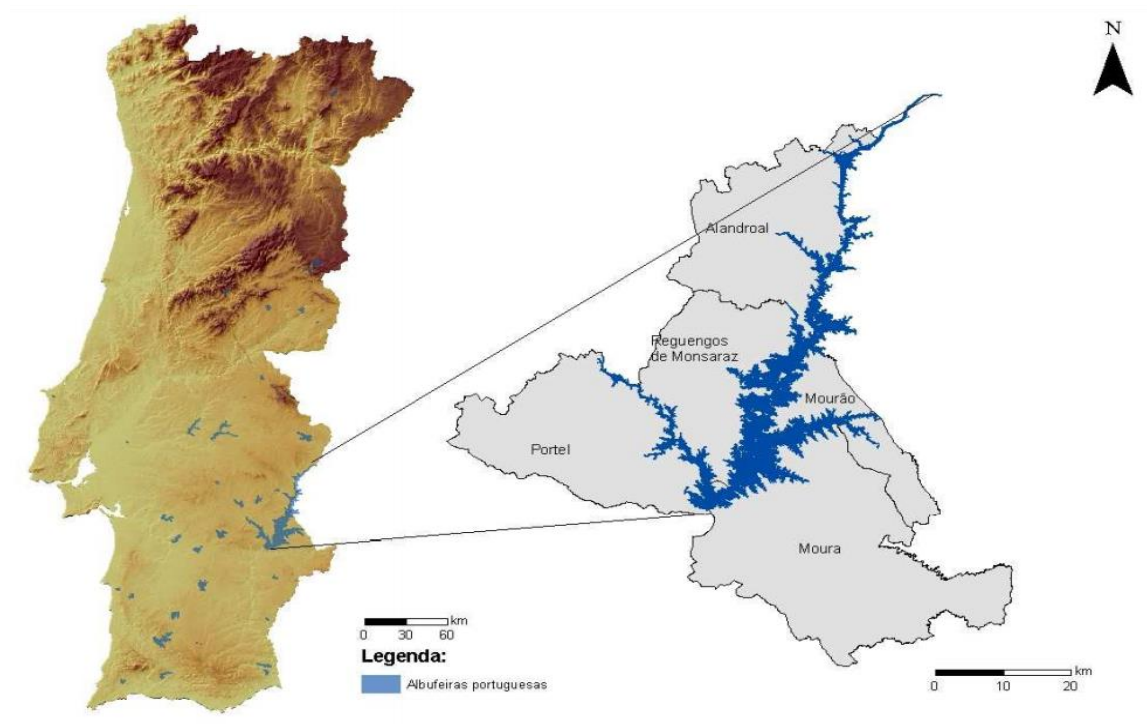
Após três anos interrompeu-se o projeto que só começou a ser efetivado a partir da metade da década de 1970. Em 1976, as primeiras obras foram iniciadas com a construção das ensecadeiras de montantes e jusantes, bem como os túneis que davam acesso ao rio, e toda a infraestrutura de apoio para as obras. Porém, dois anos depois, foram interrompidas (Saraiva, 2017). No ano de 1978 uma nova fase de estudos se inicia.

Estes estudos somente em 1993 resultaram na criação da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva, que foi substituída pela conhecida EDIA, no ano de 1995. Já no ano de 1994, a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva, realizou os estudos de impacto ambiental, para verificar a viabilidade das obras pretendidas, o que resultou na

obtenção do alvará, para as primeiras escavações, em 1995. Desta forma, naquele mesmo ano, o Decreto-Lei n.33, de 11 de fevereiro de 1995 afirmava que o Empreendimento de Fins Múltiplos tinha por missão servir os interesses da nação portuguesa, delineando-se os seguintes objetivos: barragem do Alqueva e Pedrógão, abastecimento de água para consumo e sistemas de regas.

No sul de Portugal, em 20 concelhos, a EDIA tem influência direta. As estruturas das albufeiras foram criadas abrangendo uma área de 10 mil km²:

Figura 34 - Concelhos atingidos pela barragem do Alqueva



Fonte: Oliveira, 2011

O objetivo da obra consistia em garantir uma concentração de água que abastecesse as populações locais, bem como a indústria e a agricultura. Para a agricultura, iniciou-se uma transformação progressiva do modelo alentejano para o cultivo de novas culturas e a ampliação das áreas irrigadas. A industrialização foi incentivada a partir da geração de energia elétrica com fontes renováveis não poluentes. A preocupação ambiental faz parte da agenda da EDIA que concretiza o seu projeto, respeitando os parâmetros de sustentabilidade e buscando soluções para a otimização do espaço e preservação do meio-ambiente (EDIA, 2020).

Os principais objetivos do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva são:

•Constituição de uma reserva estratégica de água que permita atender às necessidades atuais e futuras da região, tendo presente a irregularidade do rio Guadiana e os períodos de seca que, na região do Alentejo, podem estender-se por três anos consecutivos;

•Garantia de abastecimento regular de água às populações, indústrias e agricultura e reforço dos atuais reservatórios distribuídos pelo território;

• Alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura na região sul do país disponibilizando uma área de rega com cerca de 110 mil hectares distribuídos pelas sub-regiões Alentejo Central e Baixo Alentejo, incluindo a margem esquerda do Guadiana;

•Reforço da capacidade para produção de energia hidroelétrica através da instalação, no Alqueva, de uma central equipada com dois grupos reversíveis turbina/bomba de 120 MW cada;

•Criação de potencialidades turísticas, a partir do surgimento de uma albufeira que se estende por 83 quilómetros, com um espelho de água de 250 Km² e com margens a ultrapassarem os 1000 km de extensão; Barragem de Alqueva e Aldeia da Luz – palco do processo de Desterritorialização Capítulo 1 – Barragem do Alqueva como processo de transformação do território;

•Combate à desertificação e às alterações climáticas com a introdução de um coberto vegetal que permita a fixação dos solos, combatendo a erosão;

• Intervenção organizada nos domínios do ambiente e do património potenciando e melhorando áreas importantes e interessantes do ponto de vista ambiental e patrimonial;

•Dinamização do mercado de emprego regional desde a construção de todo o empreendimento até à sua plena exploração (Oliveira, 2011).

A empresa afirma que as transformações das paisagens, pelo grande lago artificial, possibilitaram o desenvolvimento de novas atividades na região, promovendo o turismo regional, que pode alavancar a economia e o desenvolvimento do povoamento da região.

A zona do Alqueva configura-se no maior reservatório de água, em Portugal, dado que o lago ocupa 250m² de superfície, tendo a estação elevatória dos Alamos a capacidade de bombear até 42 m³ por segundo, levando a água a cerca de 90m de altura, para a distribuição em todo o subsistema de rega do Alqueva. Há ainda na estrutura 300 km de rede de distribuição, que ligam a rede primária à secundária, tendo esta um desenvolvimento equivalente a 2.500 km, estações elevatórias e 15 barragens, além do reservatório de regularização e redes, que executam a drenagem, com capacidade de rega para 110 mil hectares (EDIA, 2019). Os seus sistemas de abastecimento público de água, ligado às albufeiras já existentes, beneficiam cerca de 250 mil habitantes. Para a energia hidroelétrica, o Alqueva conta com 260 megalotes e 10 megalotes, na segunda central, sendo a sua potência de 21 mil megavolts.

Uma barragem pode ser definida como uma barreira artificial, feita sob cursos de água para a retenção e concentração de grandes quantidades de água. A sua utilização tem fundamentalmente, os seguintes objetivos: abastecimento de água a núcleos residenciais, irrigação de campos agrícolas, produção de energia hidroelétrica, defesa contra cheias, regularização dos regimes dos rios e por fim, aproveitamento para a prática da piscicultura, navegação e turismo e lazer. Estas funções variam consoante os casos (Oliveira, 2011).

No ano de 1996, o governo assume totalmente o empreendimento, porém, em 1997, houve a efetivação da participação da Comunidade Europeia no projeto (EDIA, 2012). As betonagens que concretizam a obra de Alqueva são construídas em 1998 e, já no ano de 1999 houve a adjudicação da construção de uma nova Aldeia da Luz, que seria reassentada para outra região, sendo que, no ano de 2002, se inicia o enchimento da barragem (Saraiva, 2017).

A cronologia histórica da EDIA relata que, com o início do enchimento, passou a funcionar o primeiro bloco de rega no perímetro de Odivelas, e a população foi transferida para a nova Aldeia da Luz. Apenas no ano de 2019 foi iniciada a segunda fase do projeto, sendo prevista a sua conclusão entre 2022 e 2023 (EDIA, 2020).

Quando as obras tiveram início, no ano de 1996, os tratores, o barulho das rochas a serem partidas, todas as agitações das obras começaram a perturbar a Aldeia da Luz, e algumas casas foram abandonadas, enquanto cresciam as paredes que iriam produzir o maior lago artificial de toda a Europa. Foram, em média, 700 pessoas empregadas nas obras de construção da barragem, e mais 50 para a montagem, assim como mais alguns outros técnicos que somavam, mais ou menos, 800 pessoas para a obra (Narciso, 2011).

Quanto ao emprego nas obras, tanto da construção das barragens, como para a reconstrução da nova aldeia, foram contratados imigrantes africanos e asiáticos, pessoas que viviam nos próprios estaleiros das construções, pela impossibilidade de voltarem a casa. A empresa EDIA, tal como o governo português, dá preferência para a mão-de-obra estrangeira, devido ao seu baixo custo e pelo tipo de trabalho, pois revezando turnos, trabalham em escala direta de 24 horas diárias.

Foram submersos 25 mil hectares, incluindo muitas propriedades rurais de cultivo, entre 1.100 montes alentejanos, em que os proprietários já não viviam lá, sendo também utilizada a mão-de-obra dos moradores da aldeia.

Com as ações compensatórias, estas terras foram compradas pela EDIA a preço de mercado, o que foi um bom negócio para os proprietários, mas, sem a transferência

dos lotes produtivos para a nova aldeia, não ocorreu o tão esperado desenvolvimento económico, já que grande parte das atividades de cultivo ficaram submersas no Guadiana. Os proprietários que continuaram com as suas produções, na nova aldeia, esperavam que, além das áreas de regas, houvesse realmente o investimento no lazer náutico, com a marina e a praia fluvial, o que também levaria as pessoas para outras atratividades, que se poderiam desenvolver na aldeia. Desta forma, existiriam condições para a indústria e o desenvolvimento de um forte comércio local.

A construção de barragens e o processo de desterritorialização, muitas vezes fazem-se necessários, para que o local seja estimulado interferindo com uma nova dinâmica de aproveitamento. nas suas potencialidades,

Para que este processo ocorra de forma a satisfazer resultados posteriores, é necessário que haja um planeamento estratégico que tenha em conta: as dinâmicas territoriais, os objetivos a curto, médio e longo prazo, a colaboração entre os agentes do território, sejam públicos, privados ou moradores, o incentivo à pluralidade de ideias, em que se discutam, de forma democrática, as ações a serem tomadas, visando chegar às melhores decisões e à atuação sob uma perspetiva de política social.

Figura 35 - O lago artificial do Alqueva



Fonte: (EDIA, 2012)

A barragem do Alqueva, apesar da sua imensa dimensão, não é a primeira intervenção no rio Guadiana. Na excursão pelo rio é notável a presença de restos de construções e intervenções humanas, ao longo da extensão das águas.

A Empresa de Fins Múltiplos do Alqueva lança, periodicamente, vídeos e documentos, informando sobre os novos desafios e investimentos na região. Com a finalidade de investimento na agroindústria, nota-se que a empresa se mantém no acompanhamento participativo dos investimentos feitos no Alentejo, e prevê uma nova fase de operações, como já visto, que tem previsão de conclusão para 2023.

4.2.3. Os impactos das barragens: as intervenções do homem na natureza

Os moradores da antiga e nova Luz relatam que as intervenções que a EDIA fez na região, alterou o clima do local, deixando-o mais húmido, o que impactou diretamente a produção de uva. O clima era considerado muito quente, então a rega era necessária para que houvesse um maior aproveitamento do cultivo, o que seria uma ajuda na produção de uva, com a baixa das temperaturas médias (Narciso, 2011).

Ferreira (2009), afirma que a região do Alentejo sempre foi caracterizada por verões prolongados que configuram um clima agreste, e invernos rigorosamente frios, com poucas chuvas, sendo esta complexidade do clima que sempre colocou a água como um bem raro:

[...] a perceção do agravamento dos problemas decorrentes das alterações climáticas, dos riscos de desertificação e a real escassez de recursos hídricos fez com que o aproveitamento da água, a sua utilização, armazenamento e racionalização, se tornasse um objetivo prioritário para a sustentabilidade do desenvolvimento regional, acabando por conduzir à construção do velho projeto da grande barragem na metade meridional do país (Ferreira, 2009, pp. 16-17).

A autora refere-se ao século XX e à grande intervenção da EDIA, na natureza do rio Guadiana. O maior impacto ambiental notado, com a construção do Alqueva, foi a alteração climática. Miranda, Abreu e Salgado (1995, p.1), revelam que:

A circulação atmosférica é fortemente influenciada pela superfície da Terra, refletindo a estrutura espacial da orografia, das massas de água e da cobertura do solo. As heterogeneidades observadas na superfície do planeta são uma das razões da existência de energia disponível, a partir da qual se pode manter um ciclo de conversões de Energia e Entropia, que estão na base da circulação observada. Não quer isto dizer, no entanto, que qualquer alteração significativa e permanente da superfície se traduza

necessariamente numa correspondente alteração climática. Na verdade, existem certos condicionamentos dinâmicos que favorecem o efeito das grandes e médias escalas horizontais, de tal modo que uma alteração intensa, mas localizada no espaço pode ter um efeito desprezável, enquanto uma outra alteração mais ténue, mas extensa pode ser muito mais significativa.

Desta forma, nota-se que nem sempre a construção de barragens tem uma intervenção direta com as mudanças climáticas da região. Os estudos técnicos de Miranda, Abreu e Salgado demonstraram que a alteração na humidade e clima, na região da barragem do Alqueva, está mais ligada às regas do solo. Desta forma, verifica-se uma maior diferença de clima na Primavera e Verão.

Outras transformações ocorreram no espaço e configuração populacional, como aconteceu com as populações que antes viviam longe do Guadiana, e passaram a ser ribeirinhas, tais como: “Alqueva, Amieira, Campinho, Capelins, Cheles, Estrela, Granja, Juromenha, Luz, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de São Miguel, São Marcos do Campo, Telheiro e Vila Real” (Oliveira, 2011).

Outra transformação observada foi a desterritorialização que, na Aldeia da Luz, teve início no ano de 1995, data em que a EDIA, junto do governo, proibiu os cidadãos de construir novas moradias, medida que resultou no deslocamento de uma parte da população, principalmente dos jovens casais.

Este fator, indireta ou diretamente, agravou a situação de envelhecimento populacional, pois demorou oito anos para que a mudança para a nova aldeia fosse definitivamente efetivada e, neste período de tempo, muitos casais saíram da aldeia, o que limitou o crescimento do número de moradores, pela ausência de nascimentos de novos luzenses.

Como fator positivo das transformações das barragens, na vida dos moradores da Aldeia da Luz, pode-se citar a nova oportunidade para a agricultura. As áreas de cultivo eram, na sua maioria, destinadas às culturas sequeiras e, com a água da albufeira disponível, criaram-se condições para os cultivos de novas culturas, que exigem a água como recurso, e que passou a ser disponibilizada aos moradores.

Todavia, Oliveira (2011), explica que, enquanto a água da albufeira representa uma oportunidade de novos cultivos, a submersão dos campos cultivados representou uma perda e retrocesso muito grandes. O trabalho de recomeçar os plantios acarretou perdas irreparáveis:

[...] foram submersos cerca de 15060 hectares de montado de azinheira, 951 hectares de sobreiros, 703 hectares de olival, 245 hectares de cereais, 585 hectares de eucaliptos, 82 hectares de vinha e pomares e 28 hectares de pinheiros mansos (Oliveira, 2011).

Outro aspeto, também de transformação, foi a dinâmica social. A pacata Aldeia da Luz, num primeiro momento, teve um convívio intenso com técnicos, sociólogos, arqueólogos, repórteres, estudantes e políticos, todos interessados na mudança da Aldeia e nas obras do Alqueva. Após algum tempo, as ruas que estavam destinadas ao turismo, e à construção de grandes hotéis e empresas de investimento turístico, náutico e marino, ficaram vazias, sem visitas, sem convívio social, até mesmo entre os próprios moradores, como relatado pelos próprios. Desta forma, mudaram-se os hábitos com a redefinição social e geográfica.

4.3. A nova Aldeia da Luz: uma reconstrução de sentido

Preservar a memória é um grande desafio, pois são necessários testemunhos orais, documentos e objetos para a construção de significados. Neste âmbito, os museus exercem um importante papel como guardiões da identidade cultural. Em sociedades que passaram por reassentamentos, pelos deslocamentos forçados, a preservação da memória significa respeitar o passado daquelas pessoas, de forma que não se forme uma nova identidade advinda da destruição da história já presente no local. Pretende-se dar continuidade a essa mesma história, revelando o deslocamento como uma rutura, queda, ou início de uma nova fase.

Com origem no século XVII, os museus foram criados com a intenção de guardar informações. Desta forma, reunia-se um grupo de pessoas com interesses em comum, e organizavam um espaço, em que eram exibidos objetos exóticos e documentos referentes ao assunto de interesse daquele grupo, para a preservação da memória e exibição para a sociedade (Padilha, Café, & Silva, 2014).

Foi com a necessidade de construção sistemática do saber, sobre determinado objeto de estudo, que se criaram as organizações museológicas, para que o conhecimento chegasse de forma completa à população e não fragmentado. Para as sociedades que são desconstruídas, seja por causas naturais ou não, o museu torna-se uma importante referência de memória e identidade cultural. Unindo-se ao turismo, é capaz de manter

viva a história do lugar e o interesse das pessoas no conhecimento sobre os acontecimentos que ali ocorreram.

A relação do homem com o território que o rodeia, nem sempre, é espontânea, impulsiva. No entanto, ela contribui para a construção e/ou consolidação da geografia pessoal, seja do território funcional, de âmbito mais material e físico, seja do território simbólico, no que se refere às sensações de segurança, de pertença e de posse. Embora haja escolhas que incidam e/ou interfiram nesta ligação do homem ao território, temos populações com maior capacidade de escolha e outras com escolhas mais restritas, estando aqui condicionadas por fatores políticos, sociais e económicos. O território pode ter diferentes dimensões: funcional e simbólica, ambas importantes na construção da identidade de cada indivíduo. A dimensão funcional engloba processos de dominação, de posse, de controlo físico, de produção de algo, enquanto a dimensão simbólica visa processos de apropriação, de múltiplas identidades e também de dominação e de posse. A dimensão simbólica considera ainda a visão do território como um símbolo, como um abrigo, um lar, um sentimento de segurança, uma ligação afetiva e sentimental ao meio. Os territórios simbólicos caracterizam-se por serem espaços de referência para a construção de identidades (Oliveira, 2011).

Foi com este pensamento que o Museu da Luz foi criado pela EDIA, como medida reparatória pela perda histórica e cultural provocada pela empresa, tendo como objetivo que os moradores tivessem uma referência de seu passado, e ainda pudessem divulgar, para as pessoas, a sua história que foi submersa nas águas do Guadiana.

4.3.1. A preservação da memória pelo Museu da Luz

O Alqueva sofreu grandes alterações, tendo a água transformado uma paisagem que havia sido construída em séculos, que tinha por base estrutural o rio Guadiana. O contexto rural do Alqueva teve de sobrepor-se às ruturas e impermanências a que foi exposto. A barragem não representou apenas uma mudança territorial, com o reassentamento da população, mas também resultou em novas estruturas sociais, produtoras e de cariz económico.

Desta forma, como agente de reconstrução e preservação da identidade e memória da antiga Aldeia da Luz, ergue-se o Museu da Luz, promovendo sentidos e significados na representação territorial e cultural da Aldeia da Luz. O território é reconfigurado, arquivado e reconstruído através das atividades e trabalhos desenvolvidos pelo museu (Lança, 2020).

O Museu da Luz está localizado na nova Aldeia da Luz e é um espaço de cultura e afirmação de identidade, que tem por missão a interpretação das transformações ocorridas no território e povoado da Luz, após a submersão da antiga aldeia. Junto às medidas de compensação, a empresa EDIA, construtora da barragem de Alqueva, em 1980 incluiu o Museu, que passou a exercer as suas atividades desde o ano de 2003 (Luz, 2020). Nos ambientes do museu, na nova Aldeia da Luz, pode-se notar a presença dos espaços de trabalho, moradia e lazer das denominadas “Casas do Museu”. Um dos espaços de destaque é a “Casa dos Pássaros”, muito visitada por escolas, eventos organizados e turismo em geral, sendo o local alugado para festas infantis, lançamento de livros, *workshops* etc.

Nota-se assim, que o turismo faz parte integrante do reavivamento da memória da antiga Aldeia da Luz, existindo outro ponto que chama a atenção, no museu, que é sua arquitetura, pensada para unir pontos da velha e nova Aldeia da Luz. A nota do museu explica que a arquitetura é pensada de forma a integrar pontos de visita, como a igreja matriz, presente na antiga aldeia; como a acima mencionada, Casa dos Pássaros, que é a única construção que sobreviveu da antiga Luz; a estrada que rumava para a Luz e que agora tem o seu fim na água; o Palácio da Lousa que está submerso, e o rio Guadiana. (Luz, 2020).

O projeto do museu foi pensado desde o ano de 1980, apesar de só ter sido aberto ao público em 2003, após a submersão da antiga Luz. Já no ano de 2005, o museu foi considerado o melhor Museu de Portugal, pela Associação de Museologia Portuguesa e, em 2010, passou a fazer parte da Rede Portuguesa de Museus.

Oliveira (2011), salienta que, além do Museu, muitos trabalhos científicos e de literatura, somados a documentários com finalidades de estudo foram criados, entre os quais se destacam: os trabalhos científicos de Reino (1998/2002) e Saraiva (2003), autores utilizados para a composição do presente trabalho, dada a riqueza de detalhes das suas pesquisas.

As obras literárias que se destacam são Rodrigues (2005) e Farias (2006), que incorporam o quadro das artes locais, com poesias e uma obra que quase chega à ficção. Já o documentário mais bem elaborado, entre muitos outros amadores, destaca-se o de Catarina Mourão “A minha aldeia já não mora mais aqui” (Mourão, 2006).

Figura 36 - Arquitetura do Museu da Luz



Fonte: (Museu da Luz, 2020)

Entre as exposições permanentes do Museu está a história da Aldeia da Luz, focada no seu passado recente, aquando do reassentamento. A exposição tem por base estrutural objetos doados pelos moradores que representam a sua ligação com a antiga aldeia. Estes objetos também configuram o documentário de Catarina Mourão, supracitado.

O museu une-se com o turismo local para a promoção de atividades que envolvam os visitantes no conhecimento da história da Aldeia da Luz e na preservação de sua memória. Desta forma, oferece oficinas, um concerto didático, um percurso pelas orquídeas, atividades que incentivam as crianças a descobrirem os caminhos da arqueologia e dos achados nas escavações nas margens do Guadiana, onde foram descobertas populações romanas através de vestígios arqueológicos. Estes estudos compensatórios são financiados pela EDIA.

Nota-se que o museu oferece inúmeras atividades para as crianças, como a Feira das Flores e a Feira dos Saberes, sem contar com as já acima mencionadas. No Dia da

Criança, o museu também tem programas de atividades para o entretenimento dos pequenos e durante todo o ano pode-se participar nas atividades educativas, que têm como foco situar a história do local na vida atual das pessoas, relevando pontos do turismo e da economia da região (Luz, 2020).

4.3.2. Os trabalhos para o resgate pré-histórico da região do Guadiana

Um trabalho intitulado de “Plano de Minimização de Impactos Patrimoniais do Alqueva” levou a público descobertas de vestígios pré-históricos que contam um pouco da história da região. As escavações, que duraram 6 anos, a partir de 1998, foram lideradas por António Carlos Silva e estimuladas pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), resultando na exposição “Luz-Arqueologia nos novos caminhos da água” que esteve exposta até abril de 2018 na Galeria da Casa dos Burgos.

A exposição exibiu a inventariação de 6.800 novos locais arqueológicos e, no território da Luz, foram encontrados 240 patrimónios arqueológicos, tendo escavações em 50 (Silva R. , 2018). Durante os estudos foram encontradas artes rupestres, nas margens do rio Guadiana, tanto no lado espanhol quanto no português. No território onde está situada a nova Aldeia da Luz, foram achados vestígios de uma quinta romana datada do século I/II d.C., referente a um pequeno casal romano, que foi considerado muito bem conservado, pelos arqueólogos.

A submersão das terras da Luz, levou consigo alguns achados arqueológicos que nem chegaram a ser estudados, classificados e divulgados, como os vestígios de arte e arquitetura romana, em rochas do rio. O Alqueva afogou memórias com mais de 25 mil anos, como relata o documentário “Por Água Abaixo” (Narciso, 2011). São santuários e vestígios de povos que viveram na região há mais de 250 séculos atrás. Para compensar a perda, a EDIA contratou 19 equipas de arqueólogos para classificar e inventariar 19 sítios arqueológicos que ficaram submersos. Todavia, ainda havia muita riqueza por descobrir na região.

Uma interessante atividade que o museu oferece ao seu público denomina-se “Residências do Museu”, em que o indivíduo interessado se candidata, para passar algum tempo numa residência oferecida pelo museu, com o objetivo de contemplar e estudar o local. É uma forma de participar na dinâmica dos acontecimentos e interagir com as transformações e a cultura locais.

Na sua programação, também estão incluídas importantes informações sobre o projeto do Alqueva, que ainda está em curso na região, bem como a preservação do importante Castelo da Lousa. Este castelo, que construído em época romana, é hoje localizado apenas por suas coordenadas geográficas, mas representa a reunião de toda a história longínqua da região da Luz, seja pelos seus registos físicos e documentais que contam o passado da Luz, seja pela multiplicidade dos recursos expostos para a sua interpretação.

Uma das mais interessantes exposições do Museu intitula-se “Aldeia Dupla”, em que a representação dos ambientes da antiga e nova aldeia tomam conta das instalações museológicas, para expor e contar a história desta povoação.

As setembrinas de Nossa Senhora da Luz ganham vida com a exibição de vídeos dos eventos na velha e na nova aldeia. O salão da sociedade recreativa luzense, onde são expostos por fotografias do antes e depois, e as áreas como o Café da Lousa e a Padaria Grilos que representam os originais da antiga aldeia.

Assim como a igreja que desapareceu para a construção de uma nova, também é retratada, pelo Museu, através de artefactos de túmulos encontrados no interior da igreja, e materiais da sua construção. Os objetos da Igreja datam do período romano. O processo de reconstrução da igreja tornou-se num filme dirigido pelo arquiteto Pedro Pacheco que tem como eixo a relação da Aldeia da Luz com a Igreja, o mito da fundação da aldeia e a igreja dupla, já mencionando a nova construção.

4.4. A voz dos moradores: memória e saudade

As memórias traduzem-se em saudade, perda, deslocamento. Os relatos mostram que o reassentamento não causa apenas mudanças na paisagem e nas moradias, mas também se traduz na perda do convívio social, das atividades económicas e do clima de amizade e alegria, além da fraternidade expressas nas pequenas localidades. Parece que o texto ainda está a descrever os acontecimentos e consequências dos moradores da cidade brasileira de Petrolândia, porém, a verdade é que as mesmas queixas e sentimentos se repetem, além-mar, na Aldeia da Luz. Os seus moradores demonstram que a construção de hidroelétricas, ao invés do tão sonhado progresso, leva a um sentimento de tristeza e perda que parecem irreparáveis.

“Aqui essas terras eram pisadas todos os dias por mim em criança, de pé descalço... – A que distância que ficava da aldeia antiga? – Cinco quilómetros” (Notícias, 2015).

O declarante teve a sua casa e 30 hectares da sua propriedade salvos da inundação da hidroelétrica do Alqueva.

Figura 37 - Moradores reunidos na antiga aldeia



Fonte: (Santos I. , 2016)

No concelho de Mourão, região onde a Aldeia da Luz está situada, a tendência é de envelhecimento populacional, sendo a média de idades de cerca de 65 anos. Os moradores na faixa dos 40 anos são considerados os mais novos.

4.4.1. A descrença de que a barragem seria construída

Rosa Matilde relata que a população da Aldeia da Luz tinha receio do empreendimento da hidroelétrica e do reassentamento. Mas não tinham certezas quanto à veracidade das obras, porque, segundo ela, vinham obreiros, trabalhavam e depois iam embora. Foram 40 anos a falar da barragem, ninguém acreditava que um dia realmente se concretizaria. O Sr. Manuel relata:

“Eu era rapaz...era rapaz já tinha 12 anos já andavam a medir a barragem e continuamos, portanto, não deu credo” (Notícias, 2015).

Clara Silva, também antiga moradora da Aldeia da Luz, relata a sua descrença, como os demais moradores, sobre a concretização das obras e o reassentamento da população.

Saraiva (2003, p.106), afirma que a barragem já era uma conversa antiga da região, assunto que os avós comentavam: “A ideia da barragem inscreveu-se na mente dos seus habitantes como um mito de que se falava desde há muito e que, por isso mesmo, se tinha, com o passar do tempo, tornado pouco exequível”.

As vidas das pessoas foram moldadas nos anos de avanço e pausa das obras, conforme o decorrer do progresso das mesmas, pois quando as obras avançavam, paravam-se as melhorias e reformas feitas no local e nas casas, esperando a barragem, já quando recuavam, os moradores voltavam à vida normal, fazendo reformas nas casas e recuperando as estruturas da cidade.

Mas, no ano de 1993, o progresso da Luz não parou pelas obras da barragem, e foram passos importantes para a região, que estava em melhorias já há alguns anos, como em 1974 com a instalação da rede elétrica, e em 1982 da rede de esgotos e água canalizada:

A capela do Sagrado Coração foi edificada há quinze anos e o Centro de Dia há dez. Em 1989/90 a Junta de Freguesia fez duas importantes aquisições – uma em espaço urbano – na teia urbana da Luz – e a outra em espaço rústico. A primeira foi a aquisição da casa de uma antiga família de grandes agricultores da Luz, para a constituição do Jardim de Infância. A segunda foi a compra de três terrenos rústicos (o chamado “Curralão”) para realizar um projeto de urbanização donde constavam quinze a vinte blocos habitacionais, um ringue para campo de jogos e um ajardinamento. Estas obras avançariam com a descrença local relativa à construção da barragem (Saraiva, 2003, p. 107).

Os moradores, quando realmente perceberam que a submersão era uma realidade, imaginaram um futuro diferente do que o da população do Vilarinho da Furna, submersa em 1960. Pensou-se em algumas possibilidades para que a aldeia ficasse a salvo das águas, como a construção de diques. Contudo, ao verem Vilarinho de Estrela, vizinha da Luz, envolta em água, os moradores tiveram medo e descartaram essa possibilidade: “Que medo! Vamos já embora daqui! Eu se fosse da Estrela não ficava aqui a viver, com esta água toda à minha volta!” (Saraiva, 2003, p. 108).

De acordo com a opinião local, expressa nomeadamente pelas autoridades da aldeia, “as pessoas nunca acreditaram no Alqueva” e pensa-se que houve um processo de “dissolução de vontade”, por parte

do poder central, fazendo com que a população só fosse acreditando paulatinamente nessa nova realidade que seria a barragem, de modo a não oferecer uma resistência franca (política e social) contra o projeto. Tal terá sido conseguido através de uma genérica falta de informação em relação ao projeto e uma sucessão 5 Algumas construções que tinham já sido iniciadas foram nesta altura embargadas. Aldeia da Luz 109 de dados contraditórios, que numa altura indicavam que tudo iria avançar para logo a seguir tudo parar. Esta suspeita faz parte de um contexto real em que todo o processo de Alqueva tem decorrido, num clima permanente de conflito de ideias, de fazer e desfazer, de tentativa e erro, muito sentido pela população e pela Junta de Freguesia, como intermediária no diálogo da população com a EDIA e o poder central. Todo o processo pelo qual a população da Luz tem passado ao longo dos últimos dez anos não tem sido fácil. Quando finalmente as obras avançaram e a nova aldeia começou a tomar forma, as angústias dos seus habitantes irromperam. Para além do abandono forçado das casas e do território familiar da rua em que se morava, da aldeia em que se cresceu e em que os filhos nasceram, da transformação irreversível da paisagem, da perda de terrenos, hortas e campos de cultivo, foi (e é ainda) a gestão da identidade local e dos indivíduos enquanto elementos ativos de unidades sociais familiares que surgiu como questão fulcral e extremamente complexa (Saraiva, 2003).

Nota-se que todo o processo de destruição e submersão da antiga aldeia e a mudança para a nova, tornou-se complexo pela descrença que já havia sido implantada na população da Luz. Até os próprios políticos locais não acreditavam nas obras da construção da barragem, lidando com o assunto de forma informal, como foi visto anteriormente.

Embora o projeto enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos só viesse a emergir em 1957, data em que é formado o Plano de Rega do Alentejo, as primeiras referências à necessidade de criação de uma reserva de água no rio Guadiana surgiram há pelo menos 100 anos (Oliveira, 2011, p. 55).

Este sentimento de perda, de incredibilidade, gerou uma perturbação social que abalou profundamente o psicológico daquelas pessoas que, forçosamente, tiveram que sair das suas casas e aceitar a realidade da vida em outro local.

Segundo constatei e que alguns informadores privilegiados confirmaram, a ‘mudança’ para a Nova Luz, provocou um aumento da conflitualidade entre os habitantes, havendo por vezes algumas disfuncionalidades na dinâmica social, que se traduziu num maior isolamento e na interiorização negativa das suas novas casas (Reino, 2002: p.117 apud Oliveira, 2011, p.104).

Pelas afirmações e depoimentos, pode-se notar que esta alteração de sentimentos e de perceção do outro, na aldeia, foi real e consequência do processo de mudança, de desterritorialização e readaptação para o convívio em outro local.

Oliveira (2011), salienta que a opinião do presidente da EDIA é que a cobiça, com a posse do outro, gerou conflito entre os moradores. O que aconteceu é que aqueles moradores que tinham uma propriedade em condições precárias, carentes de restauro na antiga aldeia, receberam uma casa nova e ficaram satisfeitos e felizes, pois, na maioria dos casos, não teriam condições para reconstruir, e muito menos adquirirem uma nova construção. Já para aqueles que possuíam uma casa em boas condições na antiga Luz, quando receberam as suas propriedades na nova aldeia não viram muita diferença, o que provocou um certo sentimento de injustiça, pois também esperavam uma melhoria para a sua habitação:

[...] aconteceu o confronto entre as pessoas, pela cobiça, do que tinha e do que passava a ter, dos que tinham casas velhas e passavam a ter novas, dos que tinham novas e a sua situação não se alterava e por isso 'os ganhos' não eram tão evidentes (Oliveira, 2011)

A estrutura das ruas também influenciou num certo isolamento dos moradores, pois, com a característica de as ruas serem estreitas, a antiga aldeia tinha, no seu desenho, uma falta de espaço que “aproximava” os moradores. Já a nova aldeia é espaçosa, com ruas largas, obedecendo às normas de construção, porém afastava as casas.

No Verão, a casa abria-se para o exterior, a rua passava a ser uma extensão da mesma, e as sociabilidades femininas desfilavam ao longo das soleiras das portas em cadeiras dispostas defronte das fileiras do casario (Saraiva., 2003, p. 43)

Este hábito dos moradores de se sentarem à porta das suas casas e conversarem com os vizinhos, foi impossibilitado pelo modelo da nova aldeia, e esta é uma das reclamações mais frequentes dos moradores, que guardam agradáveis lembranças das ruas tortas, estreitas e desordenadas, das casas altas e baixas que, agarradas umas às outras, exibiam um contraste que, na visão dos moradores, lhes parecia perfeito e os aproximava uns dos outros, trazendo-lhes a sensação de pertença.

Toda esta reconfiguração do espaço impactou diretamente na relação dos moradores, no seu sentimento quanto ao território, e alterou os hábitos, deixando a nova Aldeia com as ruas vazias e um clima frio e distante entre os seus habitantes. Como afirma Reino: “A nova aldeia para os habitantes é um objeto extravagante que foi desenhado sem ter havido um prévio e aprofundado conhecimento das necessidades e hábitos da população residente” (Reino, 2002, p.123 *apud* Oliveira, 2011, p.106).

4.4.2. Falta de atividades, alegria e convívio social

Como foi visto anteriormente, tanto o processo de indemnização, como a estrutura que configurou a nova aldeia, influenciou muito, quanto ao convívio entre os moradores na nova aldeia.

A moradora, Clara Guerra, relata que, na nova Aldeia da Luz, as construções são mais ou menos iguais, o que diminui as diferenças sociais entre os moradores. Clara Silva teve dois filhos na aldeia velha e 4 netos na nova aldeia e, atualmente, mora com o marido numa casa nova semelhante à que perdeu, tendo uma horta nos fundos e a mesma área da antiga.

Manuel Godinho, marido de Clara Silva, revela que, na nova aldeia, não se tem o que fazer, sendo assim, distrai-se com o cultivo da horta. O casal revela que algumas melhorias foram perceptíveis com a mudança, como a estrutura das casas, pois muitas não tinham nem portas e nem janelas, enquanto na nova Aldeia todas são novas, com toda a estrutura que lhe cabe. A cidade foi construída a cerca de 2km da antiga num local mais alto, mantendo as suas características.

O Sr. Manuel diz que sente falta do convívio social que a antiga aldeia proporcionava:

“As pessoas conviviam mais uma com as outras, a Aldeia deixava todos juntos, aqui não se sai de casa, a gente sai na rua não encontra mais ninguém” (Notícias, 2015).

Figura 38 - Praça do Touro



Fonte: Santos, 2016

A moradora Maria Gonçalves, que vive na nova Luz, vinda da antiga, concorda: “A gente aqui parece uma aldeia fantasma”; a moradora Daniela Farias afirma que a população está a envelhecer, facto notado de há uns anos para cá. A Aldeia da Luz não tem muitos jovens, sendo um dos motivos, além da falta de emprego, o impedimento de construir novas casas, nos 10 anos que antecederam o reassentamento para a nova Luz. Com isto, os casais que queriam casar não podiam construir casa, o que fez com que muitos abandonassem o local. O ex-Presidente da Junta de Freguesia da Luz, Francisco Oliveira, afirma: “*Isso é um círculo vicioso, pois vai intervir nas escolas, vai intervir no comércio local, vai intervir até nas próprias famílias...*” (Notícias, 2015).

A aldeia, atualmente, tem um pouco mais de 300 habitantes, sendo que a escola infantil, localizada na nova aldeia, conta com 19 crianças no total. Pedro Santana, jovem morador da nova Luz, trabalha num empreendimento de queijo da família, e explica que os seus amigos tiveram que migrar para as regiões de Évora e Reinos, para conseguirem trabalho, ou permanecer em trabalhos familiares quando havia essa possibilidade. O jovem ainda lamenta não ter prosseguido os estudos, mas diz que não trocaria o seu trabalho por nenhum outro. A moradora Maria da Graça diz que a juventude prefere ir para lugares que tenham melhores oportunidade de emprego.

Pelo relato de Maria da Graça, de Ana Guerra e de outros, é revelado que a construtora, que ficou responsável pelo reassentamento, não repôs importantes pontos produtivos da antiga cidade, o que fez com que os postos de trabalho e atividades empreendedoras diminuíssem, culminando com a saída dos jovens da cidade, o envelhecimento da população e o esvaziamento das ruas.

Daniela Farias diz “os jovens foram embora todos, não se tem trabalho nenhum, então as pessoas tiveram que optar por sair daqui” (PA, 2020). Ana Guerra relaciona a tristeza sentida com a mudança efetuada devido à ampliação da aldeia, o que resultou num menor convívio social entre os habitantes da Luz. As pessoas ficam mais sozinhas, e conseqüentemente mais tristes.

Faziam da antiga aldeia um ponto maior de convívio com os hábitos que tínhamos, que era por exemplo, ir às fontes, lavar as roupas no rio (António Guerra) ...nós íamos brincar no rio e depois de casada e moça íamos fazer piqueniques, a passar lá bons dias (Maria Gonçalves) ... e as crianças brincavam, jogavam bola, depois havia também, silvas que se comiam, aquelas amoras silvestres... era uma coisa lindíssima, e as tradições, isso tudo acabou (Ana Guerra) (PA, 2020).

É interessante notar que a dor da perda destes moradores, pode ser relacionada com a associação que eles fazem ao antigo território da Luz, quando recordam os piqueniques, as crianças que brincavam, o intenso convívio com os vizinhos, e lembram-se de uma fase mais recente das suas vidas, em que as suas rotinas eram mais agitadas, diferentes da calma em que vivem atualmente. Não se sabe hoje, como teria sido, se tivessem tido a possibilidade de reinstalar a velha aldeia, se estes moradores realmente voltariam a ter a felicidade de outrora. Parece que a rutura provocada pela mudança marcou, também, o natural envelhecimento da população, pois as melhores lembranças de um período que viveram, ficaram soterradas na antiga aldeia.

Edmundo Garcia diz que, na antiga aldeia, as casas, apesar das fachadas brancas, não eram todas iguais, tinham personalidade. Já na nova aldeia, todas as casas são iguais “é um bairro social”, que teve muito interesse político envolvido, o que fez com que as pessoas acabassem desgostando “aquela aldeia que era do coração” (Soares & Bourgard, 2014). Manuel Pimenta Silva afirma que a antiga aldeia era mais pequena, mas mantinha as pessoas unidas. Já a nova aldeia é mais ampla, tem as ruas mais largas o que distanciou as pessoas. Manuel Pimenta Silva diz estar desempregado, apesar de trabalhar na agricultura. Relata que só consegue trabalho na agricultura quando tem a campanha da azeitona. Quando acaba, não há o que fazer.

É interessante notar os relatos de agricultores que não têm trabalho, pois a maior proposta da EDIA foi a promoção das áreas irrigadas e o desenvolvimento de condições para o cultivo, até mesmo de novas culturas, na região. Manuel relata que quando acabava o período da azeitona o agricultor já começava o cultivo de outras culturas, tendo assim, trabalho o ano inteiro, e era isso que ocorria na aldeia antiga, sem os projetos de irrigação da EDIA.

“Temos que procurar tocar a vida para outros lados porque aqui estamos parados no tempo”
(Soares & Bourgard, 2014).

Foi por estes aspetos que o morador Edmundo tentou uma vida melhor para ele e respetiva família, em Reguengos, que fica a cerca de 30 km da Aldeia da Luz. Porém, por lá também a falta de emprego é um problema. De volta à aldeia iniciou um trabalho no café do sogro que ajuda a manter a família.

Os proprietários de grandes lotes de terra na antiga Aldeia venderam o seu lote à EDIA e, em muitos casos, ficaram com o dinheiro e não voltaram ao cultivo, assim como

venderam gado, porcos e galinhas. Para o proprietário não foi um mau negócio, pois, como afirmado por alguns deles, o dinheiro que a EDIA pagou pela indenização foi justo, porém, todos aqueles que trabalhavam nas suas terras e propriedades ficaram sem empregos, e já não se tinha o que cultivar. Esta ocorrência foi predominante entre os proprietários, e por aí se explica grande parte do desemprego, existente na nova aldeia, bem como a falta de atividade da população, que era predominantemente agrícola.

Questiona-se, portanto, se realmente houve um estímulo para o desenvolvimento do progresso social e económico, na região, visto que não houve um planeamento sobre as consequências das ações tomadas pela EDIA.

*Nem gosto muito de falar nisso, moro aqui a 1/3 da vida, há 20 anos estou aqui, gosto do campo, gosto do gado e fico triste (**em lágrimas**). Saber que tudo isto terá um fim, que irão arrancar tudo isto, que irão destruir tudo isso, isso que todos nós fizemos tudo. [...] fico bastante triste (Narciso, 2011). Grifo do autor.*

O depoimento, acima, é de um proprietário de terra que não teve o seu nome divulgado, na antiga Aldeia, falando sobre a sua perspectiva da mudança e de como se sentia, ao saber que iria ter de abandonar a atividade e deixar tudo que construiu, com ajuda de outros tantos moradores, para acabar submerso pelo projeto do Alqueva.

Os empregados dos proprietários não sabiam o que esperar, com a submersão das terras e a mudança para a nova aldeia, já que, apesar de terem família e trabalharem na terra, não tinham direito a nada, nem mesmo a nenhuma indemnização da EDIA, pois não tinham papel algum de posse da propriedade. Estavam à sua própria sorte, dependendo da misericórdia dos seus antigos patrões.

“Não sei de nada, não sei de nada disso”.

Disse o Sr. Juquinha, diante da sua esposa e dois filhos pequenos, quando questionado pelo repórter, qual seria o seu futuro nas novas terras, e se o seu patrão lhe tinha dito como seria.

Figura 39 - Sr. Juquinha e uma das filhas nas terras da antiga aldeia que estava a ser submersa



Fonte: Narciso, 2011

Outro problema da aldeia foi a assistência médica. Sem uma estrutura própria, as consultas são realizadas apenas uma vez por semana pela manhã, quando chega à aldeia um médico de origem espanhola.

Já a educação, quase que a aldeia fica sem escola, porque a mesma, juntando as crianças de Mourão, não conseguia compor número suficiente de alunos que justificasse o seu funcionamento. Porém, a escola de educação básica, construída em 2002 continua em atividade, na aldeia e compõe um quadro de 19 alunos, sendo 13 do jardim de infância e 6 do primeiro ciclo (Soares & Bourgard, 2014). As duas professoras da escola, Dulce e Saudade, mantêm um otimismo contagiante, afirmando que a escola tem boa fama e, o facto de ter poucos alunos, faz com que as crianças tenham mais atenção e oportunidades de aprendizagem.

4.4.3. A mudança e o sentimento de perda

Maria Gonçalves dá o seu depoimento sobre a sua mudança de aldeia:

“[...] foi muito custoso a gente deixar a sua casinha que a gente construiu com tanto sacrifício”

A moradora Ana Guerra, completa:

[...] a gente ver as nossas casas fechadas, ficarem todas fechadas, ficarem ali abandonadas sem nada, tiraram as portas das casas, tiraram as portas as janelas, tiraram tudo das casas, a gente via que assim quando viemos para esta nova casa, tivemos de nos adaptar a um novo mundo. Parecia que assim, um novo mundo (PA, 2020).

Duarte Coelho, morador da antiga e nova Luz diz que, apesar da Aldeia nova ser construída a poucos quilómetros de distância da antiga, o sentimento é que aquelas eram as terras dos moradores e não a nova:

“A aldeia era aqui perto, mas a nossa terra era aquela” (Vídeo Plano PA, 2012).

Ana Guerra diz que é um sentimento que não tem explicação, que somente quem passa por esta situação entende como é. Maria Gonçalves, com certa tristeza no olhar, revela:

“a única coisa que essa nova aldeia me deu de alegria foi o meu netinho, mas...” (PA, 2020).

Que saudades vai deixar

A nossa aldeia velhinha

Até agora tão branquinha

Tão escura que vai ficar

Quando a água aqui chegar

Já aqui não há viventes

Apaga-se a luz para sempre

Vai ficar na escuridão

Até nos corta o coração

Amigos, vizinhos e parentes.

(Farias, 2006: p.32 apud Oliveira, 2011, p.107).

A moradora afirma que gostaria de viver ainda na antiga aldeia:

“sonho muito com a outra aldeia, do tempo que a gente viveu, quando eu era criança, sei lá de vez em quando estou a sonhar com a outra aldeia” (PA, 2020).

Os moradores reclamam da localização escolhida para a reconstrução da povoação, pois dizem que o local é muito isolado, que deveriam ter reconstruído a aldeia

numa parte mais movimentada. Maria Gonçalves diz que as crianças que hoje vivem na nova aldeia, um dia terão apreço pela mesma, mas quem viveu na antiga Luz dificilmente virá a gostar da nova.

Oliveira revela que, na data da inauguração da nova aldeia, questionou os políticos:

“Daqui a dez anos terá valido a pena o esforço e sacrifício que o pessoal da Luz fez?”

Treze anos após a mudança, Oliveira diz que a resposta foi negativa, o que é afirmado também por Sara Correia, a atual Presidente da Junta de Freguesia, 30 anos, licenciada em Direito:

“Não há alegria nenhuma de viver nessa Aldeia, fizeram um processo muito traumático que lhes custou muito, aguentaram e nunca levantaram grandes questões, são pessoas muito pacíficas” (Notícias, 2015).

A Presidente ainda explica que os moradores encontraram erros de construção nas casas, na água, no esgoto, que lhe pareceram “surreais”, o que a faz concluir que

A mão-de-obra não era qualificada para a construção civil, pois era composta essencialmente por imigrantes do Leste, pessoas que nos diziam que eram veterinárias na terra deles, eram médicos... então estas pessoas representaram uma mão de obra mais barata, que não tinham o acompanhamento que deveriam ter, não havia fiscalização (Notícias, 2015).

“Qualquer coisa aparece, hoje são os esgotos que estão entupidos, amanhã é a falta de água porque rebentou um cano” (Notícias, 2015), diz o morador Reinaldo Santana.

O encerramento das comportas, em 2002, inundou 62% da área da freguesia, o que incluiu as áreas que estavam cultivadas e as áreas que estavam edificadas. Nos planos compensatórios estava planeada uma indemnização proporcional, para as casas e as áreas cultivadas, mas o processo continua por concluir até hoje.

Há pessoas que não possuem terras que são legitimamente delas, não as tem em seu nome. Há uns que o processo foi concluído com êxito, são proprietários destas que foi paga pela que foi submersa, e há outros que não são proprietários e as antigas casas também já não são deles (Notícias, 2015).

No caso das indemnizações feitas aos moradores da Luz, o processo só ocorre quando estes mostram os títulos de propriedade, exigência do Ministério da Agricultura, e este processo dificultou a indemnização, pois havia terras em nome de muitos antepassados, ou sem documentos de posse.

Para aqueles que foram indemnizados com novas casas, a cobrança e vistoria foram realizadas, de perto, pelos moradores. Oliveira (2011), explica que, tradicionalmente, as mulheres da região assumiam as preocupações com a casa e, então, neste processo, as mulheres, principalmente as mais idosas, acompanharam toda a construção e vistoria e exigiam o que lhes cabia, perante os técnicos da EDIA.

Os homens tomaram parte neste processo, fazendo-se ouvir pela voz das suas mulheres. Os homens destes meios, sobretudo os mais idosos, são delicados e cuidadosos, quando se trata de falar com gente de fora. Por outro lado, a fragilidade, aparente e física das mulheres está, natural e comprovadamente, fortalecida pela força de espírito (RODRIGUES, 2005 p.93 apud OLIVEIRA, 2011, p.102).

As discussões e reclamações sobre as condições em que seriam entregues as novas casas ficaram a cargo, também, das mulheres, como salienta Rodrigues:

As mulheres desempenharam um papel fundamental em todo o processo negocial. (...) eram elas que vinham, reclamavam, que tinham coragem de dizer coisas como – Se eu já tinha uma casa-de-banho e a minha vizinha não, então, se ela vai ter uma, eu quero duas! Se assim não for, o que é que eu ganho? (Rodrigues, 2005 p.69 apud Oliveira, 2011, p.102).

A questão das casas provocou sentimentos de injustiça entre os moradores da aldeia, o que implicou um processo que iria impactar no convívio social. Alguns moradores sentiram-se prejudicados com a indemnização, e ressaltavam o facto, informando que as casas não foram igualmente distribuídas. Observa-se esta situação, pelo depoimento de alguns moradores, que dizem que a casa que receberam não estava do seu agrado e que, na sua opinião:

“...houve pessoas que tiraram a sorte grande com a nova aldeia” (Oliveira, 2011).

Esta afirmação está inserida no contexto daqueles que encontraram, nas suas moradias, erros de construção, rachas, fissuras ou, como retrata a Presidente de Junta, Sara Correia, afirmam até que os degraus das casas foram construídos muito altos, de

forma que o acesso dos moradores idosos se tornou difícil. Além disso, há falta de drenagem fluvial, o que teve por consequência a inundação de casas com as chuvas de Inverno.

Se na antiga aldeia reinava um sentimento de confraternização e irmandade entre os vizinhos, o processo de mudança e indemnização gerou um clima de conflito, e alterou essa percepção, isolando socialmente as pessoas e levando-as a conviver num ambiente de desconfiança mútua.

Figura 40 - A nova Aldeia da Luz



Fonte: (Alqueva, 2019)

O Presidente da EDIA, José Pedro Salema, afirma que ainda há metas por cumprir na melhoria da aldeia, como a construção de uma marina, uma praia fluvial, além dos contínuos incentivos às plantações de vinha e oliveira, e da preservação cultural feita por meio do Museu da Luz. Sara Correia deposita esperança nas futuras gerações e diz que não há nada a fazer, somente esperar que o tempo apague os traumas vividos, e mostre que não se pode modificar o passado, sendo melhor olhar para o futuro da região.

Francisco Oliveira, presidente da Junta de Freguesia da Luz em 2011. afirma:

“que Deus me livre, mas em 2011 nós perdemos cerca de 100 pessoas” (PA, 2020).

Antes do enchimento das barragens, as habitações da antiga Luz foram demolidas, o que causou uma maior sensação de perda, aos moradores. Manuel, numa conversa com demais moradores e a entrevistadora, relata que chegou à Igreja de Nossa Senhora da Luz,

abriu a porta e ouviu um ruído, deparando-se, então, com a máquina demolidora. O padre da igreja, numa missa, anunciou aos moradores o início da transladação dos corpos dos entes que já se foram:

Já antes que Jesus Cristo nascerá no presépio de Belém, os nossos antepassados se reuniam em volta dos corpos de seus entes queridos, prestando assim, a sua homenagem. Este pensamento, esta mensagem, que nós agora vamos escutar, tirada do livro dos Macabeos do Antigo Testamento... (Producciones, 2008).

Saraiva (2003), explica que a reconstrução de toda a aldeia, noutra local, dificultava a transladação dos antepassados, já que as áreas ocupadas pelos corpos tinham de ser mantidas e demarcadas. Os moradores da Luz decidiram que os mortos deveriam mudar antes dos vivos, e que não sairiam da velha aldeia antes desta questão estar resolvida, pois não deixariam para trás os seus antepassados e, sendo assim, em julho de 2002, foi realizada a transladação dos corpos:

No sábado, dia 22 de junho, realizou-se uma missa na igreja matriz, seguida por uma derradeira cerimónia religiosa no velho cemitério, presidida pelo bispo auxiliar de Évora, em que a população se despediu desse espaço – as famílias alumiaram as almas dos defuntos, acendendo uma lamparina e colocando uma flor nas sepulturas – e encerrou-se simbolicamente o portão. Este foi um momento de catarse emocional coletiva forte, em que as pessoas se sentiram unidas na dor que lhes causava este abandono forçado dos mortos. Seguiu-se uma romagem até ao novo cemitério, na nova aldeia, onde se procedeu à bênção do campo sagrado e onde, num simulacro simbólico do processo que se seguiria – já que nesta altura todas as campas se encontravam vazias – e na sequência do que tinham feito no velho cemitério, cada família acendeu igualmente uma lamparina e colocou uma flor nos ocos que viriam a ser as novas moradas dos seus antepassados. Numa comunidade que já se sentia vitimada pela decisão superior da submersão da aldeia, a transladação do cemitério constituiu o expoente máximo da violação de privacidade e tocou o âmago sagrado da relação das pessoas com a morte, vista como perturbador por excelência da harmonia familiar e social; partilhando as mesmas concepções sobre a morte e a relação com o mundo do além, a repetição do sofrimento e dos gestos de cada família funcionou como um meio de reforço da identidade local. Um desses gestos repetidos foi o “alumiaram das alminhas” nos dois espaços cemiteriais (Saraiva, 2003).

Ao assistir ao documentário, nota-se a tristeza no olhar dos moradores da antiga Aldeia da Luz, e é com muita comoção que as pessoas escutam as palavras do padre. Na televisão foi anunciado que os trabalhos estavam a ser realizados no cemitério da Aldeia da Luz, em que uma retroescavadora levantava o solo para abrir caminhos entre os

túmulos e permitir o trabalho de retirada, pelos técnicos. Desta forma, os corpos seriam transferidos para o novo cemitério da aldeia nova, como revela o repórter que cobria as operações, no cemitério:

“É a primeira vez que se realiza em Portugal uma operação desse tipo, motivada pela barragem de Alqueva” (Producciones, 2008)

Este é o caso mais sério que nós vamos enfrentar. A triste hora vai chegar de mudar o cemitério por este lugar funério Não tiveram consideração nem por esta povoação que muito está a sofrer O que vai acontecer até corta o coração (Farias, 2006: p.54 apud Oliveira, 2011, p.114).

Autoras como Oliveira e Saraiva afirmam que a transladação dos corpos, para o novo cemitério, representou uma extrema violação da intimidade das famílias, no sentimento das mesmas, visto a profunda ligação que a população mantinha com os mortos, o respeito ao culto aos antepassados.

Portanto, mais do que um processo material de exumação e transladação de cadáveres, com a respetiva identificação antropológica e civil, transformámos o projeto num processo complexo que teve como objetivo a redução de traumas, o afastamento de novas formas de luto e diminuição do tempo da dor pela reevocação dos entes queridos já falecidos (Oliveria, 2011).

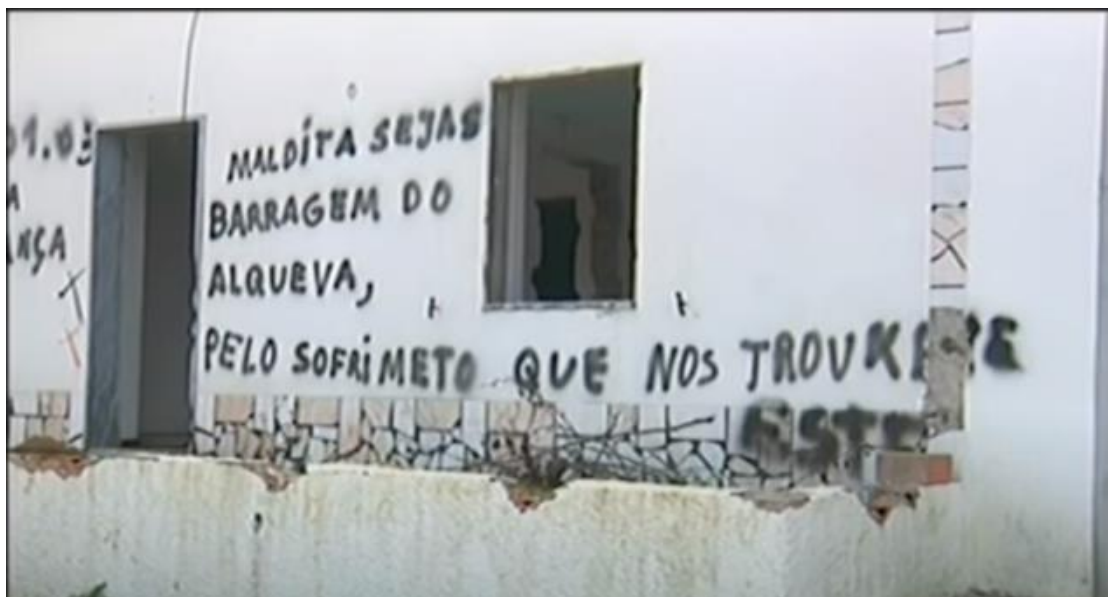
As pessoas, jovens e mais velhas, assistiam o noticiário, atónitas, expressando uma dor que se manifestava nas lágrimas silenciosas que caíam dos seus olhos. Neste momento não restou mais dúvidas de que, o reassentamento era real, e que teriam de se despedir das suas velhas moradias e do território da Luz.

São coisas custosas, coisas que custam, porém, os homens que assim fizeram, assim pensaram, temos que aceitar. Tudo se supera, e agora, por exemplo, nós temos que crer que tudo isso irá passar, embora custe um pouco. Nós todos sofremos na vida golpes de toda maneira e tudo se supera e a tudo se aguenta. Isto também (Producciones, 2008).

Relata um morador, com voz embargada diante da transferência dos corpos para o novo cemitério, concluindo que espera que, com o tempo, as coisas voltem a ser como eram antes, e eles consigam construir uma aldeia bonita e com muita vida.

Nas paredes da antiga aldeia, grafites mostravam a dor e a revolta dos moradores que expressam, desta forma, o seu protesto contra a empreitada. Na figura abaixo está um exemplo destes gritos de protesto:

Figura 41 - Protestos contra a barragem de Alqueva



Fonte: (Producciones, 2008)

Nas inscrições lê-se: “Maldita sejam barragem do Alqueva, pelo sofrimento que nos trouxeste”.

O presidente da EDIA explicou que a demolição foi realizada para que não houvesse lembranças das construções submersas “[...] para que não haja um revivalismo, não haja uma relação afetiva com o passado, que não haja nenhum desgosto, situação que hoje existe” (Producciones, 2008).

Desta forma, todas as construções foram demolidas, pontes foram explodidas, não restando estruturas que ficassem de pé, na área da submersão pela barragem de Alqueva. Todos estes acontecimentos abalaram muito os moradores que, por fora, mostraram uma atitude quase passiva, com exceção de alguns pequenos protestos, como se viu na imagem acima, e de colaboração com a empreitada. Contudo, nos sentimentos expressos nos depoimentos, os moradores mostram ressentimento pela barragem, pela demolição e por todo o processo de mudança. Um morador revela que os seus sonhos lhe mostram a vontade de reviver a vida na antiga aldeia:

Eu há três noites seguidas sonhei que tínhamos mudado daqui para lá. Da nova aldeia, e nós cruzávamos de todas as maneiras, uns no carro, outros a pé, cada um carregava o que podia, como podia. Porque toda a gente tinha saudade muito grande daquilo (da antiga aldeia), então todos queriam voltar rapidamente para lá. Já não era nada igual, já não era igual quando saímos de lá. Mas sabe que sonhar nunca é a realidade, sempre há coisas que parecem impossíveis, mas dava para mudar e viver lá, como era antigamente (Producciones, 2008). grifo do autor.

Bougard e Soares (2014), relatam que a paisagem da nova Aldeia da Luz é constituída de casas construídas de forma padrão, e edifícios modernos que destoam no cenário. As autoras afirmam que a nova aldeia que parecia uma promessa de progresso, se tornou um aglomerado de casas no meio do nada.

Os principais obstáculos à mudança, numa fase inicial, foram o receio de serem enganados 'economicamente', aprender a interpretar um projeto em 'papel', o aspeto da qualidade construtiva, as divergentes posturas das principais figuras políticas do concelho, e finalmente o receio do desconhecido (Oliveira, 2011).

O morador Manuel Conde Ramalho, de 68 anos, é guarda de caça, e classifica a nova aldeia como “Aldeia Postiça”. O homem relata que os coelhos morreram com a submersão, assim como outros animais do local, e que não há quase nada para se fazer na nova aldeia. Manuel mostra-se ressentido com todos os aspetos da nova Luz, dizendo, até mesmo, que “se alguma coisa de bom fizeram na nova aldeia, foi por engano” (Soares & Bourgard, 2014).

O senhor Manuel continua a sua entrevista para as autoras Soares e Bougard, reclamando dos engenheiros que construíram as casas na nova aldeia.

Figura 42 - Sr. Manuel no Café Guloso



Fonte: Soares & Bourgard, 2014

Mesmo para aqueles moradores que mantêm ainda atividades comerciais na nova aldeia, a mudança foi mais negativa do que positiva, é o caso da proprietária de um minimercado, a moradora Rosa Farias que, como ponto positivo da mudança, diz que foi possibilitado às pessoas, que tinham casas que precisavam de obras porque eram velhas, terem acesso a uma nova propriedade, com tudo novo.

Apesar do que foi visto, nos depoimentos de Sara Correia, Presidente da Junta da Freguesia, está claro que as construções da EDIA deixaram muito a desejar aos proprietários, já que foram construídas com materiais de qualidade duvidosa, com erros de construção e problemas para a canalização do esgoto e fornecimento de água.

Rosa também se refere às ruas que ganharam um novo aspeto:

“tudo novo, tudo diferente. [...], mas, nós gostávamos mais daquela não é, deixou muito a desejar, deixou muita saudade e pronto, isso não melhorou muito” (Santos I. , 2016).

Nuno Silva, proprietário do Café Batista, vindo da antiga aldeia, disse que a aldeia antiga deixou muita saudade:

[...] eu conhecia a aldeia como a palma da minha mão, já está aqui não é uma aldeia é um bairro social, você olha para as casas e conta três janelas e uma porta, duas janelas e uma porta, as casas são todas iguais, esta aldeia é o dobro da aldeia (velha), porque as ruas são afastadas (Santos I. , 2016).

O morador diz que não concorda com o que fizeram, com o formato que a aldeia ficou, disse que ficou diferente da antiga, que não proporciona um ambiente de convívio social, mas que eles foram obrigados a aceitar e morar ali. Nuno revela que o que mais sente saudade é da casa de sua avó na antiga Luz.

“Esta é uma aldeia fria [...] mudou tudo, fez toda a diferença” (Santos I. , 2016)

José Augusto diz que, se pudesse trocar, voltava para a outra:

“a minha terra é aquela não é esta, Não sei explicar, é emocional, é qualquer coisa que se agarra, comigo é assim” (Santos I. , 2016).

O morador admite que a nova aldeia lhes proporcionou melhores condições de habitação, porém, na antiga aldeia havia outro ambiente, as pessoas eram mais alegres, ocupadas e abertas ao convívio, já na nova aldeia as pessoas fecham-se em casa, não têm empregos e vivem a queixar-se da saudade da antiga moradia, e da terra que foi submersa pelo Alqueva.

*Eu fui ver a velha aldeia
Fiquei muito apavorado
Não me passava pela ideia
Que a encontrava naquele estado.
A aldeia onde eu nasci
Já está toda arrasada
Tudo o que eu lá conheci
Já lá não resta nada.
Subi à cabeça alta
Para melhor confirmar
Achei a minha aldeia em falta
Sem querer fez-me chorar.”
(Farias, 2006: p.62 apud Oliveira, 2011, p.112).*

Pelo poema transcrito, acima, nota-se que a perda do território tem sentido direto com a perda de referência, é a perda do simbolismo material que o local representa.

Mesmo a aldeia sendo mudada para um local tão próximo da antiga, os moradores já não se identificavam com o local, viam a aldeia não como uma reconfiguração da antiga

e, sim, como um lugar desconhecido, completamente novo, ao qual eles se conseguiam adaptar.

4.4.4. As promessas que não foram cumpridas

Sara Correia relata que as pessoas ficaram muito sentidas com a mudança, e como não têm os mesmos locais de antes, perderam os antigos hábitos da antiga aldeia. Até mesmo relativamente às casas construídas, as pessoas construíram as casas da antiga aldeia, e então sentem-se como se aquelas casas, que resultaram do programa de compensação, não fossem realmente suas, pois não lhes trazem memória, identidade e recordações.

José Pedro Salema, Presidente da EDIA, admite que, realmente, algumas construções foram entregues sem documentação, e o maior problema, além da segurança da legitimação de posse, é numa situação de venda ou de herança. O Presidente ainda alega que foram muitos gastos e, dessa forma, alguns tiveram que ficar em atraso, na regularização, o que Sara Correia afirma que:

“depois de 12 anos dificulta muito, pois muitos prédios perderam-se, pois, muitas pessoas morreram e nós ficamos perdidos no meio de... como é que nós justificamos essa propriedade” (Soares & Bourgard, 2014).

Em relação às promessas feitas para alavancar o turismo, José Pedro Salema, diz:

“o ancoradouro está lá, não sei mais o que se esperava que fizesse, não se fez a praia fluvial pois não se tem permissão, ai é com a APA, Agência Portuguesa do Ambiente”.

A afirmação do presidente da EDIA, contradiz todas as informações que exaltam a construção da marina e da praia fluvial como uma medida de alavancar o turismo, levando mais pessoas à região, e estimulando o desenvolvimento das atividades locais.

No ano de 2014 foram contabilizados 214 habitantes na Aldeia da Luz. São muitas perdas, pois, no ano da mudança, existiam 423 moradores. Os poucos moradores que sobraram na aldeia revelam que a promessa de crescimento económico e local, feita pela EDIA, não saiu do papel. Exemplo disso são os projetos de construção da praia fluvial e da marina que não têm previsão de entrega, já que a cada ano é adiado e, sendo assim, os

moradores ficam cada vez em menor número e mais isolados, e o turismo não incentiva as pessoas a voltarem ao local.

Outra questão muito incómoda é a insegurança da posse das terras, pois, apesar das pessoas receberem o proporcional ao que tinham na antiga aldeia, na maioria dos casos não há papéis que provem tal compensação. Viu-se, anteriormente, no trabalho, que em Petrolândia, até aos dias de hoje, muitas pessoas não sabem nem aonde fica o seu lote, nem a casa. Outras tantas estão sem escritura ou documentos que comprovem que a propriedade é realmente delas.

Não é diferente a situação dos moradores da Aldeia da Luz, o que configura uma situação bem preocupante, visto o pouco número de moradores do local, o que poderia ser uma situação relativamente fácil de resolver. Porém, depende de fatores que ultrapassam a vontade das pessoas envolvidas, e cai no âmbito político e económico da EDIA e das autoridades políticas.

Sara Correia diz que eles se sentem cada vez mais isolados, e sem atividades para exercer, já que o turista vai uma vez à aldeia para conhecer a nova aldeia, que foi em detrimento da submersa, e depois vai embora e não volta, por não haver nada de interessante ali. Já para o Presidente da EDIA, a Aldeia da Luz é rica em história e memória e tem as estruturas necessárias para atrair o turismo “só precisam saber contar a sua história para atrair o visitante” (Soares & Bourgard, 2014). Ainda assim, salienta que o contrato da construtora é de 5 anos, e, após esta data, a EDIA não tem mais obrigações para com a Aldeia da Luz.

Alguns moradores preferiram sair das lamentações e nostalgias e verem o lado bom da mudança. Mas, mesmo procurando encontrar pontos positivos, o discurso não foge dos pontos-chave, que são as promessas não cumpridas e a falta de trabalho no local, como o caso de Josefa, de 74 anos, que toma conta de 3 crianças e mantém contacto direto com as suas antigas vizinhas, companheiras da velha aldeia.

Josefa admite ter saudade da velha casa que foi herdada dos seus sogros, mas relata que a nova casa é mais bonita e tem uma estrutura melhor. A senhora diz que sente saudade, também, da aldeia velha, porque passou lá toda a vida. Todavia, fala que gosta da nova aldeia, que as pessoas são as mesmas, que as vizinhas são as mesmas de há 50 anos. Josefa explica que o pior são as promessas que não foram cumpridas, e que isso frustrou muito os moradores:

[...] eles prometeram muito, porque eles eram espertos, o governo é muito esperto, a EDIA faz parte do governo, e eles enganaram as pessoas, dizendo que faziam, que aconteciam, dizendo do turismo que a aldeia se desenvolvia, mas não, não desenvolveu nada, a aldeia está a mesma coisa, pior um pouco, muitos casais se foram, com isso as crianças foram também, porque aqui não há nada, o jovem tem que procurar trabalho, agora nesta altura nada tem, mas quando nós mudamos pra cá ainda havia (Soares & Bourgard, 2014).

A má projeção e promessas não cumpridas afetaram até mesmo o cemitério da aldeia que, como foi visto, foi transferido para a nova aldeia. Sara Correia explica que não há espaço para mais corpos e, então, se morrerem algumas pessoas num curto período de tempo, não há onde enterrar, uma vez que eles reproduziram exatamente o cemitério da antiga aldeia. O presidente da EDIA disse que havia cedido um terreno para ampliar o cemitério, mas a obra é a cargo da Junta de Freguesia.

As autoras Soares e Bourgard, concluem o seu belíssimo estudo afirmando que a nova aldeia continua à procura de uma nova identidade, um novo caminho.

Adeus, Aldeia da Luz

Adeus, ó casas franquinhas

Ruas estreitinhas

Quintais e hortas

Adeus, telhados baixinhos

Adeus, ao ninho

São coisas mortas

Adeus, ó vida a passar

E adeus ao lugar

Que eu nunca esqueço

Eras pequena demais

Dizem os tais

Que era um progresso

Ficas na minha memória

Passou à história

Já não seduz

Porém

Enquanto eu viver

Não me vou esquecer

Aldeia da Luz

Aldeia, dá luz agora

Chegou a hora

*Da despedida
E nunca mais hei-de ver
Nem vai nascer
Em ti mais vida
Em nome do que há-de vir
Tu vais partir
Alguém te leva
Baila e diz adeus ao mundo
Vai para o fundo
Dos Lagos do Alqueva (Pereira, 2013)*

Figura 43 - Estrada para a antiga aldeia submersa



Fonte: Soares & Bourgard, 2014

4. Os trabalhadores da CHESF e da EDIA

As obras para a construção das barragens de Itaparica e do Alqueva, respetivamente na região do nordeste brasileiro e do Alentejo em Portugal, levaram à convivência dos moradores locais com inúmeros agentes que passaram a morar na região devido às obras das hidroelétricas. Foram técnicos, trabalhadores contratados para a construção das barragens, alguns com família, estudiosos de diversos campos, que passaram a interagir diretamente com a população local. Sendo assim, o presente estudo visa analisar o impacto na vida dos moradores da Petrolândia e da Aldeia da Luz com a chegada dos trabalhadores das barragens de Itaparica e do Alqueva.

O presente capítulo procura, num primeiro momento, compreender como se deu o início das obras da Paulo Afonso, para a construção das hidroelétricas que resultaram na submersão de algumas cidades nordestinas, entre a Petrolândia, em Pernambuco. Analisa-se a compreensão de quem eram os trabalhadores das barragens, e em que condições trabalhavam, como era a cidade construída pela CHESF, e de que forma impactou a vida dos moradores locais, considerando os conflitos com os moradores da Petrolândia.

5.1. O trabalho da Companhia Hidroelétrica do São Francisco e o conflito com os moradores da Petrolândia

O governo de Getúlio Vargas, a partir do ano de 1931, impôs novos procedimentos para o setor elétrico, no Brasil, em que as ações do setor dependeriam de autorização do governo federal. A medida foi levada a cabo com o objetivo de reduzir a concentração do poder que se fazia entre as empresas *Light* e *Amporf* (Oliveira A. , 2017). Em 1934 é criado o “Código de Águas” que fazia das quedas de água patrimónios nacionais, e autorizava o Estado a intervir para a utilização dos recursos hidráulicos, bem como, iniciara a nacionalização dos serviços de abastecimento e energia. Getúlio Vargas, sancionou, em 1945, os Decretos-Lei nº 8.031, que outorgavam a organização da CHESF (Brasil, 1945). O Decreto nº 8.032, que concedeu crédito para a realização das obras no São Francisco, e o Decreto nº 19.706, que autorizou a exploração de energia hidráulica, pela CHESF, entre os troços de Juazeiro e Piranhas (Brasil, 1945).

A saída de Vargas do governo impactou no adiamento da organização da CHESF, que só foi efetivada entre o ano de 1948 e 1949.

Em 1948, o Decreto n. 25.865, sancionado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, criou o Parque Nacional de Paulo Afonso, área que foi concedida para a CHESF, a fim de explorar a energia elétrica da região e promover o desenvolvimento do Nordeste, entre os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco (Brasil, 1948).

O início das obras da CHESF, no Nordeste brasileiro, enfrentou resistência, como a do Senador Henrique Novaes, que afirmava que as obras na cascata de Paulo Afonso deveriam ser ordenadas num plano geral de desenvolvimento do Vale do São Francisco, e não apenas focar todos os recursos em Paulo Afonso (Nascimento, 2019).

Porém, as obras tiveram início, sendo cada etapa que se finalizava muito comemorada pelos técnicos e operários. Os trabalhos para o empreendimento das centrais hidroelétricas eram realizados em regiões muito afastadas dos centros urbanos, cabendo à CHESF providenciar projetos para a saúde, infraestrutura, lazer, educação e assistência social (Nascimento, 2019).

Percebe-se nas primeiras décadas da sua atuação um verdadeiro programa de desenvolvimento não apenas de caráter econômico, mas também social para essa região do país. A CHESF vai inspirar a criação de outras instituições estatais, como o Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, com a finalidade de levar crédito aos empreendimentos agrícolas e industriais como incentivo ao desenvolvimento dessas áreas através de incentivo financeiro. Um conjunto de iniciativas foram desencadeadas com vistas a proporcionar um ciclo desenvolvimentista na região Nordeste. A criação de empresas estatais, como a CHESG, o Banco do Nordeste do Brasil e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, fez com que elas funcionassem como órgãos de desenvolvimento na região nordestina (Nascimento, 2019, p. 73).

A CHESF então, recrutou os trabalhadores entre os sertanejos nordestinos, acrescentando a estes, técnicos indicados pela empresa, que chegavam de todas as partes do Brasil. Num documentário produzido, contando com a presença de Bret Cerqueira Lima, engenheiro da CHESF (Gade, 2011)., é possível perceber que as obras da Paulo Afonso I, expuseram os trabalhadores a muitos riscos, sendo relatado que muitos dos operários perderam a vida na construção da central.

No vídeo, é visto que os trabalhadores não utilizam nenhum equipamento de segurança, operando sem iluminação adequada, manobrando grandes equipamentos movidos a geradores, escavando o solo e levantando pedras, apenas de bermudas, sem nem mesmo estarem calçados. Para a escavação de rochas eram utilizadas dinamites e,

para que houvesse uma maior segurança dos trabalhadores, era feita a consolidação das rochas.

A obra levada a cabo para a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso I, que se alargou às demais centrais, tem uma estrutura grandiosa, que mobilizou centenas de trabalhadores, que se dedicaram exclusivamente aos empreendimentos da CHESF no Nordeste do Brasil. Num primeiro momento, os trabalhadores tiveram a missão de construir uma pequena central, que auxiliaria no fornecimento de energia para o bom funcionamento dos equipamentos que seriam utilizados na construção das grandes centrais hidroelétricas, previstas para a região de Paulo Afonso:

A "central" [...] é conhecida como a Central Piloto e foi projetada pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, que teve este empreendimento aprovado através da Exposição dos Motivos número 598 de 23 de maio de 1944. Essa Divisão também foi a responsável pelo início de sua construção, sendo concluída pela CHESF. O gerador da Central hidroelétrica Piloto começou a operar em 8 de outubro de 1949 com potência instalada de 2 000kW (Oliveira, 2017, p. 109).

A central hidroelétrica de Paulo Afonso teve as obras iniciadas em 1949, e em 1955 foi finalizada e inaugurada, contando com uma sala de máquinas com 60 metros de comprimento por 16 de largura e 30 de altura, com três geradores de 60 mw, o que configurou uma potência de 180mw (Francisco C. H., 2015). A central subsequente de Paulo Afonso II, foi inaugurada no ano de 1961, e a Paulo Afonso III, em 1974. Já em 1978 foi inaugurada a central hidroelétrica de Moxotó – Apolônio Sales, que inundou a cidade de Glória na Bahia.

Entre os anos de 1975 a 1983 houve uma crescente necessidade de energia elétrica no Nordeste, de forma a dar respaldo para o início do plano de construção da Paulo Afonso IV, que é inaugurada em 1980. A partir disso, foram construídas, ainda, as Centrais de Xingó e de Itaparica (Luiz Gonzaga).

5.1.1. A cidade CHESF

Num primeiro momento, dado o início das construções das centrais, em 1948, os operários e os técnicos alojaram-se em acampamentos improvisados, porque os locais das obras eram distantes de centros urbanos, e o deslocamento era muito difícil, o que fez com que fosse planeada a construção de uma Vila em Forquilha, para o alojamento adequado dos operários:

Particularmente, a cidade CHESFCHESF foi projetada para ser uma cidade completa, constituída não apenas por moradias para os seus trabalhadores, mas também dispo de equipamentos destinados a suprir as necessidades quotidianas da sua população, constituindo-se como um modelo capaz de atrair e motivar a permanência dos trabalhadores da indústria. Neste sentido, era fundamental que os trabalhadores, especialmente os funcionários graduados — que eram oriundos dos centros urbanos mais desenvolvidos — tivessem disponibilidade de bons equipamentos e moradias, já que nas suas cidades de origem tinham acesso às facilidades da vida moderna, ou seja, a disponibilidade de boas moradias e equipamentos era uma condição necessária à fixação desse pessoal no acampamento da empresa (Nascimento, 2019, p. 150).

Foi realizado um projeto, de acordo com o nível hierárquico dos funcionários, sendo instituída a Vila dos Operários, e foram muitos os que os não conseguiram moradias na Vila, e se instalaram na Vila mais próxima, que era a Poty. Destinada aos técnicos médios, foi projetada a Vila Alves de Souza que, segundo descrição da CHESF, eram construídas como casas modelares, e localizavam-se em posição privilegiada. Na Vila, foi construída uma escola, destinada aos filhos dos operários da Companhia, e o Bairro General Dutra, destinado ao nível mais alto hierárquico, composto por engenheiros, médicos, diretores da CHESF, etc. Todas as vilas eram dotadas de água, esgoto, energia elétrica e transmissão de comunicação, como telefones (Bodnar, 2015).

Paralelo às atividades das obras das centrais havia um investimento social, nas Vilas, que levou à criação de um zoológico, praças, lagos artificias, manutenção de vias públicas e arborização, unidades de saúde, farmácia e escolas:

A CHESF mantinha duas unidades de saúde: o Hospital Nair Alves de Souza, com atendimento médico e ambulatório, além de internamento, serviços odontológicos, pequenos procedimentos cirúrgicos e contava com farmácia e análises clínicas; e o Posto de Puericultura1, o qual era dedicado às ações pré-natais e à prevenção de enfermidades e anormalidades que se desenvolvem no feto, além de ser um centro de distribuição de leite para as famílias dos "CHESFianos" (Nascimento, 2019, p. 157).

As atividades no hospital funcionam até aos dias atuais, sendo administrado pela CHESF. Os investimentos para a saúde dos trabalhadores estendiam-se ao combate da malária e outras epidemias e, além dos operários da CHESF, moradores da Vila Poty podiam utilizar os serviços de saúde da empresa CHESF que se preocupava com programas de assistência social voltados para a criação de escolas que capacitavam

profissionalmente as esposas dos operários, como a Escola de Artesanato e a Escola de Educação primária para os filhos dos funcionários.

Bert Cerqueira Lima, engenheiro civil do setor de aproveitamento da CHESF, esteve presente no início das atividades da obra em 1949, e revela, em documentário datado de 2006:

Quando eu fui convidado para vir para Paulo Afonso eu senti uma alegria muito grande porque eu sabia que eu ia trabalhar numa obra...é uma grande obra nacional daquele tempo. Era a única obra, era Paulo Afonso, então eu fiquei muito satisfeito, feliz mesmo porque ia trabalhar com o doutor Marcondes Fernandes Ferraz, doutor Souza e outros profissionais liberais de reconhecida capacidade. A minha primeira missão foi fazer um serviço de topografia, mas logo depois me pediram...me entregaram o serviço de aprovisionador da obra e como aprovisionador da obra eu tinha que percorrer todos os pontos da obra, todos os locais para ver o que estava faltando, se estava faltando alguma coisa, se não estava, se estava faltando eu tinha que providenciar tudo. Então eu fiz inúmeras coisas antes de me firmar (Oficial C. , 2012).CHESF.

O engenheiro relata que, quando a CHESF chegou a Paulo Afonso, para o início das obras, tudo era catinga e mato e não havia residências. Então, passaram a morar na Casa de Hóspedes, e eram em média seis engenheiros em cada quarto, e logo cedo dois jipes esperavam para os levar para a obra. Se perdessem o Jipe, tinham de ir a pé. A obra ficava a 400 km de Salvador. O engenheiro Lima revela que havia muitas cobras venenosas e nenhum recurso na região, mas, com o tempo, foram construídas as residências e os clubes sociais, como o clube dos universitários e o clube dos operários (Oficial C. , 2012).

No ano de 1949 também teve início a construção de uma igreja para os trabalhadores da CHESF, no contexto das obras de Paulo Afonso. As missas caracterizavam as celebrações, e inauguração após os términos das etapas de construção. A Igreja São Francisco de Assis foi construída na Vila Operária, numa pequena colina, e participou ativamente de todo o contexto social da vila, promovendo missas, celebrações, marcando inaugurações das obras finalizadas. Envolveu-se nos clubes e na educação, além de incentivar os trabalhadores, enaltecendo o trabalho com honradez.

Também houve a construção de três escolas primárias em 1949, Adozindo Magalhães, em 1952, Murilo Braga e Alves de Souza, em que crianças filhas dos operários e alguns filhos de moradores da Vila Poty recebiam educação e alimentação. Para o ensino secundário foi criado o Ginásio Paulo Afonso em 1953, também priorizando

os filhos de funcionários da empresa. O ginásio oferecia alguns cursos de formação técnica profissionalizante, além do ensino básico secundário (Oliveira, 2017).

Desta forma, nota-se que a CHESF construiu uma cidade com várias dinâmicas sociais, para os seus funcionários, o que afetou a vida dos moradores da Vila Tupy, na Bahia, localizada próximo do empreendimento. Os trabalhadores eram sertanejos, vindos de várias regiões para trabalhar na obra, e ali encontravam suporte social para a sua assistência e da sua família. As estruturas construídas pela CHESF em Paulo Afonso, na Bahia, são administradas atualmente pela empresa e pelo governo estadual baiano, de forma a atender a população, sem critério de serem ou não funcionários da CHESF.

5.1.2. As obras na Petrolândia

No ano de 1976 foi implantado um canteiro de obras em Petrolândia, para a construção da central hidroelétrica que viria a chamar-se Luiz Gonzaga. A construção da central implicava a inundação de uma área correspondente a 83 mil hectares, abrangendo regiões do estado da Bahia e do Pernambuco (Santos, Souza, & Lima, 2016).

As obras duraram 12 anos, até à conclusão e reassentamento populacional. Neste período, a população urbana de Petrolândia cresceu 7,3% entre 1960-80 o que impactou diretamente a qualidade de vida local, acentuando as desigualdades nas classes mais periféricas do município, a dinâmica social e os serviços prestados.

Para as populações atingidas pelas construções das barragens, o significado da obra é diferente para aqueles que a planeiam e a implantam. Desta forma, Cunha (2012) refere que, com a instalação do estaleiro de obras na Petrolândia, começaram as transformações na vida dos moradores da região, que tiveram os seus projetos interrompidos pela expulsão da sua cidade natal (Cunha P. , 2012).

Sem participar da decisão de construção da barragem, os moradores passam a conviver com os trabalhadores da obra da central e, com as consequências da implantação da vila de operários que, como ressalta o autor, aumenta a violência e a prostituição local:

Há também uma série de outros impactos, como por exemplo, o esvaziamento de comunidades porque muita gente vai embora, aumento da violência e da prostituição associada à formação da vila operária onde ficam os trabalhadores da construção civil que irão trabalhar na obra (Cunha P. , 2012, p. 22).

Para a construção da hidroelétrica de Itaparica foram recrutados sertanejos nordestinos, que, num primeiro momento, se empolgaram com a oportunidade de emprego. Porém, os moradores de Petrolândia testemunharam o deslocamento forçado de Sobradinho, em que os moradores foram praticamente expulsos das suas terras, e muitos ficaram com prejuízos, ou até mesmo sem qualquer indenização.

Bonfim (1999) afirma que, a forma como os moradores de Sobradinho foram desalojados, representou um quadro de violência e injustiça social. Com medo de sentir a mesma experiência da população de Sobradinho, os trabalhadores rurais da Petrolândia organizaram um pólo sindical, em 1979, data em que as obras da barragem de Itaparica se faziam, visando a unificação de posseiros, arrendatários, agricultores e sem terra, da região, para que lutassem por uma condição mais favorável de deslocamento:

Uma característica marcante da pressão que o pólo sindical passou a exercer sobre a CHESF foram as grandes concentrações de protesto nos escritórios da empresa e no estaleiro de obras da barragem. Estas concentrações demonstraram a capacidade de organização e de mobilização das lideranças do movimento, manifestando-se como força e unidade de comando (Bonfim, 1999, p. 13).

Na época de construção da barragem de Itaparica, houve um conflito interno entre os funcionários da CHESF, que somavam 11.574, no início da década de 1980. Os funcionários estavam insatisfeitos com as condições de trabalho, e realizaram greves e paralisações no ano de 1979 e no ano de 1982:

O país vivia a ditadura civil-militar e a CHESF tinha na sua diretoria um coronel. A administração da companhia em Paulo Afonso era realizada por um militar e o município era sede de uma Companhia de Infantaria do Exército, que foi criada para garantir a segurança das usinas. Além disso, Paulo Afonso integrava a área de Segurança Nacional. O fornecimento de energia elétrica era um serviço considerado também de segurança nacional, portanto, enquadrado na Lei de Greve, que proibia esse setor de realizar greve. Nos meses de outubro e novembro de 1982, diante das mobilizações dos eletricitistas que realizavam assembleias, tropas do Exército foram deslocadas para as centrais de Paulo Afonso, além da mobilização das Polícias Militares da Bahia e de Alagoas, principalmente em Recife e Paulo Afonso. Foram dias de tensão, principalmente em Paulo Afonso, onde foi grande o número de militares a chegar à cidade (Nascimento, 2019, pp. 77-78)

Os trabalhadores mobilizavam a população sobre as suas reivindicações, através de panfletos produzidos pela organização sindical. O desfecho da greve foi de muita violência, resultando no espancamento dos líderes do movimento pela polícia. O

movimento foi desmembrado, com a interferência do Cardeal Arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão Vilela, que pedia o fim das greves e apelava para que a CHESF promovesse uma melhoria nas condições dos trabalhadores.

A primeira grande manifestação dos trabalhadores do São Francisco foi organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no ano de 1979, reunindo cerca de 2000 trabalhadores, que protestaram por boas condições de negociações com a CHESF, por causa do reassentamento a que seriam submetidos (Bonfim, 1999).

A segunda grande reunião de moradores da Petrolândia, na sua maioria trabalhadores rurais, concentrou-se em frente aos escritórios da CHESF, e reuniu mais trabalhadores, somando-se, ao todo, 5.000, no ano de 1980.

A terceira concentração, aconteceu, naquele mesmo ano, no Riacho Salgado, num tom comemorativo, pois conquistaram o mapa que exibia o tamanho do lago.

A quarta grande concentração ocorreu, ainda no mesmo ano, mobilizando 4.000 trabalhadores que reivindicaram terras para o deslocamento do povo de Petrolândia.

Em 1982, um grupo de manifestantes impedem o trabalho dos operários da CHESF, que retiravam pedra de um sítio na cidade da Glória na Bahia, onde viviam inúmeras famílias. Bonfim (1999), explica que, com o apoio do pólo sindical, a resistência e o impedimento das obras duraram 14 dias, e somente foram expulsos à base de muita violência.

No ano seguinte houve a 5ª concentração, reunindo 5.000 trabalhadores agrários de Petrolândia, que denunciaram a violência da última concentração e cobraram providências da CHESF, que não tomava as medidas acordadas com os moradores e agricultores. As concentrações reuniram mais trabalhadores, em 1984 e em 1985, sendo que, 8.000 mil moradores e trabalhadores de Petrolândia invadiram o estaleiro das obras da CHESF, ameaçando parar a obra da barragem se não fossem atendidos.

Já no ano de 1986, os trabalhadores organizados pelo pólo sindical, em Petrolândia, paralisaram a obra da Barreira de Itaparica durante seis dias e foram ameaçados de serem retirados pelo exército, porém, conseguiram estabelecer um acordo com a CHESF (Bonfim, 1999).

Foi através deste acordo que foi criado um projeto de reassentamento para a população de Petrolândia, no contexto da submersão pelo lago artificial, que seria criado pela CHESF para a produção e distribuição de energia elétrica e áreas de irrigação.

Nota-se que, a presença da CHESF no sertão nordestino modificou a dinâmica social da região, num primeiro momento, com a criação da Vila da CHESF, em que os trabalhadores que eram selecionados, entre os sertanejos, tiveram acesso a toda a infraestrutura social produzida pela empresa. A CHESF criou uma cidade no sertão da Bahia, em Paulo Afonso, contando inclusive com banco, comércio, áreas de lazer e uma pista de aterragem para facilitar a ida de engenheiros e autoridades governamentais.

Os moradores das regiões próximas tiveram a sua vida social alterada com o contacto da Vila CHESF, em que novas personagens e estruturas passaram a fazer parte das suas rotinas. Para a obra da barragem de Itaparica foi montado um estaleiro de obras na cidade de Petrolândia, que fez com que os moradores percebessem que o reassentamento era uma realidade, e somente lhes sobrava tentar um destino mais feliz que os reassentados de Sobradinho e Moxotó. Os impactos, então, que a CHESF levou para esta região, foram de tensão e conflito intenso. Bonfim (1999), destaca que a CHESF era conhecida pelos moradores de Petrolândia como “besta-fera”.

5.2. As obras da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva e o impacto na vida dos moradores da Aldeia da Luz

A freguesia da Aldeia da Luz era originalmente constituída por uma pequena população que estava demograficamente a envelhecer, a ficar economicamente menos ativa. O argumento para a construção da Barragem do Alqueva deu-se no campo socioeconómico pela necessidade de desenvolvimento e geração de empregos para a região do Alentejo (Velosa, 2009). As transformações socioeconómicas que as barragens levam para a população afetada dão-se, tanto no período de construção, como depois, já em funcionamento.

A região do Alentejo caracterizava-se pela seca predominante, pela falta de água e de recursos para a agricultura e, socialmente, pela fragilidade das populações, motivada pelo envelhecimento, pela falta de movimentação social, uma vez que as pessoas não eram atraídas para a região (EDIA, 2019).

Os objetivos gerais dessa gigantesca estrutura alterados ao longo de sucessivos reajustamentos, prendem-se com a constituição de uma reserva de água vital na luta contra a seca e a garantia do abastecimento de água regular as populações; a alteração progressiva do modelo de especialização da

agricultura no sul do país, disponibilizando 110.000 há de área de rega; a produção de energia hidroelétrica; o combate à desertificação física e populacional através da incrementação do mercado de emprego regional, a par da dinamização agrícola, industrial e turística – esta última apoiada no desenvolvimento de potencialidades turísticas possibilitadas por um espelho de água com 250km² de área e margens que ultrapassam os 1.000km de extensão (Saraiva, 2017, pp.66-67).

O projeto de intervenção no rio Guadiana teve início no ano de 1957 quando foi apresentado o Plano de Rega para a região do Alentejo. Já no ano de 1968 foi assinado um acordo entre os governos de Portugal e Espanha – Congresso Internacional Luso-Espanhol - para a exploração do rio Guadiana:

“previa já a construção da grande barragem, como elemento fulcral e incontornável de todo o empreendimento” (Saraiva, 2017).

No ano de 1976 iniciaram-se as obras das infraestruturas, mas, em 1978, as mesmas foram interrompidas. Somente no ano de 1993 é que se efetivou a criação da Comissão Instaladora da Empresa Alqueva, que se tornou mais tarde a EDIA, sendo as primeiras obras iniciadas apenas em 1995.

No ano de 1998 as primeiras betonagens são construídas para a barragem do Alentejo, que foi inaugurada em 2002, ano em que as comportas foram encerradas, permitindo o enchimento do lago artificial. As obras foram realizadas por imigrantes que chegavam da África e da Ásia, tendo o governo dado preferência para esta mão-de-obra, pelo baixo custo. A região do Alentejo, com baixa natalidade e o envelhecimento populacional fazem com que se tenha de recorrer a mão-de-obra, para a construção civil e para a agricultura, o que decorre de uma procura de imigração maior, para que as obras da barragem de Alqueva fossem concretizadas (Castro, 2011).

O Plano de Rega do Alentejo concretizou-se por meio da criação do EFMA, tendo a sua influência em 20 Concelhos, 15 barragens, mais de 40 elevatórios e reservatórios, mais de 250km de adutores primários, 2.000km de condutas e 120.000ha para rega. A albufeira conta com uma capacidade de 4.150 milhões m³ que atinge uma área de 110.000ha de rega (Saraiva, 2017).

Os imigrantes que compunham o quadro de funcionários da EDIA, moravam no próprio estaleiro de obras da empresa, pela impossibilidade de regressarem a casa. Neste contexto, muitas famílias passaram a ter convívio direto com os moradores da Aldeia da Luz.

No ano de 1998, quando as obras da barragem do Alqueva tiveram início, os moradores da Aldeia da Luz somavam uma média de 400 pessoas que viviam em 185 casas, quintais e tapadas. Estas pessoas dedicavam-se à agricultura do cultivo sequeiro e olivais, à criação de bovinos, caprinos e ovinos e, uma pequena parcela, ao cultivo de oleaginosas, pastagens, produtos agrícolas e cereais, atividades que eram desenvolvidas de forma familiar e, em alguns casos, por arrendamento de terras:

Nos quintais adjacentes às casas criavam-se animais de capoeira e cresciam árvores de fruto e, em pequenos canteiros, produtos hortícolas e ervas aromáticas, importantes na cozinha regional alentejana, como o poejo, os coentros e os alhos. Algumas famílias possuíam alguma vinha; as hortas, situadas ao longo do caminho conducente ao lavadouro público, forneciam legumes e frutos para consumo familiar. Havia cerca de seis casas que se dedicavam à criação de gado miúdo (ovino ou caprino) para venda ou fabrico do queijo; duas dessas unidades tinham também criação de gado grosso e uma terceira tinha investido no gado suíno (Saraiva, 2017, p.72).

A estrutura pública e comercial da Aldeia da Luz contava com pequenos comércio e vendedores ambulantes, uma escola primária e um jardim de infância, um centro de idosos e um posto de saúde. As casas tinham uma estrutura de terra e pedra, eram térreas e de caiado branco, construídas pelos próprios moradores com o auxílio de taipeiros e telheiros.

Nos anos de 1970 a aldeia foi agitada pela presença de técnicos e engenheiros que visitavam constantemente o local para realizar estudos no rio Guadiana. Todavia, o projeto parecia não sair da gaveta e os moradores não se apoquentaram mais com a barragem, tornando-se esta uma espécie de “mito” na região (Wateau, 2008).

Contudo, na década de 1990, a EDIA iniciou as obras que tirariam o sossego dos luzenses, e os levariam a novas preocupações, provenientes da construção da barragem. Wateau (2008), explica que a EDIA era uma empresa tentacular, intermediária dos projetos do governo, e era responsável, não somente pela construção da barragem e abastecimento de eletricidade e água para a região dos 11 Concelhos – entre o lado português e espanhol – que circundam a albufeira, tendo também a missão de preparar o futuro, no que concerne à economia, habitação, turismo e infraestrutura das localidades, que seriam afetadas com o empreendimento.

No ano de 1995 foi instituído um decreto, entre o governo e a EDIA, que proibiam novas construções ou obras de melhoria, quer de habitações quer de vias públicas, na aldeia. Desta forma, era evidente que a barragem seria construída, e a aldeia seria

submersa pelo lago artificial, criado a partir das águas do rio Guadiana (Oliveira A. , 2011).

A EDIA selecionava a sua equipa recorrendo a subcontratações de concursos públicos, de nível internacional. Sendo assim, são vários os atores que passaram a fazer parte da vida dos moradores da Luz, até mesmo um grupo de etnógrafos e arqueólogos que promoveram, na aldeia, escavações e estudos que iriam completar o acervo do Museu da Luz, que, por sua vez, fazia parte do plano de compensação devido à submersão da antiga Luz e de toda a sua história.

Assim, num primeiro momento, após a estruturação para a construção da barragem, os trabalhadores da EDIA, com a equipa de técnicos, em conversações com a junta de freguesia e os moradores da Luz, passaram a projetar um plano de construção da nova aldeia que, teoricamente, deveria corresponder ao original, embora construída a 3km de distância da antiga (Oliveira, 2011).

Técnicos, engenheiros e operários da EDIA passaram a conviver intensamente com os moradores da Luz, entrando em casas, tirando medidas, fazendo anotações, para que as obras pudessem corresponder ao património original de cada indivíduo proprietário, que receberia a indemnização.

No seio de um clima social e psicologicamente perturbado, todo o processo de conceção e concretização da nova aldeia foi, forçosamente, morosa e difícil. Ao longo de anos e de vários concursos públicos, formaram-se diferentes equipas que projetaram a aldeia, os vários equipamentos públicos e finalmente, aquilo que a EDIA denominou “o espaço monumental”, constituído pela igreja matriz, o cemitério e o novo museu projetado para a Nova Luz (Saraiva, 2017, p.77).

Percebe-se que o processo de reconstrução da Aldeia no outro local, foi marcado por conflito social entre os técnicos e projetistas da EDIA, e os moradores da antiga Luz. Para intermediar as diversas reivindicações dos moradores, quanto à projeção da Nova Aldeia, foi criado o Gabinete de Reinstalação da Aldeia da Luz, em que os moradores poderiam fazer reclamações e dar sugestões, como também atualizar-se, acerca dos projetos de reconstrução da nova aldeia.

Além da intensa convivência com os engenheiros, projetistas, arquitetos e técnicos da EDIA, os moradores da Luz passaram a conviver com outros agentes atraídos pela construção da barragem do Alqueva e pelo reassentamento da população: os jornalistas, os estudantes e a imprensa, em geral. Oliveira (2011), explica que entre os anos de 2001,

no processo de construção, e de conclusão das obras, em 2002, a Aldeia era frequentemente movimentada por este público, que tornava os acontecimentos da aldeia notícia diária nos noticiários:

“...durante três anos, quase sem parar, vieram milhares de pessoas visitar a ‘aldeia que ia desaparecer por baixo das águas’ (Oliveira A. , 2011, p. 4).

A aldeia não tinha condições para receber tantas pessoas que passaram a frequentar diariamente a velha aldeia. Assim, foi necessário reforçar o policiamento da aldeia com forças de segurança, além de fazer alterações nas estruturas de trânsito, com a construção de circuitos e colocação de placas, bem como a criação de estacionamento.

Quando a nova aldeia ficou pronta, estas pessoas foram, aos poucos, perdendo o interesse na história daquele local e as visitas tornaram-se menos frequentes, apesar de a EDIA ter prometido que uma das propostas era o estímulo ao turismo local, com toda a “atratividade” que o lago artificial poderia proporcionar.

Os moradores da Aldeia da Luz, a partir do ano de 1999, puderam acompanhar de perto as obras da nova aldeia. Desta forma, iam periodicamente verificar o processo de construção das novas casas, não deixando passar nenhum detalhe. Oliveira (2011), afirma que os moradores mediam as paredes para ver se correspondiam às da antiga casa e se iriam caber os seus móveis. Comparavam a sua casa com as dos vizinhos, para saber se não estavam a ser prejudicados, observavam se o chão era feito de xisto ou de marmorite, opinavam na cor das paredes, das janelas e das portas, tentavam ver no mapa dos arquitetos como estava programada a sua nova casa, etc.

Saraiva (2017), afirma que começou a existir muita tensão na reunião periódica dos técnicos da EDIA com os moradores, pois estes sentiam uma mistura de emoções, entre a vontade e a angústia que aquela mudança lhes iria proporcionar. Desta forma, as reuniões passaram a acontecer apenas, entre o Presidente da Junta de Freguesia e os representantes da EDIA. A situação estava tão complexa que os técnicos da EDIA começaram a entregar aos moradores as chaves da casa nova em troca das chaves da casa velha, para que não houvesse a possibilidade de eles quererem voltar à antiga aldeia.

Neste ponto, Oliveira (2011), explica que as casas da antiga aldeia, conforme iam sendo entregues para a EDIA, eram reocupadas pelos operários que estavam a trabalhar nas obras da barragem e na reconstrução da nova aldeia, na sua maioria estrangeiros:

“mão-de-obra barata proveniente das ex-colónias de Portugal como África e Goa, ou ainda dos novos polos de emigração europeia como a Ucrânia e a Roménia” (Oliveira A. , 2011, p. 5).

Horácio Guerra, ex-Presidente da Junta de Freguesia, exerceu um importante papel, na intermediação das negociações entre os moradores da Luz e a EDIA. Horácio descreve que tudo foi muito complexo, até mesmo fazer as pessoas entenderem que todas as casas da nova aldeia teriam, necessariamente, que ser novas, o que implicaria que, se o vizinho tinha uma habitação precária, iria receber uma casa nova, o que para muitos gerou uma situação de desconforto, pois quem já tinha uma casa nova na antiga aldeia, sentia-se prejudicado, perante o benefício daqueles que tinham uma casa velha e sem condições.

Todo o apego aos detalhes da antiga aldeia, mesmo que com a sua estrutura inferior, a nova era algo que os engenheiros da EDIA não tinham como retratar (Abreu, 2020), e, posteriormente, a EDIA não conseguiria repor. Horácio Guerra afirma que foram mais de 250 casas e quintais entregues, 11 estabelecimentos comerciais e 16 estruturas públicas, além das indemnizações em dinheiro, que a EDIA providenciou para que se construísse o que faltou, e também reparasse os erros cometidos nas obras. Porém, apesar das casas serem melhores, verificaram-se muitos erros nas construções, nas infraestruturas do cemitério e nas vias públicas, além de problemas com o abastecimento de água e saneamento básico (Abreu, 2020).

Sara Correia, atual Presidente da Junta de Freguesia, explica que, mal as pessoas chegaram à casa nova, logo se depararam com os inúmeros erros de construção. Não foram levadas em consideração as recomendações das pessoas, e nem as medidas das casas antigas, o que dificultou a mudança. Em muitos casos, as mobílias não couberam na nova casa, devido a problemas com dimensão, com as portas e janelas, todas feitas com dimensões mais reduzidas do que as das antigas casas.

Muitas reclamações também são feitas sobre as construções públicas, como o ginásio que foi feito sem cadeiras ou arquibancadas, logo, as pessoas não se podiam sentar para assistir aos jogos ou treinos, e também a praça dos touros, sem curros, local onde os animais são mantidos (Abreu, 2020).

A EDIA promoveu, antes da mudança para a nova aldeia, uma visita individual, em que cada família que iria receber, como indemnização, uma nova casa. Saraiva (2017), explica que estas visitas eram realizadas com dois representantes da EDIA, dois representantes da junta de freguesia e a família convocada. A visita era oficial, para a

entrega das chaves da nova casa e realização de uma vistoria final e verificação sobre se o acordo entre as diversas negociações tinha sido cumprido, conforme combinado.

Neste âmbito, Rodrigues (2005) enaltece a participação das mulheres na manifestação dos desejos de construção para a nova casa e para a vistoria, bem como na cobrança à EDIA de todos os direitos envolvidos no projeto de indemnização. As mulheres reivindicavam todos os detalhes e faziam inflamadas comparações com a casa dos seus vizinhos: “Se eu já tinha uma casa-de-banho e a minha vizinha não, então, se ela vai ter uma, eu quero duas!” (Rodrigues, 2005, p. 69).

Os moradores da Luz mostraram-se muito pacíficos e educados, mesmo diante da necessidade de cobrar uma postura mais respeitosa, por parte da EDIA, no cumprimento do acordo estabelecido. Os homens da Aldeia ainda se mostraram muito amigáveis, evitando conflitos e resolvendo tudo pacificamente. Já as mulheres, esbravejavam mais, e com maior frequência, quando cobravam dos técnicos da empresa aspetos das novas construções, e de igualdade de direitos relativamente aos seus vizinhos.

Sara Correia, explica que toda a construção da nova aldeia foi realizada por imigrantes:

Contrataram para a construção civil pessoas que eram imigrantes principalmente do Leste, pessoas que nos diziam que eram veterinárias na terra deles, que eram médicos, que eram professores, possivelmente eram uma mão-de-obra mais barata que não tinham o acompanhamento que deveriam ter, não havia fiscalização (Notícias, 2015).

O morador Reinaldo Santana concorda com Sara, e diz que frequentemente há novidades de maus acabamentos e erros na estrutura da nova aldeia, sendo os principais problemas de água e esgoto. O morador diz que aparecem muitos canos rotos e outros problemas que, como diz a moradora Graça, parecem “surreais” (Notícias, 2015).

Sara Correia salienta ainda que: “Foi tudo feito às três pancadas. A intenção daquela empresa foi mudar-nos e, a partir do momento que nos mudou, abandonou” (Notícias, 2015). Desta forma, a Presidente da Junta de Freguesia e representante da Associação de Jovens da Luz, diz que toda a construção da aldeia envolveu um tom de descaso por parte da EDIA, em que a intencionalidade estava longe de servir a algum interesse dos moradores que, por sua vez, tiveram que lutar muito para conseguirem a parca indemnização correspondente à mudança.

Horácio Guerra declara que toda a harmonia e companheirismo dos moradores da Luz acabou ali, pois as obras promovidas pela EDIA, provocaram no imaginário de todos, o sentimento de injustiçados, pois alguns dos seus vizinhos levavam vantagem, com a mudança da aldeia. O Presidente da EDIA, José Pedro Salema, concorda com a afirmação de Horácio Guerra e relata que esse mal-estar quanto às novas moradias e o sentimento de injustiça, se deve ao facto de alguns terem achado que a obra deveria ser lucrativa e que retirariam alguma vantagem nas construções. Então, quando viram os seus vizinhos, que na antiga aldeia tinham casas inferiores às que foram entregues na nova aldeia, sentiram-se em desvantagem e acusaram a empresa de toda a espécie de maldizeres (Producciones, 2008).

Outro momento de tensão, nas obras de reconstrução da nova Aldeia da Luz foi o momento de transladação dos corpos dos antepassados que estavam no cemitério da antiga aldeia. A área em que estava localizado o cemitério iria ser submersa e os moradores não aceitaram conviver com o facto de os seus antepassados irem parar no fundo das águas do Guadiana. Desta forma, num primeiro momento foi necessário que o novo cemitério fosse construído, para depois transladarem os corpos do antigo cemitério para o novo.

Uma retroescavadora levantava o solo do cemitério a fim de abrir espaço para a retirada dos corpos. Os trabalhos eram acompanhados pelos operários da EDIA, a equipa com 15 técnicos e auxiliares, além de uma equipa científica. Todo o processo era transmitido pela televisão no noticiário local. Foi a primeira operação deste tipo em Portugal, o processo foi demorado e doloroso para as famílias.

O novo cemitério foi alvo de inúmeras reclamações, pois os técnicos ignoraram as recomendações dos moradores. Como salienta Sara Correia, afirmando que eles avisaram os operários que deveriam deixar um espaço livre de 2,05 metros de comprimento para que as sepulturas coubessem (Abreu, 2020). Mas não foi isto que aconteceu.

Ocorreu que foram, no total, 250 corpos exumados do antigo cemitério, dos quais 45 corpos não couberam nas novas acomodações. O processo conseguiu, desta forma, tornar-se ainda mais doloroso para os moradores, porque os corpos tiveram que ser transferidos para urnas zincadas. O avô de Sara Correia estava entre estes casos, em que os corpos seriam mudados para urnas mais pequenas, “imagina o cheiro de putrefação na mudança das urnas” (Abreu, 2020).

O arquiteto Paulo Pacheco, funcionário contratado pela EDIA, era o responsável do projeto e não parou de cometer erros. Os moradores afirmam que o cemitério não foi pensado, não teve em conta que haverá a necessidade de mais espaço para os futuros corpos que habitarão o cemitério. Sendo assim, o espaço que o cemitério ocupa também foi alvo de críticas, pois segundo Sara Correia “não se pode morrer”.

Francisco Moita Flores, investigador de ciências forenses, que pertence ao Instituto Superior de Ciências da Saúde, ficou responsável como coordenador científico pela transladação dos corpos. Flores, então, emitiu um relatório, o qual descreve todas as dificuldades encontradas durante a transladação dos corpos e relata também os erros de construção que fizeram com que os corpos em putrefação desde 1995 fossem relocados em urnas zincadas.

Já para Carlos Silva, que é responsável pelo gabinete de informações da EDIA, os erros de construção devem-se à excessiva preocupação de reproduzir uma réplica fiel do antigo cemitério, procurando diminuir a mágoa dos moradores (Dias, 2002). Marques Ferreira, então presidente da EDIA no ano de 2002, os erros não ocorreram de forma generalizada e se houve diferença no tamanho das sepulturas é devido ao chumbo das urnas que dilatou as urnas.

O relatório de Flores alerta que, se for necessário sepultar uma pessoa “corpulenta”, isso não poderá ser feito no novo cemitério, porém, Marques Ferreira divulga como medida de tranquilidade para a população da Luz, que se agitava com todos estes acontecimentos e informações, e que seriam construídos de 4 a 5 sepulturas maiores, para que não houvesse necessidade de enterrar pessoas fora da aldeia (Dias, 2002).

O novo cemitério continua com problemas por resolver, pois como afirma Sara Correia, os arquitetos não projetaram um futuro para o cemitério com a inserção de novos corpos. Logo, é necessário ampliá-lo, abrir uma parede poderia resolver a questão, mas o arquiteto que fez o projeto detém os direitos autorais sobre a obra, pelo que a construção não pode ser alterada por outra pessoa. Tal só será possível se a Câmara de Mourão desembolsar cerca de 150 mil euros, com quase nenhuma ajuda da EDIA, para reparar o erro cometido proporcionando um local digno para enterrar os mortos.

Oliveira (2011, p.5), afirma que, por mais que a EDIA quisesse colocar panos quentes nas questões que aborreceram a população, “o processo não se fez sem conflito nenhum. Durante estes anos todos de preparação, de mudança e de reinstalação, o ambiente foi tenso e muitas vezes difícil de viver”.

Muitas são as reclamações dos moradores quanto às obras da nova Luz, abrangendo diversos aspetos da estrutura como os problemas com esgotos, os quais como Correia afirma, periodicamente é necessário abrir o chão para reparar os problemas com a canalização o que, além de causar um imenso transtorno à população da Luz, ainda resulta em duas situações controversas: a falta de água e o desperdício:

“E continuamos a consumir o dobro da água expectável porque há desperdício por canos mal unidos” (Abreu, 2020).

As insatisfações e exigências dos moradores quanto às obras de sua nova aldeia ultrapassaram todos os aspetos, como dos simbolismos e crenças da antiga Luz. Acredita-se que a aldeia foi fundada sob um manto sagrado, uma vez que, naquele local, teria aparecido Nossa Senhora e para cultivar esse laço de fé e memória, foi construída a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz, que na sua paisagem tinha ao lado o cemitério, compondo uma visão dupla de morte e redenção. No contexto da estrutura da igreja também estava localizada a praça dos touros, onde aconteciam as maiores celebrações e festas da aldeia, sendo a maioria interligadas ao calendário comemorativo da igreja (Saraiva, 2011).

A igreja matriz estava localizada a 1 km de distância da aldeia, o que lhe dava destaque na paisagem. Este edifício foi mantido junto ao Museu da Luz, construído também pela EDIA, para representar a identidade e memória dos Luzences. Para a construção da réplica da igreja os moradores e o padre exigiram que se transferissem elementos originais da antiga Igreja para a nova. Sendo assim, pedras e estruturas vitrais foram retiradas e colocadas na nova construção, bem como, conservadas todas as imagens e estátuas dos Santos que estavam no interior da igreja. Num primeiro momento foram levados para a capela, que ficava na região central da antiga Luz, para posteriormente serem levadas para a nova igreja.

Todo o sentimento de pertença dos moradores parece ter ficado junto às estruturas que foram demolidas antes da submersão. Correia explica que nada na nova aldeia lhes pertence e sim à EDIA. A igreja, a praça dos touros, as casas, falta muita documentação que comprove a propriedade dos moradores sobre as novas casas. Situação que se complica a cada dia, pois após quase 20 anos, alguns proprietários já faleceram e as casas, sem escrituras, foram abandonadas e não se sabe o que fazer com elas (Watteau, 2008).

Já autores como Oliveira (2011), afirmam que por mais dolorosa que tenha sido a mudança, mesmo diante de todos os erros e injustiças cometidas pela EDIA, a barragem era necessária como parte de um antigo projeto que prometia uma promoção de desenvolvimento regional com conseqüente impacto no progresso nacional:

Quase 80 anos foram necessários para que chegasse ao Alentejo a barragem de Alqueva. Agora que está construída, ainda serão necessários uns 20 anos para que se conclua o sistema completo de rega. Já custou 632 milhões de euros e até terminar ainda estão previstos 1. 800 milhões; também foi arrancado um milhão de árvores e ficaram submersos 25 000 hectares. Apostou-se no futuro duma região com imensos meios financeiros, esperando que se desenvolvam os meios humanos e económicos. Se o desafio é grande ou talvez pouco razoável, o futuro o dirá. Há que implementar uma política de participação pública aplicada, nos seus limites e ainda com certa dimensão experimental. Alqueva pode ser considerada como exemplo de concertação conseguida. Agora há que esperar os resultados de um verdadeiramente desenvolvimento sustentável para a região e, ainda mais importante, soluções de vida melhor para os seus habitantes (Oliveira 2011, pp.6-7).

A autora afirma assim, que a partir da barragem ainda há muito trabalho, para o desenvolvimento da região, o que ultrapassa, em muito, as iniciativas que a EDIA teve até ao momento.

5.3. O contexto de trabalho da CHESF e da EDIA

Nota-se que apesar das muitas semelhanças entre os dois empreendimentos, a interação entre trabalhadores e moradores ocorreu de forma diferente. A Petrolândia vinha de um processo traumático de deslocamentos forçados nas regiões vizinhas, o que fez com que os seus moradores já soubessem o desfecho daquela empreitada, e tomassem providências que os protegessem, face a possíveis injustiças nas indemnizações, ou até mesmo os desalojassem sem nenhuma garantia de moradia ou terrenos para a agricultura nas novas terras. Sendo assim, organizou-se um pólo sindical que os representou na luta face às mudanças previstas com o seu deslocamento para a nova Petrolândia.

Destaca-se ainda que para os trabalhos da CHESF foram contratados trabalhadores sertanejos, o que motivou muitas pessoas a abandonarem as suas terras e procurarem emprego nesta empresa.

Cunha (2012), revela que se faziam filas imensas e se aglomeravam à entrada da CHESF pessoas vindas de todo lado em busca de uma oportunidade de trabalho. Para a

realização dos empreendimentos das hidroelétricas, a empresa criou uma estrutura que se tornou uma autêntica cidade CHESF, o que atraiu ainda mais pessoas para o empreendimento, pois viam ali uma oportunidade de melhorar a vida e proporcionar melhorias às suas famílias.

Já para as obras do Alentejo, não houve uma preparação para acomodar e receber os funcionários da EDIA. O empreendimento foi feito com base no trabalho operário de imigrantes e aqueles que foram para a obra acompanhados de família, acabavam por ter um maior contacto com a população. Moradores revelam que as mulheres ucranianas limpavam as casas em troca de pagamentos (Producciones, 2008).

Saraiva (2011), explica que, o que causou maior aborrecimento aos moradores da Aldeia da Luz foi o facto da EDIA não corresponder à exigência deles para as suas futuras casas, de forma que o empreendimento acabou não sair como desejado. Os técnicos, projetistas, engenheiros que trabalhavam na EDIA tinham muita rotatividade, o que dificultava ainda mais o respeito pelos acordos assinados. Estes trabalhadores eram selecionados por concursos públicos.

Os moradores da Luz tiveram uma experiência um pouco diferente dos moradores da Petrolândia aquando da construção da barragem pois contando à época com cerca de 400 moradores, os Luzences não estavam familiarizados com tanta agitação que ocorreu nos anos das obras do Alqueva. Pela implantação do Museu da Luz, ainda houve estudos e explorações arqueológicas na região, o que gerou uma grande novidade para todos os que ali estavam. Foram três anos convivendo intensamente com uma agitação nunca experimentada.

Os relatos posteriores à mudança são de lamentações, quanto às más construções, em que foram encontrados erros que prejudicaram os moradores na acomodação na nova residência. Além do mal-estar causado pelas indemnizações, que seria o motivo do afastamento da amizade entre vizinhos, já que aqueles que possuíam um bom imóvel na antiga aldeia se sentiu injustiçado de receber a mesma indemnização que o seu vizinho que não tinha um imóvel em tão boas condições.

5. Discussão de Resultados

O presente capítulo tem por objetivo discutir os principais resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e da recolha de dados pela observação e pela oralidade. Visa demonstrar os pontos de identificação e diferenciação entre as duas regiões estudadas. Também é realizada a exposição de imagens e depoimentos que traduzem as memórias da Petrolândia e da Aldeia da Luz, e os impactos causados pela construção das barragens.

6.1. Entre a Petrolândia e a Aldeia da Luz: os impactos e as memórias que ficaram submersas

Este sentimento de perda, em nós é algo irreparável! É a herança que nos foi deixada. Mas com força que temos vamos construindo nosso novo lar. Baseado na nossa história – Adriana Gomes de Araújo ((Gota, 2020)).

O filme “Os narradores de Javé” trata da memória coletiva de forma muito peculiar. Narrando o drama vivido pela população de Javé, cidade do interior da Bahia que iria ser submersa para a construção de uma hidroelétrica, o filme discorre sobre as muitas lembranças e subjetividades que a memória produz. Os moradores da pequena cidade mostram resistência quanto ao reassentamento e submersão do local, de forma que lhes é proposto escreverem um livro, narrando toda a importância histórica da cidade a fim de salvá-la da submersão. Mas esta intenção não sai como seria de esperar e, a cidade, acaba debaixo das águas do lago artificial produzido para a construção da hidroelétrica.

O Canal da Gota (2020) promoveu um encontro, em que a participação de Paula Francinete Menezes Rubens, Presidente do IGH e Osmar Sales, ex-Vereador e Diretor do Colégio Municipal da Petrolândia, além de professor, enriqueceram os conhecimentos sobre a cidade. Tive o prazer de participar no debate, junto com o sociólogo Romário Hipólito e o mediador do Canal da Gota, Daniel Filho.

Paula Rubens explica que o IGH, que completou 4 anos em julho de 2020, nasceu da iniciativa de um grupo de amigos de resgatar a memória da cidade de Petrolândia, perpetuando-a através da digitalização de todos os materiais relevantes que contam a história da antiga e nova cidade. A presidente do IGH explica que todo o material tem o intuito de servir de apoio para a reconstrução histórica de Petrolândia. Por isso, é

disponibilizado, de forma gratuita e livre, todo o trabalho desenvolvido pelo IGH, à base do voluntariado (Gota, 2020).

Paula Rubens é autora do livro infantil “O Jatobá que virou mar” (2016) que, de forma lúdico-criativa, reconstrói a história de Petrolândia e o sentimento sertanejo de pertença dos antigos moradores da região. Paula afirma que o livro foi a semente para a criação do IGH de Petrolândia, e a inspiração para escrevê-lo veio da necessidade de preservação da memória da antiga cidade para as próximas gerações. O livro contém ilustrações que retratam a velha Petrolândia através das imagens captadas por Don Castro que captou, com perfeição, os marcos históricos das estruturas de Petrolândia, como a igreja matriz, a ferrovia, o cais etc.

Romero Hipólito explicou para o Canal da Gota (2020) que o contacto que fez com os moradores locais da antiga Petrolândia, incluindo grupos indígenas, lhe mostrou que, apesar das lamentações pela perda do seu território, os moradores, trabalhadores rurais que, como o sociólogo mesmo define, a massa dos cidadãos, não tinha a intenção de impedir a obra, mas sim envolver-se no progresso que estava a chegar à região.

A preocupação, no momento da construção da barragem, era a redução dos danos e a participação ativa no desenvolvimento prometido pela CHESF, com a modernização das técnicas agrícolas dos perímetros irrigados. Isto permitiria a diversificação de culturas, além da otimização do plantio e da colheita, melhorando assim o agronegócio da região. Todavia, Hipólito afirma que as transformações estão por concluir, pois ainda há muita luta e resistência dos trabalhadores da região na reivindicação pelas melhorias que foram prometidas, e são esperadas até aos dias atuais.

Osmar Salles de Oliveira mostrou-se uma fonte inesgotável de conhecimento entre a velha e a nova Petrolândia. Salles revela que a CHESF fez algumas obras que ficaram inacabadas, para enganar os trabalhadores rurais. O ex-vereador revela que o que pediu foi a construção de uma faculdade de agricultura, pois as que existiam na região eram longe e ali existiam todas as condições para a construção da Instituição de Ensino, o que ajudaria os trabalhadores rurais a aproveitarem os recursos fornecidos pela CHESF para desenvolverem os seus agronegócios (Gota, 2020).

Eu nasci em Petrolândia, no dia 6 de setembro de 1938. Estudei naquele grupo escolar em frente à casa de D. Laurinda, naquele grupo escolar, Escola Reunida 10 de Novembro e eu estudei lá. De lá ele sai e conversando com madrinha Preta, era uma madrinha que eu adorava e ainda gosto dela, mas era pretinha, pretinha e eu amei aquela mulher, o meu Deus... então, madrinha Preta me colocou para estudar

depois do primário com Mozar, um locutor de Pantaleão dos Santos e eu ia toda tarde de duas horas, aquele molequinho ia para lá para aprender matemática. E aprendi, tanto aprendi, que meu pai me levou para um colégio salesiano de Cajazeiras, na Paraíba [...] E aí me levou para Cajazeiras, na Paraíba e eu fiquei internado lá, eu e Armando, durante 3 anos. Lá, nós aprendemos muitas coisas. [...] passava férias em Petrolândia e em Petrolândia encontrei d. Marisa, minha esposa, hoje com quatro filhos, quatro netos e eu fiquei lá e muito bem.

Eu tenho mais saudade da convivência, da frequência, da Igreja, das rezas, da festa de São Francisco, e outra coisa, do pessoal de Petrolândia, que cuidava da cidade [...] depois aconteceu uma mudança na secretaria da fazenda, mudou o imposto. Então todos os comerciantes que deram a vida por aquilo ali, se perderam. Só sobrou João Rodrigues que botou os filhos para trabalhar, João Leal que botou os filhos para trabalhar e o restante perdeu tudo – Osmar Salles de Oliveira (Gota, 2020).

Expondo as memórias da sua vida, Oliveira revela pedaços da Petrolândia. Daniel Filho informa que o mesmo problema, vivido por Petrolândia, está voltando em forma do projeto de construção de centrais nucleares no interior do Sergipe e “com as mesmas falácias de progresso para a região” (Gota, 2020). Paula afirma que o argumento mais convincente da CHESF, junto da população petrolandense, era de que todos teriam emprego e isso era um sonho na época, pois para ter emprego era necessário deslocar-se para São Paulo.

Paula afirma que a CHESF realmente levou o emprego para Petrolândia, mas não da forma prometida. Ela conta a sua história pessoal como trabalhadora no Banco do Brasil, que só se instalou em Petrolândia devido à empresa. Afirma, também, que muitas pessoas que ela conhece são funcionárias da CHESF até aos dias de hoje. Refere ainda que houve um grande desenvolvimento comercial e aumento populacional. Paula divide a população de Petrolândia em área rural e área urbana, e relata que houve uma grande luta do povo da área rural, mas a população urbana não se organizou como deveria, havendo a nítida diferença entre a organização sindical e a associação dos moradores organizada pela paróquia da cidade (Gota, 2020).

Paula afirma que, economicamente, a cidade ganhou, mas, socialmente, perdeu e muito, com o deslocamento para a nova Petrolândia.

Hipólito complementa lembrando que, no início da construção da barragem, em 1979, o Brasil era governado por um regime militar, o que se refletiu na falta de espaços para questões e diálogos, não permitindo que se colocasse na agenda os interesses locais. Como mencionado por Osmar Salles de Oliveira, era necessário que houvesse a criação de instituições que oferecessem cursos de especialização e capacitação da mão-de-obra

agrária. Hipólito concorda, afirmando ser imprescindível que o projeto irrigatório e de desenvolvimento para o agronegócio nordestino, promovido pela CHESF, viesse acompanhado da capacitação para o trabalho agrícola (Gota, 2020).

Revivendo as memórias da cidade, Osmar Salles de Oliveira relembra:

Na igreja da cidade nova tem um crucifixo e a madeira do crucifixo é de jatobá, e eu fui buscar em um jatobazeiro já em baixo. Eu mandei fazer um e coloquei na Igreja de Petrolândia, de Petrolândia mesmo (a antiga) e de lá eu transferei para a Igreja nova. Mas não foi por isso ou por aquilo não, foi porque eu pedi ao bispo “Este crucifixo é isso, aquilo, aquilo outro...” Não mas ia comprar um dourado, não sei o que...eu digo, deixe, o de jatobazeiro mesmo – Osmar Salles de Oliveira (Gota, 2020).

Oliveira afirma que é necessário despertar as crianças da cidade, no sentido de alterarem o futuro imposto, à Petrolândia, na medida em que lhes seja proporcionada uma educação básica de qualidade, para que possam qualificar-se e, realmente, trabalharem pela cidade.

6.1.1. Comparação das transformações nas atividades económicas e sociais de Petrolândia e da Aldeia da Luz.

A revisão da literatura possibilitou a compreensão de como ocorreram as atividades empreendedoras da CHESF e da EDIA, tendo como maior característica diferenciadora, entre as duas localidades pesquisadas, o estímulo às atividades económicas nas regiões, após a construção das barragens, o que resultou em caminhos diversos para os locais submersos, objeto da presente pesquisa.

A CHESF foi uma alavanca para a economia e atividades produtivas da Petrolândia, talvez não tanto pelo seu plano de irrigação, mas pela própria construção da barragem. Com a Vila CHESF, o desenvolvimento para a região do interior da Bahia e Pernambuco, proporcionou o acesso a bens e serviços que eram raros ou precários.

Nascimento (2019) classifica a modernização que a empresa levou ao nordeste brasileiro, de excludente, pois a Vila CHESF separava-se da localidade da Vila Poty, por muros que restringiam o acesso da população às infraestruturas e serviços fornecidos aos funcionários da empresa. José Renato Melo da Silva, citado por Nascimento (2019), afirma que o empreendimento realizado pela CHESF representava todo o esforço do governo federal para a modernização industrial do país. A empresa tornou-se uma

autêntica cidade dentro de outra cidade, com uma proporção enorme e que causou uma situação, no mínimo embaraçosa, com os moradores da Vila Poty:

[...] um sério problema ao governo municipal. [...] Paulo Afonso era uma cidade dividida em duas, a “Vila CHESF” e a “Vila Poty”, e isto criou uma situação se não embaraçosa, interessante: a presença de dois poderes, de duas administrações paralelas, cada uma em domínio próprio, ou seja, a “Vila Poty” administrada pela Prefeitura Municipal, com a ajuda econômica da Companhia, e a “Vila CHESF” administrada pela empresa, que não admitia nem a derrubada do muro, exigência da população por muitos anos, nem a interferência do poder público municipal na área, alegando, para isso, tanto a questão de segurança das centrais, situadas logo após a área residencial da Companhia, e separada desta também por sua outra cerca, como o fato de a Prefeitura não poder administrar os seus limites. Isto criou um clima de insatisfação e deixou o poder público municipal bastante frágil (Silva, 1985, p.34 apud Nascimento, 2019, pp.102-3).

Na realidade, a CHESF estava muito mais ligada ao desenvolvimento nacional do que ao regional. Para o critério da região escolhida para a construção das centrais hidroelétricas que movimentariam os setores industriais do Brasil, foi escolhido o Nordeste, por ser uma região já marcada por crises e disparidades econômicas comparadas ao centro-sul do Brasil.

As obras de Paulo Afonso representavam para setores defensores da industrialização do Brasil a vitória do progresso e da modernidade. A exaltação às transformações operadas pela construção das centrais e a chegada de energia hidroelétrica em todo o Nordeste foram estratégias utilizadas pela empresa e pelos governos. A companhia realizava ritos religiosos, festivos e cívicos junto aos trabalhadores e à comunidade para celebrar as realizações (Nascimento, 2019, p.101).

Contando com recursos da União, dos estados, dos municípios e apoio do Banco Mundial, a CHESF declarava que iria suprir todos os problemas de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. O seu corpo de operários foi criado com engenheiros vindos do centro-sul do país, que responderam ao apelo, que a empresa difundia, em faculdades de engenharia e no jornal do Rio de Janeiro:

Engenheiros-militares foram contratados graças à influência de um dos diretores da CHESF, coronel e também professor do Instituto Militar de Engenharia (IME). Nenhuma contratação de pessoal sofria influência política. O grau de autonomia financeira e administrativa de que a CHESF desfrutava junto ao Governo Federal era de completa independência (Oliveira, 2013, p.7).

O quadro foi imposto por alguns estrangeiros que estavam refugiados na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, o que gerou um programa de intercâmbio com a Escola de Engenharia do Pernambuco e a França. Agregando-se a vida local do Nordeste, os sertanejos foram convocados para o trabalho das centrais:

[...] ao lado da férrea defesa de seus princípios industriais, a direção da CHESF sabia engendrar uma forte ligação emocional com o pessoal sob seu comando, combinando um modo paternalista autoritário de gestão com os feitos de sua equipe (Oliveira, 2013, p.8).

Construindo, de início, um acampamento que, num curto período de tempo, se tornou cidade, a CHESF proporcionou aos seus funcionários e a alguns jovens da Vila Poty, escolarização e capacitação profissional. Oliveira (2017) afirma que a CHESF utilizou o centro urbano da Vila Poty como recrutamento de mão-de-obra, para os trabalhos nas centrais que estavam a ser construídas. As obras eram difíceis de realizar devido às dificuldades naturais da região e ao isolamento local. A cada etapa concluída, os funcionários e dirigentes comemoravam:

Figura 44 - Funcionários da CHESF nas obras da central Paulo Afonso



Fonte: (Times, 2020)

Nota-se, assim, que o empreendimento da CHESF integrou o povo nordestino, que também participou, ativamente, na grande obra de engenharia nacional que se

impunha na região. A inauguração da central foi enaltecida em músicas de artistas nordestinos como Luís Gonzaga e Zé Dantas:

*Paulo Afonso
Delmiro deu a ideia
Apolônio aproveitou
Getúlio fez o decreto
E Dutra realizou
O Presidente Café
A Usina inaugurou
E graças a esse feito
De homens que têm valor
Meu Paulo Afonso foi sonho
Que já se concretizou
Olhando pra Paulo Afonso
Eu louvo o nosso engenheiro
Louvo o nosso cassaco
Caboclo bom, verdadeiro
Pois vejo o Nordeste
Erguendo a bandeira
De ordem e progresso
A nação brasileira
Vejo a indústria gerando riqueza
Findando a pobreza
Ouço a usina
Feliz mensageira
Dizendo na força
Da cachoeira
O Brasil vai,
O Brasil vai,
Vai, vai
Vai, vai
(GONZAGA; DANTAS, 1959).
(IGHP, 2020)*

Os nordestinos, naquele momento, estavam empolgados e esperançosos, quanto aos empreendimentos realizados pela empresa CHESF. A partir da inauguração de cada central, a dinâmica socioeconômica do sertão baiano e pernambucano ia se alterando, configurando-se em transformações na rotina daquela pacata e secular população. A cada

nova inauguração, mais trabalhadores sertanejos e engenheiros de toda parte do Brasil, eram contratados e o acampamento ampliado.

Em 1952 foi construída a segunda escola do complexo, nomeada de Murilo Braga, e foram, também, construídos, uma maternidade, um complexo hospitalar para tuberculosos, alojamentos para operários solteiros e para professoras, e também armazéns. Nascimento (2019) afirma que, já no ano de 1958, a Vila CHESF contava com 4.500 moradores e a Vila Tupy com 13.000:

A construção do complexo de centrais hidroelétricas em Paulo Afonso ocorreu no período de aproximadamente 30 anos. A expansão das usinas ocasionou o crescimento da cidade, impactou o desenvolvimento da região e a consolidação da CHESF como maior empresa do setor elétrico do Nordeste e uma das maiores do Brasil. O período de construção das centrais imprimiu transformações socioculturais em caráter acelerado para Paulo Afonso e a região Nordeste. A nível local, as transformações começaram pelo acampamento. A população residente habitou residências dotadas de água floculada, filtrada e clorada, instalações sanitárias e iluminação elétrica. Passou a ter, para garantia de alimentação, um armazém de subsistência e um restaurante, organizados pela companhia (Souza, 1955 apud Nascimento, 2019, p.104).

Porém, apesar de os sertanejos se tornarem trabalhadores da CHESF, que passou a fazer parte integrante da cultura regional, os trabalhadores rurais viram, na construção das barragens, uma grande ameaça para a sua atividade econômica. No ano de 1979 foi criada uma organização sindical, denominada de Pólo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco, para que a luta pelos direitos de posseiros, arrendatários, sem terras, e os pequenos produtores rurais da região, fosse organizada, na intenção de protegê-los dos prejuízos que a construção das barragens lhes estava a causar (Bonfim, 1999).

O sindicato organizou os trabalhadores rurais do São Francisco e, num primeiro momento, informou-os sobre as intenções da CHESF e as consequências que daí poderiam resultar, para as atividades econômicas da região. Foi através do Boletim Informativo “Terra por Terra na margem do Lago” que o sindicato expressou as suas reivindicações, que eram o mapeamento da área, a ser inundada, para apreciação e estudo da comunidade, a distribuição de terras para as famílias reassentadas, conforme a Lei n.4.504/64, e a construção de casas em locais de escolha da comunidade, junto a postos médicos, escolas, estradas e toda a espécie de infraestruturas públicas básicas para a vida

em sociedade e assistência às famílias, bem como uma indenização justa, negociada com os proprietários da região (COTAG, 1979)

O boletim da COTAG (1979), revela que, até à data de elaboração do boletim informativo, a CHESF não se havia posicionado quanto às reivindicações dos trabalhadores rurais, não os informando, inclusive, da dimensão correta da área que seria inundada:

Até ao momento, a CHESF não deu qualquer resposta e encaminhamento a esta reivindicação. Isto para os trabalhadores da área e para o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais como um todo, significa um desrespeito pelas necessidades e sugestões concretas por eles legitimamente apresentadas. As comunidades e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da área, frente à situação que será criada, caso não seja atendida a referida reivindicação, estão dispostos a resistir e tomar as medidas que forem necessárias (COTAG, 1979, p.1).

O sindicato que, no Boletim, já anunciou resistência às obras da CHESF, caso as reivindicações não fossem atendidas nos prazos estipulados, organizou confederações, que reuniam mais de 5.000 trabalhadores, e pressionavam a empresa a atendê-los. O Governo federal, através do Ministério de Minas e Energia, formou um grupo de trabalho para que fosse possível estudar a proposta daqueles trabalhadores.

No ano de 1981, reconhecida a necessidade de negociação entre os trabalhadores e a CHESF, foi entregue uma proposta do sindicato, com a localização do reassentamento para a população que seria deslocada pela inundação, provocada pela barragem de Itaparica. A partir daí, inúmeros confrontos fizeram parte do cotidiano do povo sertanejo. Bonfim (1999) explica que, já no ano de 1982, houve um sério confronto entre trabalhadores que estavam em manifestação, e polícia:

Um grande confronto entre a polícia e os trabalhadores ocorre em 1982, no município de Glória. Os trabalhadores rurais impedem a CHESF de retirar pedras e outros materiais para as obras da barragem, de um sítio onde viviam dezenas de famílias, na localidade de Caruru, acampando na estrada e impedindo o trânsito das máquinas. Após 14 dias de resistência, com o apoio do Pólo Sindical, os manifestantes foram expulsos com violência e, após negociações, os atingidos são reassentados provisoriamente (Bonfim, 1999, p.4).

As confederações continuaram, desta vez, a expor, além das reivindicações, denúncias da violência praticada contra os trabalhadores que lutam pelos seus direitos. Em 1984 e 1985 os trabalhadores rurais continuaram a dificultar as obras da CHESF.

Destas manifestações resultaram conquistas, que foram fruto da concentração dos trabalhadores, com apoio popular e dos governantes que faziam oposição ao projeto, com a organização do Pólo sindical.

No ano de 1986, foi oficializado um acordo, que garantiu aos reassentados, terra para o plantio, casa para moradia, uma indenização justa a cada proprietário, o pagamento de salários para os trabalhadores, até que a produção iniciasse o ciclo de rendimento, e a participação ativa dos trabalhadores rurais nas decisões do reassentamento. Bonfim (1999) afirma que, com o acordo, ficou claro que, na realidade, a CHESF não tinha tido, até então, qualquer preocupação com um planejamento sério, para que a população de Petrolândia tivesse os seus direitos garantidos, e não sofresse prejuízos com a construção da barragem de Itaparica.

Uma moradora e ativista, em especial, fez parte desta história de forma intensa, D. Maria José, D. *Dedé*, como era conhecida entre vizinhos e companheiros de luta sindical. Era filha do Sr. Braz Coriolano e de D. Enedina, residentes no sítio Mato Grosso, em Petrolândia (Ramalho, 2019).

À frente da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, D. *Dedé* dedicou-se intensamente à causa dos reassentados, ainda nos anos de 1970 e na década de 1980, especialmente no reassentamento da povoação de Itaparica. Além da sua atuação sindical, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, em Petrolândia, e da Secretaria da Mulher. Ramalho (2019) relata que D. *Dedé* era uma mulher profundamente religiosa e deu continuidade à via-sacra na Agrovila 1, que teve início com seus pais:

Um fato que bem ilustra a liderança comunitária de Dona Dedé foi o plebiscito organizado por ela para a escolha do santo padroeiro da Agrovila 01 do Bloco 01, do Projeto Barreiras, onde foi construída uma humilde capela que em nada lembra a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, cujo padroeiro e suas relíquias foram transferidos do povoado de Barreiras para o Projeto Apolônio Sales. A Agrovila 01 do Bloco 01 elegeu a Padroeira Santa Ana (Sant'Ana), indicada por Dona Dedé (Ramalho, 2019).

D. *Dedé* faleceu aos 81 anos, no dia 3 de dezembro de 2019. José Maurício, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou: “*Petrolândia não conhece a sua história. Se aqui estivesse sepultada uma pessoa rica, de classe alta, um intelectual, com certeza este cemitério estava lotado*” (Ramalho, 2019).

José Maurício ainda afirma que D. *Dedé* representou uma grande lição de vida:

“[...] hoje estou muito triste pois estamos a perder uma pessoa que trabalhou tanto por esta cidade, por este povo, tão necessitado e a gente fica triste por isso” (Ramalho, 2019).

Oswaldo, líder do movimento sindical de Petrolândia, completa:

Hoje é um dia muito triste para o movimento sindical e também um dia muito triste para Petrolândia, nós perdemos uma grande liderança do movimento sindical. Você falou que ela acompanhou essa luta desde a década de 80, mas ela acompanhou essa luta desde a década de 70. Na década de 70 quando foi criado o movimento sindical, quando foi criado o sindicato de Petrolândia, ela, Dona Dedé, já fazia parte deste processo. E aí na década de 80 quando se travou a luta do movimento sindical, ela teve um papel tão importante aqui na região, onde ela foi de casa em casa, onde ela conversou com cada família orientando dos impactos que essa barragem iria causar. Então ela teve um trabalho muito bonito, muito importante nesse meio social e também na década de 80 podemos dizer que foi um momento importante, que é onde foi fundado o Partido dos Trabalhadores de Petrolândia e ela foi um dos pivôs principais daquele momento (Ramalho, 2019).

Oswaldo lamenta que a juventude não tenha conhecimento de uma luta tão importante como esta, e afirma que esta é uma história que deve ser sempre lembrada. D. Dina, que foi diretora da Secretaria da Mulher junto com a D. Dedé, revela:

“Não tenho palavras para dizer o quanto a Dona Dedé faz falta neste momento” (Ramalho, 2019).

Figura 45 - D. Dedé



Fonte: Ramalho (2019)

Já para a Aldeia da Luz, a relação entre moradores e a EDIA, ocorreu de forma diferente. Quando a EDIA iniciou a construção da barragem do Alqueva, a Aldeia da Luz contava com uma média de 400 habitantes, entre os quais, a maioria, compunha uma população idosa. Esta realidade era constatada por toda a região do Alentejo, e este pode ser um dos fatores que influenciaram a EDIA na procura de trabalhadores estrangeiros.

Diante dos inúmeros conflitos e propostas dos moradores, que conversavam diretamente com os técnicos da EDIA, os engenheiros e demais funcionários, que eram responsáveis pela elaboração das plantas de construção da nova aldeia, eram substituídos com uma alta frequência.

Apesar de os moradores já não acreditarem nas obras da barragem, dadas as constantes interrupções, quando as primeiras betonagens foram construídas, no ano de 1998, um grande alvoroço tomou conta da região, e a preocupação com o reassentamento passou a fazer parte do quotidiano daquela população.

Na intervenção junto dos técnicos da EDIA, as mulheres da Luz tiveram um papel de grande importância, pois eram elas que, frequentemente, iam ao escritório da EDIA reclamar ou reivindicar, perante os planos de construção das novas moradias, e acompanhavam todos os passos das obras realizadas pela empresa.

Saraiva (2017, p.209) afirma que:

[...] o projeto da nova Aldeia obrigou a um processo de autoconhecimento e de autoestima, fazendo valer interesses de família e interesses de grupo. Espaços domésticos e espaços coletivos, onde os mundos das mulheres e dos homens são desvendados em diferentes momentos e diferentes tempos da vida da comunidade.

A autora afirma ainda que, todo o processo de construção da nova Luz foi marcado pelo conflito e pela dor, sentimento que os moradores desenvolveram devido ao contacto com essa nova realidade, e que foram obrigados a aceitar, foi de frustração, desconfiança e isolamento social. Reino (2017) complementa, afirmando que as moradias para os Luzences possuem um grande simbolismo:

Esta simbologia revela -se no investimento, tanto material como afetivo, depositado nas casas, pelo valor simbólico que está associado às habitações e por uma sobreposição do valor simbólico ao valor de uso. Uma viúva dizia-me «t udo o que tenho aqui foi feito com o suor dele». Os habitantes construíram as habitações como um espaço individualizado, fortemente demarcado face ao exterior. Isto significa, que

as habitações são um projeto que estrutura todo o modo de vida, onde encontramos um significativo investimento simbólico e afetivo (Reino, 2017, p.7).

O autor, que fez um interessante trabalho de recolha de depoimentos, revelou que um dos moradores lhe contou que, para ele, a casa construída na antiga Luz, era “como se fosse uma filha, construí-la desde a raiz e foi crescendo aos poucos, aos poucos...” (Reino, 2017, p. 7).

Nota-se, desta forma, que, enquanto a maior preocupação dos habitantes de Petrolândia era com as indemnizações, principalmente com as condições da terra, para o trabalho na nova cidade (não que não se preocupassem com suas novas moradias, pelo contrário, mas a luta maior se deu no âmbito das atividades económicas), enquanto para os Luzences, cada passo da construção das novas casas importava muito. Como explicado por Reino (2017), as casas representavam toda a estrutura social da Aldeia da Luz, até mesmo a hierarquia, compreendendo, assim, as habitações, como um objeto de estabelecimento e manutenção de normas da sociedade.

Desta forma, o projeto de casas semelhantes foi alvo de intensos conflitos, que marcaram todo o processo de construção da nova Luz. As pessoas que tinham boas casas, na antiga aldeia, não aceitavam o facto do seu vizinho, que tinha uma habitação precária, ser indemnizado com o mesmo critério de construção, o que tornava as duas casas similares. Queriam que a sua casa fosse maior ou mais bem acabada, para equiparar as diferenças que se faziam presentes na antiga Luz.

As reuniões entre os técnicos da EDIA e os moradores da antiga Luz tiveram de ser interrompidas, diante dos imensos conflitos sobre estas e outras questões, que a empresa entendia como situações sem importância.

Mesmo diante de inúmeras exigências e organizações de moradores, como em Petrolândia com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e na Aldeia da Luz representada pela junta de freguesia, as novas construções geraram grande insatisfação nos moradores, além de prejuízos.

Figura 46 - Casa da antiga Aldeia da Luz



Fonte: Xarutys33⁵⁷ (2012)

Horácio Oliveira, atualmente com 90 anos de idade, relembra que foi uma grande luta, para garantir que os moradores da antiga Luz pudessem ser indenizados, de forma justa, e a aldeia fosse preservada, no projeto das novas construções. Para Horácio, a luta não valeu de grande coisa, e ele explica que foram entregues 250 parcelas, entre quintais e casas, 11 equipamentos coletivos e 16 estabelecimentos comerciais:

Respeitou-se o que foi possível na construção. E o que ficou por fazer, a EDIA pagou para que se concluísse. E para que se refizesse o que estava errado. A questão é que “o dinheiro não ajudou a minimizar o desgosto nem a resolver a maior parte dos problemas estruturais do novo povoado (Abreu, 2020).

O senhor ainda afirma que este é o motivo, pelo qual os antigos moradores da Luz, não se sentem como pertencentes à nova aldeia. Ele relata que as estruturas das casas e das vias públicas são melhores na nova aldeia, mas existem muitos problemas de saneamento e fornecimento de água.

A Presidente da Câmara de Mourão, Maria Clara Safara, afirma:

“passados estes anos, ainda temos aqui alguns problemas que nem devíamos ter”.

Para ela, os problemas de saneamento e fornecimento de água nem deveriam existir, pois trata-se de uma aldeia nova, porém, afirma que são fruto da “falta de fiscalização, na altura em que a aldeia foi construída”. Campanário (2020) e Saraiva (2017) recupera depoimentos que transmitem a situação dos problemas da infraestrutura que hoje atingem os moradores da Luz (Campanário, 2020), (Saraiva 2017, p.15):

⁵⁷ O vídeo é resultado da reunião de acervos pessoais de moradores da antiga Aldeia da Luz. Foi realizada uma montagem de imagens que retratam toda a paisagem e estrutura da antiga Luz.

*Perdemos a água de beber
Que é do melhor que há
Certamente que o dirá
Quem está bem a conhecer
A nenhum dará prazer ver tudo isto acabar
Certamente vamos ficar
Muito mais mal servidos
Dá-me cabo do sentido
Quando me ponho a pensar – João Chilrito Farias
(Saraiva, 2017, p. 15).*

O poeta de Alqueva prossegue:

*Quem nunca ouviu falar
Na Barragem do Alqueva
Pelo jeito que levas
Nossa Aldeia vai acabar
E nós temos que abalar
Daqui para outro lado
Porque já está marcado
Aonde as outras vão fazer
É verdade podem crer
Estou muito preocupado
João Chilrito Farias
(Saraiva, 2017, p.19)*

Figura 47 - A barragem do Alqueva



Fonte: Acervo pessoal

Outro problema é o cemitério que foi construído de forma a não suportar a necessidade de sepulturas a longo prazo. Safara afirma que:

[...] há sepulturas de familiares que já podem ser utilizadas, mas há outras que ainda não, e nós não quereríamos ter que levar os corpos para Mourão e mais tarde serem trasladados para aqui, que seria a solução (Diário Campanário, 2020).

Estes problemas são decorrentes dos serviços de construção da nova aldeia pela EDIA, que gerou uma grande insatisfação nos moradores que, até aos dias atuais, ainda procuram a escritura das suas novas propriedades, como visto anteriormente.

Na Petrolândia, o resultado do reassentamento não foi diferente. Passados 32 anos, há moradores que ainda não sabem onde ficam os respetivos lotes de terra. A coordenadora do Pólo Sindical do Pernambuco, que também é moradora dos perímetros irrigados do sistema Itaparica, Genilda Lindaura da Silva, afirma: “[...] são mais de 25 mil famílias, há mais de três décadas, vivendo apenas de promessas e sonho (Calvino, 1990).. Genilda prossegue:

Tem gente que até hoje não sabe onde é o seu lote, outros não têm nem abastecimento de água. E para viver, tem que fazer continhas para poder plantar e trabalhar. Sem falar daqueles que já morreram sem ver o acordo com o governo cumprido. Queremos apenas viver com dignidade (Calvino, 2019).

Nota-se aqui, que, tanto na Petrolândia como na Aldeia da Luz, há sérios problemas com o abastecimento de água e com o saneamento, situação que se mostra contraditória, em relação aos propósitos de progresso da CHESF e da EDIA.

Nas duas regiões percebe-se, também, que os problemas, quanto às regularizações das indenizações ainda persistem, tendo por consequência, como no caso de Petrolândia, famílias que estão ainda esperando a indenização pela sua propriedade ou lote de terra:

A parte que a água cobriu, o governo adquiriu outras terras. As condições iniciais eram que em todas as etapas cada família receberia apoio técnico e contrapartida financeira. Mas as fases não foram mais cumpridas e não receberam mais as compensações. Até hoje tem família esperando (Calvino, 2019).

Entende-se, assim, que as empresas CHESF e EDIA não cumpriram os acordos assinados com as populações reassentadas. No caso da Petrolândia, em específico, muitos processos foram realizados ao longo dos anos, tendo, em 2018, o Tribunal de Contas da União, promovido um acordo que transferiu parte da infraestrutura da CHESF para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODAVASF).

O então diretor da CHESF João Henrique Franklin, afirma que não é obrigação da empresa gerir ou manter perímetros irrigados, e que a sua atividade é produzir e comercializar energia. Quanto ao acordo com a CODAVASF:

Este processo começou em 2015 e, naquela época, comunicamos a todos que a partir dessa nova modalidade não teríamos mais responsabilidade. Em dezembro de 2018 foi assinado o termo de conciliação no sentido de fazer o processo definitivo de transferência dos equipamentos comuns. Vamos começar com uma experiência piloto e depois mais nove etapas. Esse documento é o que deve reger qualquer encaminhamento a partir dessa audiência (Calvino, 2019).

Já para o Diretor da CODAVASF, Luís Casado, o acordo vai levar melhorias para os perímetros irrigados: “A partir daí vamos até pensar em novos investimentos. O acórdão está pendente de homologação e, logo que isso acontecer, vamos fazer os ajustes” (Calvino, 2019).

Para Reive Barros, Secretário do planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, o problema maior é a falta da cultura de manutenção:

[...] o desafio é garantir a manutenção, não temos essa cultura. Inauguramos hospitais e dez anos depois constatamos que não houve continuidade. Além disso, precisamos ter um modelo de produção com assistência técnica rural. Devemos também encaminhar para a autossustentabilidade do projeto (Calvino, 2019).

Já para Maria Givaneide dos Santos, Diretora da FETAPE, é necessário que os trabalhadores rurais, juntamente com as prefeituras, parem de financiar o funcionamento das roças, e esta obrigação passe a fazer parte da agenda do governo federal.

Tanto para os moradores da antiga Petrolândia, quanto para os moradores da antiga Aldeia da Luz, o deslocamento forçado teve impacto na redução das atividades produtivas, deixando muitas pessoas desocupadas e numa situação económica precária. Na Aldeia da Luz, um problema predominante foi a compra de unidades produtivas rurais, que empregavam muitos Luzences, nas atividades agrárias e pecuárias. Famílias inteiras ficaram sem trabalho e casa, visto que a indemnização, realizada pela EDIA, só ocorreu para aqueles que eram proprietários na antiga aldeia.

A Presidente da Junta de Freguesia, Sara Correia, afirma que muitas famílias não possuíam as escrituras das suas casas e, por isso, não receberam indemnização. Já na Petrolândia, até mesmo os que não possuíam propriedade, na antiga cidade, tiveram direito a receber um lote de terra e uma moradia, nas agrovilas construídas. Mas nem todos encontraram os seus lotes, situação que, como visto, ainda persiste.

Em análise comparativa, percebe-se que a população da Petrolândia pode ser considerada mais beneficiada que a da Aldeia da Luz, especialmente no desenvolvimento de atividades económicas, após a construção das barragens. Esta afirmação sustenta-se pela constatação de que, para a CHESF, o projeto de desenvolvimento deu-se, no âmbito do incentivo à diversificação de cultivos de culturas agrícolas, do estímulo do agronegócio e da pesca.

O artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 571 de 2011 certifica a cidade de Petrolândia, como a capital pernambucana da cultura do coco. É necessário ressaltar que, a alta produção de coco na região, tem empregado inúmeros trabalhadores, o que a torna uma atividade ainda mais vantajosa, visto que não há muitas ofertas de empregos na região.

A área irrigada de 1.500 hectares, projeto integrado de Ico Mandantes, surgido após a construção da barragem de Itaparica, atende 1200 famílias que produzem na região. Atualmente, várias culturas são praticadas nas áreas irrigadas, construídas pela CHESF.

Sr. Delclécio, que sempre trabalhou com agricultura, revela que as suas atividades melhoraram muito após a irrigação:

A vida antes era precária, a gente morava na área seca, só se trabalhava de chuva, só plantava milho, feijão essas coisas, quando chovia né...e hoje não, hoje a vida melhorou (Petrolândia N. d., 2017).

Mas não foi somente o Sr. Delclécio que teve a sua produtividade agrícola incrementada com as áreas irrigadas construídas pela CHESF. Flávio Pedro de Sá, agricultor de Petrolândia afirma:

Antes a produção era mínima, hoje minha produção, principalmente de coco, está em torno de 6 mil cocos por hectares. É uma produção razoável né... (Petrolândia N. d., 2017).

O Sr. Flávio continua a explicar que a irrigação tradicional gasta muita água, com o aspersor a libertar 1200 litros de água por hora. Já a irrigação localizada é muito mais económica. Esse facto demonstra que, além de os agricultores serem beneficiados pelos perímetros irrigados, criados pela CHESF, estão a investir em tecnologias que otimizam a produção, permitindo a sua comercialização para diversas regiões, como afirma o agricultor Alonso José da Silva:

“para Recife, Maceió, Aracaju, Caruaru, Itabaiana em Sergipe, normalmente essas áreas” (Petrolândia N. d., 2017).

Delclécio remata:

“banana, por exemplo, sai mais aqui para a região. Coco a gente também produz, mas vai para aqui pra Petrolândia né, que hoje tem uma fábrica de beneficiamento, aqui localizada né” (Petrolândia N. d., 2017).

As famílias de agricultores, além de receberem os lotes nos perímetros irrigados, receberam instruções sobre as atividades produtoras e créditos. O Instituto Agrónomo de Pernambuco é um dos órgãos responsáveis pelas instruções aos agricultores da região.

A piscicultura também se destaca no município de Petrolândia, principalmente a criação de tilápia. Tal facto, deve-se à implantação dos tanques-redes, método que fez com que muitos piscicultores mantivessem, como atividade principal ou única, a criação de tilápia, o que não ocorria antes deste incentivo. Atualmente são mais de 120 famílias

que vivem da atividade e são orientadas sobre técnicas e crédito rural, além do incentivo público do governo federal para a otimização das atividades.

O projeto presta assistência à Associação de Piscicultores da Serra (Brejinho da Serra). O empreendedor rural da IPA, Bruno Cardoso, afirma que, desde o início, é desenvolvido um trabalho para o incentivo à piscicultura e seu licenciamento, para que os piscicultores da região tenham acesso ao crédito e incentivos governamentais:

Então a gente vem trabalhando com a piscicultura por ser uma atividade que gera renda, e que já faz parte da atividade do município, o município já conta com a piscicultura como uma das atividades principais (Figueiredo M. , 2016).

A pesca, que já fazia parte da cultura económica regional, passou a fazer parte do plano de incentivo ao desenvolvimento do sertão, gerando empregos e rendimentos, em Petrolândia.

Na Aldeia da Luz, a EDIA fez propaganda para o desenvolvimento turístico da região, apesar de também ter o seu plano de rega, que cobre cerca de 120.000 hectares, entre o Alqueva, Ardila e Pedrogão, como afirma a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (s.d.):

A freguesia da Luz é de todas a mais afetada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. O enchimento da albufeira teve como consequência a submersão da aldeia da Luz, e de uma área significativa desta freguesia 62%. Mas o enchimento da albufeira também provocou a submersão de parte da rede viária existente, da totalidade ou de parte de um grande nº de prédios rústicos, a alteração profunda dos sistemas produtivos, da paisagem e dos valores naturais (DGADR, 2020).

De um lado os moradores, que somam pouco mais de 300, atualmente afirmam que não há atividades produtivas, para os empregá-los na região, tendo estes que procurar emprego fora de Mourão. Do outro lado, a EDIA, que afirma que falta mão-de-obra para as lavouras dos perímetros de rega.

Moraes (2019) explica que o empreendimento realizado pela EDIA, realmente aumentou o potencial agrícola da região, não levou ao desenvolvimento esperado pelos trabalhadores do Alentejo, mas antes beneficiou os grandes empresários, que exploram todo o sistema de regadio e compraram terrenos a baixo custo.

O sistema de rega gota a gota, e a elevada mecanização, tem favorecido o plantio de oliveiras na região, porém, a maior parte do investimento realizado, para este cultivo, é espanhol.

Moraes (2019, p.11) destaca que a EDIA apostou na proposta do incentivo ao turismo, na formação do maior lago artificial da Europa para o desenvolvimento das populações ribeirinhas: “neste sentido a Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva apresenta um roteiro turístico denominado Terras do Grande Lago Alqueva, para 18 aldeias ribeirinhas”.

O Alqueva é considerado uma terra promissora, de desenvolvimento e sucesso económico. Os projetos de desenvolvimento estão ainda numa fase de implantação, sendo planeada a construção de mais 50 mil hectares de área de rega, de 2019 a 2022, mas, ao contrário deste panorama, Moraes (2019) explica que a Luz, tem hoje um total de 133 homens, 120 mulheres e 26 crianças menores de 18 anos, 214 casas, sendo que 86 não são habitadas. Em estruturas comerciais, a Luz tem:

[...] um mini mercado; uma padaria; uma queijaria; um restaurante; quatro cafés; uma loja de artesanato (que também tem a função de um mini mercado); uma escola primária; um parque infantil (como um jardim, que fica atrás da escola); um lar de idosos; um centro de saúde; um museu (o Museu da Luz); uma Junta de Freguesia; um lavadouro (o qual não funciona, por não possuir água); um pavilhão desportivo; um campo de futebol; uma praça de touros; um cais; um parque de merendas; um parque de caravanas; um cemitério e duas igrejas católicas, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada no largo e a igreja de Nossa Senhora da Luz, localizada próxima do Museu da Luz e do cemitério da aldeia. De acordo com os habitantes, esta última, é uma cópia fiel da igreja da antiga aldeia que foi fundada no século XV (Moraes, 2019, p.12).

Desta forma, nota-se que, para os moradores da Luz, o desenvolvimento promovido pela EDIA não trouxe resultados notáveis, apenas o é relatado que as estruturas das casas e da nova aldeia são melhores, por serem novas, apesar de afirmarem, concomitantemente, a existência de vários problemas de construção e estruturas.

Ainda há um longo caminho de luta e reivindicação dos moradores da Luz, representados pela Junta de Freguesia e o Conselho de Mourão, para que os projetos relacionados com o incentivo turístico, sejam concretizados.

6.1.2. As memórias preservadas

Tanto para os petrolandenses, quanto para os Luzences, foi necessário que as novas cidades construídas tivessem alguma recordação da antiga, algo com que eles se pudessem identificar. Nesse sentido, compreendeu-se, pelo estudo realizado, que os moradores da Aldeia da Luz fizeram um esforço maior para cristalizar a memória da antiga freguesia, na nova.

Neste sentido, Reino (1999) afirma que o Largo na antiga Luz era o local que mais reunia elementos de identidade local:

O Largo era/é porventura o espaço de sociabilidade por excelência. Ele possui (ia) um valor simbólico, social e funcional para todos os seus proprietários. Assim, o Largo constitui (ia) uma teia de sociabilidade e uma rede de interconhecimento, onde a memória se vai sedimentando (Reino, 1999, p.6).

E é no sentido de manter viva a memória da antiga aldeia que os moradores da Luz se empenharam, para que a nova aldeia tivesse o máximo de características e objetos provenientes da velha Luz. É o caso do banco de jardim que foi levado da antiga para a nova aldeia, onde os moradores matam as saudades da sua antiga morada:

Figura 48 - Banco da Aldeia da Luz



Fonte: Museu da Luz, 2020

A aldeia da Luz tem um rico património histórico e cultural, como foi visto, anteriormente, ao longo do trabalho. Sendo a sua construção atribuída às aldeias romanas medievais do século I, a sua história, contada através da oralidade, é recheada de simbolismos e lendas. Guardados no Museu da Luz estão os objetos desta história, como as pedras retiradas do Castelo de Lousa e expostas no Museu da Luz:

Figura 49 - Fragmento do Castelo de Lousa



Fonte: Museu da Luz, 2020

O castelo que foi submerso, junto com os destroços da antiga Luz, foi derrubado como património histórico, tendo o local da sua submersão sinalizações, que demarcam o seu território.

Figura 50 - A fortaleza da Lousa



Fonte: Museu da Luz, 2020

Palco de sangrentas disputas entre portugueses e castelhanos, durante a Guerra da Restauração⁵⁸, a reconquista de Mourão é relembrada pela construção do Convento no local da batalha:

Na região do Alentejo, as tropas espanholas acumulavam vitórias. Ao êxito da tomada de Olivença juntou-se à queda da vila fortificada de Mourão, como o soberano informa a religiosa de Ágreda, na carta de 25 de junho de 1657, pedindo orações para que Deus vergue os corações dos portugueses e "restituya aquel Reino à esta Corona. A freira, a 6 do mês seguinte, encoraja o rei a prosseguir a ofensiva, porque combate "contra os inimigos de la Santa Iglesia, turcos y herejes", e mesmo contra príncipes cristãos, mas com a vantagem de o reino espanhol professar a fé mais pura e ser o povo eleito, pelo que o Altíssimo tinha obrigação de defendê-los, pois combatiam em favor da sua causa e "los enemigos del

⁵⁸ (Marques J. F., 2008) explica que as Guerras de Restauração foram travadas pelo Reino de Portugal e de Castela estendendo -se por 28 anos, com início em 1640.

inferno". A força do verão traz vagas de calor tão intensas que a campanha no Alentejo tem de ser suspensa o que permitiria, escreve o rei a 16 de julho, ver "el estado en que están las cosas para conforme à ello resolver lo que se ubiere de executar". Em novembro, a situação principia a inverter-se para as armas lusas com a reconquista de Mourão que, reconhece Filipe IV, é, ruidosamente, celebrada (Marques J. F., 2008, p. 114).

Inscritas na história, as estruturas da Luz não foram deixadas para trás, para serem submersas pelo Guadiana e, assim, como o cuidado com o Castelo ou Fortaleza de Lousa, a Igreja em Homenagem a nossa Senhora da Luz também fez parte das estruturas reproduzidas e rememoradas pelos Luzences.

Figura 51 - Antigo caminho para o Castelo da Lousa



Fonte: (Xarutys33, 2012)

A Igreja, que tem a sua origem marcada pelas lendas de Frei Agostinho de Santa Maria, localizava-se a 800 metros da antiga aldeia. Antes de ser demolida foi alvo de exploração arqueológica, para que os artefactos encontrados, principalmente nas sepulturas do interior da igreja, fossem preservados no Museu da Luz. Os materiais que faziam parte da construção e revestimento do santuário, também foram retirados para fazerem parte da construção da nova igreja, que se constitui numa espécie de réplica da original.

A lenda, contada de geração a geração, diz que, por volta do século I, havia uma fortificação romana, onde que os pastores de ovelhas as levavam a passear, quando, num certo dia, foram surpreendidos pela imagem de Nossa Senhora da Luz que lhes pediu que

construísssem uma igreja no local. Junto à igreja nasceu a Aldeia da Luz, que nunca cresceu, configurando-se sempre como uma pequena aldeia:

Conta a lenda que a Virgem apareceu a um pastor no cimo de uma azinheira, para lhe pedir que o povo erguesse um templo em sua honra, no local da aparição. Mas o povo teimava em construir o templo num local que não era exatamente esse, para evitar destruir a árvore. Só que aquilo que na obra do templo era levantado num dia estava destruído no dia seguinte, ao mesmo tempo que as ferramentas dos trabalhadores apareciam no local indicado pela santa, cuja vontade foi satisfeita ao fim de várias tentativas. Uma máquina do século XXI arrasou em 30 minutos o que a fé ergueu há 600 anos (Dias J. , 2003).

A forte religiosidade e devoção a Nossa Senhora da Luz ainda faz parte do quotidiano dos Luzences que, periodicamente, prestam homenagem à padroeira da Aldeia:

Figura 52 - Altar da igreja velha e nova da Luz



Fonte: Museu da Luz, 2020

Figura 53 - Igreja da Luz antes e depois



Fonte: Museu da Luz, 2020

Figura 54 - Procissão 2019 da Nossa Senhora da Luz



Fonte: (Melo E. , 2019)⁵⁹.

Assim como Petrolândia, a Luz era marcada pelas suas personagens, como as Senhoras Georgina Sardinha e Clarisse Chilrito que, numa exposição para o Museu da Luz, contam a história da antiga aldeia, através do alguidar de amassar pão. Ermelinda Godinho narra, pelo pote de caiação, as práticas das mulheres da aldeia:

⁵⁹ Por meio do endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=e5uI8Mfx2MM> é possível acompanhar grande parte da festa de procissão realizada na nova Aldeia da Luz.

“[...] desde o seu uso nas cerimónias de casamento ao universo funcional e simbólico da prática de caiação, encarada como uma extensão do espaço doméstico para o exterior” (Luz, 2020).

É entre personagens e objetos que a história da Aldeia é narrada e contada para as antigas e novas gerações. Como nas memórias da fabricação de redes de pesca, através da tarrafa de Francisco Capucho, ou a cachamorra para o ofício do pastoreio, ou a cadeira do senhor João Chilrito, que aprendeu o ofício de cadeireiro com os seus pais e avós, e o arneiro de Jacinto Rocha Alta. Foram inúmeros os objetos doados ao museu que, lembram a trajetória e a rotina do povo da Luz, como a lancheira de Domingos Godinho o acompanhou no seu trabalho agrícola.

Para os moradores da Luz, o Museu representa um ponto de reencontro de memórias, uma sensação de pertença que necessitava de ser cristalizada, para além da submersão da aldeia, nas águas do rio Guadiana. O Diretor do Museu afirma que, a proposta da criação desse espaço, representa como que o ofertar uma sala de entrada para a nova aldeia, no museu, a partir das memórias preservadas da velha aldeia. Entre as propostas do museu, há uma visita guiada que se inicia, e passa pela Igreja Nossa Senhora da Luz, e depois pela nova aldeia.

A experiência, partindo da perspetiva de ultrapassar os muros do museu, enriquece a visita, tanto para os turistas quanto para os moradores. Além de ser benéfico economicamente, já que os turistas conhecem os comércios da região, proporciona a oportunidade de partilharem as suas histórias com pesquisadores e curiosos sobre a história local.

Figura 55 - Interior do Museu da Luz



Fonte: Museus Comunitários, 2018

Figura 56 - Museu da Luz



Fonte: Acervo pessoal

Figura 57 - Janela do Museu da Luz que dar para ver o local da antiga aldeia



Fonte: Acervo Pessoal

A despedida da antiga Aldeia da Luz foi marcada por muito sofrimento dos moradores e, ao mesmo tempo, por esperançosas novidades trazidas pela EDIA, no sentido de melhorar a vida daquela população. Todo o processo foi traumático, ainda mais pelo simbolismo que existia em cada casa, em cada rua, em cada infraestrutura pública.

No processo de transladação dos corpos, em que uma equipa de técnicos da EDIA, liderada por Moita Flores, durante 12 dias fez a exumação dos corpos, o sentimentalismo da população luzense ficou exaltado. O técnico responsável desabafou:

“Foram dias desgastantes, mas inesquecíveis” (Notícias D. d., 2002).

Flores ainda afirmou que todo o processo foi realizado de forma rápida, para amenizar um pouco a tristeza e a dor das pessoas.

Todo o procedimento foi ritualizado por cerimónias religiosas e homenagens dos moradores. Um fim-de-semana antes do início dos trabalhos, no velho cemitério, o Bispo de Évora D. Amândio Tomás, benzeu o novo cemitério e realizou uma missa, às almas. Na mesma ocasião, os moradores da Luz prestaram homenagem aos seus antepassados, com flores e velas nas suas sepulturas. Ao todo, foram trasladados 291 corpos e ossadas.

Moita Flores afirmou que a transladação dos corpos representou “seguramente o processo mais traumático no processo de deslocação da Aldeia da Luz” (Dias, 2001).

Toda a equipa, composta por técnicos da Universidade Moderna, que fez parte de estudos para a transladação, afirmou que

“[...] a deslocação da memória histórica e afetiva da Aldeia da Luz dos últimos cem anos (Dias C. , 2002).

Figura 58 - Cuidado das mulheres da Luz com as sepulturas do cemitério



Fonte: Acervo pessoal

Os corpos representam a história da Luz sem nenhuma influência externa:

“Não há monumentos evocativos de factos, não existem talhões de soldados: não se encontram restos de comunidades estrangeiras”.

Foi o que os estudiosos também afirmaram e, nos estudos do cemitério, notou-se também toda a simbologia e significado que aquelas sepulturas representavam para a população da Luz:

[está] cunhado pela iconografia e encenação necrolátrica [relativa ao culto dos mortos] de raiz romântica e ultrarromântica. O cuidado que a população coloca na limpeza e na atenção com os dispositivos florais e de ornamentação revelam "que a comunidade da aldeia tem uma relação estreita com os seus mortos, por se tratar de uma população envelhecida (Dias, 2002).

Se, na Luz, os depoimentos revelam tristeza e trauma com o deslocamento, além da frustração pela falta de desenvolvimento económico regional e as promessas da EDIA que não foram cumpridas, no decorrer do trabalho foi observado que a Petrolândia, assim como as demais regiões do submédio São Francisco, em que as populações foram reassentadas, estas sofrem de depressão, sendo uma das regiões com o maior índice do uso de antidepressivos do Brasil, além dos casos de suicídio.

Saraiva (2003) afirma:

Todo o processo de decisões relativas ao planeamento e construção da nova aldeia foi extremamente complexo e doloroso. Sentindo-se simultaneamente vítimas e heróis, pelo facto de se terem sacrificado pelo bem do país, à medida que o tempo foi passando os luzenses passaram a reivindicadores. A edificação das novas moradias despoletou um processo de imolação social, em que se disputavam áreas de cada divisão da casa e que criou invejas e cisões no seio da comunidade (Saraiva, 2003, p.442).

Foi o mesmo sentimento que tomou conta da população de Petrolândia, um misto de resiliência, por compreender que era necessário o deslocamento, para que muitas famílias tivessem acesso a melhores condições de vida, ao mesmo tempo que a reivindicação por condições dignas para as suas atividades económicas, moradias e memórias.

A EDIA, notando todo o apego e identidade que a população da Luz depositava em cada canto da aldeia, decidiu que, para o bem da população, era melhor que se demolissem as casas e toda a estrutura da antiga Aldeia antes de submergirem a região. A decisão também foi tomada para garantir uma melhor qualidade da água. E assim foi feito em 2003, quando a Aldeia foi demolida, tendo uma retroescavadora colocado a Igreja Nossa Senhora da Luz, abaixo em 30 minutos. Na ocasião, a água já atingia as paredes, facto que fez com que a ação não fosse adiada por mais tempo.

Os habitantes da Luz preferiram não participar na demolição da Igreja, visto que já haviam retirado todo o material e objetos que queriam que fosse transportado e inseridos na construção da Igreja na nova Luz (Dias, 2002). Após a demolição da igreja, as casas foram também deitadas abaixo e os moradores foram proibidos de entrar na aldeia, a não ser com autorização e acompanhamento dos funcionários da EDIA ou de guardas que garantiam a ordem das obras em curso.

Figura 59 - A Destruição da antiga aldeia



Fonte: Museu da Luz, 2020

Na Petrolândia, as casas e estruturas não foram demolidas, o que ajuda a preservar a memória de uma forma bem peculiar, pelo turismo de mergulho, entre as ruínas da cidade submersa.

A Igreja do Sagrado Coração de Jesus voltou a aparecer entre as águas do lago artificial criado pela CHESF, por causa da estiagem. Isso motivou pessoas de todo o Brasil, e de alguns lugares do mundo, a visitarem a velha cidade submersa de Petrolândia, e pesquisar a história do local.

A aldeia da Luz preserva a sua memória, através da estrutura física do Museu da Luz, já para Petrolândia, não houve a preocupação de preservar a sua memória, contando com a digitalização de alguns registos históricos, em imagens, vídeos, arquivos particulares de moradores, estando preservados no *site* do IGHP.

Estes arquivos ajudarão, no futuro, as novas gerações, a entender o seu passado, a transmitir a sua história de pertencimento identitário.

Petrolândia não conta, ainda, com um museu físico para guardar as memórias, porém, o museu natural que se formou com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, emergindo nas águas do São Francisco, é capaz de cumprir a tarefa de transportar moradores, estudiosos e interessados na história local para a antiga Petrolândia,

lembrando os acontecimentos que marcaram o local, e matando as saudades das pessoas que não encontram a sua identidade nos novos locais em que foram reassentados.

Muitas foram as homenagens prestadas, tanto na Petrolândia, quanto na Aldeia da Luz, seja por meio de vídeos, imagens, produções musicais e poemas, além da organização de museus, trabalhos acadêmicos e obras literárias.

É uma intensa produção que parece ainda ter um imenso campo fértil por explorar. Os poemas dos moradores da Luz e da Petrolândia retratam todo o sentimento que o deslocamento forçado provocou distintas às respectivas populações marcadas pela mesma história:

Adeus, rua do Rossio
Adeus, Sociedade
Adeus, Museu de Antiguidades
Tudo feito com muito brio
Adeus, fonte do Rossio
Adeus, Travessa do Caneiro
Ainda digo adeus primeiro
Ao antigo lavadouro
Despeço-me com muito amor
Adeus, rua Sá-Carneiro
Digo adeus à taberna
Do Francisco Carrilho
Seguindo o mesmo trilho
Adeus, Café Lanterna
Falando de coisas modernas
Tal como elas são
Tenho a preocupação
Não me esqueça alguma coisa
Adeus, Café da Lousa
Adeus, rua de Mourão – João Chilrito Farias
(Saraiva, 2017, p. 29)

O sentimento de pertença que os moradores de Petrolândia e da Aldeia da Luz tinham, pelos locais que ficaram submersos, perpetuam-se em poemas e canções que homenageiam as suas antigas localidades e parecem negar a sua identidade relacionada com o local em que foram reassentados.

Petrolândia Eu te amo
Por ser bom o Nordeste ganhou fama
Onde tudo é sempre tão bonito
A beleza do Rio São Francisco
E toda a região pernambucana
A alegria nos finais de semana
Deixa todos felizes com razão
É difícil conter a emoção,
De sentir bem de perto a liberdade
Petrolândia a mais bela cidade,
Que existe aqui no sertão...
Hoje é dia do seu aniversário,
Somos nós que ganhamos o presente
Pois essa maravilha é da gente,
Tá marcando em nosso calendário
Cinco anos após o centenário
Os aplausos dessa população
É gostoso sentir a emoção,
Desse povo que tem dignidade,
Petrolândia a mais bela cidade,
Que existe aqui nesse Sertão...
Eu jamais trocaria essa cidade,
Pela maior riqueza deste mundo,
Pois os meus sentimentos são profundos,
Ela é minha cidade preferida.
Aqui eu vou por toda a minha vida,
Ela faz parte do meu coração.
Ela é mãe da população
E seus filhos lhe amam de verdade.
Petrolândia a mais bela cidade,
Que existe aqui nesse Sertão – Tony Xavier
(Ramalho, 2019).

7. Considerações Finais

Os casos estudados entre as barragens de Itaparica e Alqueva, aproximam-se e se distanciam em muitos aspetos. São dois sítios e duas realidades, alvos de intenções semelhantes para o progresso de ambas as regiões. Tanto para a cidade brasileira, quanto para a freguesia portuguesa, o desenvolvimento era necessário, pela precariedade económica e social se apresentavam. O clima de seca, presente nas duas regiões foram determinantes para que os projetos empreendidos pelos governos dos dois países avançassem.

O trabalho reviu todo o processo histórico da formação regional e o povoamento de Petrolândia, no sertão pernambucano, demonstrando a cultura local, a identidade, a simbologia presente, as personagens que fizeram e fazem parte da história da cidade. A criação da CHESF e a sua integração na vida do sertão, as transformações na dinâmica social e económica regional até à construção e como se deu o processo de construção da usina Hidrelétrica de Itaparica que promoveu uma melhora considerável, baseados nos relatos orais dos sujeitos entrevistados e no desempenho económico e na qualidade de vida profissional dos agricultores e trabalhadores que habitam os reassentamentos de ambas as regiões. Do mesmo modo, os dois projetos foram importantes, porém conturbados no tocante as questões que compõe as fragilidades sociais, culturais e políticas, analisando assim os principais acontecimentos e vivencias das pessoas durante o processo de mudança e os primeiros momentos de adaptações a um novo território, uma nova identidade.

De um lado, no caso da Petrolândia, existiu a necessidade de implantação de um programa de desenvolvimento que atendesse a necessidade dos trabalhadores, que migraram para região em busca de empregos e rendimentos, nas etapas de construção da barragem, com a criação das Vilas, cidade Livre e Acampamentos CHESF. Projetos e seleção dos trabalhadores, entre os sertanejos da região, que iriam habitar posteriormente as demais diversificações de cultivo agrícola e piscicultura, são fruto dos incentivos aos agricultores, bem como a criação dos perímetros irrigados.

Em ambos os casos, os projetos da rega foram utilizados em Alqueva e Itaparica. Cada um, com suas peculiaridades e cultura da terra. Porém, no tocante às obras de infraestruturas, os dois casos deixaram muito a desejar, no que diz respeito às empresas públicas, como às privadas, havendo ainda necessidade de muitos ajustes, já que é relatado, entre ambas as regiões, que muitas casas sofrem com

problemas de infraestruturas básicas, levando a que os moradores lutem, até aos dias atuais, para regularizarem a situação dos seus imóveis, pois alguns moradores nem chegaram a ser indemnizados.

Esta lamentável situação repete-se, além-mar, na Aldeia da Luz, onde muitos dos seus moradores não têm escrituras das suas novas moradias, e em que os problemas com saneamento básico e fornecimento de água, fazem parte das preocupações quotidianas, pelo facto de as obras, que melhorariam as atividades económicas da região, ainda estarem no papel e projetos da EDIA. A aldeia vai envelhecendo e diminuindo, entristecendo-se com a perda das suas referências e simbologias quase sagradas, ou sagradas, sem que seja reconhecido, no empreendimento do governo português, pontos que possam, efetivamente, beneficiar as populações.

Num estudo comparativo das duas regiões foi possível compreender que têm muito em comum, desde a sua história, cheia de referências, aos grandes acontecimentos que influenciaram a macro-história nacional, até às personagens que são lembradas com muito carinho pelos moradores. As diferenças entre o processo das construções das barragens de Itaparica e do Alqueva, dão-se na integração da população com as empresas, nos tipos de conflito.

A EDIA foi alvo de discórdia e fiscalizações, realizadas pelos próprios moradores, sobre as construções que eram realizadas na nova aldeia, e as exigências sobre toda a estrutura que seria transportada da antiga aldeia.

ACHESF, por sua vez, além destas questões, passou a enfrentar intensas e extensas manifestações de trabalhadores rurais, organizados por sindicatos que reivindicavam boas condições de reassentamento e indemnização. Conflitos que mobilizaram a segurança pública e quase o exército nacional.

As famílias na Aldeia da Luz foram separadas pelas condições impostas pela EDIA, dado que, antes da construção da barragem (não se podia construir mais nenhuma casa na aldeia a partir de 1995, tendo a barragem ficado pronta apenas em 2002.

Já na Petrolândia, a construção das agrovilas distanciou muito, as pessoas, notando-se que, nas duas regiões, houve um distanciamento social, o que foi intensificado na Aldeia da Luz pelos conflitos e comparações sobre as indemnizações realizadas pela EDIA.

Em suma, observa-se que, apesar de mesmo geograficamente distantes, as duas regiões estudadas tiveram suas populações deslocadas, para construção dos dois projetos que perpassaram pelos mais diversos impactos, tanto no processo de construção, quanto posteriormente.

A avaliação do presente e a previsão dos futuros, são atravessados pelo conflito e derivados de ambivalência. Essas ambivalências podem também ser avaliadas, entre o ontem e o hoje, nos seus pensamentos difusos e, fazendo parte das mudanças identitárias dos sujeitos, que, afinal, de acordo com os estudos, são atravessadas por novos significados.

Acredito que este estudo possa contribuir para a história local contemporânea e áreas afins. No decorrer do estudo, surgiram uma série de temas que não foram desenvolvidos. Porém, esta temática não se dá por encerrada, até porque não seria possível elucidar todos os factos.

8. Bibliografia

- Abreu, F. (2020). Aldeia da Luz continua à procura de alma. *Notícias Magazine*, <https://www.noticiasmagazine.pt/2020/aldeia-da-luz-continua-a-procura-de-alma/historias/245440/>.
- Alberti, V. (2004). *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- Albuquerque, G., & Cândido, G. (2013). *Capital social e desenvolvimento do submédio São Francisco*. Campina Grande: EDUEPB.
- all, M. M. (2018). Petrolândia 30 anos: Análise histórico-cartográfica das mudanças demográficas no perímetro irrigado em Icó- Mandantes (Pernambuco – Brasil). *Revista Brasileira de Meio Ambiente (v.4, n.1)*.
- Alqueva, R. d. (08 de novembro de 2019). *Roteiro do Alqueva*. Obtido de Roteiro do Alqueva: <http://www.roteirodoalqueva.com/>
- Alves, A. F. (05 de maio de 2015). *O São Francisco*. Obtido de <https://www.escritas.org/pt/t/5133/o-sao-francisco>: <https://www.escritas.org/pt/t/5133/o-sao-francisco>
- Amado, J., & Ferreira, M. (2006). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- Amado, J., & Ferreira, S. (1998). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Andrade, C. (1997). *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar.
- Andrade, M. C. (1995). *O Geógrafo e o Cidadão*. Natal: UFRN – CCHLA.
- ANPUH-BA. (2016). *XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SC: História e Movimentos Sociais*. Chapecó: Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
- Arraes, A. (2013). Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. . *Anais do Museu Paulista*, 47-77.
- Arroyo, M. (2004). *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes.
- Aumond, J. (2017). *Matriz de referencia dos impactos ambientais para empresas trnamissoras de energia eletrica no sul do Brasil*. São Paulo.
- Azais, C. (2004). Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. *Novos Cadernos*, 31-56.

- Barbosa, M. S., Aciole, V., & Assis, V. (2006). *Fontes Repatriadas: Anotações de História Colonial, referências para pesquisa, índices do catálogo da capitania de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Barbosa, M., Aciole, V., & Assis, V. (2018). *Fontes Repatriadas: Anotações de História Colonial, referências para pesquisa, índices do catálogo da capitania de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Batalha, V. (2017). *Os rituais Pankararu: memória e resistência (Tese 159f. Doutor em Ciências Sociais)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Bhabha, H. K. (1998). Disseminação : o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. *O local da cultura*, 198–238.
- Blanche, P. V. (1954). *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos.
- Bodnar, B. (2 de julho de 2015). *CHESF - Companhia Hidrolétrica do São Francisco - Paulo Afonso*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ICEcP9GBYAA>
- Boligian, L., & Almeida, R. D. (2003). A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. Em L. H. Gerardi, *Ambientes: estudos de geografia* (pp. 235-248). Rio de Janeiro .
- Bonfim, J. (1999). Movimento Social de Trabalhadores no Rio São Francisco. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 30.
- Bosi, A. (2010). *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brás, M. (05 de maio de 2014). *A reportagem do blog atalho foi à serra do papagaio onde fica o sistema de abastecimento de água que abastece as agrovilas e os reassentados pela CHESF no projeto Icó/Mandantes*. Obtido de Miguelzinho de Brás: <https://miguelzinhodebras.wordpress.com/2014/05/07/a-reportagem-do-blog-atalho-foi-a-serra-do-papagaio-onde-fica-o-sistema-de-abastecimento-de-agua-que-abastece-as-agrovilas-e-os-reassentados-pela-chesf-no-projeto-icomandantes/>
- Brasil. (1945). Decreto Lei n. 8.032, de 3 de outubro de 1945. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para subscrição de ações da Companhia HidroElétrica do São Francisco, e dá outras providências. . *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1948). *Decreto Lei n.25.865. Cria o Parque Nacional Paulo Afonso*. Brasília: Diário Oficial da União.

- Brasil. (1952). Autoriza o Governo para conceder a huma ou mais companhias a construcção total ou parcial de hum cminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 5 Vol. 1 pt. I (Publicação Original)*.
- Brasil, C. d. (1878). *Decreto-lei Nº 6.918*.
- Cachapuz, P. B. (2009). *CHESF - 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Centro de Memórias de Eletricidade no Brasil.
- Caffé, E. (Realizador). (2003). *Os narradores de Javé* [Filme].
- Calvino, I. (1990). *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Câmara, M. (1889). Ruínas do Convento do Alcance (Alemtejo). *o Arqueologo Português*, 327-330.
- Campanário, D. (2020). A Aldeia da Luz. *Diário Campanário*.
- Campina, A. (2014). *Salazarismo e a retórica dos direitos humanos*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Cardoso, L., & Santos, J. (2013). Estado Novo português e Estado Novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o património arquitetónico (décadas de 1930 a 1940). *Encontro Internacional ArquiMemória 4: sobre a preservação do património edificado*, 1-12.
- Carlos, A. F. (1994). *A (re)produção do espaço urbano*. Rio de Janeiro: Contexto.
- Cascudo, L. (2015). *Geografia dos Mitos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Global Editora.
- Castells, M. (1983). *The city and the grassroots*. Los Angeles: California Press.
- Castro, F. (2011). *Imigração e Desenvolvimento em regiões de baixa densidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cavalli-Sforza, L. L. (2003). *Genes, Povos e Línguas*. São Paulo: Contexto.
- Certeau, M. d. (1982). *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Childress, A. (1989). *Those Other People*. Oxford: Putnam Juvenile.
- Correia, J. (2015). *Trabalho, Seca e Capital: da construção da Ferrovia Paulo Afonso à fábrica de linhas de Pedra (1878-1914)*. Dissertação. 230f. [Mestre em História]. Maceió: UFAL.
- COTAG. (1979). *Boletim da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*.
- CREMEPE. (12 de setembro de 2020). *Sertão tem um grande número de suicídios*. Obtido de CREMEPE: <http://www.cremepe.org.br/>

- Cunha, E. (2013). *Sertão, Sertões: colonização, conflitos e história indígena em Pernambuco no Período Pombalino (1759-1758)*. Dissertação. 134f. [Mestre em História]. Recife: Universidade Rural de Pernambuco.
- Cunha, P. (2012). *Responsabilidade Social Corporativa: a memória do Programa de Reassentamento dos atingidos pela barragem da Usina Hidrolétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica)*. Dissertação. 118f. [Mestre em Gestão Empresarial]. . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Danta, M. (2015). *Dimensões da Participação política indígena na formação do Estado Nacional brasileiro: Revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)*. Tese. 321f. [Doutoramento em História]. . Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *O anti-édipo*. São Paulo: Imago.
- Deleuze, G., & Guattari, G. S. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro.
- Delgado, L. d. (2006). *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte : Autêntica.
- Demo, P. (2000). *Avaliação qualitativa*. Campinas : Autores Associados.
- Desaparecidos, M. (15 de julho de 2020). *O Castelo da Lousa (MOURÃO - ÉVORA)*. Obtido de O Castelo da Lousa (MOURÃO - ÉVORA): <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/11/o-castelo-da-lousa-mourao-evora.html>
- DGADR. (2020). *Alqueva*. Obtido de Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Dias, C. (2002). *Corpos da Aldeia da Luz não cabiam nas sepulturas*. *Público*, <https://www.publico.pt/2002/07/20/local/noticia/corpos-da-aldeia-da-luz-nao-cabiam-nas-sepulturas-164201>.
- Dias, J. (2003). *Infopédia*. Obtido de Infopédia: [https://www.infopedia.pt/\\$jorge-dias](https://www.infopedia.pt/$jorge-dias).
- EDIA. (08 de março de 2012). *O Projeto Alqueva*. Obtido de Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=pFVDrso_SoU
- EDIA. (13 de junho de 2019). *Empresa de Desenvolvimento e infraestruturas do Alqueva*. Obtido de EDIA: <https://www.edia.pt/pt/o-que>
- EDIA. (02 de junho de 2020). *Cronograma Histórico*. Obtido de EDIA: <https://www.edia.pt/pt/>
- Editora, O. (2017). *Guia das Civilizações Perdidas: mundos perdidos envoltos em mistérios*. OnLine Editora.

- Estatísticas, I. B. (2018). *Histórico de Petrolândia*. Pernambuco: Biblioteca IBGE.
- Fantástico. (29 de janeiro de 2012). *Mergulhadores mapeiam cidade do Pernambuco submersa*. Obtido de Globo Play: <https://globoplay.globo.com/v/1789243/>
- Faria, S. d. (1998). *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Farias, J. C. (2006). *Chamam-me poeta e artesão, porque faço versos e cadeiras. Aldeia da Luz*. Beja.
- Ferreira, A. (2009). *A aldeia da luz como ponto de partida para o projeto de escultura III*. Lisboa: Universidade de Belas Artes de Lisboa.
- Ferreira, M. (2000). *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ferreira, M. M. (2006). Oralidade e Memória em Projetos Testemunhas. *História e Linguagens: texto, oralidade e representações*, 195-203.
- Figueiredo, J. (2014). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Figueiredo, M. (2011). *Exílio: Pertencimentos e Reconhecimentos em populações deslocadas – o caso Itacuruba. Tese. 234f. [Doutor em Antropologia]*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Figueiredo, M. (2016). *Lá Onde o Rio Está Enterrado”: Itacuruba, identidade e memória em um “não-lugar” Trabalho apresentado na 30a Reunião Brasileira de Antropologia*. Pernambuco: João Pessoa.
- Fontoura, C. (8 de agosto de 2015). *Projeto elétrico: passado, presente e futuro*. Obtido de Projeto elétrico: passado, presente e futuro: <https://www.oinstalador.com/Artigos/303583-Projeto-eletrico-passado-presente-e-futuro.html>
- Foucault, M. (1982). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fragoso, J., & Gouveia, M. (2014). *Brasil Colonial V*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J., & Gouveia, M. (2014). *O Brasil Colonial V*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Francisco, C. H. (2015). *Demonstrações financeiras*. Pernambuco: CHESF.
- Francisco, U. F. (05 de maio de 2019). *Igreja do Sagrado Coração de Jesus*. Obtido de Universidade Federal do Vale do São Francisco: Disponível em: <http://portais.univasf.edu.br/videos/tv-caatinga/memoria-sertao-igreja-do-sagrado-coracao-de-jesus-petrolandia>
- Furtado, C. (1977). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

- Gade, D. (19 de 11 de 2011). *Vídeo Raro da Construção de Paulo Afonso*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=XLwum19hIZg&t=344s>
- Galliano, A. (1999). *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Habras.
- GGoll, J. L. (2005). *História e Memória*. Lisboa: Edições 70.
- Gota, C. d. (15 de julho de 2020). Hidroeletrica da Petrolândia. (M. Ramalho, Entrevistador)
- Guedes, R., Fragoso, J., & Krause, T. (2013). *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV.
- Haesbaert, R. (1999). Identidades territoriais. Em Z. Rosendahl, & R. L. Corrêa, *Manifestações da cultura* (p. 170). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. São Paulo: Atlas.
- Haesbaert, R. (2010). *Território e Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Ianni, O. (2004). *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC.
- IBGE. (05 de maio de 2015). *Olinda*. Obtido de Olinda: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/olinda.pdf>
- Iconográfica, B. (05 de agosto de 2017). *Brasileira Iconográfica*. Obtido de Brasileira Iconográfica: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos>
- IGBE. (05 de maio de 2020). *Jatobá*. Obtido de Jatobá: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/jatoba.pdf>
- IGHP. (02 de setembro de 2020). *Documentos Petrolândia*. Obtido de IGHP: <https://ighpetrolandia.org/category/documentos/>
- Jatobá, C. M. (05 de maio de 2020). *Câmara Municipal de Jatobá*. Obtido de Câmara Municipal de Jatobá: <http://www.camaradejatoba.pe.gov.br/legislacao/leis-municipais>
- Joutard, P. (2000). Desafios à história oral do século XXI. Em M. d. Ferreira, T. M. Fernandes, & V. Alberti, *História Oral: Desafios para o século XXI* (pp. 31-45). Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz e FGV/CPDOC.
- Junior, D. M. (2001). *A invenção do Nordeste e outras*. Recife: Cortez.
- Junior, J. C. (2017). *As capitâneas de Pernambuco e a construção dos territórios e a jurisdição na América portuguesa, Tese 402f (Doutor em História)*. Niterói.
- Koselleck, R. (2001). *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Mexico: Paidós Ibérica.

- Kräutler, E. (2012). *No Coração da Amazônia*. São Paulo.
- Lança, M. J. (12 de junho de 2020). *Alqueva - Paisagem como tema*. Mourão, Évora, Alentejo, Alqueva, Portugal. . Obtido de Alqueva: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13862/1/2014_SS_UE_Alqueva_Paisagem%20como%20tema.pdf
- Lefebvre, H. (1999). *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- Legis, A. (2020). *Legislação Estadual de Pernambuco*. Obtido de Legislação Estadual de Pernambuco: <https://legis.alepe.pe.gov.br/pesquisa.aspx>
- Lewin, K. (1999). Influence, power, religion, and the mechanisms of social control. *Journal of Intercultural Relations*, 385-408.
- Lima, B. E. (1980). *Cartilha CHESF Mudar para Melhor*. Escola de Jatobá.: Escola de Jatobá.
- Lucena, F., Medeiros, M., & Araújo, G. (2017). Análise das transformações na estrutura agrária do município de Petrolândia (PE) e suas influências na qualidade de vida da população. *Revista Rural & Urbano*, 10.
- Luna, J. (2013). Ações do Império no Velho Chico: A Fundação de Petrolina, a Navegação no Rio São Francisco e o Projeto de Transposição de José Bonifácio. *. Diálogos - Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade .*
- Luz, M. d. (10 de junho de 2020). *O Museu. Aldeia da Luz, Alqueva, Portugal*. Obtido de Museu da Luz: <http://www.museudaluz.org.pt/102000/1/index.htm>
- Marchi, E. (2005). O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. *História: Questões e Debates – O espaço do sagrado no século XXI*, 33-53.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Mariani, C., & Silva, A. (2012). Análise do Problema Económico Baiano. *Planeamento*, 55-121.
- Marques, J. F. (2008). *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640*. Porto : Porto Editora.
- Marques, J., Almeida, A., & Menezes, L. (2018). *Barrando as barragens: o início do fim das hidroelétricas* . Manaus: PNCSA.
- Martin, G. (2008). *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Universitária da UFPE.
- Martins, M. (19 de abril de 2020). *Histórias de repórter* . Obtido de Blog do Magno: https://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=148675&pagina=9906

- Matte, N., & Mosquer, E. (2009). A deterrritorialização. Em M. Saquet, *Leituras do conceito de território e de processos espaciais* (p. 32). São Paulo: Expressão Popular.
- Medeiros, M. (2018). Petrolândia 30 anos: análise histórico-cartográfica das mudanças demográficas no perímetro irrigado em Icó-Mandantes (Pernambuco - Brasil). *Revista Brasileira de Meio Ambiente*.
- Meihy, J. S., & Holanda, F. (2005). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.
- Melo, E. (06 de abril de 2019). *Procissão de domingo nas Festas da Nossa Senhora da Luz*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=e5uI8Mfx2MM>
- Melo, T. (05 de maio de 2015). *Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco*. Obtido de Cartografia : https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MELO_TACIANA_S.pdf
- Menezes, D. (25 de março de 2020). *Itacuruba: a terra dos deprimidos*. Obtido de UOL: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/08/20/itacuruba-a-terra-dos-deprimidos-13523.php>
- Menezes, G. (2014). *De Jatobá à Petrolândia: Três nomes, uma cidade, um povo*. São Paulo: Perse.
- Menezes, H. (1951). O reparo de uma grande injustiça . *Jornal do Comércio*.
- Moraes, E. J. (1883). *Centro-Oeste - Trens, ferrovias e ferreomodelismo*. Obtido de Centro-Oeste: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovios/1869-Plano-Hidroviario-Morais.shtml>
- Moraes, E., & Netto, L. (1865). *Hidrographie du Haut San-Francisco et de Rio das Velhas: Resultais au point de vue hydrographique d'em Voyage effectue dans la province de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: MEC-DAC, Serviço de Repografia.
- Moulin, C. (2011). Eppur si Muove: mobilidade humana, cidadania e globalização. *Contexto Internacional*.
- Mourão, C. (Realizador). (2006). *A minha aldeia já não mora mais aqui* [Filme].
- Narciso, C. (14 de outubro de 2011). *Por água abaixo*. Obtido de Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=anDk_FHBwLo
- Nascimento, E. (2019). *Modernização e educação escolar no Nordeste brasileiro: as escolas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf (1949 – 2000)*. Tese. 440f. [Doutor em Educação]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, 7-28.
- Notícias, D. d. (04 de agosto de 2002). "Eu gosto da minha terra, mas isto morreu". Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/aldeia-da-luz-estamos-parados-no-tempo-da-nova-aldeia-so-as-casas-e-que-valeram-a-pena-10196999.html>
- Notícias, S. (08 de setembro de 2015). *Aldeia da Luz*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=jSn9gh39PiA>
- Oficial, C. (6 de novembro de 2012). *Parte 1 - Construção da Usina Paulo Afonso I - Primeira usina da Chesf*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=iP9ejhyDUZA>
- Oficial, C. (04 de setembro de 2012). *Parte 1 - Construção da Usina Paulo Afonso I - Primeira usina da CHESF*. Obtido de Youtube: Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=iP9ejhyDUZA>
- Oliveira, A. (2011). *O processo de desterritorialização e filiação do lugar: o caso da Aldeia da Luz*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Oliveira, A. (2017). *A cidade de Paulo Afonso - 1948-1985: as especializações do trabalho, do controle e das lutas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Oliveira, G. P. (2015). *O Rio e o Caminho Natural: Propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886)*. Dissertação. 198f. [Mestre em História]. . Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais .
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes.
- PA, V. P. (10 de junho de 2020). *Isto parece uma aldeia fantasma*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=38SsjIkOQWM>
- Padilha, R., Café, L., & Silva, E. L. (2014). O papel das instituições museológicas na sociedade da informação/conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 68-82.
- Paz, P. E. (12 de agosto de 2015). *Parte 2-2 - Antiga Petrolândia - 1988 - Época de Mudanças*. Obtido de Projeto Educação para uma Cultura de Paz: https://www.facebook.com/culturadepazbelem.com.br/videos/1042475149134932/?v=1042475149134932&external_log_id=6550852f590873e0e31a0f397ad63f6b&q=velha%20Petrolandia

- Paz, P. E. (06 de abril de 2016). *Parte 1-2 - Antiga Petrolândia - 1988 - Época de Mudanças*. Obtido de Projeto Educação para uma Cultura de Paz: https://www.facebook.com/culturadepazbelem.com.br/videos/1042475149134932/?v=1042475149134932&external_log_id=6550852f590873e0e31a0f397ad63f6b&q=velha%20Petrolandia
- PE, A. (2020). *Série LP - Leis Provinciais*. Obtido de Acervo Público de Pernambuco: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-provinciais>
- Pereira, F. (9 de novembro de 2013). *Aldeia da Luz*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=tApmQa8Rwqk>
- Petrolândia, I. H. (2018). Foto da estação da velha Petrolândia. *Petrolândia, Insituto Histórico e Geográfico de*.
- Petrolândia, N. d. (2017). *Barragem de Itaparica*. Petrolândia.
- Petrolândia, P. d. (05 de maio de 2012). *Hino de Petrolândia*. Obtido de Petrolândia, Prefeitura de: <https://ighpetrolandia.org/category/documentos/>
- Petrolândia, P. d. (02 de agosto de 2020). *Composição*. Obtido de Prefeitura de Petrolândia : <http://www.petrolandia.pe.gov.br/>
- Portinar, C. (s.d.). *Retirantes 1944*. Obtido de <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=862&evento=6>
- Póvoa-Neto, H. (1997). Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, 11-24.
- Producciones, A. P. (1 de abril de 2008). *Aldeia da Luz*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=0DxgyQIwYIU>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- Ramalho, A. (01 de julho de 2019). *110 anos de Petrolândia: Entrevista com ex-prefeito José Dantas de Lima*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=tVCU6PrsNw0>
- Reino, J., Duarte, L., & Antunes, L. (2017). Alqueva e Aldeia da Luz: que futuro? . *Centro de Estudos da População, ambiente e desenvolvimento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, 1-12.
- Reis, J. (2007). Mobilidades e territorializações, Estado e mercado: A economia portuguesa e as suas “novíssimas” dinâmicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

- Rios, K. (02 de maio de 2001). *A seca nos atalhos da oralidade*. Obtido de Proj. Hist. São Paulo, 22 jun: <https://ken.pucsp.br/revph/article/view/10741/7973>
- Rodrigues, I. (2005). *Aldeia da Luz*. Beja: Colibri.
- Rosa, G. (1956). *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Livraria José Olympio .
- Rosendahl, Z. (14 de agosto de 2005). *Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião*. Obtido de ComCiência: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/05/12.shtml>
- Sack, R. (1986). *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge.
- Samuel, R. (1990). História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*, 9(19), 219-242.
- Santos, C., Souza, D., & Lima, F. (2016). Configuração territorial e dinâmica sócio-espacial do processo de urbanização da cidade de Petrolândia. *Revista Diálogos*.
- Santos, I. (06 de julho de 2016). *A Aldeia da Luz*. Obtido de Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=rF-k_o4f3V0&t=70s
- Santos, M. d. (2005). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Rio de Janeiro: EDUSP.
- Saquet, M. (2008). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expresso Popular.
- Saraiva, C. (2003). Aldeia da Luz, entre dosi solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças. *Etnográfica*, 105-130.
- Saraiva, C. (2017). Mudança e água no Sul de Portugal: a barragem de Alqueva e a Aldeia da Luz. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais* , 65-104.
- Sayad, A. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.
- Scott, P. (2009). *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- , F. (2011). *Em redor do grande lago: a água e a paisagem em Alqueva através de texto legislativo e insitucional*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Silva, L. (2017). *Petrolândia Velha: entrelaces de memória e ficção histórica*. Bahia: Anais Seminário Interlinhas — Fábrica de Letras.
- Silva, M. A. (1996). Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*.
- Silva, R. (08 de março de 2018). Évora acolhe exposição com vestígios arqueológicos da Aldeia submersa por Alqueva. Portugal.

- Soares, D., & Bourgard, J. (03 de setembro de 2014). *A Aldeia da Luz não mora aqui*.
Obtido de Sapo: <https://rr.sapo.pt/aldeia-da-luz/default.html>
- Soares, M. (2002). *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Souza, A. (2010). A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 147-176.
- Souza, I. C., & Lidório, R. (2008). *Questão Indígena, uma luta desigual: missões, manipulação ou sacerdócio acadêmico*. Viçosa: Ultimato.
- Souza, J. E. (2016). *Resgate da História dos Índios Pankararu da Aldeia Brejinho da Serra de Petrolândia (Parte-I)*. Rio de Janeiro.
- Souza, M., & Theis, I. (2012). Do Desenvolvimento Desigual e Combinado ao Desenvolvimento Geográfico Desigual. *Novos Cadernos NAEA*, 1-241.
- Taylor, R. (1988). *Human Territorial Functioning: an empirical, evolutionary perspective on individual em small group territorial cognitions, behaviors, and consequences*. Boston: Hills.
- Tecnologias, I. F. (2012). *Observatório Sócioeconômico de Petrolândia*. Petrolândia: PRODI.
- Times, S. S. (19 de agosto de 2020). *Sunrise Sunset Times of Paulo Afonso, BA, Brazil*.
Obtido de Sunrise Sunset Times:
https://sunrise.maplogs.com/paulo_afonso_ba_brazil.62519.html.
- Velosa, J. M. (2009). *Os efeitos das grandes barragens no desenvolvimento socioeconômico local*. Lisboa: Instituto Superior Técnico: Dissertação de Mestrado.
- Wateau, F. (2008). Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação? . *Enfoques para unha nova políticas de águas* , 11-15.
- Xarutys33. (14 de junho de 2012). *Luz, a antiga aldeia*. Obtido de Youtube:
<https://www.youtube.com/user/xarutys33/videos?view=0&sort=p&flow=grid>
- Xavier, T. (02 de maio de 2020). *Maestro das Águas*. Obtido de Petrolândia em Foco:
<https://www.petrolandiaemfoco.com.br/p/cordes-e.html>